

Sumário

MANIFESTO: PORTO ALEGRE PEDE CORAGEM	3
1. DIAGNÓSTICO DAS FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	5
1.1 Resultado orçamentário cresce 24 vezes desde 2016	
1.2 Receitas estagnadas em 2019	
1.3 Arrocho dos Servidores garante superávits	
1.4 Dívida consolidada líquida equivale a 11,23% da RCL	
1.5 Revolução Tributária: taxar os de cima para manter empregos e direitos dos de baixo	
2. PODER POPULAR: GOVERNO DE NOVO TIPO	24
3. CARTÃO VERMELHO PARA OS PRIVILÉGIOS E A CORRUPÇÃO	26
3.1 CPI da corrupção no governo Marchezan	
4. PLANO EMERGENCIAL CONTRA OS EFEITOS DA PANDEMIA	28
5. A PERIFERIA É O NOSSO CENTRO!	40
5.1 Economia dos bairros	
5.2 Sistema de gestão do território	
5.3 Política fundiária	
5.4 Política habitacional	
6. SAÚDE CADA VEZ MAIS PÚBLICA! EM DEFESA DA VIDA E DO SUS	50
6.1 Saúde mental é coisa séria	
7. CONTRA O APAGÃO EDUCACIONAL: REFUNDAR A REDE MUNICIPAL	55
7.1 Um breve resgate das políticas de educação desde 2017	
7.2 Educação Infantil e a construção do futuro	
7.3 Educação especial e inclusiva é direito de todos!	
7.4 O desgoverno e a Pandemia	
7.5 As escolas públicas devem ser das comunidades e com as comunidades	
8. CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA ENFRENTAR A DEPENDÊNCIA	63
9. ECONOMIA E DIREITO AO TRABALHO	64
10. GOVERNAR COM OS MUNICÍPIOS	67
10.1 No âmbito geral	
10.2 No âmbito da questão salarial	
11. REVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	70

12. PORTO ALEGRE: TERRITÓRIO LIVRE DE PRECONCEITO.....	72
12.1 Cidade, palavra feminina: construir uma cidade das mulheres	
12.2 Políticas de reparação e promoção da igualdade racial	
12.3 Terra, saúde, proteção e respeito à tradição cultural indígena	
12.4 Direitos para a população LGBT em toda a cidade	
12.5 A juventude mobilizada para mudar Porto Alegre	
12.6 Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência	
12.7 Direitos da pessoa idosa	
13. CULTURA E ARTE POR TODA PARTE	
Para matar nossa fome de direitos, prosperidade e liberdade em todos os territórios	90
13.1 Valorização do Carnaval	
13.2 Movimento HIP HOP	
14. Resgate e fortalecimento dos Esportes	96
15. ASSISTÊNCIA SOCIAL	98
15.1 Conselhos Tutelares	
16. SEGURANÇA PÚBLICA: por uma cidade sem medo	103
16.1 A falência das políticas de encarceramento em massa e o papel do Município	106
17. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	
Enfrentar a máfia dos transportes, defender os rodoviários e garantir direitos	109
17.1 Combater a precarização da Carris	
17.2 Tarifa Zero	
17.3 Mobilidade urbana	
17.4 Segurança e direitos para motoristas e entregadores de Apps	
17.5 Programa Transporte Público Bom e Barato	
17.6 Programa Mobilidade Integral	
17.7 Programa Acessibilidade para Todas e Todos	
18. MEIO AMBIENTE	122
19. DIREITO DOS ANIMAIS	125
20. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS E A INCLUSÃO SOCIAL	126

Manifesto

PORTO ALEGRE PEDE CORAGEM

O momento pede coragem. Coragem para seguir em frente em meio a tantos lutos desrespeitados pelo governo Bolsonaro, que fecha os olhos para a ciência e põe os lucros acima das vidas. Coragem para enfrentar a extrema-direita que, infelizmente, ocupa a cadeira presidencial para exercer sua sanha autoritária, que tenta censurar a cultura e a educação, perseguir adversários e distorcer a realidade a seu favor.

Porto Alegre precisa ser uma trincheira de luta contra o projeto fascista, que coloca nas costas do povo o custo da crise e ainda tenta reprimir e proibir a luta por melhorias. A cidade da Legalidade não pode aceitar menos democracia do que já tem. É uma tarefa histórica que nos cabe, derrotar a extrema-direita. Não temos dúvida de que essa situação política nos exige unidade de ação com amplos setores, não na fraseologia, mas na realidade. Entretanto, unidade não é adesismo. Unidade é composição de campos distintos, e isso não foi possível com o campo da Frente Popular. Estancou-se o debate e primaram os velhos métodos de decisão por cúpulas e interesses eleitorais. Como bem disse Mário de Andrade: “o passado é lição para refletir, não para repetir”.

Porto Alegre precisa de um governo altivo, que lidere um movimento de cidades contra a crise, em defesa da saúde e do SUS, do salário e do emprego do nosso povo. Precisa combater as terceirizações e revogar os projetos anti-povo aprovados por Marchezan, apoiar os municípios e garantir os empregos dos trabalhadores do IMESF, exercitar uma democracia real e investir na rede municipal de educação, na cultura, resgatando o que há de melhor na combatividade do nosso povo. Faremos um plano de transporte integrado, respeitando e escutando rodoviários, trabalhadores de aplicativos, taxistas, metroviários e ciclistas. Porto Alegre deve ser território livre de preconceitos. Uma prefeitura que combata o machismo, o racismo, a LGBTfobia e quaisquer formas de discriminação. Por isso, buscaremos nos unir ao campo que defende este programa, como o PCB, a UP, autonomistas e todos os partidos e movimentos que estejam dispostos a lutar por ele.

Apesar da divisão decidida pelo PT e PCdoB, sabemos que é possível chegar ao segundo turno, ainda que seja um desafio grande. Porém, chegando lá, temos mais chances de vencer a direita do que outros campos que já governaram. Estamos confiantes de que teremos surpresas nesta eleição e que o povo de Porto Alegre vai identificar a necessidade de uma virada radical, ou seja, vai querer ir à raiz dos problemas e nos dar a chance histórica de governar a cidade ao lado da maioria da população. Porto Alegre precisa de um governo que corte privilégios do andar de cima, para garantir direitos à ampla maioria. Nesse sentido, é nosso compromisso a redução do salário dos governantes, deixando-o na faixa de salário de um professor municipal em fim de carreira. Realizar limpeza do entulho burocrático que serve para o “aparelhamento” partidário.

Fernanda está deputada federal desde 2018 e foi vereadora por 10 anos na capital. Ao lado de Luciana Genro, Roberto Robaina, Pedro Ruas e tantos outros lutadores, fundou o PSOL em Porto Alegre. Em junho de 2013, junto à mobilização nas ruas, foi parte da ação que derrubou o aumento das passagens de ônibus. Seus mandatos foram marcados pelo apoio às lutas da cidade por mais direitos. Fernanda estava em todas. Denunciou à Justiça e abriu mão de receber os aumentos dos salários dos vereadores. Foi a vereadora mais votada da cidade, em 2016. Márcio é professor de Educação Física, foi árbitro de futebol e comentarista esportivo. Reconhecido por sua luta contra o racismo no esporte e fora dele, agora se apresenta para “dar um cartão vermelho” à desigualdade e à segregação em nossa cidade.

Coragem a pré-candidatura de Fernanda Melchionna à prefeita e de Márcio Chagas a vice tem de sobra. Coragem para construir um novo futuro, sem medo de dizer verdades e combater injustiças. Coragem para construir uma esquerda renovada, anticapitalista, crítica e autocrítica. Coragem de defender uma

política que o dinheiro não compra. Mas, sabemos que só poderemos construir esse futuro coletivamente. O povo da cidade precisa ser protagonista dessa mudança, deixar de ser objeto da política e passar a ser o sujeito de uma profunda transformação social. Esse é o objetivo desta caminhada, mas só chegaremos ao destino se estiveres com a gente.

Este programa foi escrito a muitas mãos. Um processo que combina o acúmulo do programa de 2016, encabeçado pela companheira Luciana Genro, e grupos de trabalho temáticos que reuniram mais de 500 pessoas (on-line por conta da trágica situação da pandemia), chegou a este documento. Trata-se de um compromisso expresso em forma e conteúdo.

Um compromisso político de revolucionar Porto Alegre, dando exemplo de que é possível governar praticando uma política que o dinheiro não compra, que tenha a periferia como seu centro de ação e atenção, que enfrente os interesses privados (econômicos, fisiológicos ou pessoais) que capturaram a política e que se coloque na liderança de um movimento de cidades contra a crise e contra o autoritarismo, os preconceitos e todas as péssimas qualidades que caracterizam a extrema-direita que, infelizmente, governa o Brasil. Mas, também um compromisso com uma nova forma de fazer política, sem rabos presos e realmente democrática, desde a construção de seu programa até um possível governo.

O que está escrito aqui não são promessas vãs. É algo para ser feito. A Frente PORTO ALEGRE PEDE CORAGEM (PSOL/PCB/UP) tem condições de encabeçar a mudança que isso significa, especialmente porque não é um sonho que se sonha só, mas uma necessidade histórica e produto de um trabalho coletivo.

1. DIAGNÓSTICO DAS FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Este Programa de Governo está comprometido com a Transparência legal das Finanças Públicas da cidade para evitar que ocorram vergonhosas notícias como por exemplo: “Estudo contraria ‘caos’ divulgado pelo governo Marchezan e aponta boa saúde financeira em Porto Alegre”, como tantas outras que nestes últimos anos têm saído nas mídias e redes sociais. O Programa de Governo aqui apresentado é propositivo e demarca ações prementes para juntos construirmos um novo caminho e retomada do desenvolvimento de Porto Alegre com justiça social.

A partir do Plano Plurianual - PPA já previsto para 2021 devemos começar a inserir estratégias construídas coletivamente para a solução dos problemas da cidade. Com base em estudos já existentes das Vulnerabilidades Sociais poderemos identificar as áreas mais frágeis e que merecem atenção especial. Não é preciso “reinventar a roda” para podermos avançar porque já há muito comprometimento técnico com resultados expressivos de dados e informações que podem muito nos ajudar a pensar uma Porto Alegre mais justa e humana, com menos desigualdades.

Só temos que arregaçar as mangas e trabalhar muito bem articulados para que isso ocorra de fato. Quando Nelson Marchezan (PSDB) assumiu a prefeitura, em 2017, as finanças de Porto Alegre estavam em situação delicada. Apesar das receitas tributáveis próprias terem tido um aumento de 183,5% nos últimos 12 anos¹, a crise econômica diminuiu repasses nacionais e estaduais e a arrecadação própria também. O superávit orçamentário era baixo, o déficit primário elevado e o caixa líquido era fortemente negativo em recursos livres. A partir daí, o novo prefeito fez suas escolhas. Ao invés de buscar novas receitas ou adotar esforços mais intensos na cobrança da dívida ativa, por exemplo, optou, como era de se esperar, por outro caminho.

Amparado em projeções de altos déficits orçamentários criados pelo próprio para justificar uma agenda anti-povo, que mais tarde obviamente não se confirmaram, ele enfatizou um quadro de iminente colapso das contas públicas. E, a partir daí, aplicou seu projeto baseado em arrocho salarial, cortes de servidores, redução dos serviços prestados diretamente pelo município e a transferência do máximo possível deles – dos relógios de rua e da iluminação pública ao tratamento de água e esgotos - à lucrativa exploração privada, com terceirizações e parcerias público-privadas (PPP).

A estratégia de Marchezan incluiu a redução ano a ano dos investimentos públicos, a não reposição dos contingentes de servidores que se aposentam, especialmente em setores essenciais como saúde e educação, o parcelamento da folha em vários meses e o congelamento dos salários desde 2017. Os últimos reajustes foram concedidos pela administração anterior, de José Fortunati, após fortes greves da categoria municipal.

Agora, em 2020, a prefeitura prepara uma nova reforma da previdência municipal para “adaptá-la” à reforma federal de 2019, o que inclui aumento da idade mínima para aposentadoria e redução do valor dos benefícios. Em fevereiro, o prefeito sancionou uma nova Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) municipal que, entre outras medidas, impede o aumento real das despesas com pessoal quando, no ano anterior, os investimentos ficarem abaixo de 10% da receita corrente líquida (RCL).

Congelamento dos salários do funcionalismo - Na prática, essa LRF significa o fim do aumento real (descontada a inflação) dos gastos com funcionalismo. A última vez que os investimentos da prefeitura passaram de 10% da RCL foi em 2012, quando chegaram a 11,3%. Nos três primeiros anos de Marchezan (2017, 2018 e 2019) os percentuais foram de 4,5%, 4,2% e 3,4%, respectivamente, e no primeiro semestre de 2020 o índice despencou para 2,1%.

¹<https://impostometro.com.br/Noticias/Interna?idNoticia=786>

O modelo adotado por Marchezan inclui também algumas iniciativas para ampliar a arrecadação. Uma delas foi atacar o bolso dos servidores com o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, em 2017. Ele também reajustou o IPTU a partir da “atualização da planta de valores” dos imóveis da cidade aprovada em 2019, com impacto já em 2020.

No fim das contas, os gigantescos déficits orçamentários projetados pelo governo Marchezan transformaram-se em superávits crescentes. Os resultados não significavam que a prefeitura passava a navegar em águas tranquilas, mas contradiziam os discursos mais alarmistas do prefeito.

Só no último ano de mandato, às vésperas da eleição e sob risco de *impeachment*, Marchezan apresentou à Câmara de Vereadores um projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com previsão de “pleno equilíbrio fiscal entre despesas (R\$ 7,9 bilhões) e receitas municipais (R\$ 7,9 bilhões)”.

Segundo a prefeitura, o esperado equilíbrio fiscal em 2021 resulta de ampla reestruturação administrativa, de planejamento e gestão da máquina pública, condição que capacitou o governo a administrar os reflexos econômico-financeiros de grande amplitude e duração trazidos pela pandemia do novo coronavírus.

Quer dizer, após quatro anos pregando o caos financeiro e desidratando os serviços públicos, Marchezan quer encerrar o ciclo como gestor exemplar, salvador das contas públicas e, portanto, merecedor da reeleição (se escapar do *impeachment*). Entretanto, o próprio Marchezan inflou as despesas, criando déficits milionários e imaginários nos últimos três anos.

A situação financeira do município não é confortável, pois não há folga de caixa na prefeitura. No entanto, Porto Alegre não enfrenta problemas financeiros “estruturais”, como o governo do Estado, e a situação não justifica o “falso discurso de uma prefeitura falida”.

As dificuldades enfrentadas pelo município são “superáveis” e podem ser enfrentadas, por exemplo, com medidas relativas às duas principais fontes de receitas próprias da prefeitura: o IPTU e o ISSQN. No primeiro caso, pode-se aumentar a arrecadação com uma nova cobrança de IPTU dos imóveis de luxo, a execução fiscal dos grandes devedores e medidas para buscar uma cobrança mais justa.

Sonegação de ISSQN - No caso do ISS, é preciso uma fiscalização mais eficiente para combater a sonegação. Segundo estimativa feita em 2019 pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), a média de sonegação do ISS no Brasil seria de 25%. Para Porto Alegre, isso significa que R\$ 265 milhões teriam deixado de entrar nos cofres da prefeitura em 2019, valor 30% superior aos investimentos do município, que somaram R\$ 204,4 milhões no período.

Nas páginas seguintes, apresentamos um relatório sobre o desempenho financeiro da prefeitura de Porto Alegre, com valores consolidados (todo o município) e atualizados pelo IPCA até dezembro de 2019 (ou junho de 2020, quando as comparações se referirem ao primeiro semestre do ano). Em caso de critério diferente, ele será informado.

Além disso, os resultados anuais levam em conta os gastos empenhados, enquanto os números semestrais, quando apresentados, consideram as despesas liquidadas. Em ambos os casos, também são consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias, exceto quando mencionado.

Também, exceto quando indicado, as fontes dos dados utilizados aqui são os relatórios oficiais disponíveis no portal de transparência da prefeitura de Porto Alegre.

1.1 Resultado orçamentário cresce 24 vezes desde 2016

Nos três primeiros anos do governo Marchezan, o superávit orçamentário da prefeitura aumentou 223,8%. Passou de R\$ 177 milhões em 2017 para R\$ 382 milhões em 2018, e para R\$ 573,2 milhões em 2019, em valores corrigidos pelo IPCA até dezembro do ano passado (**tabela 1**). Frente ao resultado positivo de R\$ 23,6 milhões do último ano da administração de José Fortunati, o superávit cresceu 24,3 vezes (mais de 2.300%).

Já o resultado primário, que exclui as receitas e despesas financeiras, apresentou forte evolução nos últimos anos. De um déficit de R\$ 219,1 milhões em 2016, chegou a um superávit de R\$ 461 milhões em 2019. Se a cidade não tivesse problemas estruturais até se justificaria manter dinheiro em caixa; mas, frente à necessidade de ampliar os serviços e o atendimento em tantas áreas, é inadmissível que a prefeitura se comporte como um banco, entesourando recursos que faltam na educação, na saúde e na assistência em verbas carimbadas para esse fim. Ou é incompetência na execução dos recursos ou, pior que isso, má-fé.

No primeiro semestre deste ano, mesmo com a crise provocada pela Covid-19, o superávit orçamentário cresceu 7% em valores corrigidos até junho de 2020 sobre o mesmo período de 2019, atingindo R\$ 674,3 milhões (**tabela 2**).

Tabela 1

Resultado Orçamentário (em R\$ mil)	2015	2016	2017	2018	2019
Receita total <i>(inclusive intraorçamentária)</i>	6.703.183	6.645.988	6.690.097	6.689.275	6.766.162
Despesas <i>(empenhadas, com intraorçamentária)</i>	6.429.324	6.622.433	6.513.099	6.307.245	6.193.009
Superávit	273.859	23.555	176.998	382.030	573.153
<i>Valores corrigidos pelo IPCA até dez. 2019</i>					

Tabela 2

Resultado Orçamentário (em R\$ mil)	1S2019	1S2020
Receita total <i>(inclusive intraorçamentária)</i>	3.414.108	3.629.225
Despesas <i>(liquidadas, com intraorçamentária)</i>	2.783.813	2.954.936
Superávit	630.295	674.289

Na apresentação da LDO para 2021, a prefeitura informou que ações como a revisão e a renegociação de contratos da administração direta e indireta do governo a partir de março “contribuíram para amortizar o déficit orçamentário de 2020, cuja previsão inicial, pela LDO 2020, era de R\$ 336,5 milhões”.

No balanço das finanças públicas de 2019, a prefeitura afirma que o superávit orçamentário do exercício foi o maior em 20 anos. A expansão nos últimos três anos ocorreu a despeito das previsões de déficits contidas nas leis orçamentárias apresentadas pelo atual governo para os anos de 2018 e 2019. Para esses exercícios, a prefeitura havia previsto déficits de R\$ 769,7 milhões e R\$ 959,2 milhões, respectivamente, em cifras atualizadas até o fim de 2019. Na verdade, Marchezan sistematicamente aumentou a expectativa de despesas para criar uma política de terrorismo nas contas públicas, justificando assim os ataques aos servidores e a paralisia nos investimentos municipais.

A prefeitura atribuiu o desempenho do ano passado ao resultado do regime de capitalização da previdência dos municipais (Plano Previdenciário), administrado pelo Previmpa, que somou R\$ 449,1 milhões positivos. O regime de repartição simples (Plano Financeiro) apresentou déficit de R\$ 1,041 bilhão, enquanto a administração centralizada encerrou o ano com superávit de quase R\$ 1,4 bilhão. Cabe destacar que o déficit no regime de repartição simples é responsabilidade direta dos governos anteriores que não depositavam sua parte durante muitos anos e de ausência de uma política de transição quando da criação do regime de capitalização. Os servidores não podem pagar a conta da irresponsabilidade dos gestores. Aumentar em 3% o desconto previdenciário em uma gestão que sequer repôs a inflação é um CONFISCO de salário na prática.

Na administração indireta somente o DMAE obteve superávit. DEMHAB, DMLU e FASC fecharam com déficit. Destacamos que tanto política habitacional como proteção social não tem como gerar superávit. Estão no rol das políticas sociais tão necessárias para combater a desigualdade, a vulnerabilidade e segregação na nossa cidade. A Câmara de Vereadores também “contribuiu” com resultado negativo.

Tabela 3

Resultado Orçamentário por área (em R\$ mil)	2015	2016	2017	2018	2019
Centralizada – Recursos Livres	908.332	826.690	947.593	1.301.641	1.357.544
Centralizada – Recursos Vinculados	71.068	113.654	61.144	-49.114	35.294
DEMHAB	-90.112	-67.713	-48.678	-35.027	-23.827
DMAE	182.769	23.790	135.831	95.351	154.975
DMLU	-94.586	-112.125	-73.813	-52.778	-34.589
FASC	-202.676	-201.719	-196.423	-199.411	-193.330
PREVIMPA – Regime Simples	-648.213	-725.592	-843.694	-957.008	-1.041.015
PREVIMPA – Regime Capitalizado	288.571	308.501	339.011	414.110	449.075
CMPA	-	-	-	-135.734	-130.975

	141.294	141.931	143.973		
TOTAL GERAL	273.859	23.555	176.998	382.030	573.152
<i>Atualizado pelo IPCA até dez. 2019</i>					

Caixa apertado e aplicações financeiras do Previmpa – No encerramento de 2019 a prefeitura contava com um caixa bruto consolidado de R\$ 908,6 milhões. Além desse valor, havia aplicações financeiras de R\$ 2,634 bilhões, mas deste montante R\$ 2,613 bilhões correspondiam aos investimentos do plano de previdência complementar dos servidores municipais, administrado pelo Previmpa. Esse dinheiro não está à disposição da prefeitura.

Quanto ao caixa líquido, descontados os restos a pagar liquidados e não pagos do ano correspondente e do ano anterior, assim como os restos a pagar empenhados e não liquidados (mas não cancelados) de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras, as disponibilidades somavam R\$ 490,2 milhões. Só que, deste total, R\$ 498,2 milhões correspondiam a recursos vinculados (com saúde, educação, previdência etc.), enquanto o caixa livre estava negativo em R\$ 8 milhões.

A situação é difícil, mas melhor do que no final de 2016. Naquele ano, também descontados os investimentos do regime de capitalização do Previmpa, o caixa líquido consolidado era de R\$ 226,4 milhões, em valores corrigidos. Em recursos livres, no entanto, o saldo era negativo em R\$ 374 milhões, enquanto os recursos vinculados somavam R\$ 600,5 milhões positivos.

Tabela 4

Disponibilidade de caixa líquida (em R\$ mil)	2016	2019
Recursos livres	-374.044	-8.015
Recursos vinculados	600.479	498.253
Total	226.435	490.238
<i>Atualizado pelo IPCA até dez. 2019</i>		

A situação piora quando se deduz também, do caixa bruto, os restos a pagar empenhados e não liquidados do próprio exercício (neste caso, a liquidação pode ocorrer nos anos seguintes, por isso o cálculo à parte). Aí a posição líquida de caixa em 2019 cai para R\$ 251,7 milhões, sendo R\$ 350,5 milhões em recursos vinculados e R\$ 98,8 milhões negativos em recursos livres.

Segundo o balanço das finanças do município referente a 2019, o resultado do Tesouro, que refletiria com maior realidade a situação do caixa, encerrou o ano com déficit de R\$ 68 milhões, menor do que os déficits de R\$ 78 milhões em 2018 e de R\$ 359 milhões em 2017. O cálculo exclui os recursos vinculados, como DMAE, Previmpa-Capitalização, fundos municipais, convênios e operações de crédito, de acordo com a prefeitura.

1.2 Receitas estagnadas em 2019

Em 2019, com a economia brasileira estagnada, as receitas totais de Porto Alegre, incluindo intraorçamentárias, cresceram apenas 1,15% (percentual semelhante à evolução de 1,1% do PIB do país no período) sobre 2018, em valores corrigidos pelo IPCA. A cifra alcançou R\$ 6,766 bilhões (**tabela 1**).

As receitas tributárias próprias recuaram 1,8% na mesma base de comparação, para R\$ 2,499 bilhões. O ISSQN, principal tributo municipal, foi o único que teve aumento, de 2,3%, para R\$ 1,060 bilhão. Os demais impostos e taxas, incluindo IPTU e ITBI, tiveram queda.

Tabela 5

Receitas tributárias próprias (em R\$ mil)	2015	2016	2017	2018	2019
ISSQN	1.014.737	966.243	998.217	1.035.630	1.060.348
IPTU	507.039	542.441	616.652	650.623	631.294
ITBI	290.025	294.035	245.961	270.228	263.286
IRRF	293.430	330.173	333.961	346.818	319.712
Taxas	180.996	193.910	219.166	240.954	224.459
TOTAL	2.286.227	2.326.802	2.413.957	2.544.253	2.499.099
<i>Atualizado pelo IPCA até dez. 2019</i>					

As receitas de terceiros recuaram 0,6%, para R\$ 2,300 bilhões. As principais fontes são a cota-parte do ICMS e os repasses do SUS. A primeira caiu 7,5%, indo para R\$ 717,1 milhões, enquanto a segunda cresceu 1,4%, para R\$ 769,2 milhões.

Tabela 6

Receitas de terceiros (em R\$ mil)	2015	2016	2017	2018	2019
ICMS	849.573	827.811	794.737	775.390	717.052
IPVA	273.006	252.368	243.743	278.415	264.563
SUS	787.124	732.396	761.432	758.366	769.226
FPM	265.832	292.038	278.419	287.970	298.444
Outras Transferências	258.779	272.600	250.779	213.388	250.356
TOTAL	2.434.314	2.377.213	2.329.110	2.313.529	2.299.641

As operações de crédito aumentaram 25,3%, indo para R\$ 72,1 milhões. Mesmo assim, ainda ficaram muito abaixo dos patamares próximos a R\$ 200 milhões observados no período de 2015 a 2017.

Tabela 7

Operações de crédito (em R\$ mil)	2015	2016	2017	2018	2019
	176.833	189.304	190.483	57.570	72.112
<i>Atualizado pelo IPCA até dez. 2019</i>					

Em 2020, IPTU e repasses para saúde crescem – Já no primeiro semestre deste ano as receitas totais cresceram 6,3% ante igual período de 2019, para R\$ 3,629 bilhões (**tabela 2**), puxadas pela entrada em vigor do reajuste do IPTU aprovado no ano anterior e pelo forte aumento dos repasses da União e do Estado para ações de saúde por conta do combate à Covid-19.

No caso do IPTU, a alta foi de 13,5% em valores corrigidos pelo IPCA, para R\$ 383,4 milhões. Ao mesmo tempo, os repasses da União para ações e serviços públicos de saúde (ASPS) cresceram 38,1%, para R\$ 531,2 milhões, enquanto as transferências do Estado subiram 67,1%, para R\$ 75,6 milhões.

Os impostos diretamente ligados à atividade econômica (ISSQN e cota-parte do ICMS), ao contrário, apresentaram quedas de 9% e 5,7%, respectivamente. O ISSQN encerrou o semestre em R\$ 482,3 milhões e a cota-parte do ICMS, em R\$ 315,1 milhões.

Tabela 8

Receitas selecionadas (em R\$ mil)	1S2019	1S2020
IPTU	337.903	383.359
ISSQN	530.355	482.307
ICMS	334.016	315.076
IPVA	198.245	194.024
ASPS (UNIÃO)	384.580	531.240
ASPS (ESTADO)	45.250	75.608
<i>Valores corrigidos pelo IPCA até jun.2020</i>		

Na apresentação da LDO para 2021, a prefeitura prevê uma queda de R\$ 563,4 milhões nas receitas previstas para o acumulado de todo o ano de 2020.

Dívida ativa supera arrecadação de ISSQN e IPTU – Em nota divulgada em janeiro deste ano, a prefeitura informa que em 2019 a Secretaria da Fazenda recuperou R\$ 226 milhões em créditos inscritos em dívida ativa do município. O montante, conforme a nota, correspondeu a 11,35% do estoque de débitos dos contribuintes, que seria equivalente, portanto, a R\$ 1,991 bilhão antes da recuperação e a R\$ 1,765 bilhão após a recuperação anunciada.

Esses R\$ 1,765 bilhão remanescentes superam toda a arrecadação de ISSQN e de IPTU de Porto Alegre em 2019, quando os dois impostos renderam, juntos, R\$ 1,692 bilhão para os cofres municipais. Já,

segundo a AIAMU, até junho de 2020 o estoque da dívida ativa era no montante de R\$ 2,33 bilhões de reais. Recursos que se recuperados significariam quase um terço do orçamento municipal.

Os contribuintes em débito com a prefeitura são inscritos no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Município de Porto Alegre (Cadin), criado por lei em 2018, mas ainda não disponível para consulta pública. Infelizmente, transparência não é a marca de Marchezan. Esse Cadastro já deveria estar disponibilizado ao povo de Porto Alegre.

Com as recuperações de 2019, a carteira de parcelamentos da dívida ativa no fim do ano passado (incluindo acordos feitos em exercícios anteriores) somava R\$ 476 milhões e mais de 54 mil acordos ativos, segundo a prefeitura.

A taxa de inadimplência do IPTU ficou próxima de 5% do imposto lançado, informou também a prefeitura, que não divulgou dados sobre o não pagamento de ISSQN. Conforme o Sinprofaz, no entanto, a taxa média nacional de sonegação do Imposto sobre Serviços seria de 25%.

Em janeiro de 2018, matéria do jornal Zero Hora baseada em dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação informou ainda que o montante inscrito em dívida ativa, na época, somava R\$ 2,01 bilhões, a maior parte correspondente a débitos com o ISSQN (R\$ 991,8 milhões) e o IPTU e a taxa de coleta de lixo (R\$ 766,9 milhões). O número de contribuintes em débito, incluindo pessoas físicas e jurídicas, totalizava 595,3 mil.

No entanto, somente os 50 maiores devedores de ISSQN e os 50 maiores devedores de IPTU deviam, em valores da época, R\$ 498,3 milhões, de acordo com o jornal. Os cinco maiores em cada tributo eram os seguintes:

Tabela 9

Maiores devedores de ISSQN - janeiro/2018	Valor (R\$ milhões)
Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra/Ulbra)	40,3
Centro de Integração Empresa-Escola do RS (CIEE-RS)	22,1
Unimed-RS/Federação das Cooperativas Médicas do RS	20,1
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC)	16,9
Citibank Leasing	13,7
Total	113,1
Maiores devedores de IPTU - janeiro/2018	Valor (R\$ milhões)
Habitasul Negócios Imobiliários e Administração de Bens S/A	21,2
Dallasanta Empreendimentos e Incorporações Ltda	6,2
Country Empreendimentos Imobiliários Ltda	5,7

Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S/A	5,1
Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra/Ulbra)	4,6
Total	42,8
<i>Fonte: Zero Hora</i>	
<i>Valores corrigidos até novembro de 2017</i>	

1.3 Arrocho dos Servidores garante superávits

A redução das despesas totais foi a principal responsável pelo salto de 24 vezes observado no superávit orçamentário da prefeitura de 2016 a 2019. Neste período, enquanto as receitas cresceram apenas 1,8%, para R\$ 6,766 bilhões, os gastos recuaram 6,5% (ou R\$ 429,4 milhões), para 6,193 bilhões (**tabela 1**).

A tesoura atingiu principalmente os gastos com funcionalismo, que está com os salários congelados desde o fim de 2016, e investimentos.

Pessoal – Em 2019, as despesas com pessoal e encargos sociais (incluindo salários, contribuições previdenciárias patronais para os planos de capitalização e repartição simples, aposentadorias e pensões) somaram R\$ 3,377 bilhões. O valor é 6,8% ou R\$ 248,4 milhões menor do que o de 2017, primeiro ano da administração de Marchezan.

Os gastos com funcionalismo em 2017 foram ainda maiores do que em 2016, último ano da gestão de José Fortunati, mas caíram nos anos seguintes. No primeiro semestre de 2020, frente ao mesmo período de 2019, houve um ligeiro aumento de 3% nessas despesas totais, de R\$ 1,573 bilhão para R\$ 1,621 bilhão.

Tabela 10

Pessoal e encargos sociais	2015	2016	2017	2018	2019
(R\$ mil)	3.372.175	3.480.650	3.625.011	3.501.480	3.376.653
<i>Atualizado pelo IPCA até dez. 2019</i>					

Pelos critérios da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as despesas com pessoal do poder Executivo ficaram em 47,58% da Receita Corrente Líquida (RCL) no fim de 2019, abaixo dos limites legais de alerta (48,6%), prudencial (51,3%) e máximo (54%), conforme o relatório de gestão fiscal da prefeitura.

No primeiro quadrimestre de 2020, o índice caiu ainda mais, para 43,18%, o menor desde os 42,68% registrados no fim de 2008.

Tabela 11

Despesa pessoal - Executivo (R\$ mil)	2015	2016	2017	2018	2019	1Q2020
Total Despesa de Pessoal	2.784.828	2.854.926	2.943.578	2.881.294	2.863.359	2.707.210

Receita Corrente Líquida	5.831.028	5.800.633	5.787.999	5.923.524	6.018.409	6.293.062
% Despesa de Pessoal	47,76%	49,22%	50,86%	48,64%	47,58%	43,18%
<i>Critério - Secretaria do Tesouro Nacional</i>						
<i>Atualizado pelo IPCA até dez. 2019 e em 2020 valor corrente</i>						

Queda no número de servidores ativos – De dezembro de 2016 (antes do governo Marchezan) até junho de 2020 o número de servidores ativos da administração direta e indireta caiu de 16.804 para 13.587, o que significa uma redução de 19,1% ou de 3.217 pessoas. Ao mesmo tempo, o contingente de inativos passou de 9.027 para 11.930, com alta de 32,2% ou de 2.903 no número de funcionários que se aposentaram e não foram substituídos.

Neste período, só na administração direta o número de servidores ativos, incluindo estatutários, celetistas e cargos em extinção, recuou de 13.263 para 10.935 (menos 17,6%). Já o contingente de inativos cresceu de 6.981 para 9.367 (mais 34,2%).

Nas duas maiores secretarias, o número de servidores ativos caiu: 17,3% na Saúde, para 3.811 (799 funcionários a menos), e 15,3% na Educação, para 4.252 (766 trabalhadores a menos).

Os números não incluem os cargos em comissão, que recuaram de 669 para 638 de 2016 a 2019 na administração direta, mas cresceram para 663 em junho de 2020.

Tabela 12

Servidores administração direta	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	jun/20
Ativos	13.291	13.263	12.520	11.577	11.059	10.935
Inativos	6.815	6.981	7.740	8.525	9.225	9.367
Total	20.106	20.244	20.260	20.102	20.284	20.302

A queda no número de ativos, combinada com a expansão no contingente de inativos, também é expressiva na administração indireta, formada pelo DMAE, DMLU, DEMHAB, PREVIMPA E FASC. Neste caso, os servidores em atividade recuaram de 3.541 para 2.652 desde o fim de 2016 até o primeiro semestre deste ano (menos 25,1%), enquanto os inativos aumentaram de 2.046 para 2.563 (mais 25,3%).

Tabela 13

Servidores administração indireta	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	jun/20

Ativos	3.633	3.541	3.272	2.963	2.731	2.652
Inativos	1.950	2.046	2.182	2.346	2.521	2.563
Total	5.583	5.587	5.454	5.309	5.252	5.215

Previdência - Esse aumento no número de servidores aposentados, impulsionado em boa medida pelo temor da reforma da previdência aprovada no governo de Bolsonaro e pelas perspectivas de uma relação difícil com a administração Marchezan, tem impacto sobre as despesas previdenciárias, que literalmente explodiram nos últimos anos. Para 2021, a própria prefeitura prevê a aposentadoria de mais 1,3 mil servidores.

Conforme o balanço orçamentário de 2019, do fim de 2016 até dezembro do ano passado as despesas anuais com previdência social saltaram de R\$ 399,5 milhões para R\$ 1,480 bilhão em valores corrigidos pelo IPCA (**tabela 14**). Neste caso os números não incluem as despesas intraorçamentárias, que segundo a prefeitura correspondem às contribuições patronais para a própria previdência municipal.

O maior peso está no plano de repartição simples (Plano Financeiro), que no ano passado recebeu aportes de R\$ 1,031 bilhão para cobrir a diferença entre as despesas totais e as receitas com contribuições dos segurados e do município. Já o plano de capitalização (Plano Previdenciário), implantado em 2002, encerrou 2019 com R\$ 2,613 bilhões investidos e R\$ 1,9 milhão em caixa.

O resultado previdenciário do regime de repartição simples em 2019 (receitas totais menos despesas empenhadas totais) chegou a R\$ 1,041 bilhão negativos (**tabela 3**) e a projeção atuarial é que o déficit siga em crescimento até 2027, quando alcançaria R\$ 1,737 bilhão. A partir daí entraria em uma lenta trajetória de declínio e no último ano disponível na projeção (2093) teria um déficit de R\$ 66 mil.

Até lá, o déficit anual terá que ser coberto por repasses diretos da prefeitura, porque mesmo que novos servidores sejam contratados, eles irão contribuir para o Plano Previdenciário (de capitalização) e não mais para o de repartição simples.

Despesas por função – Sem contar a previdência dos servidores, Marchezan vem reduzindo as despesas nas principais atividades-fim da prefeitura ao longo do seu governo. Em valores corrigidos, o percentual de queda de 2016 a 2019 varia de 6,7% na área de assistência social, para R\$ 220,5 milhões, até 70,9% em habitação, para meros R\$ 30 milhões.

Tabela 14

Despesas - funções selecionadas (Mil R\$)	2015	2016	2017	2018	2019
Saúde	1.718.088	1.686.168	1.727.722	1.437.401	1.493.174
Previdência social	381.071	399.521	421.055	1.416.267	1.480.106
Saneamento	952.011	1.036.156	981.081	746.293	696.157
Educação	1.017.267	1.044.462	1.086.862	663.037	628.075
Assistência social	240.890	236.178	229.764	225.986	220.463
Habitação	122.357	103.272	84.706	48.804	30.042

Urbanismo	204.180	189.641	202.935	114.705	123.155
-----------	---------	---------	---------	---------	---------

Corrigido pelo IPCA até dez de 2019

Na saúde, depois de recuar 11,4% de 2016 a 2019, para R\$ 1,493 bilhão, os gastos foram reforçados neste ano por conta dos maiores repasses federais e estaduais para o combate à Covi-19. No primeiro semestre de 2020, as despesas liquidadas no setor cresceram 12,4% em cifras atualizadas na comparação com o mesmo período do ano passado, para R\$ 740,4 milhões.

Mesmo com essas reduções, os investimentos de Porto Alegre com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) e na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) mantêm-se acima dos mínimos legais, afirma a prefeitura. No primeiro caso, em 2019 as despesas alcançaram 18,35% das receitas de impostos e transferências, ante o mínimo de 15%. Na MDE, o percentual alcançou 27,16% ante a exigência legal de pelo menos 25%.

Investimentos – Os investimentos em ativos fixos da prefeitura seguiram trajetória descendente em todo o governo Marchezan até 2019, e apresentaram leve crescimento no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado. Vale lembrar que 2020 é ano eleitoral.

Desde que assumiu a prefeitura, Marchezan reduziu os investimentos anuais na cidade em 39% na comparação com os R\$ 335 milhões, em valores corrigidos, realizados no último ano de mandato do seu antecessor, em 2016. No ano passado o valor limitou-se a R\$ 204,4 milhões.

Já no primeiro semestre deste ano foram investidos R\$ 67,5 milhões. É um valor ainda muito baixo (apenas 2,1% da receita corrente líquida do período), mas 28% superior aos R\$ 52,7 milhões aplicado nos seis primeiros meses de 2019, em valores corrigidos até junho de 2020.

Tabela 15

Investimentos	2015	2016	2017	2018	2019	1S2019	1S2020
(R\$ mil)	327.896	335.037	263.070	247.258	204.431	52.732	67.491
<i>Corrigido pelo IPCA até dez de 2019</i>							
<i>1S2019 corrigido pelo IPCA até junho 2020</i>							

1.4 Dívida consolidada líquida equivale a 11,23% da RCL

A dívida consolidada líquida (DCL) de Porto Alegre também vem em queda nos últimos anos. Depois de crescer de R\$ 1,259 bilhão no fim de 2016 para R\$ 1,407 bilhão em 2017, ela caiu para R\$ 706,7 milhões no fim do primeiro quadrimestre de 2020, de acordo com os Relatórios de Gestão Fiscal da prefeitura.

Tabela 16

Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2015	2016	2017	2018	2019	1Q2020
(R\$ mil)	977.426	1.258.795	1.406.702	1.286.354	901.043	706.731
% DCL/Receita	16,76%	21,70%	24,30%	21,72%	14,97%	11,23%

Corrente Líquida						
<i>Limite definido pelo Senado</i>	120%					
<i>Atualizado pelo IPCA até dez. 2019 e em 2020 valor corrente</i>						

O valor apurado neste ano corresponde a apenas 11,23% da Receita Corrente Líquida (RCL) acumulada em 12 meses até abril, bem abaixo do limite de 120% estabelecido pelo Senado. Por esse critério, pelo menos teoricamente a prefeitura teria condições de aumentar em cerca de 10 vezes a DCL, para cerca de R\$ 7,5 bilhões.

Na prática, no entanto, seria praticamente impossível para o município obter empréstimos desta ordem de grandeza no mercado financeiro, principalmente devido à sua delicada situação de caixa. Entretanto, com pequenos montantes de garantia, é possível contratos com instituições públicas para enfrentar a crise financeira. Para nossa Frente, o importante é ampliar receita com justiça tributária e combate à sonegação para financiar as políticas públicas necessárias nesse momento.

EFETIVO DE PESSOAL DA PMPA

Os dados mostram que na última década ocorreu uma sensível redução do número de servidores ativos da Prefeitura e um crescimento acelerado do número de servidores inativos.

O número de servidores ativos da Administração Centralizada (Secretarias) e da Administração Indireta (Autarquias, FASC, PREVIMPA E PROCEMPA) caiu de 17.915 em 2014 para 13.971 em 2020 (julho), menos 3.944 servidores, -22%. Nas Secretarias a redução foi de 2.492 servidores e na Administração Indireta de 1.452 servidores.

Na Secretaria da Saúde (SMS) o número de servidores caiu de 4.592 (2016) para 3.820 em julho de 2020, menos 772 servidores, -16,8%. Na Secretaria de Educação (SMED), no mesmo período (governo Marchezan), o número de trabalhadores caiu de 4.921 para 4.265 (- 656 serv., - 13,3%).

Na Administração Indireta os mais afetados pelo “enxugamento” foram o DMAE, cujo efetivo era de 1.840 trabalhadores em 2016 e caiu para 1.353 em julho de 2020, -487 serv., -26,5%, a terceirização avançou bastante. No DMLU o desmonte foi ainda maior: eram 1.071 trabalhadores em 2016 e em 2020 apenas 663, ou seja, - 408 serv., - 38,1%. Na FASC e na Procempa entre 2016 e 2020 o número de trabalhadores se manteve praticamente estável.

Entre 2014 e 2020 o número de inativos passou de 7.755 para 11.940, ou seja, temos hoje mais 4.185 aposentados do que em 2014, um crescimento de 53,4%.

No governo Marchezan 3.126 trabalhadores se aposentaram e o número de servidores ativos diminuiu 3.249, ou seja, os servidores que se aposentaram não foram repostos com novas contratações.

COMPORTAMENTO DAS RECEITAS PMPA

A receita total da Prefeitura teve um crescimento modesto nos últimos dez anos, cresceu apenas 15,4%, o que corresponde a uma taxa média anual geométrica de somente 1,47%. O pico da receita ocorreu em 2014, ano da Copa e da realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. A receita corrente totalizou, a preços atuais, 6 bilhões, 828 milhões, o maior valor da última década. Houve uma queda no

biênio 2015/2016 (-16,6%) e a partir de 2017 uma recuperação. O arrecadado em 2019 correspondeu a 98,6% do valor do “pico” de 2014.

A receita de capital (empréstimos e alienação de bens) atingiu 520 milhões em 2014 e no último triênio, 2017/2019 (Marchezan), a média foi muito baixa, apenas 137 milhões/ano. A receita corrente líquida teve um comportamento semelhante à corrente total, em 2019 atingiu valor muito próximo ao de 2014.

A receita do IPTU oscilou entre um mínimo de 430 e um máximo 472 milhões, entre 2010 e 2016 e em 2017 chegou próximo dos 500 milhões. No último biênio, 2018/2019 elevou seu patamar para uma média anual acima de 650 milhões, um significativo aumento real de 45% em relação a 2016. Em 2020 o valor arrecadado no primeiro semestre teve um crescimento expressivo (+ 60 milhões em relação ao primeiro semestre de 2019) e em 2021 e 2022 foram aprovados reajustes anuais de 20%, geométricos. Embora o crescimento da receita deste tributo no curto prazo esteja assegurado, o aumento não foi acompanhado de justiça social: a lei do aumento reduziu a alíquota dos terrenos de maior valor. E o imposto territorial progressivo no tempo sobre grandes glebas sequer foi cogitado. Há necessidade, também, de um criterioso estudo de reavaliação da planta de valores: a última avaliação foi feita nos anos noventa, há quase trinta anos.

O ISSQN é a principal fonte de receita própria da Prefeitura. A arrecadação teve um crescimento expressivo entre 2010 e 2014 (+ 21,1% taxa anual próxima dos 4% ao ano). Nos anos seguintes, entre 2015 e 2019 o crescimento foi modesto: a receita de 2019 foi apenas 7,9% maior do que a de 2014 (+80 milhões), uma taxa anual de crescimento real de apenas 1,5%, insuficiente para compensar a queda da receita do ICMS (-191 milhões entre 2014 e 2019) e a queda da receita do ITBI (arrecadados 66 milhões a menos em 2019 em relação a 2014). Há urgente necessidade aumentar a receita do ISSQN. A melhor forma de aumentar a arrecadação é combater a sonegação e criar medidas de execução fiscal das dívidas em outras modalidades de transição.

A principal transferência, o SUS teve no período uma receita estável, a receita média anual da década, 790 milhões/ano foi a receita de 2019. Em 2011 tivemos o valor mínimo, 743 milhões, e em 2014 o máximo, 847 milhões. Em 2020, em decorrência dos auxílios emergenciais do Covid 19, as transferências nos 7 primeiros meses do ano tiveram um acréscimo de 220 milhões em relação ao valor recebido no mesmo período do ano passado.

Conforme já referido, a receita do ICMS a partir de 2015 começou a cair, em 2019 foram arrecadados 191 milhões a menos do que no ano do “pico”, 2014. Com a pandemia e a queda do índice de participação de Porto Alegre no bolo dos 25%, transferidos aos municípios, a receita do ICMS deve diminuir ainda mais nos próximos anos. A reforma tributária de Eduardo Leite é uma incógnita, talvez possa resultar em recuperação, pelo menos parcial da receita deste tributo.

ANÁLISE DAS DESPESAS DA PMPA

Nos últimos dez anos, em apenas dois, 2012 e 2013, ocorreram déficits, e as despesas superaram o total arrecadado. Em oito anos os balanços da PMPA registraram superávits que foram decrescentes no triênio 2014/2016, mas foram crescentes no triênio 2017/2019. Ano passado o superávit foi expressivo: 589 milhões.

A despesa com pessoal e encargos sociais cresceu expressivamente em 2011, quando se aproximou dos 3 bilhões de reais. A partir de 2012 a despesa se manteve estável, oscilando de 3,36 bilhões (2012) e 3,47 bilhões em 2019, registrando um acréscimo do seu valor real de apenas 2,9% em sete anos, uma taxa média anual de 0,4%! O pico da despesa ocorreu em 2013, quando atingiu 3,93 bilhões, um gasto com a folha 13,3% maior do que a de 2019!

As despesas com custeio, exceto pessoal, classificadas como “outras despesas correntes” (OCD), se mantiveram relativamente estáveis, na faixa dos 2,3 a 2,5 bilhões de reais. As exceções ocorreram em

2010 (“pico” de 2,9 bilhões) e 2018, a menor despesa, próxima dos 2,3 bilhões. As OCD são basicamente as despesas com a contratação de serviços de terceiros e compra de material de consumo.

Os investimentos – obras e aquisição de material permanente e equipamentos – tiveram um comportamento irregular, oscilando muito. E o pior, houve uma acentuada queda a partir de 2015 e, especialmente, no último triênio (2017/2019). Na década, o investimento médio anual foi de 407 milhões (taxa média anual de 6%), que pode ser considerada baixa. Nos anos noventa a PMPA teve taxas acima dos 10% ao ano. O “pico” do investimento ocorreu em 2012, quando foram investidos 649 milhões. No triênio 2017/2019 (Marchezan) o investimento médio anual foi de apenas 243 milhões, uma taxa média anual de 3,5%, a menor dos últimos 30 anos.

Os gastos com Saúde oscilaram na década entre um mínimo de 1,446 bilhão (2010) e um máximo 1,940 bilhões em 2014. O gasto médio anual atingiu 1,675 bilhão. No triênio 2017/2019 (governo Marchezan) o gasto médio anual foi de 1,585 bilhão, muito abaixo do gasto médio anual do triênio anterior (2014/2016), que atingiu 1,804 bilhão. **Marchezan reduziu em média 219 milhões por ano o investimento na saúde nos seus três anos de governo.**

Os investimentos em Educação se mantiveram próximos a 1 bilhão de reais no período 2010/2016, despesa média anual de 1 bilhão e 24 milhões. A despesa na função cresceu a uma taxa média anual de 2,6% nestes sete anos. No triênio 2017/2019 a despesa média anual caiu **para 831 milhões, uma queda de 18,9%, 193 milhões gastos a menos, em média, por ano.**

Há inconsistência nos dados de gastos com Educação no balanço das finanças públicas PMPA/SMF de 2019. Os gastos com a função Educação registrados foram de 636 milhões em 2018 e 628 milhões em 2019 (dados nominais). Já no demonstrativo dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) que devem ser, no mínimo, de 25% da receita de impostos e transferências, o gasto com o MDE registrado para 2018 é de 972 milhões e em 2019 de 968 milhões (valores nominais). Como o gasto com o MDE pode ter sido maior do que o de toda função Educação nesses dois anos?

Os gastos com Previdência Social (pagamento de aposentados e pensionistas) se mantiveram relativamente estáveis no período 2010 a 2017: cresceram a uma taxa pouco acima dos 2% ao ano. Em 2018 deram um “pulo”, de 429 milhões em 2017 passaram a 1 bilhão 441 milhões em 2018, um aumento superior a 1 bilhão de reais, um crescimento real de 236%! O dado tem que ser explicado, este crescimento só poderia ocorrer se em 2018 tivessem ocorrido mais de 10 mil aposentadorias!!

Os gastos com Assistência Social tiveram um crescimento expressivo no triênio 2010/2012, aumentaram 40% e a partir de 2013 e permaneceram estáveis, na faixa dos 230 a 240 milhões de reais/ano. **Em 2019 ocorreu uma queda em relação ao do “pico” (2014), foram gastos 22 milhões a menos, -8,8%.**

Os gastos com Habitação cresceram no período 2010 a 2013, passando de 133 milhões a 175 milhões, gastos mais 42 milhões, +31%. A partir de 2014 começaram a “minguar”, diminuindo anos após ano. **Em 2019 foram gastos apenas 43 milhões, míseros 0,6% da despesa total.**

Os gastos com as funções Cultura e Segurança Pública foram e são inexpressivos. **Os da Cultura caíram de 58 milhões em 2014 para apenas 24 milhões em 2019, valor que corresponde a 0,37% da despesa total.** Os gastos com Segurança aumentaram: passaram dos 58 milhões (2014) para **71 milhões em 2019, mas, ainda assim, representaram apenas 1,1% da despesa total.**

ANÁLISE DOS DADOS DA GESTÃO FISCAL

O comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com a despesa de pessoal e encargos sociais oscilou de um percentual máximo de 50,86% em 2017 a um mínimo de 43,18%, apurado nos doze meses anteriores a abril de 2020 (Portal da Transparência, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), 1º quadrimestre de 2020. Todos os percentuais apurados estiverem abaixo do limite prudencial (51,3%).

A relação de gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)/ receita de impostos e transferência se manteve em todos os anos do período entre 27,0% (mínimo) e 28,7% (máximo), sendo cumprido o que determina a legislação de um gasto mínimo de 25%. Ressalve-se a contradição existente entre o valor do gasto com a função Educação e com o do MDE no último biênio (2018/2019), observação feita na análise da despesa.

O resultado primário foi positivo em seis anos do período (2010, 2011, 2014, 2015, 2018 e 2019). Foi negativo em quatro anos: 2012, 2013, 2016 e 2017. Foi positivo e cresceu significativamente no biênio 2018/2019. O resultado primário é apurado sem que sejam consideradas as receitas e as despesas financeiras. Exemplificando: se uma família tem uma renda de 5 mil reais mensais e os seus gastos totais, sem o pagamento de empréstimos ou dívidas, atingiu 4,5 mil, significa que ela tem um resultado primário de 500 reais para pagar dívida contraídas ou pagar encargos de dívidas futuras.

GASTOS COM CC'S NA PMPA (ESTIMATIVA)

a) Cargos em comissão (CCs)

Em agosto de 2020 o número total de CCs na prefeitura de Porto Alegre (administrações direta e indireta) era de 689.

Os gastos totais, incluindo salários, seguro obrigatório, contribuição patronal para o INSS, seguro acidente e vale-transporte, somaram R\$ 86,2 milhões em 2019.

Como duas parcelas do décimo-terceiro salário foram pagas em 2020, pode-se estimar um valor global referente ao exercício de 2019 de aproximadamente **R\$ 91 milhões**, levando em consideração o desvio entre os valores gastos em janeiro e março/20 e nos meses subsequentes (fevereiro e abril/20).

Número de CCs em agosto de 2020	
Adm. Direta	524
Adm. Indireta	165
Total	689

Adm. Indireta por órgão	
DMAE	69
DEMHAB	42
FASC	33
DMLU	15
PREVIMPA	6
Total	165

Gastos totais com CCs	R\$ milhões
2019	86,241
2020 (até julho)*	55,694

**Inclui duas parcelas do 13º de 2019, pagas em janeiro e março*

b) Dívida ativa e contencioso administrativo

Em 31 de dezembro de 2019 o estoque da dívida ativa somava R\$ 2,144 bilhões, a maior parte referente ao ISSQN e IPTU/Taxa de Coleta de Lixo, com participações de 49,5% e 36,7%, respectivamente. O contencioso administrativo (débitos com recurso administrativo) era de R\$ 290 milhões.

DÍVIDA ATIVA EM 31/12/2019	
Tributo	Valor (R\$ milhões)
ISSQN	1.061,5
IPTU/TCL	786,2
ITBI	108,3
TFLF*	13,1
Débitos não tributários	174,9
Total	2.144,0

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO EM	31/12/2019
	R\$ 290 milhões

GASTOS TOTAIS (LIQUIDADOS) COM PUBLICIDADE NA ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA Resposta em 03/09 a pedido feito via LAI

2019: R\$ 33,061 milhões

1º semestre de 2019: R\$ 11,359 milhões

1º semestre de 2020: R\$ 4,433 milhões (queda de 61% em comparação com igual período de 2019)

1.5 REVOLUÇÃO TRIBUTÁRIA: taxar os de cima para manter empregos e direitos dos de baixo

O Brasil ainda vive os impactos da crise econômica aberta em 2014 e retroalimentada pelas políticas ultraliberais que aumentaram a concentração de renda e a pobreza no país. O Teto dos Gastos imposto pelo governo golpista de Temer, a reforma trabalhista e previdenciária, somada aos impactos da pandemia nas finanças públicas, fez o PIB ficar 9,7% negativo no primeiro semestre de 2020. A imposição de congelamento do salário de servidores e a redução pela metade do auxílio emergencial, através de Medida Provisória feita por Bolsonaro, e a perspectiva de extinção desse direito a partir de janeiro de 2021 nos permitem visualizar um cenário sombrio.

Um governo de novo tipo deve estar a serviço da construção de uma luta nacional contra a agenda ultraliberal e por uma revolução tributária que permita taxar os milionários, os bancos, os lucros e dividendos para combater a desigualdade econômica e social.

No município é preciso inverter radicalmente a lógica. Lutaremos por ampliar as receitas e investimentos para que a cidade combata a vulnerabilidade e amplie as políticas de proteção social, de geração de emprego e renda e apresente uma agenda clara anti-crise para Porto Alegre. Para isso propomos:

Otimização das informações sobre Finanças Públicas de Porto Alegre: revitalizar o layout de apresentação de dados de recursos, despesas, orçamento e investimento de modo mais apropriado com implementação de *dashboard* com atualização automatizada em tempo real. Manter dados em séries históricas e o Anuário Estatístico atualizado e disponível para cada área em links específicos. Elaborar uma ferramenta interativa de análises rápidas sobre consulta aos dados disponíveis e aprimorar o Balanço das Finanças Públicas de Porto Alegre permanentemente.

Impulso a um movimento nacional das cidades contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que veio para reduzir os gastos sociais, impedir que os governos sigam prestando serviços públicos diretos e forçar a entrega dessas atribuições, por meio das terceirizações, à exploração de empresas que visam ao lucro. Em algumas áreas fundamentais, cerca de 40% dos serviços que deveriam ser públicos estão em mãos da iniciativa privada e a população está mal atendida.

Porto Alegre contra a crise: Nossa prefeitura será parte da **luta nacional para a criação de uma renda básica permanente**, aos moldes do projeto do PSOL, que cria o direito indicando as fontes de financiamento, como o Imposto Sobre as Grandes Fortunas, Taxação de Lucros e Dividendos e aumento sobre a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido;

Gastos secundários e privilégios devem ser imediatamente cortados, a prefeita, vice e secretários reduzirão o salário para cortar na carne e mostrar que política não é lugar para ganhar dinheiro. Estimamos uma economia de quase **3 milhões de reais por ano** com essa medida simples;

Economizar cerca de 63 milhões de reais cortando em 70% os cargos em comissão. Queremos governar com a cidadania e a inteligência da cidade, somos contra o Balcão de Negócios e o velho toma-lá-dá-cá, em que os governos usam os CCs para comprar uma base alugada dos partidos de aluguel. Além de desperdiçar os poucos recursos públicos, essa prática muitas vezes leva pessoas sem nenhuma qualidade técnica a gerenciar chefias e diretorias, precarizando o atendimento da população;

Combate à sonegação fiscal e busca incessante para o pagamento dos débitos com a prefeitura de Porto Alegre, que hoje totalizam **mais de 2 bilhões de reais**. É preciso instituir o Cadastro de Inadimplentes imediatamente e criar mecanismos de endurecimento aos maiores devedores do município, facilitando a execução fiscal e medidas compensatórias que permitam tirar dos milionários para financiar a ampla maioria do povo;

É preciso estimular o crescimento, a renda e o consumo. **Uma medida imediata nesse sentido é desendividar milhares de porto alegrenses de baixa renda**. Proporemos uma Lei de Transação Tributária para que grandes devedores, como o Citibank Leasing (que deve 13,7 milhões para os cofres públicos), paguem a dívida de pessoas de baixa renda inscritas no cadastro único e que estejam no SPC e SERASA. A prioridade será por aqueles de maior vulnerabilidade, ou seja, mais baixa renda e mulheres chefes de família. A lista de pessoas que podem ser beneficiadas deverá ser feita com critérios transparentes e com controle social.

Outra medida de transação tributária é devolver em serviços e produtos. No caso dos maiores devedores individuais por CNPJ temos 4 construtoras: **Habitasul da Negócio Imobiliários e Administração de Bens S/A 21,2 milhões, somada com a Habitação Desenvolvimento Imobiliários S/A mais de 5,7. Assim como a Dallasant Empreendimentos (6,2) e Incorporação Ltda e Country Empreendimentos e Incorporações Ltda (5,1).** Essa dívida, se cobrada em produtos, renderá, no mínimo, 764 casas populares para suprir as demandas históricas de moradia. No governo da nossa Frente, vamos cobrar dos ricos para garantir direitos dos pobres; já o CIEE, que deve cerca de 21 milhões de reais ao município, poderá pagar a dívida com a instituição do Projeto Estágio Cidadão, para criar oportunidades de trabalho para jovens e a instituição de um Programa de Empregabilidade para a População Trans, com a realização de cursos e oficinas de inserção no mercado de trabalho dessa população tão marginalizada e excluída do mercado formal;

Empresas devedoras sem condições de quitar dívidas, como é o caso da Ulbra, deverão pagar seus débitos em imóveis ou outros bens. Assim, novos prédios públicos, escolas e moradias populares poderão ser devolvidas ao povo de Porto Alegre. A nova Lei de Transação Tributária discorrerá sobre essa nova modalidade de cobrança de dívida ativa;

Cobrança dos imóveis de luxo que estão inadimplentes no IPTU. Os auditores da Fazenda fizeram uma força tarefa em 2018 e identificaram 4 mil imóveis de luxo que não estavam com o imposto em dia. O montante de dívida desses ricos totaliza **100 milhões de reais. Queremos cobrar essa dívida!**

Instituir os projetos pensados e defendidos pela AIAMU, que ampliam a arrecadação sem aumentar carga tributária para o povo e a classe média. O **pacote tem potencial de arrecadação no valor de 295 milhões** de reais são eles: Compliance da Receita Municipal; Aplicativo da Receita Municipal amplia a arrecadação e reduz a despesa; Lei de Transação Tributária soluciona problemas estruturais da dívida; Sistema de Benefício da NFSe amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Consolidador da NFSe amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Novo Aerolevante amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Desenvolvimento Software Inteligência amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Procuração Digital moderniza e desburocratiza a administração pública. Com esses recursos queremos criar o **auxílio emergencial municipal.**

Atualização da planta fiscal para fins de aumento da arrecadação do IPTU, com revisão da faixa de isenção, para impedir impactos sobre os setores médios e pobres da sociedade. Os recursos adicionais devem ser destinados às áreas sociais.

IPTU Progressivo. As alíquotas sobre os vazios urbanos e bens ociosos devem ser elevadas. A medida cumpre o previsto na Constituição Federal no que diz respeito à função social da propriedade e é fundamental para o exercício da justiça fiscal.

Auditoria da dívida e dos contratos duvidosos para verificar a legalidade, a necessidade e a real extensão dos compromissos firmados pela prefeitura.

Revogação da Lei 881 de 20 de abril de 2020 que institui, na prática, o congelamento dos salários dos servidores municipais. Os trabalhadores merecem seus direitos e a valorização dos profissionais estimula o consumo no comércio e serviços tão afetados durante a pandemia do Covid-19.

Isenção dos preços públicos e taxas para os permissionários do Mercado Público e das feiras no período de 6 meses, com a contrapartida de que os beneficiários não possam demitir funcionários. Esses setores foram duramente afetados pela pandemia. Um governo preocupado com o povo tem que dar condições para que os pequenos produtores e artesãos possam trabalhar. A renúncia fiscal é baixa e permite a manutenção de postos trabalho em momento de aumento de desemprego.

2. PODER POPULAR: GOVERNO DE NOVO TIPO

Porto Alegre precisa garantir o direito dos porto-alegrenses de tomar as decisões importantes da cidade. Ao longo de anos, sucessivos governos foram cada vez mais se afastando das necessidades da maioria da população e usurpando seu poder de decisão. No primeiro ano de sua gestão, Marchezan enterrou o Orçamento Participativo que, já bastante "aparelhado" por interesses políticos, agonizava há anos. Não aceitou novas demandas e, de um universo de mais de duas mil obras pendentes, apenas 159 foram consideradas viáveis. Destas, 54 estiveram em execução desde 2018, segundo a própria Prefeitura². Ou seja, apenas 2,7% das obras pendentes foram executadas. Os canais abertos de participação foram sendo fechados e utilizados para fins político-partidários.

Os Conselhos Municipais foram sistematicamente sendo desrespeitados e desmontados. Ao propor Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELO) nº 09/2017, que restringe o poder de deliberação dos Conselhos, o prefeito Marchezan demonstrou, na prática, seu projeto elitista e autoritário de cidade. Em reunião com o meio empresarial (em novembro de 2017) chegou a declarar, sem meias palavras: *“Não será ninguém mais do que a elite da comunicação, a elite empresarial e a elite política que farão as reformas tão necessárias. Delegar isso ao ‘seu João’ e à ‘Dona Maria’ é irresponsabilidade”*³.

Nosso projeto de governo é o oposto. Queremos construir mecanismos para exercer uma democracia de baixo para cima. Só quem pode fazer as mudanças necessárias é a força dos milhões de "Seu João e Donas Marias", mobilizados, organizados e definindo os rumos da política e da cidade. Nosso governo vai escutar a cidadania e subordinar a ela as grandes decisões que impactam a vida urbana, sem distribuir regalias a amigos da elite e sem aparelhar a prefeitura com interesses político-partidários, personalistas e eleitoreiros.

Para esta profunda mudança é fundamental a auto-organização da cidadania trabalhadora. A partir dos bairros e dos locais de trabalho, de estudo, de cultura e lazer é possível garantir que as pessoas sejam sujeitos (e não apenas objetos) da política que Porto Alegre precisa.

Nosso povo tem experiência de organização. Organiza-se para morar e lutar por moradia, em uma cidade na qual 11.109 moradias e 44.436 pessoas estão em situação de risco alto ou muito alto. Organiza-se para trabalhar, em uma cidade onde mulheres, negros e jovens são os mais afetados pelo desemprego. Organiza-se para cuidar das crianças em uma cidade onde faltam creches. Organiza-se pra estudar, apesar do descaso proposital com a Rede Municipal de Educação. Organiza-se para fazer esportes, na periferia da cidade, onde os parques, quadras e praças não contam com o mesmo cuidado que o prefeito tem com o Parcão. Organiza-se para fazer Carnaval, quando milhões são cortados da maior festa da cultura popular de nossa cidade. Agora o povo precisa se organizar para governar, e derrotar os que querem seguir usando a prefeitura para interesses privados. Por isso propomos:

Muitas cabeças pensam melhor que uma - A população deve ser consultada sobre as principais decisões que afetam a cidade, especialmente obras de valor elevado e de significativo impacto social e ambiental. Mecanismos de democracia direta, como referendos, plebiscitos e consultas, combinados às novas tecnologias que permitem a participação ainda maior do povo, podem produzir um verdadeiro Processo Constituinte que culmine em um grande **Congresso da Cidade de Porto Alegre**, precedido por **Assembleias Populares Regionais e Temáticas**. A Prefeitura será indutora dos processos de participação e decisão da população. Envolvendo aqueles que estão na batalha por um salário ou um emprego, nas entidades de classe, nos movimentos populares, no funcionalismo público, na cena cultural e nas universidades queremos promover um processo aberto de diálogo para tomar decisões coletivas às quais a Administração deve obedecer.

²<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/orcamento-participativo-completa-30-anos-em-busca-de-recursos-e-pegada-digital-cjz8qs7uo01wx01qm9f836pve.html>

³<https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2017/11/empresarios-marchezan-diz-que-elites-farao-as-reformas-tao-necessarias/>

Fortalecimento das Conferências e Conselhos Municipais – Sucessivos governos vêm esvaziando a importância destas instâncias e desrespeitando suas decisões. Isso sem falar no aparelhamento de algumas delas. No primeiro ano da gestão Marchezan (por meio do PL 09/2017), foi colocada em questão a prerrogativa de instância deliberativa dos Conselhos Municipais, presente na Lei Orgânica de POA. Uma tentativa autoritária de calar as vozes da sociedade civil e concentrar ainda mais poderes no Executivo. Um governo popular deve estabelecer uma dinâmica antiburocrática e de respeito aos Conselhos e Conferências. Precisa cumprir rigorosamente suas determinações e revogar qualquer tentativa de esvaziar o poder dos que fiscalizam e tão bem conhecem a gestão pública.

Criação de uma Assembleia Popular de Porto Alegre, enquanto fórum permanente, independente do Estado e dos partidos políticos, para debater e encaminhar a luta pela melhoria das condições de vida da população com participação de sindicatos, associações de bairro e outras entidades populares.

Movimento Cidades Contra a Crise – Porto Alegre deve liderar um movimento nacional de prefeitas e prefeitos, em primeiro lugar, para exigir os recursos que são direito das populações e não dos governantes das cidades. Em segundo lugar, para implementar medidas concretas contra a crise que se aprofundou dramaticamente com a entrada do novo coronavírus; medidas mirando na desigualdade social, se contrapondo à saída neoliberal para a crise, na qual sempre são os de baixo que pagam a conta. Porto Alegre deve impulsionar um movimento internacional de cidades antineoliberais e antifascistas.

Gestão pública como exemplo e não cabide de empregos – Via de regra a Administração costuma sofrer com o “aparelhamento” partidário, responsável pela ocupação de cargos importantes por pessoas que não têm condições técnicas e, às vezes, nem ética para tal. Alguns postos de alto escalão precisam ser preenchidos pelo critério de confiança dos eleitos, mas para os demais cargos devem ser realizados concursos internos que levem em consideração o conhecimento técnico, experiência na função e eleição para avaliar a liderança do servidor. Todo o contrário do suspeito “Banco de Talentos” de Marchezan, no qual empresas privadas fizeram toda a seleção de cargos nos órgãos públicos sem autorização e sem concorrência, como investiga a CPI instalada na Câmara Municipal em 03/10/2019⁴.

Orçamento Participativo e Deliberativo (OPD) – Porto Alegre já foi reconhecida mundialmente pela experiência do OP, porém esse instrumento foi sendo desrespeitado, desacreditado e paulatinamente burocratizado. Nossa proposta é ampliar o alcance do Orçamento Participativo para que a população discuta o conjunto do orçamento, a política fiscal e tributária, e não só um pequeno percentual dos investimentos. Também é fundamental que a prefeitura respeite e cumpra rigorosamente as deliberações do OPD.

Escola do OPD – Centros comunitários de formação permanente dos Conselheiros do OPD, apoiando-se na rede municipal de Educação e bibliotecas comunitárias, para alfabetização urbanística e para dotar de maior capacidade de elaboração aqueles que de fato darão o tom e a tinta de um governo de novo tipo, no qual prima uma democracia de baixo pra cima, com participação substantiva da cidadania, podendo haver formação EAD de delegados e conselheiros para agilizar a qualificação dos participantes e população em geral.

Aplicativo Governar Tu – Propomos o desenvolvimento, por meio da PROCEMPA, de uma plataforma de internet na qual qualquer pessoa possa apresentar uma proposta de lei para a melhoria da cidade. Se obtiver apoio de 2% do eleitorado, a ideia será submetida a plebiscito e, se aprovada, será encampada pelo governo.

Prefeitura pé no bairro – A prefeita e todo o secretariado estarão nos bairros para ouvir a população. O diálogo direto do governo com a população permitirá agilidade para resolver os problemas mais imediatos da cidade. A periferia deve estar no centro das preocupações e ações do governo municipal.

⁴<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/10/camara-instala-cpi-do-banco-de-talentos-e-presidente-quer-quebrar-sigilo-do-prefeito-ck1axj2st02mp01n3r17goyvx.html>

3. CARTÃO VERMELHO PARA OS PRIVILÉGIOS E A CORRUPÇÃO

Nosso programa parte do princípio de que os mandatos não são de propriedade individual dos eleitos, mas uma síntese de vontades, propostas e engajamentos comuns. Devem, portanto, ser tratados com uma expressão coletiva, sem que nunca se sobreponham interesses privados de qualquer natureza, sejam empresariais, pessoais ou fisiológicos.

A população está pagando pela crise e os políticos ostentam condições de vida totalmente diferentes de seus eleitores. Isso não pode continuar assim. Mandato não pode ser sinônimo de enriquecimento nem de carreira profissional.

A estrutura administrativa pública não pode ser “loteada” entre os partidos que compõem as coligações. O combate à corrupção passa pela ética e pela capacidade técnica dos agentes públicos, mas depende, sobretudo, do controle e da fiscalização que a população exerce sobre os governantes. À prefeitura cabe prestar contas de forma transparente e dar as condições para que haja mais controle da população.

Só com mais democracia - e não menos - podemos impedir a apropriação privada da administração pública. O governo municipal deve oferecer instrumentos de controle público e ter respeito ao mandato que o povo lhe delegou.

Mandato não é privilégio – Redução do salário da prefeita, do vice e dos secretários ao valor do salário de um professor municipal em fim de carreira, para investir em programas que beneficiem comunidades afetadas por enchentes e outras catástrofes. A remuneração dos políticos deve ser compatível com a realidade dos servidores de carreira e qualquer reajuste deve estar vinculado aos índices concedidos aos municipais.

Corte de 70% do CCs e valorização dos servidores de carreira – O funcionalismo de carreira tem direito a salários dignos e condições de trabalho adequadas. O setor público não é feudo dos partidos nem instrumento de barganha política. Por isso, propomos o corte de 70% dos cargos de confiança, para que o conhecimento dos servidores de carreira seja aproveitado nos serviços prestados pela Prefeitura.

Contra a corrupção: quem não deve não teme – É preciso fortalecer a Controladoria Geral do Município, dar transparência e publicidade às auditorias e estimular a criação de um comitê cidadão de especialistas independentes que acompanhe de perto esse trabalho de controle do uso do dinheiro público. Também propomos a criação de comissões de servidores para fiscalização de contratos e serviços e a instituição de mecanismos de delação anônima para casos de corrupção na Prefeitura.

Prestação de contas dos governantes – A prefeita, o vice, os secretários e todos os detentores de cargos em comissão deverão publicar anualmente a evolução do seu patrimônio pessoal.

Criação do Conselho da Cidade – Órgão de participação popular junto à Prefeitura, o Conselho da Cidade será composto por delegados eleitos nas conferências regionais e nos conselhos temáticos e terá poder deliberativo. O Conselho da Cidade se reunirá trimestralmente. A prefeita terá obrigação de prestar contas do seu mandato diante do Conselho da Cidade e acatar as propostas emanadas da participação popular.

3.1 CPI da corrupção no governo Marchezan

A gestão de Marchezan, desde o início, defendeu privilégios de “amigos” empresários e sabotou a transparência e a eficácia do serviço público. Isso ficou provado nas investigações da CPI do Marchezan, presidida pelo vereador Roberto Robaina.

Em março de 2017, quando Marchezan articulava sua gestão em parceria com o empresário Michel Costa, então investigado pela polícia por fraude no DAER, o prefeito anunciava em coletiva à imprensa que economizaria R\$ 50 milhões com cortes em cargos de confiança (CCs). Na campanha eleitoral, prometeu reduzir em 70% o total de CCs.

Naquele momento, a prefeitura contava com 700 CCs.

Em setembro de 2019, faltando pouco para o fim do governo, o que pode ser antecipado por um *impeachment*, são 689 CCs.

O corte prometido foi somente promessa. O que o prefeito fez foi usar a estrutura de CCs para obter, durante toda sua gestão, a maioria dos votos na Câmara dos Vereadores. Parece mesmo que os CCs são reduzidos apenas quando Marchezan quer retaliar aliados, segundo ele, infieis.

Por tudo isso, a CPI deu muito trabalho. Tivemos de enfrentar boicotes da base aliada de Marchezan, que queria parar as investigações. Não desistimos.

O relatório final é extenso e fiel aos fatos, fruto de intenso trabalho sobre milhares de páginas de documentos, oitivas, investigações prévias, processos judiciais e denúncias.

No relatório, aprovado pela maioria dos integrantes da CPI, concluímos:

- A ocorrência de crimes relacionados ao Banco de Talentos por prática de advocacia administrativa, improbidade, corrupção passiva, tráfico de influências, fraude à lei de licitações e conflito de interesses, assim como falso testemunho em declarações prestadas pelo ex-coordenador do Banco de Talentos e ex-chefe de gabinete Christian Wyse de Lemos.
- Nas relações do prefeito com o empresário Michel Costa, verificou-se igualmente a ocorrência de crimes de advocacia administrativa, tráfico de influência, corrupção passiva e improbidade.
- Em relação à viagem a Paris, foi observada a prática de corrupção passiva e crime de responsabilidade, já que as despesas do prefeito e de sua comitiva foram bancadas por empresa ligada a Michel Costa.
- Agora, o relatório será encaminhado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado para que sejam tomadas as devidas providências. Que os responsáveis por esses crimes sejam punidos!

4. PLANO EMERGENCIAL CONTRA OS EFEITOS DA PANDEMIA

A pandemia do novo coronavírus trouxe tristezas profundas ao nosso país, levando centenas de milhares de famílias a ter que enfrentar seus lutos sem poder sequer se despedir de seus entes queridos. Para piorar, essas famílias tiveram seus lutos desrespeitados por um presidente da República negacionista, fascista e estúpido como Bolsonaro, que coloca permanentemente os lucros acima das vidas. Sua estupidez não o absolve. Ao não seguir as recomendações da OMS e chantagear o povo com o atraso do pagamento do auxílio emergencial, produziu verdadeiro genocídio de nossa população. O povo não pode escolher entre morrer de fome ou se contaminar com o coronavírus.

A pandemia também deixou exposta a fratura da desigualdade e a linha política dos governos. Bolsonaro, o maior amigo do vírus no Brasil, mostrou sua verdadeira face. Aquele que se elegeu dizendo combater a corrupção e se vendeu como político antissistema provou ser a parte mais podre de um regime político apodrecido. Para se proteger da investigação contra seus filhos corruptos, comprou os partidos mais corruptos do Brasil para compor sua base alugada no Congresso Nacional. Assim o velho toma-lá-dá-cá garantiu a estabilidade do protofascismo. Os governos estaduais e municipais, com raríssimas exceções, apesar de não terem sido criminosos como o presidente, tiveram uma política errática em relação à pandemia, não enfrentando de forma organizada a política genocida de Bolsonaro e, em muitos casos, cedendo a pressões empresariais e pondo em risco a vida de milhões pelo país.

Marchezan não fugiu à regra. Apesar dos hercúleos esforços que o povo de Porto Alegre fez no início da pandemia, seguindo as orientações da ciência (em 22 de março o município chegou a registrar um índice de isolamento social de 71,3%), sem receber as garantias econômicas para ter direito ao isolamento social, foi obrigado a circular em ônibus lotados, aglomerando-se nas paradas. Marchezan, que governa de joelhos para o empresariado e de costas para a periferia da cidade, cedeu à sede de lucros de alguns em detrimento do risco à vida da maioria trabalhadora.

Em um cenário no qual o país é governado por um fascista desastrado como Bolsonaro, capaz de abandonar a responsabilidade com a vida dos brasileiros para coesionar sua base de lunáticos, milicianos e bandidos, o efeito da chegada de uma crise sanitária em meio a uma crise econômica foi devastador sobre a vida do povo trabalhador. Contraditoriamente, Bolsonaro cresce nos índices de aprovação com o impacto do auxílio emergencial na vida das pessoas. Contraditório porque o governo foi derrotado nessa votação. A política inicial deles era de 200 reais. Nós do PSOL fomos a vanguarda da defesa do aumento dos valores e conquistamos o duplo benefício para as mulheres chefes de família.

Além disso, o alinhamento da política ultraliberal preconizada tanto pelo (Des)ministro da Economia, quanto por Leite e Marchezan piorou as coisas. Basta pensar o quão mais grave teriam sido os efeitos da pandemia se Guedes e Marchezan tivessem conseguido implementar seus planos de privatizar inúmeros hospitais (federais e municipais), desmontar o SUS e esfoliar seus servidores. Foi a luta dos trabalhadores da saúde que os parou e a pandemia que revelou suas mentiras. Entretanto, fizeram muito estrago nas políticas públicas de saúde. O caso do IMESF talvez seja o mais emblemático, já que o prefeito teve como política a perseguição e a demissão de 1.800 agentes comunitários da Estratégia de Saúde da Família justamente quando eles seriam mais necessários, em meio a uma pandemia.

A vida, que já não estava fácil, piorou na pandemia. Só em Porto Alegre foram perdidos 25 mil postos de trabalho e, se observamos os dados produzidos pela PNAD Contínua, veremos que no município de Porto Alegre a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020 foi de 10%. O rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 4.173,00 em valores correntes, uma queda de R\$ 169,00 quanto ao quarto trimestre de 2019, e um recuo de R\$ 186,00 em relação ao mesmo período no ano passado. Se observarmos a distribuição da média de rendimentos por raça e gênero veremos que, enquanto os homens apresentam rendimento médio de R\$ 4.755,00, as mulheres têm rendimento médio de R\$ 3.279,00, ou seja 31% a menos. Verifica-se,

además, que a força de trabalho branca recebe R\$ 4.624,00, enquanto a força de trabalho negra/preta recebe R\$ 2.225,00, (45% abaixo) e os pardos R\$ 1.970,00 (51% abaixo do valor médio). Infelizmente, essas populações já vilipendiadas pelo racismo estrutural e o patriarcado são também as principais vítimas dos efeitos da pandemia, especialmente por habitarem áreas precárias da cidade segregada que é Porto Alegre.

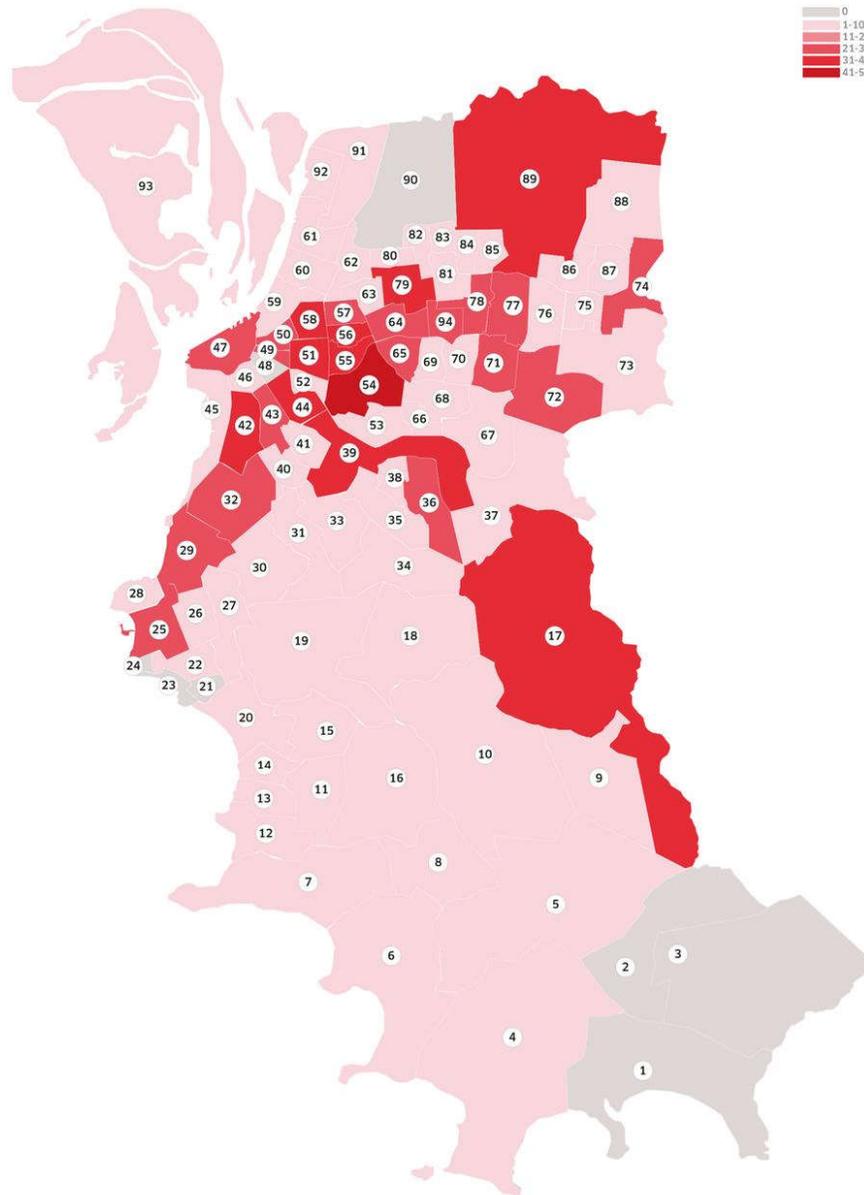
De acordo com dados produzidos pelo ObservaPOA, temos cerca de 200 mil moradores em favelas (13,7% da população), em um total de 62.000 domicílios pobres e indigentes (12% dos domicílios) e cerca de 16% dos moradores que recebem até 1 salário mínimo. Estes dados são do Censo de 2010 e, desde então, houve um agravamento da crise econômica, o que pode significar que esses indicadores estejam bem piores.

Nesse contexto tão difícil ainda tivemos, em meio à pandemia, desabastecimento constante de água na Lomba do Pinheiro e no Morro Santana, impedindo as necessárias medidas sanitárias, além da remoção das famílias da Vila Nazaré, situada nas proximidades do Aeroporto Internacional Salgado Filho – mais especificamente em área para onde se prevê a expansão da pista – e que lutava pela permanência em seu território. A situação já vinha se agravando pela falta de água e culminou com a remoção das famílias sem alternativa habitacional. Algo absolutamente desumano, que revela o quanto os poderes em todas as suas esferas podem ser cruéis com os pobres para preservar os interesses do capital. O vírus, obviamente, não tem distinção ideológica ou de classe, mas suas consequências vitimaram de maneira ainda mais brutal aqueles que já são vítimas da desigualdade e da superexploração que marcam a reprodução social capitalista, particularmente nos países dependentes como o nosso.

De acordo com o Dossiê organizado pelo Observatório das Metrôpoles em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana⁵, a pandemia apresentou um desenvolvimento desigual, tanto na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), quanto no município de Porto Alegre. No início Porto Alegre foi um centro de contaminação e, posteriormente, a pandemia foi se interiorizando. No dia 2 de abril, a capital concentrava 60% e a Região Metropolitana (RMPA) 73% dos casos de Covid-19 no Estado. No dia 15 de abril, esses números representavam 40% para Porto Alegre e 60% para a RMPA, respectivamente. Em 30 de abril o estado contava com 1.420 casos, sendo 447 em Porto Alegre (31,5%) e outros 234 (16,5%) em 26 municípios da RMPA, totalizando 681 casos (48%), sendo que a região concentra 38% da população estadual. No Município, ela começa nos bairros com maior renda *per-capta* e, em seguida, vai se periferizando. Como podemos ver nas figuras a seguir:

⁵ Ver: **A pandemia de Covid-19 no Rio Grande do Sul e na Metrôpole de Porto Alegre**. Observatório das Metrôpoles, julho de 2020.

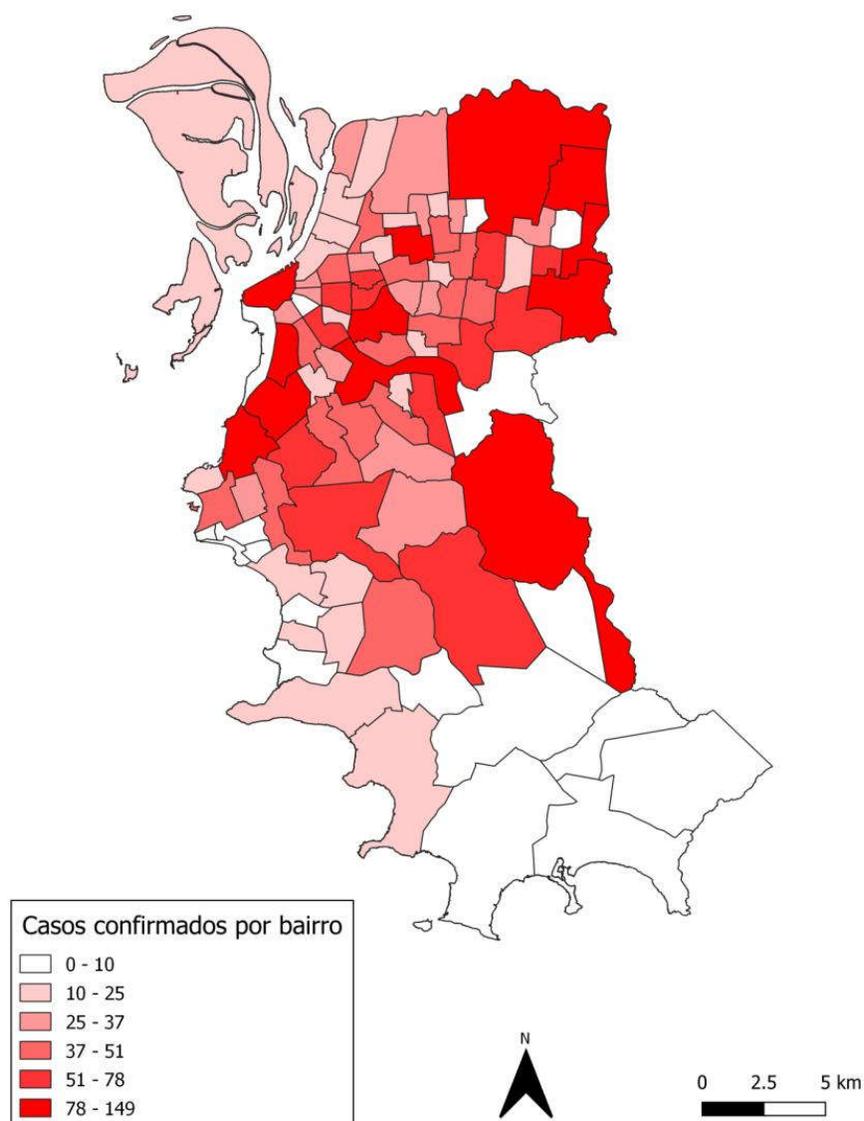
Porto Alegre: mapa de casos de Covid-19 por bairro em 22/05/2020



Localização no mapa	Número de casos	65.Três Figueiras	15	63.Higienópolis	8	76.Passo das Pedras	4	87.Parque Santa Fé	1
54.Petropolis	43	50.Independência	14	27.Cavallhada	8	70.Vila Jardim	4	45.Praia de Belas	1
55.Bela Vista	38	32.Santa Tereza	14	10.Restinga	8	66.Jardim do Salso	4	37.Agronomia	1
51.Rio Branco	29	57.Auxiliadora	13	73.Mário Quintana	7	9.Pitinga	4	35.Cel. Aparício Borges	1
89.Sarandi	28	72.Morro Santana	12	68.Bom Jesus	7	61.Navegantes	3	93.Arquipélago	1
79.Passo d'Areia	27	36.Vila São José	12	40.Medianeira	7	83.Jardim Floresta	3	22.5ºtimo Céu	1
56.Mont Serrat	25	74.Rubem Berta	11	30.Nonoal	7	82.Jardim São Pedro	3	12.Serraria	1
39.Partenon	24	78.Vila Ipiranga	11	80.Santa Maria Goretti	6	60.São Geraldo	3	5.Lageado	1
42.Menino Deus	24	94.Jardim Europa	11	19.Vila Nova	6	34.Cascata	3	8.Chapéu do Sol	1
58.Moinhos de Vento	23	71.Jardim Sabará	11	26.Camaquã	6	20.Ipanema	3	7.Ponta Grossa	1
17.Lomba do Pinheiro	21	67.Jardim Carvalho	10	46.Cidade Baixa	5	6.Belém Novo	3	4.Boa Vista do Sul	1
44.Santana	21	53.Jardim Botânico	10	38.Vila João Pessoa	5	85.São Sebastião	2	90.Anchieta	0
64.Boa Vista	17	41.Santo Antônio	10	28.Vila Assunção	5	84.Jardim Lindóia	2	48.Farrocoilha	0
48.Bom Fim	17	33.Glória	10	16.Hípica	5	52.Santa Cecília	2	24.Vila Conceição	0
43.Azenha	17	31.Teresópolis	10	11.Aberta dos Morros	5	18.Belém Velho	2	23.Pedra Redonda	0
29.Cristal	17	62.São João	9	91.Humaitá	4	15.Campo Novo	2	21.Jardim Isabel	0
25.Tristeza	17	75.Jardim Leopoldina	9	88.Santa Rosa de Limas	4	14.Espírito Santo	2	2.São Caetano	0
77.Jardim Itu	15	69.Chácara das Pedras	9	86.Costa e Silva	4	13.Guarujá	2	3.Extrema	0
47.Centro Histórico	15	81.Cristo Redentor	8	59.Floresta	4	92.Farrapos	1	1.Lami	0

Fonte: CGVS, Secretaria Municipal de Saúde, POA

Porto Alegre: mapa de casos de Covid-19 por bairro em 06/07/2020



Fonte: Dados da CGVS/SMS, Porto Alegre. Elaboração Pedro Ugalde (2020)

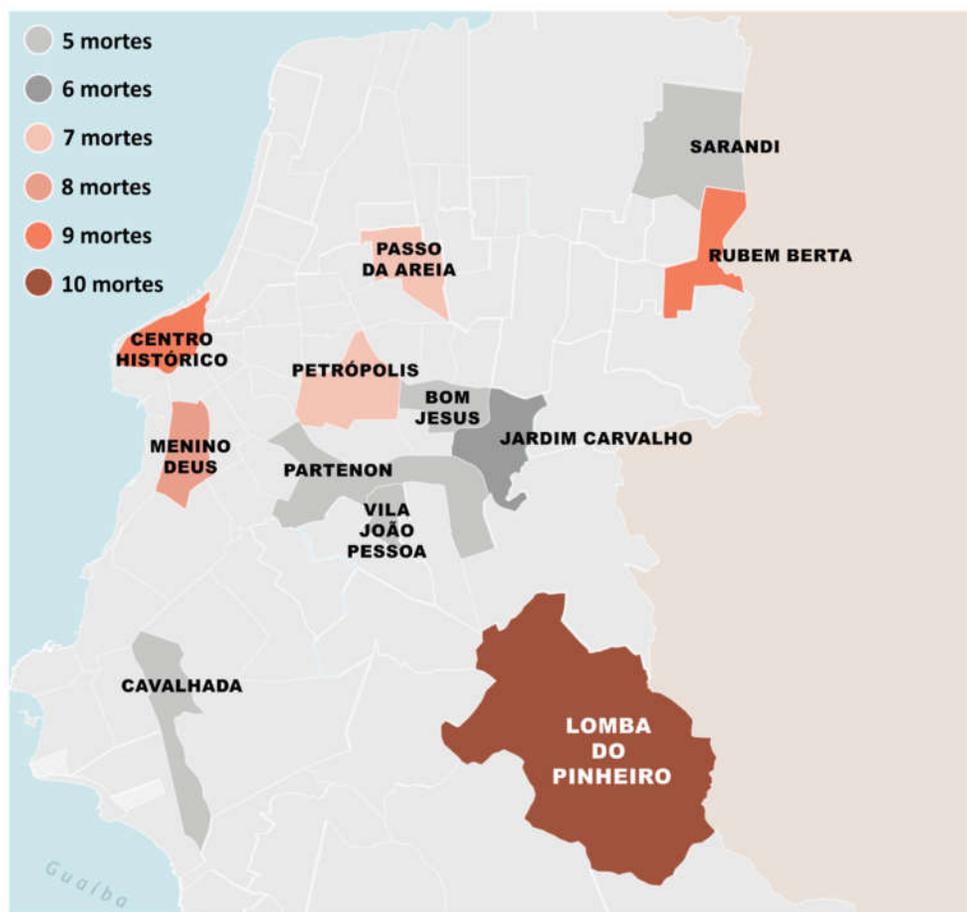
No dia 6 de julho, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde, há uma ampla difusão da pandemia, com maior número de casos nos bairros periféricos mais populosos, como Sarandi, Partenon e Lomba do Pinheiro, assim como no Centro Histórico, que está entre os cinco com maior número de casos. Pelas figuras, percebe-se que a disseminação ainda é forte nos bairros de classe alta e média alta (Jardim Europa, Três Figueiras, Montserrat, Bela Vista, Chácara das Pedras), mas também apresenta uma forte incidência em bairros periféricos da Zona Norte, como Anchieta, Jardim São Pedro e Jardim Floresta e na Zona Sul, bairro São Caetano. Na Zona Norte, o bairro Anchieta apresenta pequena densidade demográfica (203 habitantes, segundo Censo de 2000), mas um grande número de trabalhadores, especialmente no setor de transporte, armazenamento e logística, o que pode explicar a maior incidência de contaminação pelo novo coronavírus. Em 23 de junho de 2020, Porto Alegre teve

recorde de pacientes com Covid-19 internados em leitos de UTIs (111) e entrou na chamada zona vermelha do distanciamento controlado.

Dados divulgados pelo jornal Zero Hora em 19 de julho⁶, apenas treze dias após a difusão periférica da pandemia, mostram que pelo menos 72% dos 94 bairros oficiais do município já tiveram alguma morte provocada pelo coronavírus desde seu início. Entre os 68 bairros com notificações de óbito desde março de 2020, os maiores números se concentram no Centro Histórico (9 mortos), na Lomba do Pinheiro, no Menino Deus e no Rubem Berta (8 mortos) e no bairro Petrópolis (7 mortos). Dentre estes cinco bairros com mais mortes, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta têm renda familiar 70% e 55%, inferiores à renda média da cidade, respectivamente. O que demonstra nitidamente que a pandemia, apesar de ter iniciado na área mais elitizada da cidade (especialmente por moradores que tiveram contato com o vírus em viagem ao exterior) ao expandir-se para as áreas mais vulneráveis e populosas da cidade vitimou com força os mais pobres.

Em 20 de julho, segundo pesquisa do mesmo jornal feita com base nos dados da Secretaria Estadual de Saúde⁷, dos 10 bairros com mais mortes em Porto Alegre, apenas três são de alta renda. Lideravam o ranking da tragédia a Lomba do Pinheiro, o Rubem Berta e o Centro Histórico. O rico Moinhos de Vento, apesar de ter 34% de idosos, a maior proporção da cidade, registrou apenas uma morte até a data.

Porto Alegre: bairros com mais mortes por coronavírus em 20/07/2020



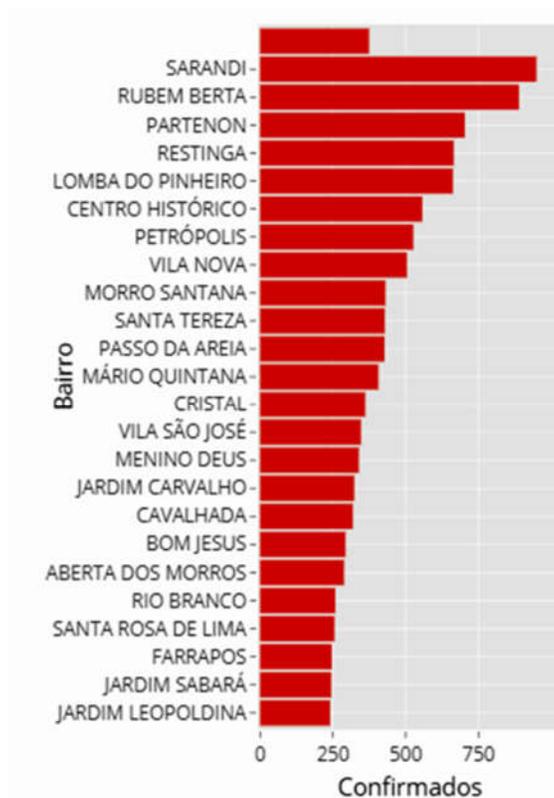
Fonte: Secretaria Estadual da Saúde (SES)

⁶Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/07/mais-de-70-dos-bairros-deporto-alegre-ja-registraram-morte-por-coronavirus>>.

⁷Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/07/o-coronavirus-e-a-desigualdade-como-e-por-que-a-covid-19-se-torna-mais-letal-nas-areas-de-periferia-ckd0ixqgg00110147grjxxmge.html>>

Com base nos dados da Secretaria Municipal de Saúde, os dados atualizados diariamente por pesquisadores da UFRGS⁸ mostram a evolução geral dos casos por bairro. No acumulado de casos e óbitos podemos notar nitidamente, especialmente nos cinco bairros mais atingidos, a periferização da pandemia e as consequências perversas desse processo, no qual a taxa :

Porto Alegre: Casos de Covid-19 por Bairro (acumulado) até 05/09/2020



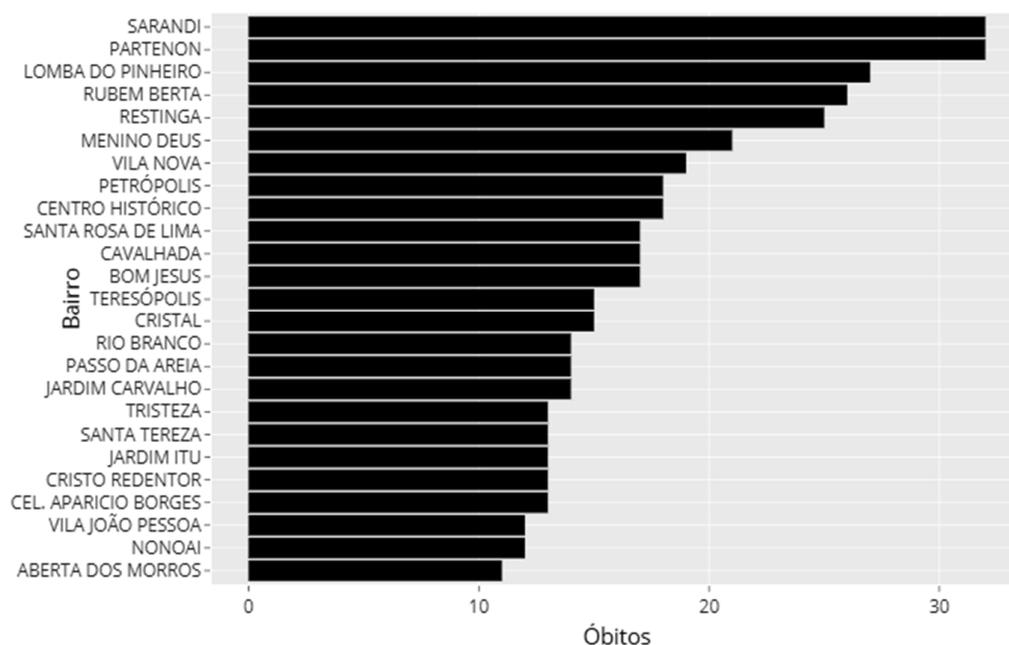
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, dados organizados por pesquisadores da UFRGS

Na primeira barra do gráfico (374 casos) não houve informações do bairro; no Bairro Sarandi, o mais atingido até 5 de setembro de 2020, houve 949 casos confirmados e 32 óbitos; no Rubem Berta, 889 casos e 26 óbitos; no Partenon foram 703 casos e 32 óbitos; na Restinga, 665 casos e 25 óbitos; na Lomba do Pinheiro 662 casos e 27 óbitos. No Centro Histórico registraram-se 557 casos e 18 óbitos; Petrópolis, 526 casos e também 18 óbitos; na Vila Nova foram 504 casos e 19 óbitos; no Morro Santana 430 casos e 8 óbitos; Santa Tereza, 428 casos e 13 óbitos; Passo da Areia, 427 casos e 14 óbitos; na Mário Quintana, 406 casos e 10 óbitos; no Cristal, 361 e 15 óbitos; Vila São, José 346 casos e 11 óbitos; no Menino Deus foram 339 casos e 21 óbitos; Jardim Carvalho, 323 casos e 14 óbitos; Cavahada foram 318 casos e 17 óbitos; na Bom Jesus, 293 casos e 17 óbitos; na Aberta dos Morros, 288 casos e 11 óbitos; no bairro Rio Branco foram 288 casos e 14 óbitos; na Santa Rosa de Lima foram 255 casos e 17 óbitos; no bairro Farrapos foram 246 casos e 4 óbitos; no Jardim Sabará foram 244 casos e 10 óbitos e no Jardim Leopoldina foram 240 casos e igualmente 10 óbitos.

Regiões mais ricas como Moinhos de Vento (126 casos e 5 óbitos), Higienópolis (85 casos e 3 óbitos), Monserrat (98 casos e 2 óbitos), Bela Vista (157 casos), Boa Vista (97 casos e 7 óbitos), Três Figueiras (59 casos e nenhum óbito), Jardim Europa (23 casos e 1 óbito) e Chácara das Pedras (88 casos e 5 óbitos), apesar de ter sido onde a pandemia começou e onde se concentrarem muitas pessoas em idade de risco, registraram-se menos de 200 casos e/ou a taxa de mortalidade muito menor que as áreas pobres da cidade, pelo menos até a data analisada (05/09/2020).

⁸ Disponível em: <https://mhbarbian.shinyapps.io/covid19_poa/>

Porto Alegre: Óbitos de Covid-19 por Bairro (acumulado) até 05/09/2020



Cabe ainda alertar que há muita subnotificação dos dados. Segundo dados divulgados pela Bancada do PSOL na Assembleia Legislativa do Estado, sob comando da deputada Luciana Genro, o número de casos e mortes por Síndrome Respiratória Grave Aguda (SRGA) notificados no município tiveram um aumento substancial em 2020, o que pode representar subnotificação da Covid-19.

Porto Alegre: casos e óbitos de Síndrome Respiratória Grave Aguda (SRGA) 2017- jun2020

	2017	2018	2019	2020
Casos	504	380	413	1.641
Óbitos	110	55	29	245

Fonte: Bancada do PSOL na AL-RS a partir de dados do OpenDataSUS (12 de junho de 2020)

Este dado importante nos remete à análise das políticas de enfrentamento da pandemia no município. A política errática de Marchezan gerou consequências irreversíveis. No acumulado, até o dia 5 de setembro de 2020, segundo os dados da própria Prefeitura Municipal, temos números alarmantes de 87,31% de ocupação dos leitos, 26.361 casos de Covid-19 e 759 famílias que perderam suas mães, pais, irmãos, irmãs, amores e amizades.

As campanhas publicitárias milionárias não chegaram à periferia da cidade. O poder público concentrou as ações de vigilância, de carro de som e informação nas áreas centrais. A periferia sequer se reconhece na cidade quando mostrada nas peças publicitárias de Marchezan. Ainda no primeiro período da quarentena, a prefeitura fechou postos de atendimento da rede de Assistência Social municipal. A fome cresceu e a busca por alimentação se tornou um calvário. Centros de Referência da FASC foram fechados ou operaram em regime de teleatendimento diante da falta de equipamentos de proteção e testes rápidos para os servidores. Bairros inteiros, com dezenas de milhares de moradores, tinham apenas um número de telefone para atender à demanda da população por cestas básicas e alimentação. Moradores do *Minha Casa Minha Vida* da Faixa 1 ficaram presos na burocracia e na obrigatoriedade da

"qualificação familiar". A redução de mais de 25,5 milhões na verba da FASC entre 2016 e 2019 revela que a população em vulnerabilidade cada vez menos pode contar com os serviços de assistência da prefeitura, apesar do esforço heróico dos servidores que trabalham na rede. O Conselho Municipal de Assistência Social vem denunciando o desmonte e a terceirização das equipes recorrentemente.

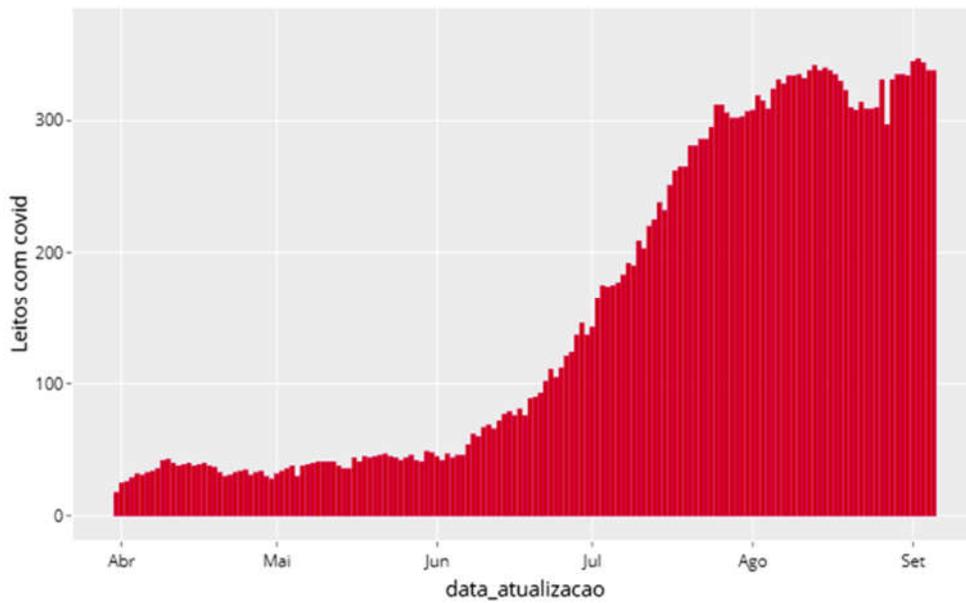
Marchezan não se preocupou em alertar a população da periferia da cidade sobre os perigos do vírus. A informação de que os moradores deveriam cuidar da higiene e da limpeza da casa chegou através da solidariedade e da auto-organização popular, que mobilizou grupos, movimentos e outros setores. A periferia (como quase sempre) teve que "se virar" para poder enfrentar os efeitos perversos da pandemia, inclusive a fome.

Cestas básicas chegaram à população por meio de organizações como a *Casa Emancipa*, na Restinga e na Santa Rosa; o *Conselho Regional de Luta pela Moradia Popular* nas ocupações urbanas como Vida Nova, Império, São Luís, Vitória da Conquista, Nossa Sr^a Aparecida, Marcos Klasmann, entre outras; o Fórum do Quarto Distrito, que reúne moradores e trabalhadores da área; o *Embolamento Cultural*, capitaneado pelo movimento Hip hop da COHAB Rubem Berta; o *Movimento Olga Benário*, que vem desenvolvendo a Campanha de Apoio a Diaristas; a *Casa de Referência para Mulheres Mirabal*, ocupação urbana que abriga mulheres vítimas de violência e seus filhos; o *Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis* (MNCR); *União de Vilas da Grande Cruzeiro*, entre tantas outras organizações populares. Ainda em abril, a ação solidária denominada *Pandemia com Empatia*, impulsionada pela Cooperativa de Moradores da Ocupação Vida Nova (que está em um terreno de propriedade do município, na Restinga) foi acolhida por projeto social do IFRS e produziu, com costureiras da própria comunidade, mais de 5 mil máscaras.

A Prefeitura, entretanto, não estabeleceu sequer diálogo com essas iniciativas, muito menos incentivou a auto-organização popular. Além das ações publicadas pela Prefeitura no boletim Covid-19, outras aconteceram em parceria com empresas como GrupoRBS, Fraport, Gerdau, Unicontrol e também com o Sinduscon. Porém, a ideia de que a colaboração com a iniciativa privada estaria economizando dinheiro público logo caiu por terra. Em 10 de julho de 2020, o Ministério Público de Contas solicitou ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul a suspensão de campanha publicitária da Prefeitura de Porto Alegre realizada com recursos do Fundo Municipal de Saúde, com a contrariedade e apontamentos do Conselho Municipal de Saúde. O conteúdo veiculado não se relacionava com questões da saúde. Em meio à pandemia, foi promovida campanha de publicidade da prefeitura sem qualquer conteúdo preventivo ou educativo. Um escândalo!

Por fim, a pandemia também produziu sobrecarga no sistema de saúde, como mostra o gráfico a seguir, com a curva de ocupação dos leitos por Covid-19 entre 31/03/2020 (18 leitos ocupados) e 05/09/2020 (338 leitos ocupados):

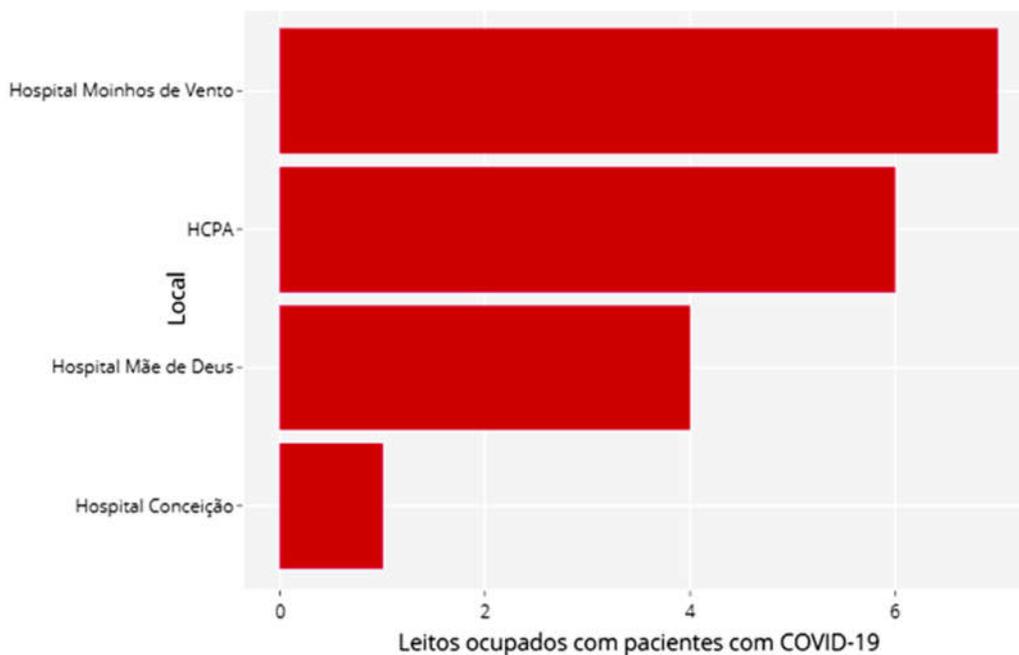
Porto Alegre: Quantidade de Leitos de UTI OCUPADOS com pacientes com Covid-19 ao longo do tempo (31 de março - 05 de setembro de 2020)



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, dados organizados por pesquisadores da UFRGS

Ao observarmos os dados, é possível notar que a ocupação dos leitos de UTIs utilizados para tratamento de pacientes internados por coronavírus obedecem à mesma dinâmica de periferização da pandemia. No dia 31/03/2020, o Hospital que registrava maior número de leitos ocupados por pacientes com Covid-19 era o Hospital Moinhos de Vento, com sete leitos ocupados; seguido pelo Hospital de Clínicas (HCPA), com seis leitos ocupados; o Hospital Mãe de Deus, com quatro leitos e o Hospital Conceição com apenas um:

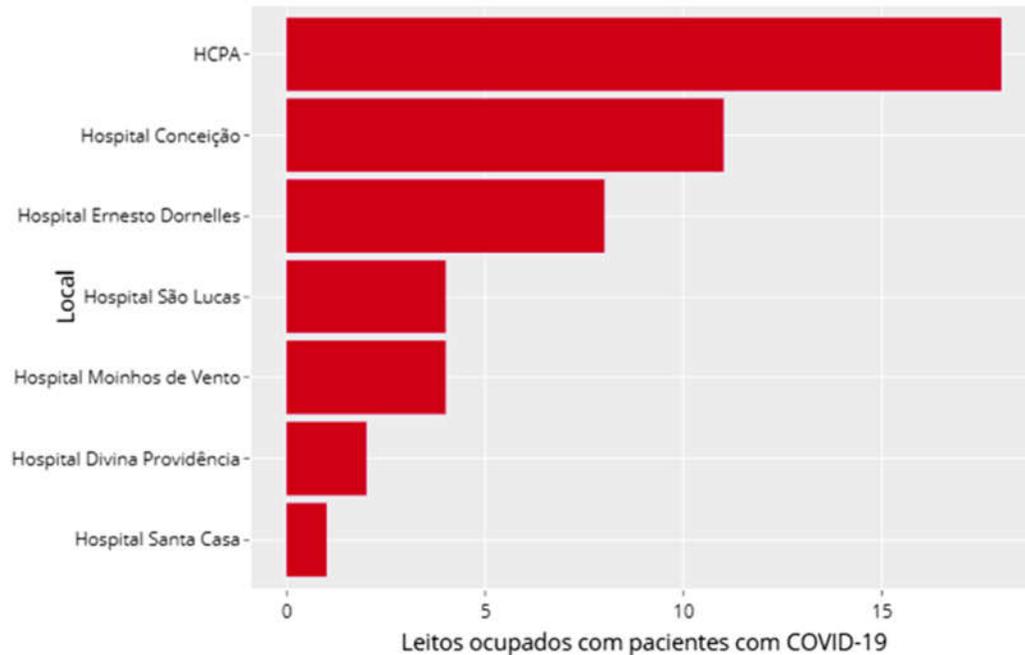
Porto Alegre: Leitos ocupados com pacientes com Covid-19 por Hospital (31/03/2020)



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, dados organizados por pesquisadores da UFRGS

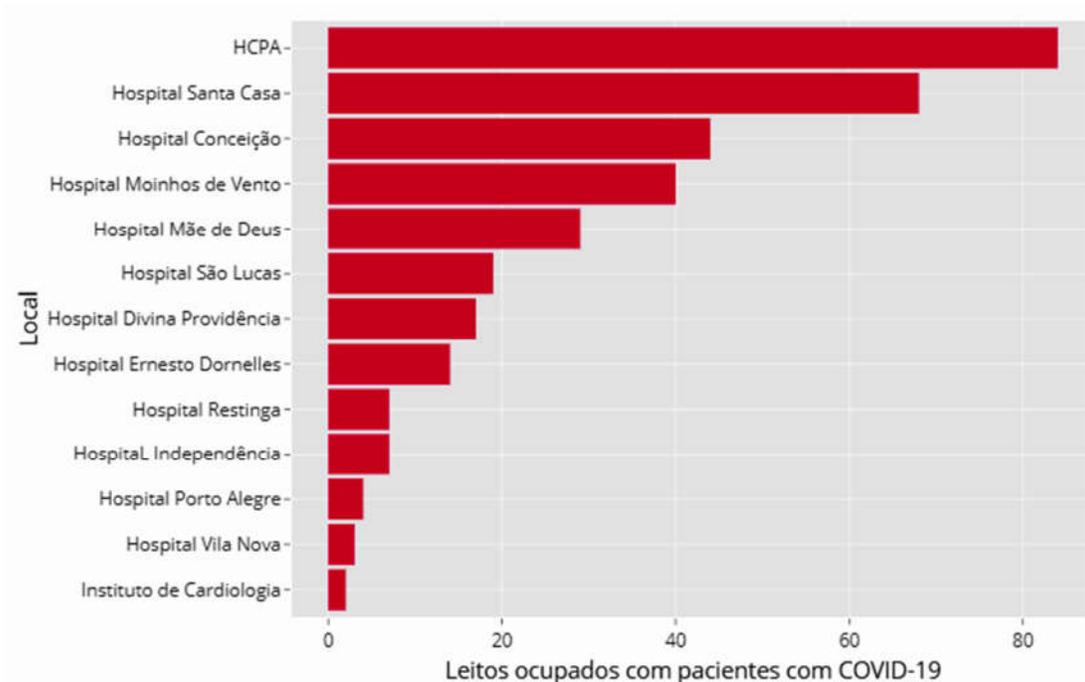
Dois meses depois, em 31 de maio, o quadro muda completamente, mostrando a expansão do vírus para a Região Metropolitana e as áreas mais afastadas do centro da cidade, atendidas especialmente nos Hospitais Públicos, notadamente, o HCPA e o Hospital Conceição, que passaram a índices de lotação maiores que os hospitais privados.

Porto Alegre: Leitos ocupados com pacientes com Covid-19 por Hospital (31/05/2020)



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, dados organizados por pesquisadores da UFRGS

Porto Alegre: Leitos ocupados com pacientes com Covid-19 por Hospital (05/09/2020)



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, dados organizados por pesquisadores da UFRGS

Um exemplo dramático é o Hospital da Restinga. A partir do dia 13/07/2020 foram implementados mais 10 leitos, perfazendo um total de 20 leitos em UTI. No entanto, desde o dia 1 de abril os 10 leitos de UTI existentes estavam ocupados com pacientes com Covid. Se desde início de abril já se sabia que a lotação da UTI para tratamento do Covid-19 estava esgotada, medidas urgentes deveriam ter sido tomadas no terreno econômico, pedagógico e também sanitário. Mas isso não ocorreu e o bairro apresentava, ainda em 23 de julho, 120 moradores com Covid-19. Ou seja, 100 pessoas a mais que a capacidade que o Hospital da Restinga suportava.

A flagrante falta de testes para os trabalhadores da saúde, além de colocar em risco os que estão na linha de frente da guerra ao vírus, também faz que essas/es trabalhadoras/es se convertam em vetores de contaminação de pacientes e familiares, tornando a situação ainda mais dramática. Marchezan, por sua vez, priorizou conversas a portas fechadas com os empresários e sequer consultou a população sobre suas decisões. Até o dia 9 de setembro, 6 profissionais da saúde vieram a óbito em Porto Alegre por Covid-19, 3 profissionais no GHC, 1 no Ernesto Dornelles, 1 no Cardiologia e outro no Hospital da Restinga.

Em meio a tanta negligência, o cenário em que acontecem as eleições municipais é dramático, tanto do ponto de vista sanitário, quanto econômico. Pequenos comércios e microempresas que garantem a maioria dos empregos quebraram ou estão em vias de quebrar. Um desemprego galopante, aumento da miséria, salários reduzidos e apagão educacional. Marchezan desmantelou a FASC e fechou abrigos e casas de acolhimento das pessoas em situação de rua, enquanto o número de moradores de rua só aumentou. Mesmo no pico de contaminação, frente à enorme pressão do empresariado, inclusive com uma parte que o apoiava ameaçando com seu *impeachment*, Marchezan jogou fora o esforço inicial dos porto-alegrenses e cedeu. Por tudo isso, necessitamos uma verdadeira revolução política que permita apontar para um futuro melhor que o presente, mas também que o passado antes da pandemia.

Por isso, emergencialmente, propomos:

Projeto Nome Limpo – Faremos também uma Lei de Transação Tributária para que grandes devedores, como o Citibank Leasing (que deve 13,7 milhões para os cofres públicos), paguem a dívida de pessoas de baixa renda inscritas no cadastro único e que estejam no SPC e SERASA. A prioridade será por aqueles de maior vulnerabilidade, ou seja, mais baixa renda e mulheres chefes de família. A lista de pessoas que podem ser beneficiadas deverá ser feita com critérios transparentes e com controle social. A Prefeitura de Porto Alegre também disponibilizará um Escritório do Desendividamento Popular com advogados à disposição para que os cidadãos possam renegociar dívidas e juros, assim como limpar seu nome. O Projeto Nome Limpo, além de assegurar capacidade de consumo aos que mais precisam, é importante para enfrentar a crise social agravada pela pandemia.

Crédito para não quebrar e preservar empregos – A Prefeitura de Porto Alegre deve procurar os maiores devedores do Município para propor uma renegociação de seus débitos, casada com o investimento de um fundo comprador das dívidas dos municípios. O fundo será gerido pela Prefeitura a fim de facilitar o desendividamento em condições melhores aos populares hipossuficientes de renda nesse cenário pandêmico. A medida é emergencial, tendo em vista que no final de 2019 já tínhamos 353 mil endividados (30,1% da população), algo certamente acentuado após o início da pandemia do coronavírus.

Mutirão do Saneamento Básico – Apesar do índice de abastecimento de água e canalização de esgotos estar acima de 99% e 94%, respectivamente, a cidade ainda tem distritos com moradias precárias, ausência de infraestrutura de energia elétrica, esgoto a céu aberto e lixo acumulado. Como se sabe, grande parte das moradias da periferia são autoconstruídas, e aproveitar esse saber popular pode resolver muitos dos problemas mais sentidos por essa população. Por meio de um incentivo do DMAE, promoveremos oficinas de autoconstrução e frentes de trabalho para que até o fim do governo os

29.186 domicílios que não têm canalização de esgotos a tenham. Com isso, podemos ter 100% dos domicílios com canalização de esgotos, bem como construir as condições para que as ligações tubulares que faltam para que o Projeto Integrado SócioAmbiental (PISA) seja uma realidade e não apenas promessas de campanha. Também deverá ser revisado e atualizado o Plano Municipal de Saneamento Básico – 2015/2035^[1], como documento norteador do planejamento para uma gestão tecnicamente consciente e alinhada às necessidades futuras indicadas para Porto Alegre nesta área vital para a população.

Programa EMPREGA POA – Busca o "pleno emprego" em Porto Alegre, com a contratação emergencial para diversas áreas durante o primeiro biênio da gestão. É indispensável criar o Fundo Municipal de Garantia do Emprego (FMGE), nos moldes do Projeto de Lei Federal nº 5.491 de 2019 (de autoria do deputado federal Glauber Braga, do PSOL), que será subsidiado por meio da cobrança dos grandes devedores municipais e por outras fontes de arrecadação. Igualmente será indispensável estabelecer um cadastro de desempregados interessados nas vagas, além de definir as ações a serem executadas, a quantidade de vagas e os tipos de postos de trabalho, podendo eventualmente ser feita uma parceria com a FGTAS (Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social). Justifica-se essa proposta pela emergência do momento, em que 211.236 pessoas pediram seguro-desemprego no Rio Grande do Sul, sendo a imensa maioria desses pedidos oriunda da capital gaúcha e de sua região metropolitana.

Vacinas e testes para todos – Vivemos uma situação de guerra contra o coronavírus, no entanto, a Prefeitura, o Governo Estadual e o Governo Federal parecem não querer enfrentar a situação da forma devida. Para vencer o coronavírus, além das medidas de isolamento é fundamental a testagem em massa. Embora sua criação não dependa da capacidade da Prefeitura, depende dela organizar para que, assim que haja uma vacina aprovada pelos órgãos competentes internacionais e nacionais, seja feita rapidamente a aplicação em todos moradores da cidade, com encaminhamento de visitas nas casas de bairros populares, *drive-in* etc. Sempre respeitando os protocolos de segurança e de prioridade na vacinação por corte de vulnerabilidade e risco. Caso não seja preparada uma operação adequada, a vacinação de toda a população ficará retardada e, infelizmente, dará lugar ao comércio de vacinas, permitindo que a indústria farmacêutica venha a lucrar com a agonia do povo. É preciso reforçar o SUS na capital de todos os gaúchos com eficiência e celeridade. A Unimed-RS/Federação das Cooperativas Médicas do RS deve R\$ 20,1 milhões ao Município em ISSQN: cobraremos a dívida em testes para a população.

Auxílio Emergencial Municipal – Instituir os projetos pensados e defendidos pela AIAMU, que ampliam a arrecadação sem aumentar carga tributária para o povo e a classe média. O **pacote tem potencial de arrecadação no valor de 295 milhões** de reais são eles: Compliance da Receita Municipal; Aplicativo da Receita Municipal amplia a arrecadação e reduz a despesa; Lei de Transação Tributária soluciona problemas estruturais da dívida; Sistema de Benefício da NFSe amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Consolidador da NFSe amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Novo Aerolevante amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Desenvolvimento Software Inteligência amplia a arrecadação, sem aumento de carga tributária; Procuração Digital moderniza e desburocratiza a administração pública. Com esses recursos é possível pagar o **auxílio emergencial municipal** e a Prefeitura possa ajudar às famílias afetadas pela explosão do desemprego durante a pandemia, com prioridade às mulheres chefes de família, mães solo e residentes de áreas com maior vulnerabilidade.

5. A PERIFERIA É O NOSSO CENTRO!

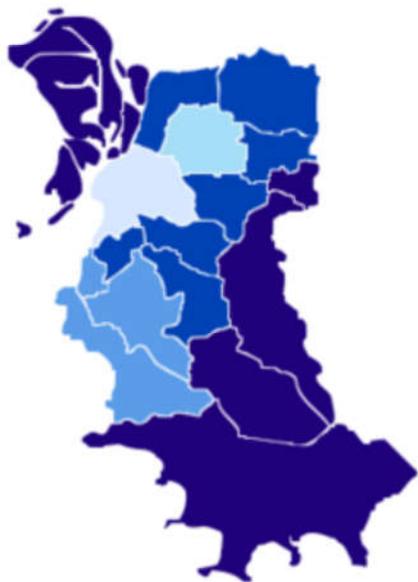
Convivemos com duas Porto Alegres: de acordo com o IBGE e os indicativos municipais produzidos pelos pesquisadores do ObservaPOA⁹, os bairros mais elitizados, como Moinhos de Vento (localizado na ROP Centro), apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁰ comparável, em números, ao IDH de países como Suíça e Austrália. Entretanto, nos extremos periféricos da cidade, um porto-alegrense que vive na região das Ilhas, na Mário Quintana, na Restinga ou na Lomba do Pinheiro está em uma área de IDH comparável ao da Bolívia e do Iraque, países dependentes, com grande quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Esse é o tamanho do abismo social que temos em nossa cidade. Abismo retroalimentando por uma história de segregação, políticas de higienização social e ausência de políticas de combate à desigualdades sociais com centralidade pelos governos.

Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de **1,47** vezes.



Região	Indicador	V.Absoluto
Porto Alegre	0,805	...
Centro	0,935	...
Noroeste	0,890	...
Sul	0,843	...
Cristal	0,809	...
Centro Sul	0,797	...
Eixo Baltazar	0,779	...
Leste	0,777	...
Humaitá / Navegantes	0,765	...
Partenon	0,764	...
Cruzeiro	0,747	...
Glória	0,733	...
Norte	0,729	...
Extremo Sul	0,714	...
Restinga	0,685	...
Lomba do Pinheiro	0,683	...
Ilhas	0,659	...
Nordeste	0,638	...

Porto Alegre, ao longo de sua constituição, realizou sucessivas reformas urbanas que expulsaram negros e pobres do Centro. Foram sucessivas remoções dos povos afrodescendentes de seus territórios tradicionais, como a Cidade Baixa e a Colônia Africana (hoje bairro Rio Branco). Em seguida, as regras urbanísticas impostas pelos planos diretores feitos em gabinetes, tornaram o solo urbano central muito caro, fazendo que os pobres fossem obrigados a ocupar os morros e as áreas irregulares na periferia.

⁹ Porto Alegre em Análise: sistema de gestão e análise de indicadores:
http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?analises=2_114_2010

¹⁰ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é obtido pela média geométrica simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda)

Assim, um amplo espaço da cidade se tornou elitizado e, logo, majoritariamente branco. Essa história nos leva a ser a capital mais segregada racialmente de todo o país.

Para combater esse abismo é preciso compreender que a cartografia e a paisagem da desigualdade, nada mais é que uma sobreposição de injustiças, preconceitos, exploração do trabalho e tantas outras dificuldades por que passa a população trabalhadora da cidade, plasmada nos territórios em que vive. Por isso é tão importante analisar os dados relacionados aos índices do IDHM levando em conta as especificidades de cada bairro.

Os exemplos são gritantes. De acordo com os dados do *Observa o Bairro*¹¹, enquanto o bairro Três Figueiras tinha, em 2010, um rendimento médio dos responsáveis por domicílio de quase R\$ 17 mil, equivalente a 16,1 salários mínimos, e uma taxa de analfabetismo de 0,44%, na mesma região Leste, o bairro Bom Jesus tinha um rendimento médio dos responsáveis por domicílio de cerca de R\$ 2,5 mil, equivalente a 2,45 salários mínimos, e uma triste taxa de analfabetismo de 5,18%. O bairro Três Figueiras tem uma renda média três vezes superior à média da cidade, enquanto o bairro Bom Jesus tem uma renda média que é menos da metade da média da cidade. Segundo dados do Censo (2010), 3,47% dos habitantes da Bom Jesus com idades entre 6 e 14 anos estavam fora da escola, e mais de 27% moravam em casas onde nenhum dos moradores havia concluído o Ensino Fundamental.

As áreas mais abastadas da ROP Centro mostram um contraste brutal com as áreas mais periféricas da cidade. Enquanto o Moinhos de Vento registrava um rendimento médio dos responsáveis por domicílio de 12 salários mínimos, a Pitinga, localizada entre a Restinga e a Lomba do Pinheiro, tinha um rendimento médio de menos de 2 salários mínimos. A renda média do bairro, ou seja, de todos os seus moradores, em 2010, era de míseros R\$ 490,40, enquanto no Moinhos o valor chegava a mais que o triplo do salário mínimo. Na Pitinga, ainda, mais de 31% moravam em casas onde nenhum dos moradores havia concluído o Ensino Fundamental, enquanto no Moinhos de Vento eram menos de 5%.

Os dados das Ilhas são assustadores: a taxa de mortalidade infantil está quatro pontos acima da média da cidade, quase 16 mortos para cada 1.000 nascidos vivos, a taxa de analfabetismo chega a 8,5%, e mais de 32% moravam em casas onde nenhum dos moradores concluíra o Ensino Fundamental. Quanto à renda média, ficava em pouco mais da metade de um salário mínimo e menos de um terço da renda média da cidade.

Na ROP Noroeste, por exemplo, há disparidades enormes entre bairros limítrofes. O rendimento médio dos responsáveis por domicílio dos bairros Higienópolis e Boa Vista, segundo os dados do *Observa o Bairro*, era de 9,78 e 11,08 salários mínimos, respectivamente. Por outro lado, o Passo da Areia, bairro vizinho e na mesma região, registrava menos de 5 salários mínimos.

Nos bairros pobres mais populosos da cidade, como Sarandi, Restinga, Lomba do Pinheiro, Partenon e Rubem Berta, como vimos também os mais atingidos pela pandemia, os dados também não são nada animadores e se nota claramente a interposição de desigualdades e oferta de equipamentos públicos. Os dados produzidos pelo *Mapa de Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre (2015)*¹², coordenado pela então vereadora Fernanda Melchionna, demonstram a segmentação no espaço urbano em Porto Alegre, um lugar onde existe um território de excelência no que diz respeito às condições de vida urbana, simultaneamente, uma periferia que apresenta as condições mais baixas de bem-estar urbano.

Ainda de acordo com o *Mapa*, ao compararmos as faixas salariais com o IBEU Local¹³, pudemos notar que, em 2012, o bairro Arquipélago, em seu conjunto, apresentava uma predominância de faixa salarial mensal entre 1 e 1,5 salário mínimo, sendo também a localidade que apresentou os piores índices em

¹¹ Disponível em: <<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa>>

¹² Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapa_seguranca_2015.pdf>

¹³ O IBEU é calculado a partir de cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos, infraestrutura urbana .

relação à dimensão “condições habitacionais urbanas”. Mesmo que a descoberta de mansões irregulares e sua recomendável regularização e tributação possam elevar as médias e os índices, é urgente uma política que promova o bem-estar urbano nessa área da cidade, frequentemente abalada por enchentes por conta de sua localização. Seus moradores, em geral muito pobres e em grande parte formada por catadores de resíduos sólidos, precisam reverter as péssimas condições em que vivem.

No Extremo Sul e Restinga foi registrado, respectivamente, o menor IBEU Local, 0,656 (de 0 a 1), pressionado para baixo pelos indicadores referentes às dimensões “Mobilidade Urbana” e “Infraestrutura Urbana”. Essa porção da cidade também registrou predominância de faixas salariais mensais entre 1 e 1,5 salário mínimo, precisamente nos bairros Lami, Restinga, Chapéu do Sol e Lageado. O bairro Belém Novo, apesar de ser uma área de tipo popular, convive com novas construções de luxo próximas à orla do Guaíba e a presença de moradores de alta renda, elevando a média salarial para 2 a 3 salários mínimos, ainda que a distribuição seja, como sabemos, bastante desigual. O bairro Ponta Grossa, na mesma região, registrou, em 2012, preponderância da faixa salarial mensal entre 1,5 e 2 salários mínimos.

Na Lomba do Pinheiro e no Partenon, o IBEU Local também figura entre os mais baixos (0,663), especialmente pelas dimensões “Condições de Serviços Coletivos Urbanos” e “Infraestrutura Urbana”. Da mesma forma, a predominância da faixa entre 1 e 1,5 SM aparece na maioria dos bairros que compõe a região, quais sejam: Lomba do Pinheiro, Agronomia, Vila João Pessoa e Aparício Borges. Nos bairros São José e Santo Antônio registrou-se a predominância da faixa salarial mensal de 1,5 a 2 salários mínimos e no bairro Partenon de 2 a 3 salários mínimos. As áreas de menor renda localizam-se na porção mais ao leste da capital que faz fronteira com o município de Viamão e avança no sentido noroeste, mais próximo às áreas centrais. Além de infraestrutura habitacional muito baixa, registra-se um déficit de Serviços Públicos para com essas áreas, piorando ainda mais as condições de moradia da população de baixa renda que ali reside. Nas ROP Centro-Sul e ROP Sul temos um quadro mais heterogêneo. Apesar da predominância da faixa salarial entre 1,5 e 2 salários mínimos em bairros como Assunção, Ipanema, Serraria, Vila Nova e Campo Novo, encontramos bairros como Camaquã, Cavalhada, Nonoai, Jardim Isabel e Hípica com a faixa entre 1 e 1,5 salários mínimos. Encontramos também algumas áreas que figuram entre as que predominam rendas de 2 a 3 salários mínimos em parte do bairro Tristeza e no bairro Espírito Santo.

A periferia da cidade, no entanto, não deve ser vista apenas como território de dificuldades, mas como uma comunidade que constrói sua cultura, sua identidade. Essas expressões devem circular em toda a cidade, e o poder público tem a obrigação de oferecer os meios para isso.

O abismo diminui quando a comunidade se auto-organiza para lutar por suas demandas e resolver seus problemas. A Prefeitura deve impulsionar e respeitar a auto-organização popular. Por outro lado, uma das formas mais efetivas de acabar com o abismo é aproximar os serviços públicos das comunidades. Segundo dados oficiais, enquanto temos quase 100% dos domicílios do Centro com canalização de esgotos (99,6%), nas Ilhas apenas 58,7% dos domicílios da região têm acesso à canalização, quase 29% das casas têm esgoto a céu aberto e 45,8% dos domicílios da região têm lixo acumulado. De conjunto, temos mais de 56 mil domicílios em áreas de moradia precária em Porto Alegre, sendo que mais 9 mil estão no Partenon, cerca de 7.800 deles estão na Vila Cruzeiro e mais de 7.500 na Zona Leste da cidade.

Da mesma forma que os territórios com melhores condições de habitação são ocupados pelas classes altas e pelas camadas médias, também é nítido o movimento de periferização das classes mais pobres, dentro da cidade e inclusive para fora dela, rumo à Região Metropolitana. Quando observamos os territórios fronteiriços entre Porto Alegre, Viamão e Alvorada nos deparamos com áreas de baixo Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), concentração de pessoas de baixa renda familiar, alta vulnerabilidade social, baixo IDHM e altos índices de violência e criminalidade. De acordo com o Censo, em 2010, no Município de Porto Alegre, 49.827 domicílios tinham rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo. Apenas 21 destes estavam no bairro Moinhos de Vento, enquanto 4.381 estavam no bairro Sarandi e 4.135 na Restinga.

O cenário da pandemia certamente deverá acentuar a segregação socioespacial, de forma que é urgente reverter essas condições, dotando a área central da cidade, que dispõe de melhor infraestrutura, de espaços de moradia atendendo às demandas da população de menor renda, bem como incentivar a dinamização econômica nas regiões periféricas. Também deve ser efetivado o caráter de policentralidade conectando todas as áreas por um eficiente sistema de transporte multimodal.

Não podemos perder de vista que quando abordamos as questões urbanas estamos lidando com alguns dos maiores oligopólios que têm na condução das dinâmicas e no funcionamento das cidades suas maiores fontes de lucro. Romper com essa lógica pressupõe, além de uma prefeitura insurgente, a necessidade de promoção de outra ordem urbanística, onde a informação, a transparência e a gestão urbana popular estejam no posto de mando. Onde o direito aos territórios seja alcançado pela tradução, democratização e apropriação popular da complexa engenharia jurídica e tributária envolvidas na produção dos nossos centros urbanos.

Quando afirmamos que a periferia será o centro de nosso governo, significa que a prioridade será a regularização fundiária e a moradia popular, não os interesses da especulação imobiliária. Significa também que os equipamentos públicos devem ser revitalizados, ampliados e fortalecidos, não entregues à iniciativa privada para tornarem-se negócios por meio de terceirizações e parcerias público-privadas. Significa que os interesses dos usuários do transporte público estarão acima dos lucros das empresas de transporte. É uma orientação transversal que perpassa o conjunto das políticas que queremos implementar em Porto Alegre, mas para isso é decisiva a capacidade de organização das comunidades que conhecem os territórios onde vivem, sabem de seus problemas e podem ser os protagonistas das soluções.

O processo identificado de elitização das áreas centrais e aprazíveis à orla do Guaíba e a produção de novas centralidades urbanas, com vistas a novos territórios de extração da renda urbana, avança convivendo com a sua “contra-cara”: a periferação das classes que compõem a base das pirâmides salarial e social da região. Um caráter cada vez mais dual da cidade, sendo ao mesmo tempo moradia de elites dirigentes – material e intelectualmente – e cidade de serviços que comporta categorias médias e populares sendo afastadas das zonas fundacionais e centrais da cidade.

Esse movimento reproduz piores condições de moradia, baixos índices de bem-estar urbano e, frequentemente, empurra as classes trabalhadoras de mais baixa renda para territórios de criminalidade e intensa vulnerabilidade socioeconômica. A luta pelo direito à cidade, então, combina-se cada vez mais com a defesa dos direitos dos moradores em situação vulnerável como centro da atenção e ação da Prefeitura.

5.1 Economia dos bairros

Desenvolver incubadoras para organizações populares nos bairros e vilas, para desenvolver a sustentabilidade e economia dentro dos próprios bairros, fortalecendo o trabalho local. Porto Alegre sofre de uma radical repartição da renda. Os bairros de menor renda per capita encontram-se na periferia geográfica da cidade, onde também as oportunidades de emprego são menores. É preciso fortalecer as diversas iniciativas locais disponibilizando suporte técnico e condições de desenvolvimento para os pequenos e micro empreendimentos, em ambientes propícios à inovação.

Desenvolver a Coleta Seletiva Solidária. Porto Alegre recicla apenas 1,7% dos resíduos gerados pela população, estando inclusive 35% abaixo da média nacional. Para melhorar esses indicadores e avançar na busca pelo rejeito zero, é preciso fortalecer o Departamento Municipal de Limpeza Urbana e criar gradualmente a Coleta Seletiva Solidária regionalizada na cidade, em parceria e através de contrato de prestação de serviços com as Associações e Cooperativas de catadoras e catadores, implementando um projeto de complementaridade e futura substituição da atual coleta seletiva. Desta forma, será possível aumentar os dias das coletas nos bairros, gerando mais postos de trabalho, maior reconhecimento e valorização da categoria, melhorando a renda, ampliando os índices de reciclagem e melhorando o

serviço prestado à população. O pagamento por serviços ambientais estará incluído no contrato de prestação de serviços, além do custeio operacional do serviço e seus avanços, o qual buscará gradativamente formar, ampliar e incluir os catadores individuais, com tecnologias eficientes que melhorem as condições de trabalho para toda a categoria. As associações e cooperativas contarão com equipes técnicas (logística, administração, meio ambiente, contabilidade, assessoria de comunicação) para avançarem na excelência na prestação de serviços.

A organização de um novo **Observatório do Trabalho**, retomando convênios junto ao DIEESE, para obtenção de informações mais qualificadas e com articulação especial e fortalecimento de parcerias como o SINE poderia ser construído o Mapa do Desemprego em tempo real e todo cadastramento ser via Comitê do Bairro, voltado preferencialmente visando identificar vagas existentes e até geração de empregos próximos as moradias dos trabalhadores, pensando-se em contrapartidas para empresários locais que se engajassem neste processo poderem de alguma forma contribuir para a redução do desemprego local.

5.2 Sistema de gestão do território

Recriação da Secretaria de Planejamento Urbano, com retomada da capacidade de coordenação do desenvolvimento urbano e ambiental, da construção da cidade e dos problemas enfrentados pela sua população. Desenho cooperativo, transversal e descentralizado que possibilite uma real interação com as demais secretarias municipais. Com a justificativa de reduzir o tamanho da máquina pública e conferir maior celeridade aos processos de aprovação e licenciamento de obras e projetos, a Secretaria de Planejamento Municipal que durante mais de 30 anos desempenhou um importante papel na coordenação da gestão urbana e no fomento aos mecanismos e instâncias de participação popular foi transformada, com funções reduzidas, em Secretaria de Urbanismo (SMURB). E esta, por sua vez, foi extinta na gestão Marchezan, sendo seu corpo técnico distribuído entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. De maneira inegável, as administrações municipais recentes abriram mão do seu papel de coordenar a produção do espaço urbano em acordo com os interesses comuns da coletividade. Precisamos resgatar a capacidade de gestão integrada da cidade com um diálogo amplo e aberto com a população.

Fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) e dos Fóruns Regionais de Planejamento com incentivo à participação da juventude e obrigatoriedade de paridade de gênero na composição de chapas para as eleições. O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento conta com instâncias oficiais de participação popular previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, no entanto, o descaso com os espaços consolidados de participação popular tem sido a tônica da gestão Marchezan desde os primeiros dias de governo. A posse do novo conselho só foi efetivada após serem decretadas algumas mudanças no funcionamento do CMDUA. E recentemente, tendo como justificativa a pandemia da Covid-19, novas tentativas de cerceamento à participação ativa dos conselheiros(as) vêm sendo levadas a termo, impondo uma limitação ao controle social dos projetos, diretrizes, planos e decisões cuja análise compete ao CMDUA.

Plano Diretor Participativo e Popular. Retomada do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental com transparência e ampla participação da população, dos diferentes segmentos da sociedade civil, entidades e movimentos sociais. Planos Diretores devem ser revisados a cada 10 anos, mas o processo vem sendo conduzido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS) de maneira totalmente incompatível com as recomendações do Estatuto da Cidade e com a trajetória de participação popular de Porto Alegre. Com consultas pró-forma à população, sem espaço para a participação ativa das entidades, dos movimentos, das comunidades, a Prefeitura Municipal sequer apresentou um relatório contendo a sistematização das informações sobre a cidade e a avaliação das normas vigentes na produção do espaço urbano, que seriam elementos mínimos e indispensáveis para embasar as discussões e orientar a população quanto às alterações que precisam ser feitas.

Educação urbana. Ampliar a cultura e a alfabetização urbanística instituindo instâncias de Planejamento Participativo e Popular a partir das comunidades escolares em período de contraturno, e incentivo à participação ativa da população de forma permanente, com avaliação periódica dos efeitos dos regramentos urbanísticos para a cidade, que não se restrinja apenas aos períodos obrigatórios de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Idealizadora de instrumentos pioneiros como a lei do Urbanizador Social e o Orçamento Participativo, Porto Alegre tem deixado a desejar no quesito de envolvimento da população na gestão dos problemas urbanos. Parte desse quadro se deve à falta de domínio e conhecimento sobre o tema. Precisamos tornar esse debate mais acessível às pessoas.

Auditoria dos fundos municipais relacionados à gestão e política urbana (FMGT, FHIS, FUNCOPA, FUNPROMOB, Fundo Monumenta, FUMPAHC etc). Ampliação da participação da população na composição dos conselhos dos fundos. Os parâmetros de destinação de recursos e a composição de alguns dos fundos municipais sofreram alterações recentes. Entre a extinção e a criação de novo fundo com função análoga, não foi dada publicidade e transparência quanto à origem e destinação dos recursos. Dessa forma, tornou-se ainda mais difícil para a população de Porto Alegre realizar um controle apurado sobre os recursos disponíveis para a execução das políticas urbanas.

Regulamentação do Estatuto da Cidade, e dos instrumentos urbanísticos que dependam de regulamentação específica. Revisar leis municipais de transferências de recursos provenientes da produção do espaço urbano e seus instrumentos tributários. A incorporação de alguns dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade necessitam estar regulamentadas por leis específicas para uma implementação efetiva, é o caso, por exemplo, da Outorga Onerosa do Direito de Construir, da Operação Urbana Consorciada, da Transferência do Direito de Construir, do Direito de Preempção e do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, ligados à função social da propriedade, que de forma expressa demanda lei municipal específica.

Compatibilização dos perímetros territoriais dos bairros, regiões de planejamento, regiões do orçamento participativo, microrregiões, diretorias regionais de ensino, distritos de saúde e setores censitários com ampla participação popular. A falta de correspondência entre os perímetros de administração do território é um dos problemas que dificultam a transparência da informação e a condução das políticas públicas. A alteração no perímetro de alguns bairros, realizada no ano 2016, trouxe problemas e conflitos para muitas comunidades que deixaram de ter acesso a serviços públicos conquistados através do Orçamento Participativo. Além disso, é preciso estabelecer critérios de regionalização e captação de dados capazes de dar conta das diversas realidades experimentadas pela população porto-alegrense.

Estabelecer fundo centralizado de contrapartidas para grandes empreendimentos imobiliários, a partir das demandas populares apontadas pelo Orçamento Participativo e Deliberativo, tendo como objetivo a compensação da mais-valia urbana, com melhor distribuição dos benefícios urbanos e minimizando as desigualdades socioespaciais da cidade. Atualmente as contrapartidas executadas pelos grandes empreendimentos imobiliários são risíveis e executadas de maneira a viabilizar e a valorizar os próprios empreendimentos, além disso, as poucas medidas mitigatórias não são cobradas pelo governo municipal. Precisamos estabelecer um fundo de contrapartidas com custos estimados e direcionar esses recursos devidos à municipalidade para a execução das demandas básicas de saneamento e infraestrutura nas regiões onde há carência e nas regiões mais impactadas.

Novo regramento para os Projetos Especiais de Impacto Urbano. Contrapartidas dos empreendimentos estabelecidas com base em percentual sobre o valor em seu lançamento, no impacto urbano e no interesse público do empreendimento, com transparência na execução e participação da comunidade nas definições.

Inclusão da perspectiva de gênero no planejamento urbano e nas normas jurídicas urbanísticas, procurando instituir uma cidade mais segura e inclusiva para as mulheres, passando pela revisão do

Código de Edificações, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, pela revisão e execução de Plano Diretor Ciclovitário, pela atualização e redesenho da malha de transporte público coletivo com implementação da mobilidade urbana multimodal, pela qualificação dos terminais de transbordo e das conexões intermodais atentando para a necessidade de construção de vias seguras e estacionamentos públicos de bicicletas, pela qualificação da rede de iluminação pública e dos percursos de pedestres adaptados para pessoas com diversidade funcional. A falta de segurança no uso do espaço público e o custo e a ineficiência do transporte público coletivo são alguns dos principais problemas enfrentados pelas mulheres nas cidades. A morfologia da cidade, as tipologias arquitetônicas e urbanas, as redes de infraestrutura, a estruturação urbana são elementos que podem corroborar com as iniquidades de gênero na medida em que não levam em consideração as situações de assédio e violência sexuais a que as mulheres estão cotidianamente expostas.

Realização de Concurso Público para projetos do DEMHAB, com equipes formadas por profissionais habilitados, escritórios modelos e representantes das comunidades. Convênios e parcerias com Faculdades de Arquitetura e Urbanismo. A inadequação dos projetos habitacionais às necessidades das famílias beneficiárias é um dos problemas associados às políticas habitacionais, isso acontece porque em geral os órgãos municipais e as agências financiadoras oferecem modelos-padrão de habitação, desconsiderando as composições familiares e as atividades das famílias. Para atenuar esse problema, é necessário que os projetos contem em sua elaboração com a participação dos beneficiários e com a capacidade de inovação e recursos já disponíveis nas instituições de ensino de arquitetura e urbanismo.

Realização obrigatória de Concurso Público de projetos arquitetônicos e urbanísticos especiais de interesse público, em oposição à lógica de contratação por notório saber. Além de tratar-se de uma modalidade de contratação ultrapassada, que remonta a um período em que o país engatinhava em termos de disponibilidade de mão de obra especializada, muitas vezes é a porta aberta para a corrupção.

5.3 Política fundiária

Programa de regularização fundiária. Identificação e mapeamento de assentamentos urbanos informais dando prioridade à inclusão das comunidades ao tecido urbano formal, com regularização da infraestrutura de iluminação, água e esgoto. Acesso aos serviços públicos e equipamentos urbanos e organização da população por meio de cooperativas habitacionais. Força tarefa entre PGM, DMAE, DEMHAB, DMLU, SMAMS, ObservaPOA e Secretaria de Planejamento Urbano para disponibilizar os meios necessários à urbanização, titulação e gravame como Área Especial de Interesse Social. Dar prioridade de concessão dos direitos reais de propriedade às mulheres.

Identificação e reconhecimento das territorialidades indígenas e quilombolas, com atenção às especificidades de suas configurações e estruturação sócio-territorial na cidade e demarcação como Área Especial de Interesse Social e Cultural.

Imóveis Especiais de Interesse Social (IEIS). Instituição de instrumento urbanístico aplicável à unidade de lote com edificação construída, dando possibilidade, quando for o caso, de flexibilizar os parâmetros construtivos visando à reconversão de imóveis abandonados para uso de interesse social. Imóveis abandonados representam riscos à população decorrentes da má conservação estrutural e da proliferação de vetores patológicos, no entanto as tipologias arquitetônicas construídas segundo os parâmetros de legislações urbanísticas e edilícias não mais vigentes ou modificadas esbarram em dificuldades para a adequação às legislações mais contemporâneas. Em situações especiais, seguindo critérios técnicos e visando a reinserção de imóveis abandonados na dinâmica urbana, é necessário considerar a flexibilização dos parâmetros construtivos exigidos.

Aplicação do IPTU progressivo no tempo e garantia da função social da propriedade, conforme previsto no Estatuto das Cidades e nunca regulamentado em Porto Alegre. Usaremos como base o

Projeto de Lei Complementar 15/2015 de autoria de Fernanda Melchionna e Professor Alex Fraga. Embora a Prefeitura de Porto Alegre não disponha de um levantamento do número de imóveis abandonados ou subutilizados no município, o último Censo do IBGE apontava que cerca de 40 mil imóveis encontrava-se em situação de abandono. Além de representar riscos à população, esses imóveis contribuem à especulação imobiliária, não atendem à função social da propriedade e, em muitos casos, ainda têm grandes dívidas de IPTU com o município. O IPTU progressivo no tempo é um dos instrumentos urbanísticos que possibilita ao Município proceder com a desapropriação dos imóveis que não estejam cumprindo com sua função social.

5.4 Política habitacional

Moradia pública popular para aluguel. Oferecer moradias públicas para famílias com renda familiar de até três salários mínimos em áreas centrais ou em áreas dotadas de infraestrutura urbana e criar programa de acesso a partir de cadastro socioeconômico. A Prefeitura de Porto Alegre possui cerca de 1.487 imóveis próprios, dentre eles, aproximadamente, 656 são terrenos ou glebas e 560 são unidades residenciais. Mediante avaliação dos usos e condições dos imóveis, parte deles pode ser direcionado ao Programa de Moradia Pública Popular elaborado a partir do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Segundo relatório da Fundação João Pinheiro, o comprometimento excessivo da renda familiar com aluguel de moradia é uma das principais causas do aumento do déficit habitacional verificado na última década. A oferta de moradias públicas para aluguel com valor compatível a no máximo 30% da renda familiar contribuirá para a redução do déficit habitacional no município e para o equilíbrio dos preços de aluguel praticados pelo mercado.

Moradia popular em novos empreendimentos imobiliários. Inspirado no Plano Geral Metropolitano de Barcelona, estabelecer cota obrigatória de 20% de unidades habitacionais a serem destinadas à habitação social em novos empreendimentos imobiliários residenciais, com regulação sobre o preço de comercialização de aluguel ou venda, sobre o valor condominial e sobre o IPTU, compatível à faixa de renda dos beneficiários. Diante da forte segregação socioterritorial existente em Porto Alegre, a proposta tem por objetivo reduzir a demanda por habitação de interesse social, em parceria com o setor privado, e promover a interação de pessoas de diferentes estratos sociais.

Inventário dos imóveis de propriedade do Município. Identificação e avaliação dos imóveis ociosos ou cedidos à iniciativa privada a preços módicos, e reconversão para equipamentos comunitários e demandas habitacionais dos movimentos sociais de luta pela moradia, moradia estudantil e demandas da população em situação de rua. Segundo estimativas do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, Porto Alegre contava, em 2016, cerca de 4 mil pessoas vivendo em situação de rua. Em janeiro de 2020 apenas 76 pessoas estavam aptas a receber o benefício do aluguel solidário no valor de R\$ 800,00 mensais através do Programa Moradia Primeiro. Para atender toda a população em situação de rua do município, dentro destes parâmetros, seria necessário investir cerca de R\$ 3,2 milhões ao mês em aluguel solidário. Soma-se a este, o valor de R\$ 1,6 milhões mensais referente às cerca de 2 mil pessoas beneficiárias de Bolsa Auxílio Moradia (aluguel social). A soma desses valores poderia ser investida na adequação e valorização dos imóveis próprios municipais, atendendo também parte das demandas por moradia.

Escritório da moradia popular. Oferecer assessoria através do Demhab para problemas relacionados à moradia (dívidas habitacionais, assédio, ATHIS). O escritório será também responsável pelo gerenciamento do acesso ao Programa de Moradia Pública e pelo acompanhamento dos beneficiários da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, já credenciados e que aguardam pela entrega de moradias.

Lista de imóveis para aluguel social. Encaminhar e prestar assessoria na escolha dos imóveis particulares disponíveis à modalidade de aluguel social e credenciados junto ao Demhab. A manutenção e aprimoramento da Bolsa Auxílio Moradia (aluguel social) visa o atendimento imediato de populações

em condição de extrema vulnerabilidade socioeconômica, moradoras de áreas de risco geológico, em moradias atingidas por incêndios ou por eventos climáticos e meteorológicos extremos.

Força Tarefa com DEMHAB, FASC e PGM para mapear e diagnosticar as mais de 300 ocupações da cidade de Porto Alegre com vistas a garantir o acesso à moradia digna. A prefeitura atuará como aliada da construção de condições para a regularização das comunidades.

Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS). Com base nos indicadores da situação habitacional no município, revisar e implementar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social contendo a descrição dos programas, das ações, dos critérios de acesso aos programas habitacionais e fontes de recursos a serem adotados visando a superação do déficit habitacional em Porto Alegre. Além de fornecer as diretrizes para a política habitacional de interesse social, o PMHIS é obrigatório para que os municípios possam acessar os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Revisão da composição tarifária do fornecimento de água. Revisão da Lei 170/87, regulando as relações ambientais e o fornecimento de água e serviços de remoção de esgotos com mais justiça tarifária, aumentando o custo para áreas mais valorizadas, cobrando melhor gestão no consumo e ofertando água mais barata nas periferias. Rever os parâmetros de concessões de benefícios de tarifa, privilegiando quem mais precisa. Buscar alternativas para reduzir o endividamento estrutural de áreas pobres, fornecendo água de maneira formal, de uma maneira que as pessoas possam pagar e cuidar do seu consumo de maneira consciente.

Combate às perdas no fornecimento de água. Atualmente as perdas no fornecimento de água potável chegam a 30% em Porto Alegre. A universalização do acesso à rede de abastecimento no município poderá intensificar essa problemática, portanto é necessário realizar a manutenção do sistema de abastecimento, combatendo as perdas e visando a redução do desperdício de recursos públicos, também desenvolver uma política de conscientização do uso da água atenuando os impactos ambientais.

Moradia estudantil. Ampliar a oferta de moradias estudantis próximo aos centros universitários. Além de contribuir com a diversidade e qualificação do ambiente acadêmico e profissional no município, a proposta tem como objetivo viabilizar as condições de permanência e a conclusão do ensino superior para universitários oriundos de cidades do interior ou de países estrangeiros que não tenham condições financeiras de arcar com custos de aluguel praticados pelo mercado.

Estruturação urbana:

Planos de bairro feitos com a comunidade. Proporcionar a inclusão da dimensão do cotidiano no planejamento do modelo espacial e no uso do solo, estimulando os usos mistos e a multifuncionalidade dos espaços, atendendo às necessidades cotidianas dos moradores dentro de distâncias caminháveis. Incentivar o caráter de multicentralidade prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Promover a diversidade e complementaridade entre as diferentes centralidades de forma a evitar efeitos de guetização. Aprimorar as conexões das centralidades pela rede de transporte público coletivo e de vias adequadas à mobilidade ativa.

Rede de bibliotecas públicas por região do OPD. Criar rede de bibliotecas públicas transformando-as em canais de comunicação permanente da administração pública com agentes territoriais e população em geral, tornando-as ponto de referência para o programa de Planejamento Participativo e Popular. Dotá-las de acesso à internet, e ao sistema de monitoramento dos dados orçamentários, dos indicadores territoriais e populacionais. Oferecer infraestrutura para a transmissão de reuniões dos Conselhos Municipais e Conferências Municipais temáticas através de um sistema interativo e interconectado com as demais bibliotecas da rede. A proposta tem o objetivo de promover junto à população uma compreensão global, articulada e transparente da cidade e das políticas públicas e contribuir para ampliação da cidadania e fortalecimento dos vínculos comunitários e entre a população e a administração pública.

Valorização do Patrimônio edificado público e privado. A nova lei dos inventários, aprovada em 2019, restringiu consideravelmente a possibilidade de proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre ao flexibilizar os níveis de proteção dos bens de estruturação e compatibilização, ao excluir a competência da EPAHC de instaurar procedimento de inventário e possibilitar, à pedido, a exclusão de bens da lista de inventários. Precisamos resgatar as competências da EPAHC, avaliar os impactos negativos da lei, revisar o inventário dos bens públicos e privados a serem preservados. Desenvolver políticas públicas para a proteção, recuperação e incentivo à reconversão de uso de edifícios e sítios urbanos de valor histórico, arquitetônico ou cultural, possibilitando sua reinserção nas dinâmicas contemporâneas da cidade, estabelecendo os novos usos com respeito às características a serem preservadas, aos níveis de proteção e à importância dos bens enquanto testemunhos da história porto-alegrense.

Qualificação ambiental de praças e parques. Incentivo à apropriação do espaço público e defesa dos bens comuns contra a privatização de parques e praças. Criar rede de praças, por região, adaptando-as para receber torneios esportivos e festivais culturais de caráter complementar e itinerante, promovendo circulação da população entre os diferentes bairros através da rede de transporte público coletivo. Além disso, Porto Alegre possui um número expressivo de praças (667) e parques (9), resultado de uma opção feita pelo município de vincular a política de parcelamento do solo à obrigatoriedade de destinação de 20% da área para equipamentos comunitários, dentre eles praças e parques. Em 2019, o governo Marchezan aprovou a concessão do direito de exploração comercial e publicitária de parte ou totalidade das áreas de praças ou parques da cidade por um período de 35 anos. É preciso revogar essa medida, que na prática representa a recondução de um ativo público ao setor privado.

Produção de hortas urbanas. Estimular o desenvolvimento de hortas urbanas com jardins alimentares e de ervas medicinais em vazios urbanos, aplicando sistema agroecológico e de compostagem natural, ampliando a política de segurança alimentar e nutricional, evitando grandes deslocamentos no fornecimento de alimentos e fomentando a gestão por cooperativas de produtores. Além de aproximar produtores e consumidores, as hortas urbanas proporcionam melhorias na qualidade ambiental, na redução de ilhas de calor e aumento da permeabilidade do solo urbano. A difusão de um sistema de cultivo livre de agrotóxicos contribui para a redução dos problemas de saúde.

Promover uma cidade mais compacta. Buscar a médio e longo prazo uma cidade mais compacta e com adensamentos construtivos médios, através do estabelecimento de novos parâmetros de desenvolvimento e índices construtivos, com base na capacidade de suporte do território, na revisão e otimização da infraestrutura instalada, na oferta de serviços e equipamentos públicos, nos indicadores sociais de cada região, nas densidades populacionais e nas atividades consolidadas. Essa proposta tem por objetivo atenuar a dispersão urbana promovida pela permissão de construções realizadas em áreas desconectadas do tecido urbano consolidado, e pela prática de especulação imobiliária, uma vez que cidades mais dispersas representam gastos públicos com infraestrutura e serviços públicos mais elevados.

6. SAÚDE CADA VEZ MAIS PÚBLICA! EM DEFESA DA VIDA E DO SUS

O Paço Municipal deu as costas ao povo. É imprescindível construir novas estruturas e novas redes de apoio para dar conta das demandas urgentes de Porto Alegre. A ausência de serviços em várias regiões da cidade revela que o grito da juventude de 2013 com o lema “saúde padrão FIFA” é cada vez mais necessário. Em meio a uma pandemia, o prefeito tentou demitir e cortou o Vale Alimentação dos trabalhadores do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família (IMESF). Uma fundação pública de direito privado com personalidade jurídica de direito privado, criada contrariando todos os prognósticos de insegurança jurídica, contava com cerca de 1.800 trabalhadores atuando diretamente nas comunidades como agentes de saúde da família.

Nossa proposta é dar viabilidade para implementar a proposta de autoria dos vereadores Roberto Robaina, Karen Santos e Alex Fraga, do PSOL, apoiada por mais da metade dos vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre - 19 dos 36 parlamentares - que recomendou à prefeitura **converter o IMESF em uma empresa pública municipal**, como a EPTC no transporte.

Mas a realidade das ruas, das unidades, dos hospitais dos centros de saúde mental não tem vez nem voz nos gabinetes da Secretaria de Saúde, que nos últimos quatro anos, assim como o prefeito, fechou portas e ouvidos para quem atua e procura atendimento na ponta. Assim é a condução anencéfala da Saúde: Desrespeita-se a inteligência, a *expertise* de trabalhadoras, trabalhadores e dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Desrespeita-se a população representada pelos conselhos Local, Distrital e Municipal, constantemente atacados de forma ilegal e raivosa.

Temos como eixo central a afirmação da necessidade de Serviços Públicos de qualidade e a defesa dos direitos de seus trabalhadores. Isso significa:

Reverter a precarização, a terceirização dos serviços e a piora do atendimento à população: A precarização dos serviços públicos é a estratégia política que norteia o desmonte e a terceirização da Rede de Atenção à Saúde do Município. A entrega de Unidades de Saúde à iniciativa privada (como é o caso da Atenção Básica e da Saúde Mental) deram o tom da gestão Marchezan: prometem-se melhorias à população com a entrega de obras inacabadas, mal realizadas, com profissionais que, ao serem contratados por baixíssimos salários e sem materiais de trabalho, desistem ou são demitidos pelas organizações contratadas pela Secretaria Municipal. Na esteira da “economia de recursos”, os serviços de Atenção Básica e a Assistência Farmacêutica foram “concentrados”, ou seja, fecharam-se unidades menores, geralmente na periferia e bairros vulneráveis, e não se construíram novas e melhores estruturas. **Necessitamos novos serviços e contratação pública de profissionais em Saúde.**

A precarização atinge violentamente a possibilidade das pessoas cuidarem de si e dos outros. A entrega dos serviços municipais de Atenção Primária, Farmacêutica, de Vigilância e de Média e Alta Complexidade às organizações sociais ou com fins lucrativos sem histórico nesses níveis de Atenção e que promovem a saída e recontração de profissionais com pioras nas condições de trabalho resultam, portanto, em um fenômeno que os usuários da saúde pública bem conhecem: aumento do número de atendimentos em detrimento da qualidade, tempo de duração e resolutividade dos mesmos. Isso tem sido uma constante quando analisamos os atendimentos à população e gestão das Unidades. Mas isso não acontece ao acaso, municipais e *imesfianos* apontam essa prática do esgotamento como algo calculado pelo Governo Marchezan para justificar a terceirização e as Parcerias Público-Privadas.

Uma gestão que preza pela (re)construção da Saúde deve se comprometer com o estabelecimento de **medidas de combate ao assédio moral contra profissionais e usuários**, instrumento sistematicamente utilizado na atual gestão. O cansaço de profissionais com anos de experiência e formação – especialistas, mestres, doutores em áreas da Saúde - que decidem pela aposentadoria, já cansados das péssimas condições estruturais e de manutenção dos serviços Municipais: No IMESF, no HMPV, no HPS, no Postão da Cruzeiro, no IAPI etc.

No atual contexto da pandemia, a sobrecarga de trabalho se intensificou. Não importando o Nível de Atenção à Saúde (Básico ou de maior Complexidade). O adoecimento e afastamento por contaminação de trabalhadorxs, reveladas em especial pela ausência de testagem daquelas e daqueles que estão na "ponta dos serviços", tem reflexo na possibilidade de atendimento à população.

O diálogo como ação política e a democratização substantiva da gestão serão o jeito de governar da Frente (PSOL, UP, PCB), do uso da chamada "inteligência" em saúde presente na cidade, nos trabalhadores e refletida na Secretaria, para que o papel central de Planejamento seja executado. A Comunicação em Saúde deve traduzir-se em ações estruturantes de Promoção da Saúde, campanhas de conscientização, ações pedagógicas e firmes. Algo que vai muito além da publicação de *cards* e notícias em rede sociais com fins de publicidade, como fez Marchezan em seu governo.

Apresentamos algumas propostas que devem ser construídas em diálogo com as/os trabalhadoras/es e os Conselhos para sua implementação:

Governo com a participação e inteligência dos trabalhadores da Saúde. Isso implica em estruturas municipais de construção, normatização, implementação, monitoramento dos serviços, fluxos e estruturas de Saúde. Passa também por adoção, de fato, de respeito às leis trabalhistas; combatendo todo tipo de assédio vertical e/ ou horizontal;

Testagem permanente e EPIs para os trabalhadores da saúde – Os municipais que são Trabalhadores da Saúde são heroínas e heróis da linha de frente no combate ao coronavírus e à superlotação das UTIs, mas elas/es necessitam mais que palmas. Muitas vezes estão em uma guerra sem as armas necessárias para combater. A falta de EPIs e a escassez de testes faz com que corram riscos altíssimos e também coloquem em risco suas famílias e seus pacientes;

Qualificação e expansão dos equipamentos públicos de Saúde – Postos, Farmácias, Ambulatórios de cuidados específicos, Laboratórios de Análise, Centros Odontológicos, estruturas Hospitalares Municipais, Centros de Atenção Psicossociais e o nosso Pronto Socorro;

Melhorar o atendimento no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, ampliando o número de leitos, qualificando os equipamentos e ampliando o número de trabalhadores através de concurso público. **Manutenção do HMIPV enquanto hospital público;**

Melhorar as condições de funcionamento do Hospital Pronto Socorro, qualificando as condições físicas do prédio, equipamentos e ampliando o quadro de pessoal;

Para trabalhar em defesa do SUS e por mais profissionais da saúde, lutar pela garantia aumento dos repasses do Estado e da União, inclusive por meio de ações judiciais, se necessário. A prefeitura deve aliar-se à mobilização de trabalhadores, usuários, especialistas e ser parte de um movimento nacional em defesa dos recursos para a Saúde, que são direitos da população e não dos governantes.

Grupo permanente com servidores municipais, Controle Social e Universidades para estudar melhorias nos processos de trabalho das Áreas da Saúde com participação dos servidores, inclusive nas questões relativas à jornada de trabalho, ao combate ao assédio moral e à formulação de um plano de carreira unificado para trabalhadoras e trabalhadores da Saúde municipal;

Ampliação da cobertura das equipes próprias da Estratégia Saúde da Família (ESF) e de Saúde Bucal (eSB). É preciso reativar os Núcleos de Apoio ao eSF e tirar do papel as Academias da Saúde. Isso requer concurso público para dentistas, enfermeiras, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, educadores físicos, assim como agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, assistentes sociais, psicólogos, educadores físicos, nutricionistas, técnicos de enfermagem, sanitaristas, administradores em saúde pública e demais profissionais, com incentivo para que os que atuam nos bairros mais distantes permaneçam nesses locais;

Retomar a distribuição de equipamentos de saúde, especialmente os postos de saúde de forma mais equânime, devolvendo às comunidades os postos de saúde que foram removidos e/ou fechados nas áreas periféricas de Porto Alegre;

Ampliar cobertura de saúde bucal, além dos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (reabilitação). Manter e qualificar os Centros de Especialidades Odontológicas atuais;

Publicar a cada mês a execução orçamentária da Saúde, para que a cidade tenha conhecimento sobre as receitas e despesas;

Maior resolutividade nos postos de saúde, com especialistas multiprofissionais *in loco* e à distância.

Estabelecer programas municipais de provimento médico e das demais profissões da Saúde que, entre outras estratégias, reabsorverá profissionais do Programa “Mais Médicos”;

Garantia de acesso à política de saúde mental, com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) regionalizados e públicos, para atendimento de crianças e adolescentes, tratamento do uso abusivo de álcool e drogas e prevenção de casos de depressão e suicídio;

Devolver o Consultório na Rua para gestão própria e direta (serviços de saúde mental);

Implantação de Distritos Sanitários, onde grupos formados por equipes multidisciplinares, das Políticas de Saúde, Assistência Social, Educação, Habitação e respectivos conselhos locais, assim como outros agentes públicos e sociais trabalham para suprir integralmente as necessidades das diferentes regiões da cidade. Inclui o cultivo de hortas medicinais para atender a demanda por medicamentos de uso humano e veterinário;

Fortalecer o Programa “Melhor em Casa”, responsável pelo serviço de atenção domiciliar a pacientes que recebem alta hospitalar, mas necessitam de cuidados na residência, especialmente os portadores de doenças crônicas. As equipes em POA estão sendo terceirizadas, fazendo que a rotação de profissionais aumente;

Adicional salarial por difícil acesso para servidores de áreas afastadas. Um dos grandes problemas é atrair e manter trabalhadores nas zonas mais distantes das regiões centrais. Para quem trabalha nesses e outros locais, nos moldes da fixação existente na Educação;

Melhorar as estruturas físicas, os equipamentos e a disponibilidade de recursos humanos concursados nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), responsáveis pelos serviços de média complexidade, para reduzir a lotação dos hospitais. Dar especialidade às UPAs, por exemplo, UPA Pediátrica;

Desenvolvimento de programas de capacitação das profissionais de Saúde para acolhimento e acompanhamento a mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade social e todo tipo de violência – combinados com ações de combate ao machismo e ao assédio, ações educativas para maternidade e paternidade conscientes e oferta gratuita de métodos contraceptivos. O direito reprodutivo das mulheres precisa ser atendido;

Garantir que nenhum LBTTQI+ deixe de receber atendimento de Saúde adequado em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Aumento do quantitativo de Serviços de referência para essa população e suas famílias;

Incluir nos serviços de saúde parâmetros diferenciados de atendimento à população negra, em linha com a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra.

Ampliar e qualificar os Núcleos de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente (ESCA), com ênfase nas especialidades de oftalmologia, neurologia e psiquiatria.

Institucionalizar mecanismos de **controle social sobre a contratualização do SUS** com a rede filantrópica e ou particular.

Saúde para quem trabalha em saúde. Realizar auditorias em todos os contratos e entregas de prestadores de serviços à SMS, para avaliar os investimentos e a eficiência dos programas de proteção à saúde dos trabalhadores do setor.

Estabelecer protocolos de gestão financeira, como forma de tornar transparente e institucionalizar no que cada recurso federal e estadual pode ou não ser empregado.

Estabelecer protocolos de alinhamento das práticas de gestão nas 8 gerencias distritais, educação permanente para todas categorias profissionais, como política municipal.

6.1 Saúde mental é coisa séria

Há bastante tempo, os temas relativos à saúde mental vêm sendo relegados a segundo plano pelos governos neoliberais. Ou ao desmonte dos serviços públicos, que acabam acarretando sofrimento psíquico e sobrecarga nos serviços de assistência social ou via fortalecimento de uma lógica de desresponsabilização do Estado na tarefa da atenção integral para sua população, facilitando o avanço de instituições privadas ou simplesmente deixando a população desassistida. Desde a Reforma Psiquiátrica estadual (1992) e nacional (2001), o Estado deveria promover serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos e quaisquer instituições de cunho manicomial.

Em Porto Alegre, no entanto, além da permanência do Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso como manicômio judiciário do Rio Grande do Sul, houve recentemente algumas manifestações propondo a reativação do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Essas afirmações ganham força com as novas orientações do governo federal para o tema da saúde mental, que alterou a normativa de investimento em serviços substitutivos. O avanço da indústria farmacêutica e o contexto de psicopatologização da vida tornaram os serviços de cuidado em saúde mental um mercado bastante rentável. Hoje, Porto Alegre e muitos municípios terceirizam o cuidado em saúde mental, financiando instituições privadas cujo funcionamento, sabidamente, segue a lógica manicomial e bastante superada pela ciência e pela garantia de direitos fundamentais à população que sofre com problemas da saúde mental.

O gargalo da saúde mental no município já era grande, com a pandemia e o aumento do sofrimento psíquico da população é urgente tratar o tema com a seriedade que merece. Situações como depressão e automutilação já eram problema corriqueiro entre a juventude e com diagnóstico nas escolas, o isolamento e a dificuldade de convivência em tempos de medida sanitária potencializam ambas. Assim, como é sabido em todos os censos de população de rua, mais de 30% das pessoas em situação de rua apresentam problemas de saúde mental não tratados pelo estado e pelas famílias, e acabam em situação de extrema vulnerabilidade. Levando em consideração o aumento do desemprego, da crise social e econômica e a piora do nível de vida tende-se a ver este quadro se agravar. Precisamos garantir:

Atenção integral em todos os níveis de cuidado: embora o que tenha se difundido na era em que estamos sejam os serviços de cuidado em “saúde mental”, devemos permanentemente combater qualquer tipo de fragmentação nos níveis da saúde pública. Portanto, seja na atenção básica, nos CAPS, nos SRT’s ou nos hospitais, o cuidado em saúde mental deve ser orientado pela ótica da atenção integral. Em palavras mais simples, se um cidadão possui algum diagnóstico psiquiátrico, ao receber atendimento em um dos níveis da saúde pública ele deve receber também um olhar sob suas condições de alimentação, moradia, lazer etc.

Territorialização do cuidado: oriundo da Reforma Sanitária no Brasil, a inconclusa tentativa de promover cuidado em diferentes territórios tem sido cada vez mais difícil devido ao desmonte da saúde pública. Para se ter acesso a um(a) psicólogo(a) ou psiquiatra, a população precisa recorrer às Universidades ou projetos alternativos, uma vez que na maior parte dos bairros as unidades da Atenção Básica não fornecem serviços do tipo. A ideia de cuidado em territórios não diz respeito apenas à facilidade do acesso, mas também à qualidade do serviço. Se entendemos que sujeito e contexto são

indissociáveis, trabalhar no território onde irá desenvolver-se o processo terapêutico é um meio de potencializar o cuidado.

Foco no sofrimento psíquico: para combater tanto o mercado de diagnósticos, quanto os demais meios de adequação ao modo de produção, a Reforma Psiquiátrica brasileira deslocou o olhar clínico da doença mental para o sofrimento psíquico. Além de combater a discriminação e os estereótipos, essa medida também ajuda a expandir o olhar clínico (um cidadão pobre com diagnóstico de transtorno bipolar, por exemplo, pode não estar sofrendo por sua brusca alteração de humor, mas sim pela fome ou pela falta de espaços de lazer). Da mesma maneira, trabalhar somente com o sofrimento psíquico e não com a promoção da vida ajuda-nos a reduzir os riscos de criar estruturas psíquicas ideais, inalcançáveis, em geral constituídas para dar conta de um elevado grau de produtividade e concorrência.

Grupos de desinstitucionalização: é preciso que a prefeitura de Porto Alegre invista em grupos de desinstitucionalização, que possam fornecer acompanhamento terapêutico em liberdade aos usuários da rede de saúde mental, além de construir intervenções nos bairros e nas escolas sob a ótica da luta antimanicomial. Sem esse grupo de profissionais que propiciem cuidados em liberdade, os usuários da rede vivem um ciclo infundável de internações e tornam-se dependentes dos serviços. Além disso, os bairros e as instituições que fazem parte do círculo de convívio de um usuário precisam receber informações/intervenções de educação permanente em saúde, para não perpetuarem a segregação manicomial.

7.CONTRA O APAGÃO EDUCACIONAL REFUNDAR A REDE MUNICIPAL

A Rede Municipal de Educação atende as filhas e os filhos da classe trabalhadora e principalmente da camada social que forma o precariado das periferias da cidade. São 99 escolas públicas que oferecem a Educação Básica nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Faz parte da história da Rede Municipal de Ensino ter sido pioneira na gestão democrática e, com a participação ativa dos educadores, Porto Alegre pautou um debate pedagógico qualificado em torno das ideias de respeito às comunidades e da educação como fator de inclusão. Porém, nos últimos anos, esse cenário foi alterado. Precisamos construir uma séria alteração de prioridades na cidade e a educação será uma plataforma essencial para isso. **As escolas públicas devem ser das comunidades e para as comunidades.**

Após mais de três anos e meio do governo Marchezan e do secretário Adriano Naves de Brito na gestão da educação municipal, qualquer análise sobre esse período se assemelha à realização de um inventário de erros, descasos e desmontes. Mas, também revela uma estratégia perversa de governar para desacreditar a escola pública no sentido de constituir um modelo privatista de educação a partir de Parcerias Público-Privadas. No cenário atual de pandemia e exclusão social e digital, tais políticas se apresentam de uma forma dramática.

7.1 Um breve resgate das políticas de educação desde 2017

Em fevereiro de 2017, no início do governo, a partir de decretos e sem nenhum debate pedagógico com as comunidades escolares foi **alterada radicalmente a rotina das escolas** municipais. Resumindo: com a mudança de horários das aulas, **os estudantes perderam a cada dia da semana 30 minutos de aula.** Nesse processo também foram **extintas as reuniões de planejamento semanais.** Menos aula e menos momentos de debate entre os profissionais da educação e de melhoria pedagógica.

A Rede Municipal sofreu com a modificação, pois a lógica que sempre imperou foi a do diálogo e da construção coletiva. Com as mudanças impostas pela Secretaria de Educação, a autonomia pedagógica foi ficando cada vez mais frágil e controlada. Muitos dos processos que levaram anos para serem constituídos, de vínculos com as comunidades e os estudantes, foram definhando. Sabemos que tais processos não se constroem de uma hora para outra, mas estamos convictos de que é **preciso reverter a lógica imposta e construir em conjunto com os profissionais da Educação** um processo verdadeiramente democrático.

Outro ponto alterado foi a obrigatoriedade de todos os professores cumprirem sua carga horária de planejamento dentro das escolas. Acontece que a maior parte das escolas não oferece ambiente nem infraestrutura adequadas para a realização desse planejamento. As horas-atividade (períodos dedicados ao planejamento) passaram a ser um momento em que os docentes precisam se deslocar até as escolas para não atender as turmas, mas somente para cumprir o horário designado “dentro da escola”. O resultado foi evidente: **professores com sobrecarga de trabalho docente e sem as mínimas condições de trabalho.** O que já era difícil ficou ainda mais.

Durante esses três anos a estratégia pública do prefeito e do secretário foi **culpabilizar os docentes e não apresentar em nenhum momento uma discussão pedagógica** de como melhorar a Educação em Porto Alegre. As assessorias técnicas da Secretaria Municipal de Porto Alegre (SMED) foram esvaziadas e não foi feito nenhum processo de formação profissional continuada.

A não realização de concursos públicos periódicos foi responsável pelo processo de falta de professores na Rede Municipal. Como exemplo, para as séries finais do Ensino Fundamental não foi realizado nenhum concurso para as diferentes áreas do conhecimento dessa etapa de ensino.

Outra política esvaziada na gestão de Marchezan e Adriano foi a Educação em Tempo Integral. Atualmente nenhuma escola conta com professores para atendimento das turmas em dois turnos. A SMED optou por criar convênios com instituições privadas ou ONGs para oferecer atividades no turno inverso. Os únicos projetos que seguiam existindo de escola integral na rede municipal foram barbaramente ameaçados no início de 2020. A lógica novamente é a desqualificação dos profissionais da Educação para privilegiar as parcerizações com instituições privadas, que em grande parte dos casos, não apresentam resultados relevantes.

Sobre a **Educação de Jovens Adultos**, que têm uma alta demanda social na cidade, houve um esvaziamento do ponto de vista da SMED no sentido de buscar publicamente alunos; fechando turmas e escolas com EJA. Antes uma referência nacional no tema, Porto Alegre vem há anos desmontando os serviços e, novamente, privilegiando a lógica privatista da educação de jovens e adultos. Atualmente, **nem assessoria específica para a modalidade existe na SMED.**

Por fim, **o autoritarismo como projeto alterou a lei de gestão democrática** no final de 2019, bem no período de eleições das direções escolares. Foi necessário um amplo movimento democrático para que as escolhas das direções fossem realizadas segundo a lei vigente. Um dos resultados desse processo foi que escolas que não realizaram o pleito estão até agora com direções temporárias, e com a mudança da lei criou-se a necessidade de um curso de gestão que deve ser oferecido pela SMED. O resultado é que algumas escolas estão sem as direções eleitas nomeadas por falta do curso que até agora não foi oferecido para todos pela Secretaria.

Educação se faz com democracia. Por isso, nos comprometemos a retomar os processos de gestão democrática e coletiva, com o diálogo sendo a ferramenta principal entre a gestão e as comunidades escolares. A realização de um Congresso Municipal de Educação seria uma bela forma de alterarmos os rumos em Porto Alegre.

Para desfazer esses desmontes, propomos:

Reverter os ataques à construção pedagógica autônoma das escolas e na carreira dos professores, **revogando o decreto que impôs a nova rotina escolar.** A autonomia pedagógica das escolas deve não só ser respeitada como também ser valorizada. A construção coletiva com todos os segmentos da comunidade escolar deve ser estimulada para que as comunidades encontrem na escola um local de pertencimento.

Manutenção do difícil acesso, extensivo a todos trabalhadores em Educação.

Realizar um amplo levantamento sobre o quadro de professores para que tenhamos sempre **um quadro completo de profissionais concursados**, revertendo a política de contratações temporárias na rede municipal. Da mesma forma, e para garantir a qualidade da educação, será necessário estabelecer **um limite de estudantes por turma**, respeitando a capacidade docente.

Garantir a **formação continuada e sistemática dos educadores/as**, na busca de uma educação de qualidade contemplando as temáticas dos direitos humanos, respeito à diversidade e cultura democrática. Nesse processo de formação, **resgatar as oficinas pedagógicas** construídas pelos docentes também é uma meta.

Trabalhar para que as escolas acolham em turno integral nossas crianças sob pena do aumento dos problemas sociais, com destaque para a violência. A escola em turno integral exige um planejamento comprometido com a emancipação do sujeito. Isso significa que a escola precisa oferecer atividades que promovam o desenvolvimento integral das crianças e jovens, através de atividades pedagógicas e lúdicas, nos dois turnos, igualmente.

Programa Educação é um Direito Humano: analfabetismo zero! O analfabetismo em Porto Alegre está em torno de 3%. Esse índice precisa ser zerado! Para isso é preciso desenvolver programas de estímulo ao retorno aos estudos e qualificação do trabalho da Educação de Jovens e Adultos (EJAs). Estimular iniciativas de educação, através de um mapeamento por bairro, levando em conta o aprendizado dos

atuais alfabetizadores e oferecendo bolsas extras para educadores e alunos. Fortalecer o EJA e, junto com isso, convocar estudantes universitários para realizar uma frente de alfabetização nos bairros e favelas.

Garantia da manutenção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ameaçada de desmonte há muitas gestões. A metodologia da EJA precisa ser vista como mais uma oportunidade para todos os que não frequentaram a escola na idade prevista e ser oportunizada a todos os estudantes do Ensino Fundamental a partir da idade de 15 anos.

Fortalecimento da gestão democrática e da autonomia escolar nas escolas municipais e valorização dos professores a partir de seus saberes e conhecimentos. Eleição direta para diretores e conselheiros escolares. A gestão democrática é a ferramenta que melhor representa o direito de participação de todos os segmentos da comunidade escolar e como tal precisa ser valorizada e praticada, garantindo assim maior controle social da educação.

Educação para a diversidade, combatendo as discriminações de todos os tipos, o *bullying* e a violência nas escolas. A educação para a diversidade necessita estar presente nas ações cotidianas da escola com visibilidade para que seja praticada por todos.

7.2 Educação Infantil e a construção do futuro

A educação infantil é um dos grandes gargalos da educação municipal. A Educação Infantil é tarefa central das prefeituras, abordada na Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE)¹ em vigência para os anos de 2014 a 2024:

“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos até o final da vigência deste PNE.”

Não é preciso dizer que o município de Porto Alegre esteve em 2016 e continua em 2020 muito longe de atingir tal meta. Se considerada a faixa etária de 0 a 3 anos, somos a sexta pior capital do Brasil em atendimento nas creches da rede própria do município. A situação é pior na pré-escola (crianças de 4 e 5 anos): somos a pior capital do país em termos percentuais. Isso porque a escolha da gestão municipal não foi investir em uma rede própria do município, mas sim na parcerização com entidades privadas que atendem a maior parte do público da Educação Infantil. Será necessário, mais do que nunca, investir e reconstruir a Rede de Educação Infantil Municipal.

Como parte do atendimento às nossas crianças a Prefeitura deve, além de ampliar a própria rede, colaborar ativamente com as 217 instituições conveniadas que atuam na Educação Infantil, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento. É necessário aumentar o valor dos repasses para que as instituições conveniadas possam qualificar as suas condições e mudar o cenário atual, implementando os valores do **Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi)** aprovados no Fundeb em 2020. Esse processo passa por ter uma relação de fiscalização, mas também de colaboração, entre a Secretaria Municipal da Educação e as creches comunitárias, construindo um diálogo permanente com o Fórum das Entidades conveniadas à SMED a partir de um grupo de trabalho sobre Educação Infantil.

Diversos estudos de longo prazo têm apontado resultados relevantes sobre os indivíduos que frequentam o ensino infantil até a vida adulta. O Núcleo Ciência pela Infância, composto por instituições como *Harvard University* e a Universidade de São Paulo, no estudo intitulado “O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem”² publicado em 2014, afirma que quanto maior o grau de escolaridade do indivíduo, este atinge maiores níveis socioeconômicos, assim como menores as chances de envolvimento com situações de violência e de violação da lei. Logo, o

investimento dado aos primeiros anos da educação básica traz importante retorno social. Investir em educação infantil é investir em cidadania!

No entanto, para além da falta de vagas no sistema público e estatal de ensino nessa etapa, as escolas infantis também sofrem com o desmonte e a falta de recursos humanos para o atendimento das crianças. No Ensino Infantil, existe um número mínimo obrigatório de adultos por crianças a ser obedecidos nas aulas. Há muitos anos, profissionais que realizam estágios acadêmicos têm entrado nessa conta para “suprir” a falta de professores concursados. O estágio (remunerado ou não) deve ser um instrumento de aprendizagem do acadêmico, e não um instrumento para preencher o quadro de professores e monitores que a escola não possui.

Além da falta de professores, existe um déficit grande de monitores de Educação Infantil em sala de aula. Isso está sendo denunciado há muito tempo pelas comunidades escolares, fazendo que muitas vezes as crianças têm que ser buscadas muito antes do horário de término por falta de monitor, um impeditivo às mães que precisam trabalhar e negligência às crianças que necessitam de um espaço seguro, acolhedor e que auxilie no seu desenvolvimento. Somente em janeiro de 2020 foi publicado edital de concurso público para vaga de monitor, mas as provas tiveram que ser adiadas devido à pandemia da Covid-19. O concurso deve ser realizado e os profissionais chamados com agilidade.

Sobre a Educação Infantil, propomos:

Fortalecer o caráter pedagógico da Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças, garantindo professores e monitores em sala de aula assegurando o número mínimo de adulto por criança.

Fortalecimento do caráter pedagógico da Educação Infantil nas escolas e creches conveniadas, que possuem a maioria das matrículas para a modalidade e é necessário a garantia de ensino de qualidade às crianças.

Ampliação do número de escolas infantis para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar. Nenhuma mãe pode deixar de trabalhar ou de ir à escola por não ter onde deixar seu filho(a).

Garantia da hora-atividade e de formação continuada ao corpo docente, através de contratação de professores de área e estagiários em sala, para que os docentes possam concentrar-se no planejamento pedagógico.

Realização de concurso público para o cargo de monitor de Educação Infantil e chamamento dos aprovados.

Estagiários com função de apoio pedagógico para projetos e atividades.

Conclusão das obras paradas de escolas de Educação Infantil, garantindo atendimento às famílias em busca de vagas e sob gestão pública de ensino.

Realizar busca ativa de crianças de 0 a 5 anos por vagas na Educação Infantil, em conformidade com o Plano Municipal de Educação de Porto Alegre, cuja as metas são universalização da pré-escola (4 a 5 anos) até 2024 e atendimento mínimo de 50% de crianças de 0 a 3 anos até igual período.

Reabertura do prédio estatal da EMEI Unidos da Painera, cujo atendimento às crianças foi encerrado no final de 2018, deixando de atender famílias do bairro Partenon.

7.3 Educação especial e inclusiva é direito de todos!

As políticas inclusivas são uma marca fundamental na educação de Porto Alegre. As quatro escolas municipais de Ensino Especial Fundamental (EMEEFs) do município ofereceram quatrocentos e quarenta e cinco (445) vagas no ano de 2019, segundo a SMED. Infelizmente, sabemos que o número não é suficiente devido à demanda crescente. Mas as políticas de inclusão não ficam restritas às escolas especiais. As **Salas Integradas de Recursos (SIR)** oferecem o **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** para os estudantes de Ensino Fundamental e Médio da rede municipal.

O papel da SIR é de atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial, referenciado em legislação, no sentido de investigar as barreiras que se colocam como impeditivo às aprendizagens destes. No entanto, a atuação da SIR na escola se amplia no sentido de ser um **agente do processo de inclusão escolar como um todo**, acompanhando não somente e diretamente os estudantes encaminhados, mas também assessorando o planejamento dos professores e a equipe pedagógica da escola nos encaminhamentos e planejamento de rotinas, acompanhando e coordenando o trabalho de estagiários/monitores de inclusão; orientando as famílias dos estudantes e realizando inter-consultas com outros profissionais que atendem os estudantes. Ou seja, apesar da política de desmontes e da falta de investimento que as escolas sofrem nos últimos anos, os profissionais da Educação têm se desdobrado para garantir que a **educação pública e de qualidade seja tratada como um direito de todos**.

Atualmente, cada professor de SIR atende, no máximo, 25 estudantes. A maioria das escolas possui somente um profissional de SIR, porém, devido à demanda de determinadas escolas, há algumas com dois ou até três profissionais. Todos profissionais que atuam na SIR, por exigência legal, têm formação em Educação Especial ou Educação Inclusiva. **A gestão de Marchezan não realizou nenhum concurso para a área**, portanto, restam poucos profissionais remanescentes de concursos específico para a Educação Especial. Hoje, a maioria do corpo docente que atende as SIRs é composta por professores com formação inicial em outras áreas e **especialização** em Educação Especial, Educação Inclusiva ou outro curso afim. Por conta da falta de profissionais, a seleção é realizada através de escolha da Coordenação de Educação Especial para o preenchimento das vagas (edital interno).

No entanto, o atendimento especializado não chega a todo o público da Rede Municipal. As escolas de Educação Infantil ainda não têm profissionais especializados para o atendimento – embora sejam atendidas pelas assessorias das escolas especiais –, que acaba fazendo falta no decorrer do percurso educacional das crianças com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou mesmo com superdotação. Em 2013, o Conselho Municipal de Educação (CME) elaborou e aprovou a **Resolução 13/13³**, que dispõe sobre as diretrizes para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino, mas **a resolução ainda não é cumprida em sua íntegra!** A falta de concurso para profissionais especializados é uma marca da última gestão, fazendo que as condições dos poucos profissionais que seguem trabalhando seja ainda mais precária.

Sobre a educação inclusiva, propomos:

Melhorar as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiência, através da formação de professores, concurso público para profissionais especializados e apoio especializado na rede regular.

Ampliar atendimento das Salas Integradas de Recurso (SIR) no ensino regular fundamental e médio, tendo em vista a demanda apresentada pelas comunidades escolares para esse serviço especializado.

Oferecer Salas Integradas de Recurso (SIR) nas escolas de Educação Infantil, para o atendimento precoce de crianças com necessidades educacionais especiais.

Fortalecer a rede de atendimento de Escolas de Educação Especial, aumentando o número de vagas e proporcionando a ampliação do tempo que essas crianças e jovens têm acesso à escola.

Realizar formações continuadas com toda a rede sobre currículo e processos inclusivos e também formações específica para professores da Ed. Especial sobre Currículo e Inclusão Escolar;

Retomar o espaço das reuniões pedagógicas, espaço privilegiado de encontro para planejamento dos processos inclusivos entre professoras da SIR e demais professores da escola, **e garantir o direito** à Hora Atividade Fora da Escola (HAFE), em igualdade de direito com os demais docentes.

Aumentar o repasse de verbas para compra de materiais pedagógicos destinados à SIR (material escolar, livros, jogos, brinquedos, adaptadores de acessibilidade). Atualmente o valor é de R\$ 250,00 por bimestre (restrito a 4), congelados há mais de 10 anos.

Realização de concurso específico para a área de Educação Especial.

Readequação física dos prédios escolares, com vista à acessibilidade plena e global a todos.

Retomada das assessorias pedagógicas em educação especial oferecidas às escolas da RME.

Trabalhar em rede entre a educação, saúde, esporte e assistência social, para que os estudantes possam ter acesso à cidadania, que muitas vezes lhes é negada.

Atuar em rede com a Empresa Pública de Transportes e Circulação (EPTC), garantindo que as famílias em situação de vulnerabilidade consigam se deslocar até eventuais consultas médicas dos alunos atendidos pelo Ensino Especial.

Elaboração de alternativas de ensino remoto para os estudantes com necessidades educacionais especiais, visto que a plataforma CórTEX, por exemplo, não atende às demandas da Educação Especial.

Incluir a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos currículos da Educação Básica, para estimular a inclusão dos estudantes surdos nas escolas regulares.

Criação de um programa de inclusão (social e laboral) para os estudantes maiores de 21 anos advindos das escolas especiais.

Investimento em programas que garantam a saúde mental dos trabalhadores em Educação Especial, pois é preciso cuidar especialmente de quem cuida.

7.4 O desgoverno e a pandemia

As escolas municipais estão fechadas devido à pandemia desde meados de março. Foi necessário um movimento para garantir a segurança de todos os colegas com isolamento social. Fato que foi revertido com o plantão das direções nas escolas nos últimos meses. **As equipes diretivas estão fazendo plantões nas escolas para atender a comunidade**, mesmo que muitos profissionais estejam nos grupos de risco de contaminação da Covid-19.

A SMED ficou em silêncio sobre as ações educativas até o início de junho. Durante esse tempo, a imensa maioria das escolas desenvolveu atividades remotas em busca da manutenção dos vínculos com os estudantes. As dificuldades de acesso à internet e a equipamentos (celulares e computadores) ficaram evidenciadas. A chamada exclusão digital foi ratificada pelo vírus.

No dia 2 de junho o prefeito e o secretário anunciaram a obrigatoriedade do uso de uma plataforma de ensino privada chamada CórTEX. Naquele momento foi publicizada a busca da gratuidade do acesso a internet pelos alunos. Quase três meses depois, a plataforma demonstrou ser mais um problema do que uma solução. **Não existe gratuidade dos acessos, assim como ficou evidenciado a possibilidade de desenvolvimento de um processo de desigualdade escolar** ao dividir os alunos entre aqueles com condições de acompanhar as atividades (uma possível minoria) e aqueles que não têm condições de acesso. Esse processo trouxe muitos problemas de organização das escolas também pela **falta de diálogo e de formação pedagógica** para que os educadores atuem nesse tipo de ensino remoto.

Até o momento, estamos trabalhando com o fracasso da tentativa de oferta de ensino de forma remota para todos os alunos. Porém, as decisões dos Conselhos de Educação (Nacional e Municipal) apresentam a não obrigatoriedade do cumprimento dos 200 dias letivos com a permanência das 800 horas de

atividades de ensino. O Conselho Municipal de Educação aprovou um parecer bem interessante que possibilita que as atividades sejam realizadas e organizadas pelas escolas depois do retorno das aulas presenciais. A resolução coloca a necessidade para o ano letivo de 2020 que tenha 600 horas presenciais e 200 horas de atividades realizadas fora das salas de aula, que podem ser realizadas depois da volta às aulas presenciais. Isso se o cenário da pandemia assim permitir.

Por fim, a Rede Municipal de Ensino atende basicamente a periferia da cidade. As escolas encontram-se nas comunidades mais marcadas pelos problemas sociais e de violência. Nessas comunidades, a alimentação escolar é uma fonte fundamental de nutrição para os estudantes. Diante da pandemia, um problema evidenciado foi a ausência de distribuição de cestas básicas de alimentos e higiene para os nossos estudantes e famílias. Aliás, aproveitamos o espaço para fazer a pergunta-denúncia: **para onde estão indo as verbas milionárias do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?**

7.5 As escolas públicas devem ser das comunidades e com as comunidades

Nessa construção programática, apresentamos as seguintes propostas para debate e construção coletiva:

Consolidação das escolas como um espaço de direitos. É importante formular uma renovação da forma como as crianças e adolescentes acessam as políticas públicas através das escolas. Será preciso integrar as escolas com outras secretarias estratégicas de governo, como a Secretaria de Saúde (SMS), a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e a Governança Local, ampliando assim o acesso à cidadania das comunidades.

Ação de combate à evasão escolar. A manutenção das crianças e adolescentes nas escolas é fundamental na garantia das políticas para a juventude, de apoio às mães e de respeito aos direitos da infância. O combate à evasão escolar se faz, prioritariamente, pelo encantamento que a escola proporciona nas crianças e jovens. Projetos inovadores e professores comprometidos com a educação são o alicerce no combate à evasão. Mas também passa pela **atuação nas escolas municipais de equipes que envolvam profissionais vinculados à Educação e Assistência Social no resgate e acompanhamento do aluno infrequente, que gera FICAI's (Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente).**

Interligar as ações da SMED com a Guarda Municipal para a prevenção da violência nas escolas, desenvolvendo projetos preventivos através da cultura, esporte e lazer junto às comunidades escolares. Ampliar o patrulhamento da Guarda Municipal nos arredores das escolas.

A cidade como palco da educação, cultura e esporte. Construir projetos pedagógicos que apresentem a cidade e sua história nos quais as crianças possam vivenciá-la de forma lúdica, criativa e pedagógica. Realizar políticas integradas entre as áreas da educação, cultura e do esporte para que as praças e parques da nossa cidade tenham atividades para as crianças e adolescentes.

Construção de alternativas PÚBLICAS para as modalidades de ensino remoto. Durante a pandemia, precisamos nos acostumar com novas formas de ensino e aprendizagem à distância. No entanto, as plataformas utilizadas devem garantir a privacidade dos dados dos usuários e do trabalho docente. A Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) deve ser uma aliada nessa busca. **Fora fundações privadas da educação pública!**

Defesa do acesso universal à internet. A garantia de acesso aos recursos tecnológicos e digitais não pode ser uma opção, mas sim um dever do poder público. **A inclusão digital deve começar pela escola,** garantindo a toda a comunidade escolar meios de acesso à internet e a equipamentos de qualidade.

Inclusão de produtos orgânicos e de base agroecológica na merenda escolar para garantir uma alimentação saudável às crianças e adolescentes que estudam na Rede Municipal de Ensino.

Renovação física das estruturas escolares, como responsabilidade da SMED, contemplando a ampliação de espaços, bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas etc. As escolas devem ser espaços para o uso da comunidade escolar como um todo, e para isso precisam ser acolhedoras e ter ambientes organizados e bem equipados.

As bibliotecas escolares devem ser parte essencial do processo de ensino e aprendizagem: para isso precisam estar equipadas com computadores, anualmente contar com renovação de acervos, ter bibliotecários e mediadores da leitura para incentivar o gosto pela leitura e retomar projetos importantes como o Adote um Escritor.

Equipes volantes para Mediação de Conflitos: a violência escolar é uma realidade. Junto com isso, é na escola que se identificam casos de depressão e até automutilação dos estudantes. Infelizmente, com a pandemia e a dificuldade de convívio social esses problemas podem ser potencializados no retorno às aulas. A escola precisa de estrutura e apoio para lidar com tais situações. Propomos equipes volantes para auxiliar os trabalhadores em Educação e os estudantes. Essas equipes devem ter no mínimo psicólogos e assistentes sociais para atuar na rede.

¹ Plano Nacional de Educação, 2014. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/>>

² Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf>

³http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/013.2013.pdf

8. CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA ENFRENTAR A DEPENDÊNCIA

Uma das principais áreas atacadas pelo governo Bolsonaro é a Ciência e Tecnologia. Como todo governo autoritário, mira na produção do conhecimento para impor sua ideologia fascista. Marchezan aliado da agenda econômica do presidente, passou todo o governo tentando desmontar a Procempa e criar novos modelos de negócios para seus aliados. Desde o convênio ilegal com a Comunitas sustado pela Justiça, até a indicação do réu Michel Costa para a direção desta importante empresa pública.

Qualquer governo comprometido com o desenvolvimento da cidade e de sua população e com a busca por crescimento econômico e redução de desigualdades precisa investir em ciência e tecnologia para defender os interesses nacionais e deixar de ser um país agroexportador, bem como também salvar vidas frente à crise sanitária. É urgente derrotar a política anti-ciência de Bolsonaro e seus representantes nos estados e municípios. Além de todos os ataques ao SERPRO e à DATAPREV, Bolsonaro mira na privatização ou extinção da CEITEC, um dos maiores pólos tecnológicos e de desenvolvimento de microchips da América Latina, com quadros técnicos extremamente capazes. Em Porto Alegre não é diferente com os ataques à Tecnologia da Informação pública e da Empresa Procempa.

Um governo municipal comprometido com o futuro do país deve comandar um movimento nacional em defesa da ciência e tecnologia pela soberania nacional e contra a dependência tecnológica.

Criação de um Plano Municipal da Ciência e Tecnologia construído com a comunidade científica e com a cidade para prospectar metas e planejamento com vistas a desenvolver um pólo de tecnologia limpa e inovadora na cidade;

Valorização da PROCEMPA, investimento no desenvolvimento de sistemas municipais para melhorar os serviços públicos;

Revogar a rotina imposta por Marchezan, o retorno do planejamento nas escolas para facilitar os projetos interdisciplinares e a realização de feiras de ciências dentro e fora das escolas;

Parceria com as universidades para projetos de extensão, estágios curriculares e horas complementares dos estudantes na Rede Municipal de Ensino com vistas a desenvolver projetos científicos e fortalecer o acesso dos estudantes da Rede a novos conhecimentos;

Garantir que todas as escolas públicas municipais em seu entorno tenham acesso à internet de qualidade e pontos de acesso wi-fi;

Melhor utilização dos mais de mil quilômetros de fibra ótica espalhados pela cidade;

Através da Procempa, ampliar e **facilitar o acesso aos serviços públicos por meio de um conjunto de serviços que podem ser oferecidos de forma virtual, inclusive por meio de aplicativos para celular**. É importante que isso ocorra não apenas durante o período de pandemia, quando o atendimento das demandas de diferentes áreas está sendo feito apenas de forma virtual. A transparência no uso dos recursos públicos também pode ser melhorada se existirem ferramentas para disponibilizar essas informações de forma clara e detalhada para a população.

Fortalecer a Procempa, inclusive pela contratação de novos profissionais, com isso, a gestão municipal terá uma ferramenta para desenvolvimento de soluções de TI inovadoras que poucas cidades possuem.

9. ECONOMIA E DIREITO AO TRABALHO

Do ponto de vista da economia, a Capital gaúcha aparece integrada à Região Metropolitana e ao eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, seja por conta do fluxo das atividades ou pelos deslocamentos da força de trabalho. Deve, portanto, ser pensada a partir de uma perspectiva regional.

O perfil econômico da cidade transformou-se profundamente ao longo do século XX, com uma tendência ao encolhimento da indústria e crescimento do setor de serviços. Entre o setor terciário, o comércio também perdeu espaço em relação aos serviços de comunicação e àqueles de baixíssimo valor agregado, terceirizados, que incrementaram sua participação no PIB da cidade.

A maior parte das atividades econômicas da capital se concentra no setor terciário. Centro político, administrativo, cultural, dos serviços e do comércio varejista do Rio Grande do Sul, a Capital cumpre um importante papel de atração dessas atividades, ao mesmo tempo em que não foi capaz de recuperar a perda de arrecadação do ICMS provocada pela evasão da indústria, que deveria ter sido acompanhada por um incremento superior da arrecadação de ISSQN.

Porto Alegre sofreu com as políticas erráticas de Marchezan no enfrentamento à pandemia. Infelizmente, o prefeito que deveria estar preocupado em aumentar os hospitais e criar condições para a manutenção dos empregos, esteve preocupado em demitir trabalhadores no IMESF e na Multiclean. Na cidade, apenas na pandemia perdemos 25 mil postos de trabalho. Uma prefeitura popular deve estar a serviço de promover políticas de geração de emprego e renda para o povo.

Um governo popular deve desenvolver políticas que favoreçam a democratização da cidade também na área econômica. Embora os instrumentos de indução econômica fundamentais não estejam sob a esfera do município, cabe às cidades um importante papel na criação de um ambiente econômico saudável e democrático, voltado ao apoio a determinadas atividades, investimentos e geração de emprego e renda.

Como fundadora e sócia da Instituição Comunitária de Crédito Portosol, criada em 1995, a Prefeitura de Porto Alegre também deve estimular a expansão do microcrédito em benefício dos pequenos empreendimentos na cidade. Esta fonte de financiamento, desburocratizada e aberta aos microempreendedores com dificuldades de acesso às instituições financeiras tradicionais, deve operar com mecanismos de controle, taxas e prazos de pagamento compatíveis com a realidade dos pequenos negócios e, ao mesmo tempo, capazes de garantir a sustentabilidade do sistema.

Um novo segmento que merece atenção especial na cidade é o setor cervejeiro. As cervejarias artesanais de Porto Alegre e de todo o Rio Grande do Sul destacam-se pela qualidade e renovam uma cultura que remonta aos primeiros habitantes do Estado. Os povos indígenas que primeiro ocuparam o sul do Brasil já conheciam as técnicas de produção de fermentados à base de milho ou aipim, difundidas desde a floresta amazônica até o sul da Patagônia.

Mas, a cultura cervejeira como conhecemos hoje no Rio Grande do Sul teve início em 1870, com a inauguração da Ritter & Irmãos, na cidade de Pelotas. Graças aos imigrantes alemães, a técnica de produção de cervejas se propagou e permitiu a fundação de novas empresas no segmento. Em 1924 já havia 21 cervejarias em Porto Alegre, que produziam mais de 6 milhões de garrafas por ano. Após longo período de cooptação do mercado pela grande indústria, as cervejarias artesanais, que apareceram com força a partir de 2007, trouxeram um novo cenário e novas possibilidades para a capital. Atualmente existem 39 cervejarias com sede em Porto Alegre com fábrica própria, e mais um número expressivo de cervejarias com centros de distribuição, bares ou produção terceirizada, o que a coloca no posto de cidade com o maior número de cervejarias no Brasil. As cervejas daqui possuem premiações nacionais e internacionais, e se destacam no mercado brasileiro. A cerveja artesanal ou especial é responsável por apenas 0,5% do mercado nacional, em parte devido à pesada tributação sobre o produto, correspondente a 71% do preço final. Mesmo com essas dificuldades, uma microcervejaria emprega dez vezes mais pessoas por litro produzido do que as grandes indústrias do setor, de acordo com a Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (Abracerva).

Explorar a vocação de Porto Alegre para os serviços, em especial nas áreas de comunicação, informática e de saúde, para estimular o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A Prefeitura deve atuar como articuladora da inteligência acumulada em centros universitários de pesquisa da Capital e Região Metropolitana para desenvolver soluções mais baratas, eficazes e geradoras de emprego e renda em áreas como tratamento de resíduos, saneamento básico, obras públicas e nos serviços de saúde, educação e assistência social.

Buscar alternativas para ampliar o alcance do microcrédito no fomento dos pequenos empreendimentos na cidade, inclusive com a modernização e a criação de uma cooperativa de crédito solidária para promover processos e desenvolvimento de projetos que promovam a distribuição de renda, o fomento à economia solidária e o estímulo a pequenos produtores e pequenos e médios comerciantes, que proporcionalmente são os que mais geram emprego.

Fortalecer a Procempa para que esta possa ampliar os serviços públicos de acesso à internet, e ampliar a IETEC, parte da estratégia de melhoria nas condições gerais de vida da população e de construção de uma cidade inteligente, descentralizada e com vocação para o desenvolvimento tecnológico.

Área rural livre de agrotóxicos: Diante da enorme crise na saúde pública devido ao consumo excessivo de agrotóxicos pela população gaúcha (cerca de 8 litros por habitante por ano), a Prefeitura deve estimular a agroecologia no âmbito da produção rural do município com o objetivo de, em articulação com os produtores, declarar a produção de hortifrutigranjeiros tradicional da cidade livre de venenos e pesticidas. Isso requer medidas de estímulo econômico, como ações de extensão rural focadas no desenvolvimento de técnicas de manejo e expansão das feiras-modelo e hortomercados com produtos orgânicos, a fim de regular os preços de alimentos em todos os bairros da cidade e inibir abusos de poder econômico por parte das grandes redes varejistas.

Redes de cooperação: A tendência à monopolização do mercado por parte dos grandes grupos em diversos setores fragiliza o tecido econômico, gera mais desigualdades e reduz o pequeno comércio local. A Prefeitura deve atuar em apoio às pequenas e médias empresas mediante o estímulo a redes de cooperação que promovam a associação de comerciantes e produtores em busca de economia de escala na aquisição de mercadorias e nas ações de promoção e venda, além de compartilhamento de técnicas de gestão dos negócios.

Compras Coletivas: No mesmo sentido das redes de cooperação, é importante estimular a formação de centrais de compras coletivas por local de trabalho ou moradia para permitir negociações em termos mais favoráveis com fornecedores de produtos e serviços e estabelecer freios às práticas especulativas dos grandes varejistas.

Valorização dos espaços econômicos tradicionais da cidade, como Mercado Público, hortomercados, Brique da Redenção e Porto Seco entre outros. No caso do Mercado, cabe destacar nosso compromisso de mantê-lo público. Infelizmente, os permissionários e o povo tiveram que lutar por quatro anos para que não houvesse a sua privatização.

Comércio ambulante: Diante do aprofundamento da crise econômica e do desemprego, existe uma tendência de crescimento do comércio ambulante. A prefeitura deve facilitar a regularização dos ambulantes, organizar feiras rotativas e trabalhar junto às organizações representativas para estabelecer regras gerais de funcionamento do setor.

Geração de renda e apoio à economia solidária: Criar espaços para grupos, associações e cooperativas, destinados ao comércio de produtos da economia solidária, em equipamentos municipais como escolas, pavilhões do complexo cultural Porto Seco e terminais de ônibus. A prefeitura também deve trabalhar

para reforçar no município os programas federais de emprego e renda e complementá-los com ações de qualificação profissional e de fomento à autonomia dos trabalhadores.

Apoio aos produtores artesanais, com promoção de festivais e feiras que criem espaços de comercialização alternativos às grandes redes de varejo.

No segmento de cervejas artesanais, a prefeitura deve contribuir para o desenvolvimento de aptidões empreendedoras e a formação técnica dos cervejeiros, ao mesmo tempo em que oferece incentivos à criação de novas microempresas. É importante criar, em parceria com entidades ligadas ao setor, uma incubadora municipal com espaço e equipamentos para produção, além de apoio de técnicos e mestres cervejeiros, bem como de juízes, *sommeliers* e outros profissionais.

Para o correto, seguro e rápido funcionamento das cervejarias, bem como para garantir a qualidade dos processos e dos produtos finais, é fundamental a desburocratização e agilidade na emissão de licenças e alvarás municipais.

Zoneamento e regulamentação: As ruas de Porto Alegre sempre estiveram abertas aos eventos cervejeiros. Por isso, Porto Alegre, que foi pioneira ao legislar sobre a atuação dos *brewpubs* em 2016, precisa estimular a implementação de novos negócios do gênero, assim como a aposta no potencial para Quarto Distrito e bairro Anchieta. Investir na infraestrutura dos bairros com potencial de constituição da Rota da Cerveja Artesanal.

Benefícios tributários para empresas ligadas à produção local e venda de cervejas artesanais.

Linhas de financiamento. A prefeitura deve incentivar a criação de linhas de financiamento específicas para as microcervejarias, destinadas a investimentos e oferta de capital de giro, assim como a aposta na constituição de um Arranjo Produtivo Local;

Fomento a festivais, ações associativas e eventos turísticos do setor cervejeiro. Em 2017, foi aprovado Projeto de Lei que incluía a Semana Municipal da Cerveja no calendário da Cidade, projeto capitaneado pelo vereador Alex Fraga. Desde então, houve duas edições do Festival da Cerveja de Porto Alegre, evento que movimentou mais de 50 mil pessoas desde sua primeira edição e que atraiu olhares cervejeiros de toda a América Latina. Junto com o setor, estamos sugerindo a realização do Congresso Internacional da Cerveja em 2022, com roteiros especializados de degustação e gastronomia para desenvolver o setor e apostar no potencial turístico de tal iniciativa.

Combater todas as formas de trabalho análogo à escravidão;

Promover políticas de diversidade e de combate a toda forma de preconceito e intolerância no mundo do trabalho através de cursos voltados à capacitação profissional e incentivo à organização produtiva, como fazem as costureiras no Morro da Cruz.

Políticas para a juventude como o Estágio Cidadão através de transação tributária cobrando a dívida milionária que o CEEE tem com Porto Alegre, é uma forma de garantir experiência e uma oportunidade aos jovens. O estágio será voltado a necessidades das comunidades de Porto Alegre, sob supervisão da Prefeitura, para ajudar no processo de ensino e aprendizagem, e será desenvolvido nas áreas da periferia da cidade como forma de ajudar a reduzir a vulnerabilidade;

Políticas de inserção da população historicamente negligenciada através do Estágio para a Diversidade;

As empresas contratadas para obras públicas, além de não serem inidôneas por processos de corrupção, deverão respeitar as leis ambientais e a igualdades salarial entre homens, mulheres, negros, indígenas e amarelos para a mesma função. **A prefeitura será presente na fiscalização do cumprimento do Artigo 142 da CLT.**

10. GOVERNAR COM OS MUNICIPALÁRIOS

Queremos governar com a inteligência da cidade e com os servidores públicos municipais, que conhecem a realidade dos serviços públicos. A categoria nunca foi tão desrespeitada em seu conhecimento técnico e seus direitos como nesses anos da administração Marchezan.

Em 2005, a Prefeitura contava com 21.702 servidores ativos. Em 2015, este total era de 21.973. De acordo com o IBGE¹⁴, em 2016, Porto Alegre tinha 16.538 servidores municipais na ativa. Por outro lado, em 2019, o número de CCs, alcançou a cifra aproximada de 900 nomeados.

Ainda existem Secretarias e Departamentos que não realizam Concursos Públicos há mais de 20 anos.

MARCHEZAN ao assumir o governo municipal deixou claro que não administraria Porto Alegre com os funcionários de carreira.

Criou um Banco de Talentos, onde escolheu CCs, num pretendo cadastro de candidatos qualificados, mas o que se viu foi a contratação de aliados políticos e suspeitas de corrupção na indicação da empresa que administra o Banco de Talentos, como indicado no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo vereador Roberto Robaina do PSOL.

Outra faceta desse governo foi o desmonte da máquina pública, com terceirizações, concessões e privatizações de serviços, notadamente na área fundamental da Saúde. Diversos Postos de Saúde foram entregues à administração privada, a Carris e a Procempa, entre outros, estão na mira do governo, visando à entrega de serviços ou de privatização. As terceirizações representam um desperdício de dinheiro público, porque o custo das obras do Município encarece com a execução através das empresas, muitas vezes gerando também processos licitatórios fraudados, viciados e cheios de litígios e contratos que não são cumpridos. Essa forma de privatizar os serviços da Prefeitura, entretanto, é mais antiga do que os governos de Fogaça, Fortunatti e Marchezan. Foi inaugurada no período de governo das frentes populares animadas pelo PT.

A relação com os servidores públicos, sob o governo de Marchezan, foi a pior possível. Não negociou com as representações sindicais, exercida pelo SIMPA e entidades associativas da categoria. Parcelou salários o que, que segundo estudo efetuado pelo IDEA, publicado em fevereiro de 2020, era desnecessário, pois as contas públicas não apresentavam os déficits propalados pelo Governo; retirou e alterou substancialmente conquistas históricas da categoria, tais como: avanços trienais, gratificações adicionais, incorporação de funções gratificadas, prestação de regime especial de trabalho, gratificação de difícil acesso em escolas públicas, entre outras.

Enfim, exerceu uma administração totalmente sem diálogo com a cidade, com os trabalhadores e trabalhadoras municipais, cumpriu um papel neoliberal e descuidou-se dos serviços básicos da cidade.

10.1 No âmbito geral

Revogação de todos os projetos e medidas contra a carreira, a gestão democrática e alíquota previdenciária aprovados durante o governo Marchezan (revogação do POAPREV, da Lei 889 e do PL02, que extinguiu triênios, adicionais e regimes);

Estabelecer mesa de negociação permanente, com as entidades de representação municipal, onde o SIMPA exercerá um papel de articulação e de representação relevante e importante da categoria;

Prefeita e Vice no Local de Trabalho: semanalmente a prefeita e o vice irão aos locais de trabalho para dialogar com os servidores, com a população e ver *in loco* as condições de trabalho

¹⁴ IBGE - Funcionários de capitais em 2016.

Estabelecer compromisso de **suspensão imediata de qualquer processo de terceirização, privatização ou concessão de serviços**, no âmbito da administração municipal;

Estabelecer compromisso de realizar **estudos visando a reversão de todos os processos de terceirização** que já tenham sido efetuados, onde seja possível;

Efetuar estudos e consultas técnicas juntos aos setores operacionais de trabalho, visando ampliar, na medida do possível, as equipes que prestam serviços nas áreas de infraestrutura, que hoje se encontram sucateadas, causando enormes prejuízos ao patrimônio municipal e ao atendimento satisfatório da população;

Realizar **debates com a ATEMPA e o SIMPA**, visando a suspensão imediata de contratação de professores temporários na Rede Pública municipal e a realização de concurso público para suprir a falta de professores;

Estabelecer fortalecimento da estrutura pública municipal, providenciando investimento na recuperação dos prédios, equipamentos, materiais e condições de trabalho e estabelecendo um debate participativo, com poder deliberativo, com os trabalhadores, visando à distribuição, destinação e alocação das verbas públicas;

Estabelecer **debates com a “inteligência municipal”** para, em conjunto, elaborar diretrizes que aperfeiçoem e otimizem os serviços públicos municipais em todas as suas áreas de ação;

Providenciar estudos para quantificar e priorizar o número de cargos e postos de trabalho vagos na estrutura da Prefeitura, bem como elaborar calendário, para reposição, por processo de concurso público;

Exercer a administração municipal **priorizando os servidores de carreira nos postos técnicos e diretivos da estrutura funcional**, bem como na função de secretários municipais e equivalentes;

Proporcionar condições para elaboração de um programa de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação permanentes dos servidores, visando proporcionar a melhoria e a qualificação dos serviços prestados à população usuária.

Tornar o IMESF uma Empresa Pública Municipal, de modo a adequar o vínculo empregatício de seus trabalhadores à legislação pertinente à matéria, bem como às necessidades de profissionais de saúde da população porto-alegrense, principalmente quanto ao trabalho de Agentes de Combate as Endemias e Agentes de Saúde;

Fomentar Conselhos Populares eleitos, de modo a priorizar o respeito às normas de criação dos mesmos e que suas decisões legais sejam acatadas, visando o aprimoramento dos serviços prestados pela municipalidade;

Garantir que o trabalho que envolve a Vigilância Sanitária, seja efetuado por profissionais especializados de carreira, com suporte técnico especializado, conforme exigência de cada área, para que a população possa receber um trabalho de eficácia, notadamente no controle de endemias.

Cancelamento do “Bando” de Talentos do Executivo Municipal, garantindo que o mesmo seja uma estrutura permanente do quadro da Prefeitura, onde suas atividades sejam exercidas, prioritariamente, por profissional de carreira.

Extinção do cargo de Secretário Adjunto no âmbito das repartições públicas municipais, utilizando-se da economia auferida para nomeação de servidores de carreira em áreas carentes do Executivo Municipal;

Priorizar o exercício de servidores de carreira nas atividades relacionadas à fiscalização de serviços, afetos ao controle do Município;

Propor a criação de uma legislação de transparência tributária no município, onde seja possível constar a relação daqueles que promovam a sonegação fiscal no âmbito da Prefeitura Municipal;

Propor que o orçamento de investimentos no âmbito do município seja debatido, examinado, fiscalizado e deliberado pelo conjunto da população, dividida por regiões, denominando-se **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E DELIBERATIVO DE PORTO ALEGRE**;

Combater o assédio moral dentro das estruturas da Prefeitura Municipal criando uma Ouvidoria Interna para que os servidores possam proceder às denúncias preservando o anonimato; **formação Anti-Assédio para as chefias**, sejam servidores de carreira ou cargos de livre nomeação, **formação jurídica para a categoria sobre como proceder em caso de assédio moral**;

Incentivo à aplicação da Licença-Maternidade de 6 meses em Porto Alegre;

Construir com a categoria diretrizes para uma **política de Segurança e Combate a Acidentes nos locais de trabalho** através de legislação específica;

Reequipar a Prefeitura Municipal e concursar pessoal para o setor operacional com o objetivo de executar as obras e os serviços municipais com recursos próprios;

Defender o DMAE público;

Pelo fim das terceirizações que hoje acontecem, inacreditavelmente, até na fiscalização das obras.

Reverter o estado de abandono dos parques, praças e ruas da cidade, bem como a entrega de áreas dos parques à iniciativa privada.

10.2 No âmbito da questão salarial

Debater e quantificar as perdas salariais decorrentes do processo inflacionário da categoria e estabelecer **um calendário de recuperação salarial**;

Garantir que a legislação que estabelece a reposição salarial anual dos servidores volte a ser cumprida integralmente pelo Poder Público Municipal;

Garantir a oportunidade de prestação de serviços em regime especial de trabalho a todos os trabalhadores, mesmo em estágio probatório, desde que necessário para a execução do serviço público, acabando com cortes punitivos que ocorrem principalmente na área Educacional;

Retomar o processo de concessão de progressão funcional, que se encontra paralisada desde 2014;

Efetuar reajuste imediato nos salários dos trabalhadores municipais, detentores de cargos entre os padrões 2 e 4, bem como os celetistas, uma vez que a administração não está cumprindo legislação municipal que estabelece o piso salarial, igual ao salário mínimo;

11. REVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA:

Precisamos de uma verdadeira revolução na gestão administrativa de Porto Alegre. A agenda neoliberal de desmonte do Estado Social tem dificultado o acesso da população aos serviços públicos. A ausência de poder deliberativo nos poucos espaços de participação popular em Porto Alegre dificulta o controle social, a participação na tomada de decisões e a capacidade da comunidade intervir diretamente nas decisões que lhe afetam a vida diretamente. Nada é por acaso, para aprofundar a agenda neoliberal de Fortunati e Mello em uma escala ainda maior, Marchezan desmontou, desestruturou e desrespeitou os conselhos municipais, o Orçamento Participativo, a gestão democrática das escolas. Mentiu para a população que iria economizar recursos acabando com Secretarias importantes e mantendo centenas de cargos em comissão, secretários e diretores adjuntos em cada secretaria e autarquias, todos com altos salários. O que a Reforma Administrativa acarretou foi uma confusão organizativa, maior dificuldade da população em acessar serviços e até informações e o fim de políticas públicas.

O Banco de Talentos foi uma forma de criar uma estrutura para as indicações políticas dos partidos da base alugada e a tentativa de criar uma prefeitura paralela através do convênio ilegal com a *Comunitas*, que só foi barrado pela ação do SIMPA e da bancada de oposição na Câmara dos Vereadores. Marchezan atuou para transformar o Paço Municipal em um balcão de negócios para as empresas aliadas e para impor sua visão privatista, atrapalhou o trabalho dos servidores de carreira e o controle social. Precisamos reverter as medidas antipovo tomados pelo governo neoliberal, mas, ao mesmo tempo, criar uma prefeitura de novo tipo: com portas abertas e telhado de vidro. A melhor forma de combater a corrupção e os privilégios é empoderando o povo na tomada de decisões.

Propostas:

Revoação da Reforma Administrativa de Marchezan e construção de uma reestruturação da gestão com base na consulta aos servidores de carreira e na inteligência dos municipais;

Acabar com as figuras do secretário e do diretor adjunto, assim como o corte de 70% dos Cargos em Comissão. Evidentemente, alguns cargos precisam ser preenchidos por escolha de confiança e afinidade com o programa eleito, mas vamos acabar com indicações políticas sem qualquer técnica e absoluto desconhecimento do funcionamento do serviço público. Queremos valorizar a prata da casa, governar com os servidores, escolhendo diretores, chefes e até secretários pela qualidade técnica, experiência na área e capacidade de liderança junto aos colegas.

Fortalecimento do controle social através dos Conselhos Municipais e da realização de Conferências Municipais; os sucessivos governos vêm enfraquecendo os mecanismos de controle social e desrespeitando os apontamentos e as sugestões dos colegiados. Muitos recursos públicos não teriam ido para os ralos da corrupção se o controle social fosse efetivamente ouvido pelas gestões. Queremos melhorar a Casa dos Conselhos, garantir a infraestrutura de recursos humanos dando plenas condições de elaborações para o controle social e seguir efetivamente as decisões tomadas pelo colegiado. Um governo do povo não pode temer a elaboração popular; ao contrário, deve estimulá-las.

Construção de um secretariado com paridade de gênero, diversidade étnica e de orientação sexual. A transversalidade das políticas públicas contra os preconceitos passa por uma visão de conjunto integrada nos espaços de decisão e a convicção de que as minorias podem e devem participar do conjunto das políticas públicas;

Transformar os Centros de Relações Institucionais e Participativas nas 17 em regiões em verdadeiras subprefeituras, com poder real nas decisões e prazo para execução de demandas locais. Para efetivar tal modelo, a prefeitura indicará um representante da gestão e outro será eleito pela comunidade para criar um modelo de participação em tempo real, interlocução permanente com o Paço Municipal e reuniões e assembleias periódicas para a resolução de problemas nos bairros;

Transparência em tempo real: prevalecer a transparência das prestações de contas dos serviços na cidade. Marchezan criou na prática o Portal “Obscuridade”, as informações públicas não são encontradas no site da prefeitura, o Observatório da Cidade foi desmontado. Queremos uma prefeitura transparente em tempo real, com os balancetes e atas dos conselhos publicados na internet, os contratos e convênios firmados devem ser todos publicados com vistas a dar transparência e fortalecer o controle da execução de obras e políticas da prefeitura.

Avaliar a eficiência da estrutura propondo uma **maior conexão com a população e os meios digitais**, pois os processos na prefeitura são muito segmentados e a ferramenta SEI é pouco explorada. Buscar os planos de estruturação administrativa já licitados em gestões anteriores.

Estudo dos cargos, adequação dos quantitativos por secretaria e **recomposição do vazio que existe de mão de obra no município para qualificar os serviços para o povo da cidade.**

12. PORTO ALEGRE: TERRITÓRIO LIVRE DE PRECONCEITO

12.1 Cidade, palavra feminina: construir uma cidade das mulheres

Cidade, palavra feminina que, no entanto, tem como referência normativa os arranjos culturais e urbanos construídos conforme o modelo patriarcal dominante, onde não são consideradas as situações experienciadas pelas mulheres na execução de suas atividades cotidianas e nem mesmo sua dupla ou tripla jornada de trabalho. Como resultado, as mulheres, que frequentemente são maioria nas cidades, enfrentam diversas situações que atuam como obstáculos para que elas usufruam plenamente da vida nas cidades. Os corpos femininos não podem dispor do privilégio de percorrer livremente os espaços públicos da cidade porque estão sujeitos aos assédios e aos efeitos letais do machismo. Às mulheres é imperativo realizar um estudo prévio dos trajetos para que seus corpos percorram lugares por onde sua presença não está totalmente autorizada.

Além disso, também é verdade que a violência de gênero não atinge todas as mulheres da mesma maneira. Mulheres negras, trans, lésbicas, indígenas, profissionais do sexo, moradoras das periferias ou mulheres em situação de rua enfrentam de maneira ainda mais acentuada as hierarquias decorrentes dos estereótipos e dos marcadores sociais. Carregam experiências onde vemos se costurar toda a complexidade moral e cultural da sociedade, onde as opressões, violências psicológicas e corporais acontecem, muitas vezes, de forma muda e sem escuta, principalmente diante da banalização da violência que insiste em culpabilizar as vítimas com base em normas comportamentais. O feminicídio é a expressão máxima da violência contra as mulheres e, ao mesmo tempo, é apenas a ponta visível de um sólido sistema de opressões que se orienta para a imposição de subordinação e domesticação das mulheres.

Em 2019, as ocorrências de violência contra as mulheres em Porto Alegre chegaram a 7.919 casos, sendo o número de feminicídios consumados igual ao registrado até julho deste ano¹⁵. Este fato revela mais um efeito da pandemia do coronavírus, em que a necessidade de isolamento social impõe às mulheres vítimas do machismo uma condição de maior vulnerabilidade, seja pela obrigatoriedade de praticar o isolamento sob o mesmo teto que o agressor, com o consequente aumento do controle sobre o seu corpo, seja pelo aumento da dependência patrimonial provocada pela insegurança do trabalho e da renda ou ainda pela restrição de acesso à rede de acolhimento, bastante centralizada e com espaços de acolhimento insuficiente.

A relação próxima com o agressor é situação recorrente nos casos de violência contra a mulher, pesquisas¹⁶ apontam que entre 2017 e 2018, no Rio Grande do Sul, 88,8% das mulheres vítimas de feminicídio foram assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros, e 65,6% dos casos ocorreram no ambiente doméstico. Apesar do aumento das denúncias nos últimos anos, sabe-se que estas são ainda bastante subnotificadas, e que os indicadores de violência contra a mulher, agregados pelos órgãos de segurança pública, tornam-se mais robustos quando cruzados com dados da assistência social e da saúde pública. Sendo o feminicídio o final de um ciclo de violências que se consuma pela ausência de políticas para a emancipação em relação aos ciclos de violências e de alternativas de acolhimento, principalmente para as mulheres com filhos. Para enfrentar essa cruel realidade, são necessárias medidas sérias de enfrentamento à violência e de proteção das mulheres e crianças vítimas do machismo.

¹⁵Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>

¹⁶13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

É notório que as funções reprodutivas e de cuidado com a sociedade estão ainda majoritariamente sob a responsabilidade das mulheres, fazendo que elas dependam sobremaneira da oferta de equipamentos e serviços públicos e dos circuitos de mobilidade que as cidades oferecem. De acordo com dados do IBGE¹⁷, as mulheres dedicam semanalmente, em média, 8,1 horas a mais do que os homens às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora. Por essa razão, a melhoria da mobilidade urbana e a disponibilidade de vagas noturnas e diurnas em creches públicas são importantes especificamente para o caso das mulheres, e ainda mais para as mulheres que vivem nas periferias dos centros urbanos, mulheres que são mais impactadas pela ausência de equipamentos e serviços públicos.

A insuficiência de vagas nas escolas de educação infantil é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres em Porto Alegre. Mais de 90% das instituições de ensino infantil, entre escolas municipais e conveniadas, possuem alguma fila de espera. O maior déficit de vagas encontra-se na faixa de 0 a 3 anos. Apenas na Zona Sul, onde a situação é mais grave, dados de 2019 apontam que cerca de 2.595 crianças estavam à espera de uma vaga em instituições públicas. Em 2020, em um universo de 17.863 inscritos, 8.048 crianças não puderam ser matriculadas. E esses números podem ser ainda maiores se levarmos em consideração que muitas famílias deixam de procurar vagas para suas crianças porque sabem que não há oferta disponível. Como alternativa, acabam recorrendo às redes familiares e comunitárias para os cuidados com seus filhos e filhas, o que muitas vezes pode acabar expondo as crianças a situações de vulnerabilidade. Ou ainda, por medo da violência física e sexual, optam por deixar as crianças sozinhas quando não podem abrir mão do trabalho.

Como um agravante desse cenário, em meio à pandemia do coronavírus vimos a tentativa por parte do governo municipal de interromper os pagamentos às instituições conveniadas, ameaçando de demissão cerca de 4 mil trabalhadoras. A partir dessa única ação, não fosse a intervenção do judiciário estadual, teríamos, por um lado, o aumento de desemprego entre as mulheres já bastante impactadas pela crise econômica precedente e, por outro, a total falta de alternativa para as mulheres que não puderam fazer isolamento social, seja porque estão empregadas em atividades essenciais, destacadamente atividades relativas aos cuidados onde as mulheres são maioria, ou pela morosidade na entrega de cestas básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade.

As políticas implementadas durante o governo Marchezan, de demissão dos funcionários do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família, de ataques ao funcionalismo público e de terceirização, a precarização dos serviços públicos essenciais são também um demonstrativo de que, apesar da popularização das lutas feministas em anos recentes, existe ainda muita dificuldade para que as necessidades das mulheres sejam consideradas e incorporadas às políticas públicas locais. Faltam-nos, sobretudo, atores políticos sensibilizados, e também equipes técnicas preparadas para atuar de maneira integrada com o objetivo central de reduzir as assimetrias de gênero.

Nossa proposta para reduzir as iniquidades de gêneros passa pela necessidade de transformar a fórmula do exercício do poder, tendo em mente que para alcançarmos a equidade, não poderemos nos restringir a soluções meramente pontuais, porque estamos tratando de elementos que são estruturantes. É preciso ter um olhar integrado para a solução do machismo e da violência de gênero. Garantir que todas as leis e iniciativas de políticas públicas avaliem e considerem seus impactos na vida das mulheres. Fazer que o arranjo governamental e a prestação dos serviços públicos sejam um reflexo da responsabilidade solidária, da descentralização e organização em rede, da quebra das hierarquias. Sem esquecer que quanto maior for a cooperação entre as ações de governo e as agendas populares, das mulheres e crianças, melhores condições nós teremos de sustentar as mudanças que Porto Alegre precisa.

Queremos governar Porto Alegre alinhados a um feminismo diverso, que combata o machismo, a lgtbfobia, o racismo, rompendo com a lógica de que um conjunto de vidas vale mais do que outras. Pensar a cidade orientada para as mulheres das periferias, incorporando o que elas veem, sentem e

¹⁷ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019.

experimentam em seu cotidiano. Superar as práticas que contribuem com o reforço dos papéis de gênero, dando fim a situações onde as mulheres estejam colocadas de maneira subordinada. Caminhar na direção da equidade de gêneros através da garantia da participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão da vida política, econômica e pública, instituindo não apenas políticas de governo para as mulheres, mas colocando as mulheres no governo da política.

Ampliação da rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual. Porto Alegre conta com apenas um albergue municipal para o acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência. A Casa de Apoio Viva Maria tem capacidade para acolher apenas 11 famílias, um número risível diante dos números da violência de gênero na cidade. É preciso ampliar e descentralizar o número de abrigos, dando capacidade de acolhimento também para os seus filhos, nos termos da Lei nº 10.133/2007, que institui o Programa Municipal de Albergues para a Mulher Vítima de Violência, e tomar como exemplo a Casa Mirabal para essa expansão.

Criar e ampliar Centros de Referência da Mulher e CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica. Oferecer apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, permitindo que elas tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso necessário;

Prefeitura Municipal com paridade de gêneros. Ter ações para alcançar a paridade de gêneros na composição das secretarias municipais da administração direta e indireta, dos conselhos e fóruns municipais, e nos editais públicos de contratação.

Luta pela ampliação da rede de delegacias especializadas para atendimento das mulheres. Porto Alegre tem apenas uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e esse é um dos fatores que dificultam as denúncias e a busca por medidas protetivas.

Garantia de creches e escolas de Educação Infantil em turno integral e ampliação do atendimento das creches para os horários noturnos. Garantir que mães que trabalham ou estudam à noite tenham onde deixar seus filhos em segurança;

Criação e/ou ampliação de maternidades e centros de parto humanizado. Assistência para mulheres durante a gravidez, parto e pós-parto;

Luta contra a Portaria 2282 do Ministério da Saúde que dificulta o acesso ao aborto legal e cria a figura do profissional de saúde delator. A prioridade é vida das mulheres. Chega de violência contra as mulheres vítimas de estupro.

Criação de Secretaria de Mulheres e combate à LGBTTFobia. Garantir espaço institucional para ampliar as políticas públicas para mulheres e LGBTTS;

Cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens de qualquer idade. Incentivo à geração de renda para mulheres;

Apoio ao carnaval das Escolas de Samba e blocos de rua. Valorização da cadeia produtiva, apoio às mulheres ambulantes, reversão das políticas de ataque à cultura. Mais atenção para as mães que organizam iniciativas culturais e educacionais nas periferias;

Rede de atendimento especializado para as mulheres no CRAS, que inspire confiança no acolhimento às mulheres. Proporcionar espaço adequado de escuta e atenção para as mulheres, inclusive para mulheres idosas;

Atendimento especializado às profissionais do sexo. Desenvolver políticas interseccionais que olhem para as necessidades das profissionais do sexo;

Garantir acesso das mulheres trans ao SUS com criação de departamento específico (não apenas nas delegacias de vulneráveis). Ampliação da verba destinada para o ambulatório Trans;

Fortalecer o Sistema Público de Saúde no município, reverter os ataques aos trabalhadores e trabalhadoras do IMESF (ameaça de extinção, demissão e retirada de direitos). Fim das terceirizações

dos Pronto Atendimentos entregues à privatização. Melhorar as estruturas e recursos humanos do Hospital Materno-infantil Presidente Vargas, referência no atendimento a crianças, adolescentes e mulheres. Garantir o atendimento adequado a mulheres portadoras de diversidade funcional;

Ampliar os espaços de discussão sobre o modelo de parto e nascimento do Sistema Único de Saúde, com usuárias, trabalhadores/as e gestores/as da saúde para garantir os direitos da gestante e do bebê no pré-parto e pós-parto com vistas a garantia de parto humanizado;

Ampliação e fortalecimento da Rede Municipal de Educação Infantil com criação de creches, escolas e ampliação de vagas, tanto nas periferias como nas áreas centrais, pois grande parte das mulheres moradoras das periferias trabalham na área central da cidade, e criação de vagas noturnas para mães que trabalhem ou estudem à noite e de escolas especiais para crianças com autismo;

Programa de inclusão digital, com disponibilidade de internet para viabilizar o ensino remoto.

Programa contra o machismo e a cultura da violência e assédio às mulheres, por meio de campanhas nos bairros, nas escolas, no transporte público, nos locais de trabalho. Lutar pela liberação de verba para projeto da deputada Luciana Genro e bancada feminina da Assembleia Legislativa;

Realização de campanhas de promoção da maternidade e da paternidade conscientes, descentralizando a rede de assistência para as periferias da cidade e criando ações afirmativas que garantam a prioridade para a vida das mulheres;

Formação e sensibilização dos servidores públicos na atenção às questões de gêneros, em especial na área de saúde e segurança para o atendimento de mulheres vítimas de violência;

Adoção de medidas de equidade de gêneros no âmbito dos serviços públicos municipais. Incluir nas cláusulas contratuais de processos licitatórios a necessidade das empresas que serão contratadas pelo município adotarem políticas de ações sociais e econômicas de equidade de gêneros;

Estruturas urbanas para o cuidado. Qualificação dos espaços públicos para a promoção de encontro entre mulheres e socialização segura de crianças, mães e pais. Melhoria da rede de iluminação pública. Criação de espaços coletivos, como lavanderias e hortas públicas;

Prioridade para as mulheres na titulação de imóveis em programas de regularização fundiária;

Atenção para a regularização do acesso das famílias aos serviços públicos, diante da dificuldade das famílias de áreas de ocupação irregular, sem CEP, para conseguir matrículas em creches e atendimento em outros serviços básicos;

Prioridade para mulheres chefes de família em caso de empate nos programas habitacionais municipais, conforme Lei aprovada pelo então vereador Pedro Ruas;

Adequação dos protocolos da construção civil de obras públicas e privadas para não criar pontos de insegurança à circulação das mulheres no espaço público;

Assegurar a implementação da Lei da Parada Segura, viabilizando o embarque e desembarque fora das paradas obrigatórias após às 22 horas, como forma de ajudar na segurança das mulheres e aplicação da **Lei de Combate ao Assédio nos ônibus** de autoria da então vereadora Fernanda Melchionna;

Estabelecer medidas de ações afirmativas para mulheres condutoras de táxis e aplicativos;

Criação de aplicativo para a denúncia de violência e assédio, vinculado à rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. E plataformas de tecnologia livre, através da PROCEMPA, relacionados às mulheres;

Georreferenciamento das notificações de violência contra a mulher nos espaços públicos, com publicação de relatório anual, preservando o endereço e a identidade das vítimas;

Programa Virando a Mesa do Poder, de incentivo à participação das mulheres na cena política. Criação de rede de escolas feministas e antirracistas;

12.2 Políticas de reparação e promoção da igualdade racial

Mais de cento e trinta anos após a conquista abolicionista no Brasil, o racismo permanece como o elemento organizador das desigualdades e injustiças em nossa sociedade.

Vivemos inúmeras transformações sociais, políticas e culturais, no entanto, o lugar de mulheres e homens negros na base da pirâmide social se manteve. O racismo foi preservado na estrutura de nosso país e Porto Alegre, infelizmente, também carrega a marca da violência racial em seu passado e presente. Considerando fatores como longevidade, anos de estudo, condições de trabalho, moradia e acesso a direitos sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do IBGE afirmou que somos a capital brasileira mais segregada racialmente: a diferença nos índices entre negros e brancos em Porto Alegre é de 18,2%, superior a média nacional, de 14,42%.

Essa mesma aferição nos mostra que 20,24% da população porto-alegrense é negra. Apesar disso, em 2019, 36,41% dos homicídios que ocorreram em Porto Alegre vitimaram pessoas negras, índice que cresceu mais de 50% comparado à população branca da cidade. A mesma realidade é encontrada ao analisarmos a composição racial do Presídio Central: mais de 40% das pessoas em regime de privação de liberdade são negras. No entanto, os indicadores da segurança pública só podem ser compreendidos através de um olhar para as desigualdades raciais que atingem direitos elementares. O racismo estrutural começa em questões como o analfabetismo: entre a população em geral essa taxa é de 2,27%, mas, entre negras e negros ela se eleva a 4,4%. Os índices educacionais estão diretamente vinculados às possibilidades de competitividade no mercado de trabalho. Se no início da crise econômica, em 2016, o desemprego era 60% maior entre a população, de acordo com a Federação de Economia e Estatística, em meio à pandemia a desigualdade média na renda entre trabalhadores brancos e negros atingiu quase 40%.

Territorialmente, vivemos sob uma segregação informal: temos 94 bairros, no entanto, de acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, 39,2% da população negra vive em apenas seis: Restinga, Sarandi, Rubem Berta, Santa Tereza, Lomba do Pinheiro e Mário Quintana. Se observarmos a região compreendida como Eixo Baltazar, que vai do triângulo da Assis Brasil até a divisa com Alvorada, veremos que, no total de domicílio, 34,77% tem renda de um salário-mínimo e 14,51% declararam renda de zero a ½ salário-mínimo. Logo ao lado, no bairro Mário Quintana, 45,98% da população está no patamar de pobreza e quase 15% vive abaixo dessa linha. A dinâmica desse racismo territorial engloba também os imigrantes negros oriundos de países como Senegal e Haiti, que reorganizam as suas vidas nessas regiões e passam a compartilhar a vivência da desigualdade racial, agregada a tendências xenófobas que infelizmente crescem em nossa sociedade.

Chegamos nessa situação devido à política orientada pelo higienismo racista das elites porto-alegrenses. Na maior parte de nossa história, não houve reparações históricas, tampouco promoção da igualdade racial pelas mãos do poder público. Um marco nessa trajetória foi o programa comandado pelo DEHMAB, entre as décadas de 1950-70, intitulado *“Remover para Promover”*, que expulsou mais de 40 mil moradores negros e pobres da área central para bairros como a Restinga, que atualmente tem cerca de 40% de moradores negros. A antiga Colônia Africana, situada no entorno dos parques Moinhos de Vento e Farroupilha, deu lugar a bairros onde hoje menos de 1% da população é negra. Alguns territórios conseguiram permanecer nesses espaços, como o Conjunto Habitacional Princesa Isabel, a Vila Planetário e a Lupicínio Rodrigues, no entanto, convivem com o estigma racista do poder público e a falta de apoio para o desenvolvimento econômico, humano e social das comunidades. Atualmente, os principais expoentes dessa história de resistência são os quilombos urbanos das famílias Silva, Flores, Fidelix, Machado e Lemos e das regiões dos Alpes e Areal da Baronesa. Em nosso governo, essas comunidades deixarão de ser territórios indesejados e passarão a ser parte da reorganização dos valores culturais, étnicos e morais de Porto Alegre, o que deve incluir a valorização das diferentes expressões culturais oriundas das periferias como parte da identidade de nossa cidade, da musicalidade a religiosidade de matriz africana.

Uma prefeitura comprometida com o combate ao racismo estrutural deve firmar compromisso com a luta pela remoção de todas as barreiras que impedem a igualdade racial. Nesse sentido, a Secretaria Adjunta do Povo Negro junto à Secretaria de Direitos Humanos vai adquirir importância central em nosso governo, tendo interlocução direta com o conjunto das áreas de governança e direitos sociais, especialmente a educação.

Atualmente, essa secretaria é totalmente desvalorizada: em 2014, o programa de “Enfrentamento ao racismo institucional e promoção da igualdade racial” tinha um orçamento de R\$ 96.872,10, no entanto, além da verba ser insuficiente, apenas R\$ 41.059,52 foi utilizado.

Um governo popular e democrático deve respeitar as tradições de seu povo e promover políticas de reparação histórica, tendo em vista o combate à discriminação racial e a desigualdade social e econômica que ainda persiste. Isso passa pela construção, em conjunto com o movimento negro organizado, de políticas de respeito à cultura e à história afro-brasileira e de promoção de cotas raciais e sociais, com o objetivo de tornar nossa cidade uma referência nacional em promoção da igualdade racial. A tradição de nosso movimento negro deve ser incorporada à gestão municipal, tendo o respeito à autonomia dessas organizações como princípio. O racismo de alta intensidade que vivenciamos também instigou uma inventividade incrível do povo negro: da imprensa negra à resistência cultural, da religiosidade aos movimentos reivindicativos, da juventude que ingressa nas universidades ao resiliente movimento de mulheres negras, nosso objetivo é o diálogo e a inclusão da população negra como agente do processo de transformação radical que a nossa cidade necessita.

Propomos:

Formação de um Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com interlocução nas diferentes áreas de governança da gestão municipal.

Por uma política **de combate ao desemprego voltada especialmente à comunidade negra e periférica.**

Realizar campanhas institucionais de **educação cultural contra o racismo** e a discriminação.

Promover o reconhecimento e apoiar a demarcação dos territórios sagrados, como os terreiros de matriz africana, a começar pela retirada do edital que prevê a privatização do Mercado Público.

Defesa da demarcação da **titulação dos quilombos urbanos** e territórios indígenas.

Incentivar o protagonismo da mulher negra: possibilitar espaços de atuação e interesse para a mulher negra nos espaços de decisão política da cidade, além de trazer sua história, sua tradição para o centro das discussões sobre a cidade democrática que queremos.

Resgatar a memória e a história da negra de Porto Alegre, por meio de registros de História Oral, rodas de contação de história em comunidades, fomento e difusão da pesquisa histórica e de antropologia social, e por meio da ampliação e aceleração dos conteúdos de história da escravidão e da cultura afro-brasileira nas escolas municipais.

Programa de educação antirracista que promova visita aos espaços históricos de cultura e resistência negra, a exemplo do Projeto Territórios Negros.

Formação de **comissão fiscalizadora da Lei 10.639 nas Escolas Municipais** e promoção de formação adequada a professores e professoras.

Ampliação de creches para as mães trabalhadoras, especialmente nas periferias.

Apoiar a luta dos movimentos sociais para combater a segregação das populações negras nas áreas periféricas da cidade, construindo políticas públicas que façam a pressão inversa.

Atendimento humanizado às pessoas em situação de rua.

Por um **plano de ação antirracista** dentro dos Programas de Assistência Social.

Valorizar a cultura afro-brasileira e o carnaval das Escolas de Samba de Porto Alegre através de um cronograma anual que envolva a cadeia produtiva desse evento a partir das comunidades, combatendo a segregação das manifestações culturais de matriz afro-brasileira.

Valorização e incentivo à cultura e às manifestações culturais negras e periféricas, como o Hip-Hop, as Rodas de Slam (poesia), o samba e o pagode porto-alegrense.

Retomar os debates com a Câmara Municipal sobre o **feriado de 20 de novembro**.

Aumentar de 12% para 20% as cotas para negros nos concursos e processos seletivos promovidos pela prefeitura de Porto Alegre.

Construção de canais de denúncias da violência policial contra a população negra.

Isentar as comunidades quilombolas da taxa de coleta de lixo.

12.3 Terra, saúde, proteção e respeito à tradição cultural indígena

Porto Alegre precisa de um governo com coragem para reconhecer a dívida histórica que o Estado Brasileiro tem com os indígenas. Nosso passado colonial foi marcado por violência, genocídio, escravização, expulsão das terras, discriminação e muita luta e resistência. Esse passado tenebroso é retroalimentado pela extrema-direita que no comando do país criou as condições para o aumento da violência nos territórios indígenas. Segundo a Comissão da Pastoral da Terra, em 2019 tivemos o maior número de assassinatos de lideranças em 11 anos. Além disso, a todo o momento Bolsonaro tenta legalizar a mineração e o garimpo nos territórios. Um governo de novo tipo deve estar a serviço da resistência nacional das mais de 300 etnias que se juntaram para lutar contra o autoritarismo e o extermínio dos povos originários.

Segundo o Atlas Sócio Econômico do RS¹, em 2010 registrou-se a presença de 18,5 mil indígenas no Estado das etnias Guarani, Mbia Guarani, Kaingang e mistos: “Em termos de terras indígenas, em 2015, segundo a FUNAI, o Estado contava com 7 áreas declaradas; 2 delimitadas; 20 regularizadas e 16 em estudo¹. A quase totalidade delas encontram-se na área de domínio da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” (¹<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/areas-indigenas>).

Além disso, é fundamental o registro da falta de informação e de resgate do nosso passado. A historiografia registra a presença indígena em mais de 9 mil anos no território que hoje é Porto Alegre. Essa história precisa ser contada.

Segundo dados do último Censo (2010), a população total de indígenas em Porto Alegre era de 3.308 pessoas. São quatro povos indígenas: Guarani, Kaingang, Mbya Guarani e Charrua. Cada um com identidade própria: cultura, língua, crenças e costumes.

Nossa cidade conta com o último grupo Charrua do Estado. Não é raro encontrar indígenas em situação de extrema vulnerabilidade no Centro da nossa cidade, tentando vender suas produções.

A presença indígena em Porto Alegre é concentrada territorialmente nos bairros Lomba do Pinheiro e no Extremo Sul.

Na Lomba, temos a presença de quatro comunidades indígenas em cinco territórios, representando as etnias: Kaingang, Mbya Guarani e Charrua. A saber:

Aldeia Ymã Fag Nhin (Kaingang) - localizada na Estrada João de Oliveira Remião, 9105. Instituída como Área de Interesse Cultural pelo decreto nº 13.772/2002.

Aldeia Oré Kupry (Kaingang) – localizada na estrada São Caetano, nº 2350. Reserva indígena desde 2013.

Aldeia Tekoa Anhentenguá (Mbya Guarani) – localizada na estrada João de Oliveira Remião, parada 22.

Aldeia Polidoro (Charrua) – área de interesse cultural, estrada São Caetano, 2004.

Tamanca (Kaingang) – terra de domínio indígena. Rua Dolores Duran, 2307.

Já no Extremo Sul de Porto Alegre vivem comunidades das etnias guaranis e kaingang em quatro comunidades:

Aldeia Mbyá-Guarani Pindó Poty, localizada na Rua Edgar Pires de Castro s/nº – Aqui temos a escola de ensino fundamental Pindo Poty.

Aldeia Mbyá-Guarani Aracuã – localizada na Rua José Cardoso da Costa s/nº Lami.

Aldeia Kaingang Vãn-Ká – localizada na Estrada do Varejão nº 4405.

Aldeia Kaingang Komag localizada na Rua Augusto dos Anjos nº 2345.

Os Mbya-Guarani promoveram a retomada do território indígena da Ponta do Arado Velho em junho de 2018. Ameaçados fisicamente por capangas logo após a retomada, a comunidade contou com forte solidariedade do Conselho Indigenista Missionário e de entidades e ativistas da cidade de Porto Alegre. Ainda hoje se encontram em situação de vulnerabilidade e constantemente ameaçados. Conforme reportagem do Jornal Sul 21,

A área da Fazenda do Arado, com 426 hectares, é reconhecida como um importante sítio arqueológico, com marcas de ocupação guarani, do período pré-colonial. Algumas das peças encontradas na região encontram-se em exposição no Museu Joaquim José Felizardo, na Cidade Baixa, em Porto Alegre.

(Disponível em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/06/guaranis-fazem-retomada-em-area-da-fazenda-arado-velho-em-porto-alegre/>)

É preciso que as políticas de proteção social possam chegar ao local e acompanhar as famílias Mbya Guarani, assim como cumprir o que está na Constituição Federal em seu artigo 231 “os direitos originários das terras que originalmente ocupam”

Uma Porto Alegre corajosa e comprometida com o povo deve estar a serviço da garantia de direitos dos povos originários. Com relação aos indígenas, é preciso mais do que isso: é urgente apoiar a preservação da sua cultura e tradições. Com o acúmulo que temos desde 2016, propomos para o debate com as comunidades indígenas e com a cidade:

Realização de um censo ampliado com os povos indígenas em Porto Alegre, a fim de averiguar as condições de vida dessa população e suas principais necessidades.

Promoção de ações de valorização do artesanato indígena: promover a sua inserção em locais privilegiados do comércio como bens culturais de alto valor.

Criação de mais uma Unidade de Saúde Indígena: há somente uma em funcionamento em Porto Alegre.

Promover a educação sobre a história e a cultura indígenas nas escolas municipais, com a participação das tribos indígenas da cidade.

Criação do Conselho Municipal Indígena, com paridade entre as etnias na representação do mesmo, para que seja uma ferramenta de garantias de seus direitos, tradição e cultura.

Criação de um programa cultural de valorização de hábitos e história da população indígena junto a algumas unidades de atendimento de saúde, em especial aquelas que já atuam com especificidades dessa população.

12.4 Direitos para a população LGBT em toda a cidade

Nosso programa de governo tem compromisso com os direitos da população LGBT. Não vamos governar para os reacionários, que combatem a existência dessa comunidade, nem para os fundamentalistas religiosos, que enxergam pecado e culpa onde existe apenas liberdade. É por isso que realizamos um amplo processo de discussão com a LGBTs de Porto Alegre para elaborar este programa, expressando um conjunto de propostas que certamente não se esgotam em si mesmas - pois em um governo do PSOL, os movimentos sociais e a cidadania organizada terão voz e vez na elaboração das políticas públicas, encontrando um ambiente radicalmente democrático para propor novas medidas e construir saídas em parceria com o poder público.

É fundamental falarmos em políticas específicas para a população LGBT, e por isso nosso programa tem um capítulo dedicado apenas a esse tema, mas também é fundamental compreendermos que a diversidade sexual e de gênero está presente em toda a cidade. Por isso, quando falamos em saúde pública, em acesso à educação, em moradia digna, em segurança e em assistência social, também estamos falando em políticas para a comunidade LGBT, pois esta população também acessa esses serviços e necessita de um olhar específico em cada uma dessas áreas. Portanto, o que estamos dizendo é que as políticas para as LGBTs são transversais e permeiam todo o governo, apesar de constituírem também um capítulo à parte do nosso programa.

A educação é um dos eixos centrais do nosso programa para as LGBTs. Fernanda Melchionna era vereadora de Porto Alegre quando nossa cidade votou o Plano Municipal de Educação e, por um voto, retirou o debate sobre gênero e sexualidade das escolas. Temos compromisso com o combate ao *bullying* LGBTfóbico, com a formação dos professores para as questões da diversidade e com a construção de escolas enquanto espaços acolhedores às LGBTs, para que ninguém precise abandonar os estudos em função do preconceito e da discriminação. Na Câmara dos Deputados, Fernanda propôs um projeto de lei que cria um programa nacional de formação de educadores contra a discriminação - algo que iremos implementar na prefeitura de Porto Alegre. É também pela educação que vamos combater na raiz a violência contra a população LGBT, pois o jovem que discrimina na escola hoje é o adulto que agride nas ruas amanhã.

E a violência é um grande problema que a população LGBT enfrenta todos os dias no Brasil. É nas cidades que ela acontece, pois é nas cidades que as LGBTs vivem, trabalham e constroem seus espaços de socialização. O último relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) informa que 329 LGBTs foram mortas no Brasil em 2019 - uma morte a cada 26 horas. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em seu último boletim, registrou 89 assassinatos de pessoas trans no primeiro semestre de 2020, um aumento de 39% em relação ao mesmo período do ano passado.

Temos muitos desafios pela frente, nessa luta que é construir uma cidade acolhedora e que garanta os direitos da população LGBT. Mas não estamos sozinhos. Porto Alegre tem uma tradição de luta do movimento LGBT, com paradas que arrastam multidões às ruas todos os anos. E o PSOL possui um acúmulo de experiências nos espaços onde atua, construindo propostas em conjunto com os movimentos e impulsionando as lutas. Foi assim na Assembleia Legislativa, onde nossa deputada estadual Luciana Genro criou uma Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT, percorreu o Estado realizando audiências públicas sobre o tema e aprovou um relatório com 162 páginas e 37 propostas concretas de combate ao preconceito. Também no âmbito da Assembleia, o PSOL lançou a segunda versão da Cartilha de Direitos LGBTs, um instrumento de (in)formação e acesso a todos os direitos que esta comunidade já conquistou.

Confira abaixo nossas principais propostas:

Transversalidade das políticas para a população LGBT: Não existe oposição entre as ditas *políticas de identidade* e o conjunto das políticas que organizam o município. As questões universais, como saúde, moradia, assistência, educação, segurança, devem incluir os sujeitos LGBTs, que também acessam esses serviços. Por isso, quando falamos em políticas específicas para a população LGBT, também estamos falando em políticas que interessam a todas e todos.

Empregabilidade de pessoas trans e travestis: O município precisa ter um papel ativo para a empregabilidade das pessoas trans, incentivando empresas a contratarem homens e mulheres trans através da redução de impostos, por exemplo, e apoiando projetos de movimentos sociais que foquem na qualificação de pessoas trans para o trabalho, e também na formação das empresas para recebê-las. Entretanto, as políticas de formação e qualificação não garantem o emprego por si só. É preciso oferecer oportunidades para que as pessoas trans tenham acesso ao mercado de trabalho e não fiquem mais relegadas aos subempregos e à prostituição como únicas alternativas possíveis de geração de renda.

Saúde LGBT: É preciso reforçar a política de saúde integral da população LGBT na rede municipal. O Ambulatório Trans foi uma conquista para a cidade, fruto da luta do movimento LGBT e do empenho dos mandatos do PSOL, que através do vereador Roberto Robaina e da deputada Luciana Genro destinaram recursos a esta política - verbas que ainda precisam ser destravadas e devidamente executadas no orçamento municipal. Também merece atenção especial a saúde mental das LGBTs, com necessidade de ampliar os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPs) e de investimento na formação dos servidores da saúde para o atendimento de LGBTs. É fundamental também a criação, em diálogo com as organizações de mulheres lésbicas e bissexuais, de uma diretriz para a assistência à saúde de lésbicas, mulheres bissexuais e que fazem sexo com outras mulheres.

Segurança pública: Formação da Guarda Municipal para abordagens que respeitem os direitos da população LGBT; criação de um Observatório da Violência LGBT na cidade, com dados, monitoramento dos casos e subsídio às políticas públicas; criação de uma Casa de Acolhimento a LGBTs em situação de vulnerabilidade, muitos dos quais expulsos de casa devido ao preconceito. Fortalecimento do Conselho Municipal de Direitos Humanos, o Conselho Municipal dos Direitos LGBTI+ (a ser criado) e da estrutura vinculada à Secretaria de Direitos Humanos como canais para recebimento e investigação de denúncias de violência e violações.

Educação: Instituir o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, formando professores e funcionários sobre o tema, e criando uma cultura de combate ao preconceito nos ambientes escolares e colocando em prática do programa Escola sem Discriminação, proposto pela deputada federal Fernanda Melchionna na Câmara dos Deputados. Essa política precisa estar inserida em uma educação inclusiva como um todo, focando na formação continuada das comunidades escolares em temas como racismo, direitos humanos, gênero e sexualidade.

Participação popular: Criar o Conselho Municipal dos Direitos LGBTs, órgão de controle da gestão municipal, fiscalizando, propondo e assessorando a execução de medidas na área, com a presença do governo e dos movimentos LGBTs da cidade.

Habitação: Incluir a população LGBT na política municipal de habitação, com atenção à necessidade de criação de vagas em albergues, abrigos e na rede hoteleira para LGBTs expulsos de casa ou em situação de vulnerabilidade social.

Cultura e memória: Valorizar a preservação da memória LGBT na cidade, apoiando os movimentos na preservação, restauração e divulgação de seus acervos, como fotos e registros de atividades antigas já realidades, resgatando a trajetória da luta LGBT na cidade e apoiando os artistas. Criação de um Centro de Referência, Memória e Cultura LGBTI+ em Porto Alegre, que poderia inclusive gerar renda e ser uma atração turística. Atuar junto aos centros comerciais para que também prevejam atrações culturais voltadas à população LGBT em seus espaços de exposições. Que seja criada na Secretaria de Cultura

uma Coordenação da Diversidade Cultural que possa dar prioridade a políticas culturais para a população LGBT e realizar um mapeamento cultural LGBTI+, a exemplo do já feito nacionalmente por movimentos sociais locais, dando divulgação e registro das manifestações artísticas da comunidade

Comunicação: Utilizar a comunicação pública e os recursos publicitários da Prefeitura para campanhas de conscientização e de combate ao preconceito. Combater em todas as redes sociais da Prefeitura o discurso de ódio contra pessoas LGBTI+ que são feitos em comentários e mensagens. Utilizar linguagem inclusiva na comunicação pública.

Combate às ISTs e HIV/Aids: Trabalhar a prevenção junto à população LGBTI+ sem estigmas e sem atuar apenas no ramo médico e medicamentoso, mas principalmente com atividades de educação e comunicação nas escolas, com atividades voltadas ao público jovem. Ampliar estruturas de testagem móveis e apoiar instituições da sociedade civil para que continuem o trabalho de prevenção diretamente com populações-chave. Incentivar a formação de grupos de apoio psicossocial a pessoas vivendo com HIV/aids.

12.5 A juventude mobilizada para mudar Porto Alegre

A juventude marcou sua participação nos momentos mais importantes da história do Brasil. O desejo de mudar a realidade e combater as injustiças é intrínseco aos jovens. Em Porto Alegre, a juventude nunca faltou aos chamados à luta para defender direitos sociais.

Em 2013, foram milhares de jovens que se manifestaram e, junto à iniciativa dos vereadores do PSOL, derrubaram o aumento injusto das passagens de ônibus. Naquele momento, nossa cidade deu o exemplo e abriu o caminho para os protestos que derrotaram o reajuste das tarifas por todo o Brasil e escancararam a insatisfação com o regime político em que uma minoria governa de acordo com seus próprios interesses.

De lá pra cá, as ruas da nossa capital foram palco frequente das manifestações juvenis. Milhares de estudantes secundaristas fizeram inúmeras passeatas contra as tentativas do prefeito Marchezan de acabar com o direito à meia passagem. As lutas em defesa do ensino de qualidade se encontraram nas ocupações de escolas em 2016 e explodiram no tsunami da educação contra os ataques do Bolsonaro e seus cortes no orçamento da Educação Básica, Universidades e Institutos Federais.

Em 2020, com a escalada autoritária do governo federal, a juventude porto-alegrense participou das manifestações nacionais erguendo a bandeira antifascista, antirracista e exigindo outra política para enfrentar a pandemia.

Conhecendo nossa cidade e a trajetória da juventude, temos certeza que essa participação e mobilização serão fundamentais para a transformação da nossa Porto Alegre.

O presente e futuro da juventude brasileira

A disposição de mudar a realidade em que vivemos vem de muitos lugares. Para os jovens, certamente é reforçada pelas contradições impostas pelo sistema capitalista no cotidiano dessa etapa da vida.

A primeira batalha é por educação e trabalho. A educação da juventude brasileira é extremamente preocupante para quem busca um futuro com mais igualdade social. Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais*, baseada em pesquisa do IBGE realizada em 2018, o percentual de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos fora da escola era de 11,8% no Brasil e 11% no Rio Grande do Sul.

Outra preocupação é a situação de 23% da população brasileira com idade entre 14 e 29 anos, que está fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho. Os gaúchos na mesma faixa etária sem estudar e trabalhar eram 16,3%.

O mesmo estudo do IBGE revelou que, em 2018, 22,3% da população brasileira com idade entre 14 e 29 anos não estava integrada ao mercado de trabalho. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, 15,7% dos jovens estavam desocupados (formal ou informalmente). Em Porto Alegre, eram 20,8% dos jovens nessa situação.

A condição de vida das filhas e filhos da classe trabalhadora é dura. Quem estuda e trabalha não encontra facilidades. São muitos obstáculos para superar a evasão escolar que é maior entre estudantes mais pobres e entre jovens mães. A necessidade de contribuir com o orçamento familiar empurra a juventude para fora da escola em direção a trabalhos precarizados.

A cidade carece de infraestrutura e incentivo às atividades esportivas, à cultura, ao lazer. O que sobra é violência, serviços públicos ruins e descaso. São poucos os espaços de participação política para a juventude, que não se sente representada por quem governa.

A construção de um futuro diferente passa pela transformação urgente do presente. A tendência dos impactos da crise econômica é piorar essa realidade, precarizando ainda mais a vida de nossos jovens. Os efeitos da crise sanitária aberta com a pandemia do novo coronavírus, que está aprofundando a crise social, são incalculáveis. Mais do que nunca, é preciso coragem para inverter a lógica de governar e abrir a oportunidade de um outro futuro com protagonismo juvenil!

Os primeiros passos para efetivar a participação da juventude nas decisões do governo municipal e melhorar as condições de vida começam por estes pontos programáticos:

Desenvolver mecanismos de consulta à juventude para elaboração de políticas públicas é fundamental para lidar com a diversidade dos jovens de nossa cidade;

Desenvolvimento de projetos culturais e artísticos nas escolas e bairros de Porto Alegre para incentivar o desenvolvimento e a expressão criativa da juventude através da música, slam, artes plásticas, entre outras formas;

Abertura das escolas municipais nos finais de semana para eventos esportivos e culturais abertos à comunidade;

Plano de promoção do esporte e formação de equipes esportivas nas escolas e bairros da cidade articulado a um plano de assistência e proteção social. O esporte é uma arma para a inclusão e integração de jovens, especialmente para aquelas e aqueles que vivem em bairros com altos índices de violência;

Acolhimento especial e abrigo para jovens em situação de vulnerabilidade social;

Desenvolvimento de uma Política Municipal de Trabalho para as Juventudes com o objetivo de qualificação e inclusão no mercado de trabalho;

Retomada dos projetos de Educação para Jovens e Adultos gratuitos e de qualidade que estão sendo desmontados pelo governo Marchezan;

Construção de cursos pré-vestibulares para que jovens de baixa renda ingressem no Ensino Superior;

Promoção do acesso de jovens de baixa renda às tecnologias da informação com cursos de introdução e qualificação, além do acesso a equipamentos;

Trabalhar por uma Porto Alegre livre de preconceitos, com plano antirracista, contra a violência de gênero e a LGBTfobia, articulado entre todas as secretarias da Prefeitura. Fazer valer o artigo 150 da Lei Orgânica do Município que pune estabelecimentos que cometam violência por discriminação racial, sexual e de gênero. Promover a discussão sobre discriminação nas escolas;

Promover o ensino para minimização de riscos à saúde ligados ao sexo;

Promover políticas educativas em relação ao consumo de drogas e álcool para conscientizar e proteger nossa juventude;

Garantir o acesso da juventude a toda a cidade com a gratuidade do transporte coletivo;

Descentralizar os serviços e aparelhos de atendimento à juventude para as periferias da cidade;

Organização do Congresso Democrático das Juventudes em parceria com grêmios estudantis e outras ferramentas de organização e representação dos jovens para efetivar a auto-organização e participação juvenil no governo municipal;

12.6 Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência

Porto Alegre é uma cidade hostil para pessoas com deficiência, o tratamento despendido a essa parcela da população, olhando-os como casos isolados, não reflete a realidade de suas experiências, e tornam o simples ato de sair de casa uma atividade hercúlea. Dados do Censo de 2010 apontam que 1/4 da população de Porto Alegre é portadora de algum tipo de deficiência, seja deficiência auditiva, visual, motora ou mental. Entre os anos 2000 e 2010 houve um aumento de 66% na população com algum tipo de deficiência em Porto Alegre, passando de 184.000 para 336.000 pessoas. O contingente de pessoas com deficiência na cidade é equivalente à soma de alguns dos bairros mais populosos de Porto Alegre: Centro Histórico, Restinga, Petrópolis, Partenon, Menino Deus, Vila Nova, Sarandi, Santa Tereza e Rubem Berta. Cabe ressaltar que o próprio Censo não aplica seus questionários de maneira acessível levando-nos a acreditar que esses números podem estar ainda bastante subnotificados. Além disso, os dados de 2010 ainda não haviam incluído as pessoas portadoras de autismo na categoria de pessoas com deficiência.

É evidente que Porto Alegre não está preparada para a movimentação de pessoas com deficiência. Os problemas enfrentados por elas vão desde a falta de acessibilidade para circulação nos espaços públicos e de lazer, nas restrições de veículos adaptados no serviço de transporte público coletivo, na ausência de prédios públicos e privados adequados para seu ingresso e circulação, até as diversas situações de discriminação. Outra barreira que frequentemente acomete as pessoas com deficiência é a cultura do capacitismo que impera na nossa sociedade, e insiste em hierarquizar as pessoas conforme suas características funcionais ou mentais, negando a diversidade de suas necessidades. Todo esse quadro faz que as pessoas com deficiência sejam sistematicamente alijadas de seus direitos como cidadãos e enquanto consumidores e produtores da cidade.

Notoriamente, as pessoas com deficiência têm permanecido à margem da elaboração das políticas públicas, e quando elas existem são pensadas, elaboradas e executadas por pessoas sem deficiência. Esse é mais um elemento que contribui para que 80% da população com deficiência no Brasil viva em situação de vulnerabilidade. Ao que afirmamos que, para realizar uma política de fato inclusiva, é necessário garantir também a escuta e participação ativa das pessoas com deficiência em todas as etapas de elaboração das políticas públicas, na definição de metodologias de trabalho e diagnóstico, na elaboração de propostas, nas definições de destinações orçamentárias. E, para isso, dotar todo espaço de discussão e deliberação de políticas públicas, sejam elas setoriais ou não, de mecanismos de audiodescrição, de legendagem e libras.

Pessoas portadoras de deficiência também são expectadores de teatro, cinema, óperas e frequentam museus, todavia esses espaços não têm políticas de inclusão capazes de proporcionar uma experiência concreta que nos permita falar em termos de acessibilidade ampla e irrestrita. Além de garantir a acessibilidade universal das pessoas com deficiência enquanto consumidores de arte e cultura, também é preciso investir na ampliação da atuação das pessoas com deficiência enquanto produtores culturais, abrindo espaço para suas manifestações artísticas. Em Porto Alegre, são muitas as pessoas com deficiência ativistas e produtores de arte e cultura, no entanto, elas sequer encontram espaços adequados para sua presença ou ainda, esbarram em editais de fomento à arte e cultura sem acessibilidade.

Por fim, afirmamos que impedir que as pessoas com deficiência tenham acesso à cidade, aos espaços de socialização, como são os equipamentos culturais, educacionais e de lazer, significa também negar a afirmação de suas existências e excluir a possibilidade de formação de suas próprias identidades culturais. As diversas linguagens das pessoas com deficiência atuam também como marcadores culturais capazes de promover a integração social e constituí-las enquanto uma comunidade a partir de suas diversidades. Assim, é urgente corrigir as disparidades e negligências

que deixam à margem das dinâmicas econômicas e socioculturais da cidade uma parcela significativa da população de Porto Alegre.

Construção de uma **Conferência Municipal participativa e deliberativa** junto com o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre.

Garantir a comunicação acessível do poder público com a PCD em audiências, conferências, debates, informativos e eventos oficiais.

Promover a acessibilidade nos prédios públicos administrativos, nas escolas, nos equipamentos de saúde e nos espaços culturais.

Promover a educação atitudinal junto aos servidores do município, em órgãos administrativos e espaços culturais, para atendimento adequado da PCD, contra os tratamentos capacitistas.

Fomentar e dar condições para o protagonismo e participação das PCD na elaboração de políticas públicas.

Incluir a acessibilidade nos editais de cultura do município, fomentando a tradução para todas as linguagens, através da bonificação para projetos que prevejam a acessibilidade universal, tratando a acessibilidade cultural como parte das políticas culturais.

Construir políticas culturais inclusivas para artistas portadores de deficiência.

Garantir a efetivação do plano diretor de acessibilidade, criando programas de conscientização, inclusão e adaptação de estabelecimentos comerciais e estabelecimentos públicos e coletivos seguindo as normas de acessibilidade dos espaços, rampas, pegadores, corrimão e sinalização.

Garantir 100% de acessibilidade nos espaços públicos da cidade, dotando as vias com espaço para circulação de cadeira de rodas, rebaixos de piso e pontos de travessia, sinaleira com alarme sonora, piso tátil contínuo, corrigindo situações onde existam conflitos com árvores, lixeiras, postes e outras barreiras à circulação de pessoas com deficiência visual.

Promover cursos profissionalizantes de capacitação e formação para linguagem acessível, libras e audiodescrição.

Investir em equipamentos para audiodescrição, iluminação para intérpretes de libras, display para legendas em equipamentos culturais do município.

Criar programa para incentivar a contratação de PCD em empresas privadas, órgãos municipais e nos editais de licitação da Prefeitura.

Garantir o atendimento de fisioterapia e psicologia para PCD na rede pública de saúde municipal.

Ampliar o número de escolas acessíveis, com espaços de apoio para a inclusão, educação especial, inclusive para estudantes com transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Dotar as escolas com materiais escolares adequados para o ensino de PCD.

Implementar rede de transporte especial que atenda as PCD onde ainda não exista garantia de caminho acessível.

Criar programa de orientação aos estabelecimentos comerciais para o atendimento adequado e qualificado para os diversos tipos de deficiência.

Revogar a lei municipal complementar 876/2020 no que se refere à inexigibilidade de adaptação às normas de acessibilidade universal nos estabelecimentos comerciais.

12.7 Direitos da pessoa idosa

No Brasil, desde 2003, a população com idade igual ou superior a 60 anos conta com um importante marco legislativo, que veio para garantir seus direitos sociais. O Estatuto do Idoso aprovado naquele ano pretende conferir maior proteção a uma população de números crescentes. Entre os anos de 2012 e 2017, a população idosa no Brasil cresceu 18% e, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2018 já ultrapassava a marca de 28 milhões de pessoas, marca que tende a dobrar em uma década.

Contrariando as disposições do Estatuto do Idoso, da Política Nacional do Idoso e o princípio da solidariedade que regem a seguridade social na Brasil, a reforma da previdência capitaneada por Guedes e Bolsonaro, ao mudar as regras da contribuição e aumentar a idade mínima para a aposentadoria, fazendo com que as pessoas precisem trabalhar mais para receber menos, ampliou ainda mais a vulnerabilidade dessa população justamente na fase de suas vidas em que mais necessitam de suporte econômico e financeiro.

Ampliam-se assim os inúmeros desafios à gestão das políticas públicas em decorrência do envelhecimento da população. Ao não atentar para os problemas históricos de mobilidade urbana onde a população idosa figura como uma das principais vítimas do trânsito, ao negligenciar a atenção a situações de violência e abandono e ao não prover o atendimento integral à saúde do idoso com garantia de acesso a medicamentos, consultas especializadas e internação hospitalar, as gestões municipais colaboram com processos de exclusão e discriminação da pessoa idosa, impondo inúmeras dificuldades em um cotidiano já bastante duro.

Em Porto Alegre, de acordo com o Censo de 2010, as pessoas idosas já representavam cerca de 15% da população, sendo o grupo populacional que mais cresceu (aumento de 32% em uma década) na capital brasileira que possui o maior percentual de idosos no país. Mas, também nesse espectro da população podemos verificar a forte segregação social que marca a paisagem do município. Nos locais onde o avanço da medicina tem sido incapaz de fazer frente às disparidades de renda e às frequentes carências de infraestrutura e saneamento básico, a expectativa de vida cai consideravelmente fazendo que muitas pessoas sequer ultrapassem os 60 anos de vida. Mas, ainda assim, nas quatro regiões de pior IDHM no município, região Nordeste, Ilhas, Lomba do Pinheiro e Restinga, segundo dados de 2010 do ObservaPoa, um contingente de 14.355 pessoas, quase 7% da população idosa, permanece submetido à padrões de vida abaixo das médias consideradas aceitáveis, e portanto vivendo de forma bastante precária e incompatível com a garantia de seus direitos sociais.

Em que pese o envelhecimento da população, ainda são bastante escassos os serviços de atendimento aos idosos no município e não há disposição de uma rede expressiva de acolhimento e proteção a essa população. Segundo o *Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre de 2015*, existem apenas dois equipamentos de atendimento diurno aos idosos em situação de violação de direitos em funcionamento na cidade, com capacidade de atendimento a 50 pessoas. Além disso, a rede de atendimento disponível conta com duas Casas Lares com capacidade de atender apenas 24 pessoas, que acolhem idosos em situação de abandono e, em casos extremos, pessoas idosas em situação de rua e que não poderiam viver de maneira independente.

A violência contra a população idosa no município também nos traz dados alarmantes ao evidenciar que entre 2011 e 2014 as ocorrências das mais diversas formas de violência aumentaram em 418%. Além de sofrer com negligência e abandono, nossos idosos também têm sido vítimas de violência física, psicológica, econômica e sexual. No ano de 2014, a cada 24 horas, 1,3 idoso foi vítima de algum tipo de crime em Porto Alegre, segundo dados da Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso. Como no caso da violência doméstica contra as mulheres, os idosos também estão sujeitos ao aumento da violência no âmbito intrafamiliar durante o período da pandemia da Covid-19.

Por se tratar de atividade essencial de cuidado, as instituições privadas de longa permanência para idosos (asilos) permanecem em funcionamento no município. Porém, a ausência de fiscalização por parte da Prefeitura quanto aos protocolos de controle de contágio e a ausência de testagem em massa, contribuíram para a ocorrência de surtos de coronavírus entre a população idosa.

Conforme atestam os gráficos 1 e 2 abaixo, disponibilizados pelo Painel Saúde Transparência Covid-19 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, é entre os idosos que se encontram as maiores taxas de vítimas fatais da Covid-19. Entre a população com mais de 60 anos, já são 4.704 casos confirmados e 640 óbitos¹⁸, significando que a taxa de mortalidade entre idosos chega a 13,6% em Porto Alegre, e representa quase 84% do total de vítimas fatais da Covid-19.



Gráfico 1: Distribuição dos casos confirmados de Covid-19 por faixa etária. Fonte: Procempa/ SIVEP Gripe

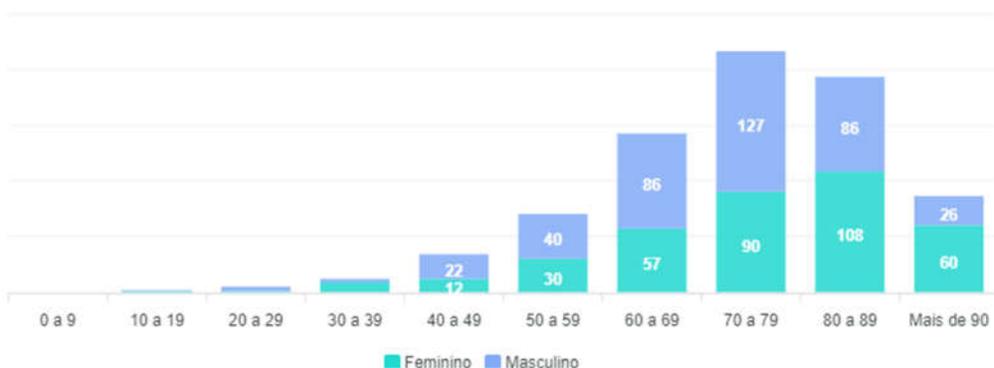


Gráfico 2: Distribuição dos óbitos por Covid-19 por faixa etária. Fonte: Procempa/ SIVEP Gripe

Como vimos, infelizmente, o aumento da expectativa de vida da população tem sido acompanhado do aumento no número de crimes contra as pessoas idosas, e a negligência com essa população ultrapassa o campo sociocultural e adentra o campo institucional. Afirmamos que o Estado, em um governo de novo tipo, tem a obrigação de assegurar medidas protetivas para essa população em situações de violação de direitos.

Para assegurar o envelhecimento dos porto-alegrenses com mais dignidade e respeito apresentamos as seguintes propostas:

Ampliar os centros de referência de atendimento ao idoso, garantindo os direitos do idoso na área da saúde, e o acesso ao atendimento de alta complexidade, atendimento psicológico e fisioterapia.

¹⁸ Dados atualizados em 06 de setembro de 2020, às 19h.

Promover espaços de convivência das pessoas idosas, oferecendo programas de integração através de atividades específicas em equipamentos e espaços públicos de esporte, lazer e cultura.

Criar critérios de acesso prioritário à moradia para pessoas idosas de baixa renda, para a faixa de zero a três salários mínimos nas políticas habitacionais do município.

Desenvolver políticas de integração intergeracional.

Desenvolver campanhas publicitárias de combate à violência contra o idoso abordando a questão da garantia do respeito e dignidade no envelhecimento da população.

Qualificar o atendimento de servidores públicos municipais para atendimento especializado e integral à população idosa.

Ampliar o número de Centro Dia do Idoso, espaços públicos de atendimento à população idosa para famílias que não dispõem de condições financeiras para pagar cuidadores e necessitam de auxílio durante o dia.

Ampliar o número de Casas Lares, espaços públicos de acolhimento da população idosa em situação de vulnerabilidade e violação de direitos.

Reduzir a idade mínima para a requisição de isenção na tarifa do transporte público, passando para 60 anos.

Ampliar e descentralizar o número de delegacias especializadas em crimes contra a pessoa idosa.

Ampliar as testagens de coronavírus nas instituições de longa permanência para idosos (asilos).

13. CULTURA E ARTE POR TODA PARTE

Para matar nossa fome de direitos, prosperidade e liberdade em todos os territórios

Nosso plano para a Cultura de Porto Alegre quer reconhecer a potência de seus Territórios diversos. Nosso compromisso é o de reinventar uma cidade de todas e todos e para todas e todos. Uma cidade onde a ideia de Centro é repensada, redesenhada, para fazer ver uma polis multicêntrica onde o diálogo é contínuo entre os diferentes territórios.

A cultura deve ser pensada como fluxo, como processo em movimento constante e multidirecional, atuante e deliberativa em todos os Territórios.

A ideia de fluxos, de possibilidade de fluir da Cultura, em movimento alternado, cuja direção muda, garantindo afetações diversas e capacidade deliberativa para todos os Territórios. Uma cidade que pensa a sua Cultura e reconhece seu papel fundamental na constituição de programas capazes de desmontar a estratégia capitalista de invisibilizar a periferia.

Nossa periferia é o Centro de uma nova Porto Alegre multicêntrica, plural e inclusiva. Entendemos o caráter emancipador da Cultura, e a possibilidade de construção da cidade de todas e todos, por isso, no nosso governo, a cultura não será “enfeite”, será ação prioritária.

Potencializar os Territórios, garantir meios de comunicação e acesso às tecnologias para ampliar as vozes e os espaços de corpos diversos nessa construção. Reconhecendo os saberes e a cultura negra e quilombola, originária e de povos tradicionais, a cultura hip-hop, as manifestações das diversas linguagens artísticas, dança, teatro, circo, música, artes visuais, cinema e as mais diversas manifestações culturais.

Mantendo sempre nosso compromisso com uma política cultural de Estado, que prime pela liberdade de expressão e seja antirracista, antifascista, antimachista e anti-homofóbica.

Aqui apresentamos algumas propostas construídas em diálogo com a comunidade Cultural de Porto Alegre:

A partir do Portal do Tribunal de Contas do Estado podemos demonstrar alguns dados da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) no exercício de 2019. Dos R\$ 49,9 milhões destinados à SMC pela Lei Orçamentária Anual (LOA), foram empenhados R\$ 22,7 milhões, ou 45,4% do previsto. Ou seja, do orçamento da SMC, que pela LOA gira em torno de 0,55% do orçamento geral, é realmente aplicado somente em torno de 0,25%.

Somadas às despesas de pessoal, as demais despesas não-finalísticas - "Administração Geral", "Processamento de Dados" (remuneração da Procempa) e "Publicidade" totalizam 89,7% do total, apresentando crescimento em relação a 2018 (88,9%). **As atividades-fim da SMC, somadas, receberam apenas R\$ 1,526 milhão (6,7% do orçamento), R\$ 1,265 milhão a menos que em 2018.**

Não foram empenhados recursos nos projetos 1686-Plano Municipal do Livro e Leitura, 1706-Mausoléu Casa do Artista Rio-Grandense, 2432-Fomento à Produção Cultural-Fumproarte, 2573-Música, 2660-Fundo Monumenta-Fumpoa, 4150-Literatura e Humanidades e 4248-Casa do Artista Rio-Grandense. Fonte: Observatório da Cultura – SMC

A previsão de repasses do Fundo de Participação dos Municípios alcança R\$ 284 milhões. Segundo a legislação municipal que criou o Funcultura e o Fumproarte, esses fundos deveriam receber no mínimo 3% desse total, ou seja, R\$ 8,5 milhões cada.

Quanto à natureza da despesa, uma diferença importante entre o atual orçamento e a proposta para 2019 é o aumento de 243% na rubrica "Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos" (de R\$ 1,4 milhão para R\$ 4,8 milhões). Despesas com pessoal e encargos deverão absorver R\$ 16,2 milhões,

cerca de um terço do total previsto. Mostrando assim claramente a terceirização da Cultura e o desmonte dos Fundos de Cultura.

Estes dados mostram claramente o desmonte da SMC com a precarização do seu quadro funcional e a desvalorização do Conselho Municipal de Cultura, que não tem uma estrutura mínima e nem autonomia. Vemos na cidade um projeto de contratualização dos espaços culturais – um nome diferente para a terceirização da Cultura, que somos contra, já que somos a favor da arte e cultura pública para toda cidade.

Além de **historicamente mais de 90% dos aparelhos culturais estarem na região central** e não vemos nenhuma atitude nas últimas décadas de descentralizar a cultura, e infelizmente vemos o contrário, desarticulando projetos que chegavam até a periferia da cidade, o que mostra o total desmonte da SMC e do projeto.

O projeto **Descentralização tem que ser um fluxo cultural saudável da cidade como um todo** e acesso cultural a todas as pessoas. Descentralização, com espetáculos e oficinas, além é claro de fazer o fluxo de apresentações da periferia na região central.

Porto Alegre pode se tornar em 4 anos referência de uma cultura de acessibilidade em LIBRAS e Audiodescrição com formação de profissionais e artistas, além de parceria com outras entidades para a acessibilidade nos equipamentos e nos artigos, matérias, espetáculos, exposições, filmes e produtos culturais produzidos e financiados pela SMC.

Investimento imediato de 2% do Orçamento geral na Cultura para promover a ampliação progressiva de recursos em cultura, como determina o Plano Municipal de Cultura vetado pelo governo municipal. O orçamento da cultura em 2019 foi de 0,56%, porém somente 0,27% foi aplicado. Nossa proposta é fazer um investimento transversal entre as outras secretarias chegando de conjunto a 5% em Cultura.

Institucionalizar o Observatório da Cultura pela SMC, como parâmetro e metodologia de aplicação de recursos e informação à população do que é realmente aplicado de verbas públicas na cultura.

Execução do Plano Municipal de Cultura, aprovado na 10ª Conferência Municipal de Cultura. E construção da 11ª e 12ª Conferência Municipal de Cultura.

Retomada do projeto **Descentralização da Cultura e Oficinas**, descentralização como fluxo artístico e cultural.

Descentralização da cultura aliada a programas sociais através de "oficialização" das ocupações de prédios abandonados, reestruturados com recursos municipais em conjunto com a sociedade civil, grupos, artistas independentes, companhias.

Retirada e revisão dos TAC (Termos de Ajuste e Conduta) do Largo do Zumbi dos Palmares, Lei da Restinga, Lei do Rubem Berta, Lei da Bom Jesus, entre outras privações e proibições de manifestações culturais.

Garantia de não privatização dos espaços públicos da cultura na cidade. Buscar a retomada do Cais Mauá, Largo Glênio Peres, do Auditório Araújo Viana, Usina do Gasômetro, Cinemateca Capitólio, Teatro de Câmara, entre outros espaços públicos.

Cumprimento da lei 7.328/93 – FUMPROARTE que determina a aplicação do montante de 3% do Fundo de Participação dos Municípios. Tendo um seminário de reestruturação do Fundo.

Cumprimento da lei 6.099/1988 – FUNCULTURA que determina a aplicação do montante de 3% do Fundo de Participação dos Municípios, com a construção democrática de critérios transparentes na escolha de projetos, como um projeto claro de descentralização.

Cumprimento da lei 4349-30/11/1977 – FUMPAHC, criada antes da criação da Secretaria Municipal da Cultura, viabiliza os projetos, serviços e obras de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade com 1% do Fundo de Participação dos Municípios.

Democratização do acesso à cultura e à ocupação dos espaços públicos da cidade com atividades culturais apoiando iniciativas como a visita noturna aos museus.

Fortalecimento dos grupos culturais nas suas comunidades, incentivando os artistas de bairro com projetos com os quais recebam recursos, a exemplo do COHAB É SÓ RAP. A Casa do Hip-Hop porto-alegrense como ponto de referência do movimento.

Discussão pública sobre o projeto de reforma da Usina do Gasômetro e apoio para a continuidade do projeto Usina das Artes, com dotação orçamentária própria.

Compromisso de encontrar solução para a **Terreira da Tribo - Centro de Experimentação e Pesquisa Cênica e Escola de Teatro Popular**, garantindo espaço público adequado ao desenvolvimento de suas atividades artístico-pedagógicas. Pelo reconhecimento como espaço promotor de arte pública, seu mérito, construção e história cultural da cidade.

Reabertura da conversa com o espaço do Hospital Psiquiátrico São Pedro em parceria entre saúde mental e cultura, como foi durante 18 anos o **Condomínio Cênico do HPSP**.

Abertura de espaços ociosos nas escolas públicas municipais para apresentações culturais.

Criação de Centros Municipais de Cultura descentralizados.

Discussão transparente das questões relativas ao Porto Alegre em Cena, projeto Usina das artes, Companhia de Dança Municipal, Grupo Experimental de Dança – orçamento, forma de gestão e ocupação de espaços.

Abertura de um espaço cultural múltiplo (artes visuais, cinema, circo, dança, música, teatro etc) nos galpões da Olavo Bilac, atualmente depósito de compras da prefeitura e estacionamento de ambulâncias.

Discussão de um plano de reformas dos espaços culturais da cidade, como Teatro de Câmara, Teatro Renascença, Usina do Gasômetro e Sala Álvaro Moreira, que estão sucateados e necessitam de reparos.

Não à contratualização de qualquer espaço público, e sim parceria com grupos e entidades para ocupação de espaços públicos.

Valorização do Plano Municipal do Livro e da Leitura com Comitê Gestor Democrático e dotação orçamentária própria para a execução de políticas de descentralização do acesso ao livro e à leitura, melhoria das bibliotecas e o fomento à literatura e aos espaços de troca, como equipar os ônibus com “bolsos” para trocas de livros.

Construção de bibliotecas públicas e fomento às bibliotecas comunitárias, construídas e auto-organizadas pela comunidade como forma de descentralizar o acesso ao livro e a leitura;

Apoio a **realização da Feira do Livro em Porto Alegre** que se configura como a maior feira do livro a céu aberto da América Latina e um importante espaço de formação de leitores e de fomento à mediação. Apoio a Feira Fora da Feira e a descentralização de suas atividades em bairros populares;

Criação da **Feira Popular do Livro em Porto Alegre** a ser construída anualmente de forma descentralizada e nas periferias da cidade;

Cursos e oficinas de escrita criativa e fomento ao surgimento de novos escritores e poetas na cidade;

Redução de IPTU e incentivo às pequenas livrarias e editoras da cidade já impactadas pela crise econômica e pela pandemia. Como contrapartida, as mesmas terão que manter postos de trabalho e retornar socialmente em políticas de incentivo à leitura. As livrarias deverão enviar livros para renovação de acervos de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias e as editoras deverão publicar trabalho de escritores independentes. Todos os beneficiários serão definidos a partir de editais, critérios de seleção transparentes e públicos.

Isenção de ISSQN para os escritores residentes no município de Porto Alegre quando estejam fazendo atividades de incentivo ao livro e à leitura como é demanda da Associação Gaúcha de Escritores aos moldes do projeto de Fernanda Melchionna e Pedro Ruas aprovado na Câmara e vetado por Fortunati.

Apoio a festivais de fomento à leitura independentes e auto-organizados como a FestiPoa Literária dentre outros;

Apoio e investimento a biblioteca Josué Guimarães para modernização, renovação de acervo e ampliação das políticas de acessibilidade;

Execução do contraturno cultural: levar e trazer os alunos das escolas municipais, em seu contra turno, para a vivência cultural e cidadã de sua cidade, com sessões em espaços culturais e na própria escola para colocar os alunos em movimentação por sua cidade e seu patrimônio material e imaterial.

Fechamento de vias (como as do Centro Histórico) aos domingos para veículos e ocupação com espetáculos urbanos para recuperação do espaço de convívio, discutindo e construindo junto com a comunidade.

Recuperação da diversidade da convivência nas praças de Porto Alegre, promovendo a acessibilidade através de brinquedos para cadeirantes, mini pistas de skate para jovens, canchas de bocha e academias para a terceira idade, bem como canchas de futebol, basquete e vôlei, bicicletário e canteiros comunitários, apresentações culturais com espetáculos de intervenção urbana nas áreas de circo, dança e teatro, bem como sessões de cinema ao ar livre e shows em praças.

Criação de um Núcleo Circense e incentivo à arte circense, bem como viabilização de terrenos e estruturas para os Circos de Lona.

Revitalização da Ocupação Pandorga – antigo depósito da Secretaria de Administração, como ponto e galpão do Circo.

Valorização e qualificação dos espaços públicos, estimulando sua ocupação, através de atividades de arte de rua. Ver outras iniciativas comunitárias para ocupar a cidade.

Debate democrático sobre o Cais do Porto: Garantia do andamento do projeto de ocupação do Cais do Porto, reabrindo o debate com a cidade sobre o tipo de espaço que lá deve ser construído.

Apoio e valorização à Banda Municipal de Porto Alegre: A Lei nº 11.518 declara Patrimônio Histórico e Cultural do Município a Banda Municipal de Porto Alegre, entretanto o Município ainda não executou o determinado pela Lei.

Visibilidade e apoio à realização de **festivais de música com músicos independentes e bandas locais.**

Retorno da Mostra e Festival de Teatro de Rua.

Reestruturação do Porto Alegre em Cena, priorizando a gestão pública e o acesso da população em geral às atividades.

Valorização do Funcionário Público Municipal da SMC e Concurso Público para agentes culturais.

Matriz popular de acesso ao Cinema.

Fórum permanente de discussão da Cultura – **Valorização do CMC;**

Projetos específicos para a Capoeira – **Fórum e Semana da Capoeira** e projetos envolvendo crianças.

Cumprimento da Lei 10639 – Capoeira nas Escolas.

Programa Municipal do Livro – Com aquisição de livros; como pensamos o livro; Universalização das Bibliotecas, funcionários qualificados, investimentos. Atenção às Bibliotecas Comunitárias e à Biblioteca Josué Guimarães. Hoje são aproximadamente 15 pontos de leitura na periferia, garantindo a democratização do acesso ao livro e à leitura tão necessária a Porto Alegre.

Construção de um **sistema municipal de bibliotecas** integrando: bibliotecas escolares, públicas e comunitárias.

Revitalização do Atelier Livre e quadro de funcionários.

Prêmios Açorianos para as Artes Visuais, Circo e Teatro de Rua.

Proibição do uso da Verba da SMC para propaganda institucional da Prefeitura.

Cedência de Espaços Públicos Ociosos da PMPA para atividades culturais em parceria com grupos, blocos e associações culturais.

Edital Público para o POA em Cena; ampliação da curadoria, sendo de fato representativa.

Fundo do Audiovisual, buscando recursos com empresas.

Plataforma através do Fumproarte **para incentivo às produções Culturais de Cinema.**

Programa de **Alfabetização Audiovisual** para formação de público.

13.1 Valorização do Carnaval¹⁹

Marchezan se elegeu prometendo ser novidade, porém ao assumir o governo virou as costas a todos aqueles que apostaram nisso. No Carnaval não foi diferente. O então candidato fez vídeos tocando (mal) tambores, prometeu mundos e fundos à comunidade carnavalesca de Porto Alegre, mas na prática cortou milhões da maior festa popular da cidade, abandonou o Porto Seco, proibiu e multou Blocos de Rua, além de ter fechado qualquer canal de diálogo com a comunidade que garante a proteção e a promoção do patrimônio cultural que significa o Carnaval de Porto Alegre. Entre 2006 e 2016 o Carnaval levou em média ao Porto Seco 30 mil pessoas por noite

Nosso governo terá o compromisso de construir coletiva e democraticamente um **Plano Municipal de Cultura Popular do Carnaval** em Porto Alegre, em conjunto com a União das Escolas de Samba de Porto Alegre e Região Metropolitana (UESPA), com os Blocos e o conjunto da população envolvida na economia solidária do Carnaval, garantidora de emprego, renda, cultura e memória das comunidades periféricas da capital. Também é nosso compromisso fazer valer a Lei 6619, sancionada em 1990, que estabeleceu "o Carnaval Oficial, e que os desfiles de agremiações carnavalescas serão realizados em Logradouros Públicos deste município, com as condições de infraestrutura e ornamentação colocadas à disposição pelo Executivo Municipal".

Os desfiles das Escolas de Samba são parte de uma tradição de mais de 80 anos em Porto Alegre. O carnaval é um movimento que surgiu nos bairros pobres da capital, como o Areal da Baronesa e a Colônia Africana. Segundo o livro *Fragments Históricos do Carnaval de Porto Alegre*²⁰, o Areal era um reduto totalmente carnavalesco a partir dos anos 1930, inclusive os Imperadores do Samba tiveram origem ali. Foi onde surgiu o Rei Negro (Seu Lelé), primeiro Rei Momo Negro da cidade, assim como os primeiros coretos populares de bairro.

Outra característica única do carnaval de Porto Alegre foram as tribos carnavalescas. As tribos tiveram grande destaque entre 1950 e 1960. Eram muitas: *Os Arachaneses, Os Aymorés, Os Bororós, Os Caetés, Os Charruas, Os Navajos, Os Potiguares, Os Tapajós, Os Tapuias, Os Tupinambás, Os Xavantes...* Em nítida referência às tribos indígenas. A primeira, *Os Caetés*, foi criada em 1945 no Dia do Índio. Hoje restam apenas *Os Comanches* e *Os Guaianazes*. Importante destacar também a participação feminina. Geralmente os Grupos Carnavalescos, até os anos 1950 e 1960, admitiam apenas homens em seu meio.

¹⁹ As propostas aqui expostas com relação ao Carnaval em Porto Alegre foram construídas a partir do diálogo com a União das Escolas de Samba de Porto Alegre e Região Metropolitana (UESPA) e respeitam as reivindicações expostas na **Carta Aberta à Cidade de Porto Alegre para a retomada "pós-pandemia" das atividades da Cultura Popular- Carnaval de Rua**, entregues em mãos aos então pré-candidatos da Frente Porto Alegre Pede Coragem - PSOL | PCB | UP em agosto de 2020.

²⁰Garcia, Heitor Carlos Sá Britto. *Fragments Históricos do Carnaval de Porto Alegre*. s/e: 2006

Os primeiros grupos femininos foram *As Fazendeiras*, *As Japonesas*, *As Fuzileiras*... Houve ainda *As Iracemas*, saídas dos Caetés e *As Heroínas da Floresta*, do Clube Floresta Aurora. *As Iracemas* chegaram a participar em desfiles oficiais e conquistar o 3º lugar entre os coretos.

Para retomar esta linda tradição, em primeiro lugar, trata-se de **resgatar a dignidade das Escolas de Samba de Porto Alegre**. Além disso, é urgente **retomar as atividades nas Quadras**. Também se faz necessário **ativar o Porto Seco como palco de produção permanente da economia criativa**, valorizando o Sistema Municipal de Cultura prevendo a garantia da valorização da cultura do Carnaval como vetor de desenvolvimento econômico local e promovendo a democratização das instâncias de formulação das políticas culturais, a participação e controle social na elaboração, fiscalização e acompanhamento destas.

Para isso precisamos:

Assumir o Carnaval como patrimônio Cultural, o Carnaval é da Cidade e dela faz parte, portanto deve ter sua memória e tradição preservadas e difundidas pelo Poder Público em toda a sociedade;

O Poder Público, em todas as suas esferas, deve conhecer, reconhecer e fomentar a Cadeia Produtiva do Carnaval;

Garantir o processo de formação, pelo Carnaval, de artistas e profissionais de Porto Alegre;

Construção de um Comitê Organizador Local do Carnaval envolvendo a comunidade carnavalesca e a Prefeitura Municipal;

Integração das Escolas de Samba e Blocos carnavalescos ao calendário oficial da cidade (ex: aniversário de Porto Alegre, Virada de Ano, Virada Cultural, Descentralização da Cultura, etc.)

Os desfiles oficiais do Carnaval de Rua devem voltar para sua data oficial após a superação da pandemia;

Garantir mecanismos de qualificação aos dirigentes das Escolas de Samba, para que haja transparência nas ações, prestação de contas e auditorias no uso dos recursos públicos ou captados na iniciativa privada;

Refundar o Porto Seco, dando condições de mobilidade, infraestrutura e reconhecimento da comunidade carnavalesca como promotora da cultura e da economia solidária do Carnaval porto-alegrense;

13.2 Movimento HIP HOP

Encampar a Semana Municipal do Hip Hop em diálogo direto com o movimento e envolvendo os quatro elementos (MC, BBoy, DJ e Graffiti) . A Lei existe no calendário de eventos da cidade, porém não recebe nenhum tipo de incentivo para que aconteça, pois não tem valor destinado. A proposta é que seja encampada pela Prefeitura.

RAP na Usina - Festival organizado ao lado da usina do Gasômetro uma vez por mês garantindo a infraestrutura e envolvendo as bandas locais.

Semana do Graffiti - realizar evento anual que destina locais públicos como viadutos, prédios públicos, pistas de skate e praças pela cidade para a realização de pinturas, exposições e oficinas de graffiti.

Liberação do comodato da CASA DO HIP HOP RUBEM BERTA - Após o governador exigir a saída do Posto da Brigada Militar da Cohab Rubem Berta, o espaço foi deteriorado. Imediatamente, o movimento Hip Hop, por meio do Festival Cohab é Só Rap, requisitou a posse do espaço através de um comodato liberado pelo prefeito e aprovado em plenária do Orçamento Participativo, mas não saiu da promessa.

Retomar o COHAB É SÓ RAP - Atualmente como Projeto de Lei do vereador Roberto Robaina (PSOL), conta com emenda emergencial de 50 mil reais para 2020. Antes a verba era viabilizada pelo Orçamento Participativo, mas deixou de ser.

Semanas de aniversário dos Bairros da Periferia de Porto Alegre: Essas semanas dos bairros promoviam atividades e eram garantidas por meio do OP. Elas foram abandonadas pela Administração. A prefeitura pode usar sua estrutura para garantir atividades que fomentem a cultura, esporte e lazer, em diálogo com as pessoas dos bairros e sua produção local.

Utilização Consciente dos Espaços Públicos:

Tombamento do Largo Zumbi dos Palmares como parte do patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre e manutenção das suas características de área livre e de vivência da população **e sua disponibilização para eventos e atividades culturais** em diálogo com os moradores do entorno (hoje o Ministério Público proíbe atividades com som no local).

Fim das medidas burocráticas e autoritárias que cerceiam as atividades artísticas, culturais, musicais e de lazer na cidade.

Retorno do Viaduto do Brooklin, em diálogo com os moradores do entorno, com fiscalização, organização e incentivo da Prefeitura para a realização de Slam, Batalhas e mini-shows respeitando as regras de convivência e o limite de decibéis e horários que não prejudiquem os moradores.

Desburocratizar o uso de Praças, Largos e Teatros para cultura.

Prefeitura assumir o Festival Zumbi dos Palmares com curadoria e participação democrática dos movimentos Negros de Porto Alegre.

14. Resgate e fortalecimento dos Esportes em Porto Alegre

O esporte é fundamental para o desenvolvimento da identidade, cultura nacional, saúde pessoal e o fortalecimento de conceitos como disciplina, respeito, pensamento coletivo. O futebol, como outras modalidades esportivas, contribuem, assim, para o desenvolvimento da coesão social. É por essa razão que quando falamos de uma política municipal de esporte precisamos ter em mente que essa atividade é fundamental na construção do bem viver em comunidade. Essa política tem que ser transversal, abarcando educação, esporte, cultura e lazer.

Uma cidade com as características de Porto Alegre, com uma ampla orla aquática e grandes parques urbanos, tem todo potencial para oferecer a seus moradores a prática de diversos esportes e, com isso, fortalecer vínculos sociais comunitários positivos.

A organização de atividades físicas não competitivas em espaços públicos e de um conjunto de modalidades esportivas como maratonas, torneios nos bairros, além do apoio aos times de várzea, são instrumentos para a criação e fortalecimento dos vínculos sociais e também da apropriação e preservação dos espaços públicos.

Em Porto Alegre existem nove grandes parques, 617 praças, uma imensa orla aquática e apenas uma rua para pedestres em toda sua região central – a Rua da Praia, que tem um pequeno trecho destinado exclusivamente às pessoas. Valorizar os espaços públicos da cidade significa, primeiramente, valorizar e estimular a ocupação das praças e parques com esporte, cultura e lazer.

Infelizmente, Marchezan atacou as poucas políticas que ainda restavam na área esportiva. A reforma administrativa extinguiu a Secretaria do Esporte em 2017, levando à redução dos investimentos na área. Para se ter uma ideia, em 2004, Porto Alegre contava com 122 professores de Educação Física para promover as práticas desportivas nas praças e nos centros comunitários da cidade. Embora, a cidade tenha crescido, hoje temos apenas 62 professores, sendo que 18 estão cedidos para a SMED. A consequência é que das 617 praças da cidade, apenas 16 contam com atividades de esportes promovidos por esses profissionais. Aliás, o pouco que sobrou foi fruto de resistência e luta da população.

Os centros comunitários construídos na década de 70 e espaços de décadas de convivência e atividades comunitárias estão cada vez mais sucateados. Com a extinção da SME, o serviço de manutenção dos centros, das quadras e dos campos na prática acabou. Precisamos retomar os investimentos públicos e a manutenção desses espaços: CECOPAM - Centro de Comunidade Parque Madepinho, no bairro Cavahada; CEPRIIMA - Centro Esportivo Primeiro de Maio, no bairro Passo D'Areia; CECORES - Centro de Comunidade Vila Restinga, no bairro Restinga; CEVI - Centro Esportivo Vila Ingá, no atual Eixo Baltazar; CECOFLOOR - Centro de Comunidade Vila Floresta, no antigo Parque Florestal; CECOVE Centro de Comunidade Vila Elizabeth, no bairro Sarandi; CEGEB - Centro Esportivo George Black, no bairro Medianeira e CESMAPA - Centro Social Vila Mapa, no bairro Lomba do Pinheiro.

A política neoliberal de Marchezan foi também responsável pelo ataque à rotina escolar, pelo fim do planejamento coletivo dentro das escolas e desmonte dos projetos esportivos que eram realizados em muitas escolas municipais. Do atletismo, torneios escolares, escolinha de vôlei e futebol ao projeto esportivo de ponta que foi desenvolvido por anos na escola Liberato Salzano, todas as práticas foram atingidas pelo corte de investimento, pela redução da carga horária de Educação Física, pelo fim da manutenção das quadras e até pela falta de materiais esportivos e de iluminação nos espaços destinados à prática.

Reconstruir a Secretaria Municipal de Esportes com o apoio dos servidores de carreira e a transversalidade das políticas de esporte na cidade de Porto Alegre por meio do Plano Municipal Desportivo, a ser construído com a comunidade, profissionais e usuários;

Reestruturar a prática de esporte a partir de concurso público para no mínimo 100 professores de Educação Física e Dança para retomada dos projetos em praças e parques, ampliando as práticas para idosos, crianças e adolescentes;

Acabar com a nova rotina, retornar o planejamento nas escolas e a **retomada de projetos esportivos** nas escolas nas mais variadas modalidades, com a construção de torneios entre as escolas da rede municipal; formação continuada para os professores de Educação Física, melhorar a qualidade da infraestrutura das quadras e materiais desportivos e incluir contraturno para as práticas de iniciação desportiva;

Políticas regionalizadas e construídas democraticamente – as prioridades e necessidades reais para a prática de atividades físicas e esportivas na cidade devem ser definidas de forma regionalizada e democrática, a partir do diálogo com a juventude e com o conjunto dos atores envolvidos no esporte.

Revitalização e ampliação dos espaços esportivos da cidade – os grandes parques e as praças de bairros da periferia devem ser dotados de equipamentos para a prática de exercícios físicos e quadras poliesportivas, bem como de técnicos especializados em diversas práticas;

Revitalização das piscinas comunitárias – as sete piscinas públicas de Porto Alegre são um eixo fundamental desse processo de fortalecimento de vínculos sociais, já que estão localizadas em centros comunitários nos bairros mais afastados da cidade. O governo deve desenvolver ações em parcerias com a rede escolar para evitar depredações e brigas, problemas recorrentes relatados nesses centros. Além disso, é preciso dotar os centros comunitários da infraestrutura material e de pessoal necessários ao desenvolvimento dos seus projetos;

Reforma e ampliação do número de pistas de skate – Porto Alegre tem em torno de dez pistas com condições mínimas de receber competições e usuários em larga escala. Essa rede precisa ser mantida de forma adequada, revitalizada e ampliada;

Estímulo a modalidades esportivas – como os jogos de gramado e a construção do **Projeto Capoeira nas Escolas**.

15. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência é um dos pilares do tripé da Seguridade Social, conquistada pela constituição brasileira de 1988. O desafio é romper com a lógica de programas específicos e avançar para a prestação de serviços de proteção básica continuada, com vigilância de direitos, através da implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). E isso deve ser feito de forma integrada com todas as demais políticas sociais, como saúde, educação e prevenção da violência.

Infelizmente, as políticas de proteção social têm sofrido duros ataques pelas medidas de austeridade dos governos neoliberais. A Reforma da Previdência de Bolsonaro excluiu milhões de brasileiros e brasileiras da cobertura da Seguridade Social, a morosidade em atender a fila do Bolsa Família deixou mais de 1 milhão e meio de pessoas na miséria esperando os benefícios, e a possibilidade de aumento da cobertura do Benefício de Prestação Continuada foi combatido por Bolsonaro em todas as esferas, culminando no veto do PL.

Com a incidência do coronavírus, assistimos a uma procura ainda maior pelos serviços da assistência social. Uma das poucas conquistas do povo brasileiro em tempos de pandemia de mais de uma centena de milhares de mortos foi a instituição do auxílio emergencial no valor de 600 reais. A bancada do PSOL na Câmara dos Deputados foi a primeira a apresentar projeto de renda mínima, e destacamos que o duplo benefício para as mulheres chefes de família veio da luta de Fernanda Melchionna como líder da Bancada. A votação do auxílio emergencial foi uma derrota para Bolsonaro e Guedes, que queriam um auxílio de apenas 200 reais. Enquanto redigimos o programa, há uma disputa em curso, Bolsonaro quer reduzir o valor para 300 reais e extingui-lo em dezembro de 2020. As elites econômicas seguem na defesa do famigerado Teto dos Gastos, enquanto a Bancada Federal do PSOL apresentou projeto de renda básica permanente, cujo financiamento poderia ser garantido apenas taxando os milionários e os bancos.

A crise econômica que chegou ao Brasil, especialmente a partir de 2014, com as políticas econômicas de austeridade de Joaquim Levy no Governo Dilma, aprofundadas pelo governo golpista de Temer e adotada com requintes de crueldade pelo governo Bolsonaro/Guedes aprofundaram o desemprego, o trabalho informal e o número de pessoas na extrema pobreza no Brasil. Enquanto nos últimos 3 anos o Brasil aumentou seu número de bilionários, mais de 10% da nossa população entrou na linha da pobreza. Essa desigualdade econômica e social, que atinge mais fortemente as mulheres, as mulheres negras e residentes nas periferias, se reproduz nas cidades. Em um contexto em que se amplia a necessidade do fortalecimento das políticas de proteção social, Marchezan - aliado de Bolsonaro na agenda econômica -, desmontou, terceirizou e precarizou ainda mais a rede de assistência social do município de Porto Alegre.

Em meio à pandemia, enquanto aumentou a demanda pelos serviços da assistência por parte da população, Marchezan sequer garantiu Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos trabalhadores da FASC e da rede.

Além disso, a desatualização do Cadastro Único que alimenta a base de dados de famílias de baixa renda (com renda per capita de até meio salário mínimo ou 3 SM de renda familiar) para as políticas do governo federal, deixou possíveis beneficiários do auxílio emergencial sem acesso imediato ao seu direito. A desinformação e a ausência de centralização e planejamento na entrega das cestas básicas para as famílias dos estudantes da Rede Municipal de Ensino foi um dos grandes problemas nesse período da pandemia. Quase três meses depois da procura pelas cestas básicas, enfim as famílias receberam. Só que a prefeitura comprou 43 mil cestas para atender 71 mil famílias. Resultado, teve família que recebeu o arroz e outra só o feijão, pois as cestas tiveram que ser divididas ao meio, conforme indicou a pesquisa publicada pela Associação Mães e Pais pela Democracia.

Há algum tempo, as políticas de assistência têm sido utilizadas por uma lógica clientelista por sucessivos governos, assim como moeda de troca pelos partidos que governaram a cidade. Se na gestão anterior, de Fortunati e Sebastião Melo, a FASC esteve presente nas páginas policiais pelos escândalos de corrupção envolvendo o Partido Progressista e os crimes de lavagem de dinheiro, estelionato, com o contrato sem licitação da empresa Multiágil, que recebia por serviços não prestados à rede de abrigamento de crianças e adolescentes, a base de Marchezan se recusou a investigar esses escândalos através de uma CPI, e até 2019 PSDB e PP governaram juntos a cidade. Recentemente, o secretário municipal de Desenvolvimento Social e Esportes teve que pedir demissão do cargo após a denúncia de que a FASC (subordinada à pasta) contratou sem licitação o Instituto Renascer, gerenciado pelo filho dele, para comandar o albergue Felipe Diehl. A FASC não pode ser cabide de emprego dos partidos políticos, tampouco servir para negociata familiar. Já basta dessa lógica!

Além disso, a terceirização, a rotatividade, a precarização das condições de atendimento têm se aprofundado na assistência social. Até hoje não foi plenamente implementada a Lei de Reordenamento do Sistema Único da Assistência Social em Porto Alegre, aprovada pela Câmara de Vereadores em 2012 e com previsão de preenchimento de mais de 600 cargos mediante concurso público para capitalizar a rede e avançar na cobertura dos serviços. Mesmo com concursos abertos e em vigência, Marchezan tem feito convênios com terceirizados, ao invés de fortalecer a Fundação.

Nossa cidade apresenta hoje **254.598** pessoas cadastradas no CADÚNICO, portanto comprovadamente pessoas de baixa renda. Destas, **47.525** são beneficiárias do Bolsa Família. Ou seja, quase 20 % da nossa população está na linha da pobreza, número que deve ser bem maior, uma vez que o último cadastramento foi totalizado em 2018. A crise se aprofundou em 2019 e o desemprego chegou a níveis recordes em 2020. Apenas durante a pandemia, Porto Alegre perdeu 25 mil postos de trabalho.

Mesmo com o aumento das situações de pobreza, adensamento de regiões, aumento das moradias irregulares e ocupações na cidade de Porto Alegre, não existe uma expansão dos Centros de Referência de Assistência Social, fundamental como porta de entrada dos serviços de rede, tampouco a expansão dos Serviços de Média Complexidade, como os CREAS e as importantes políticas de fortalecimento de vínculos, acompanhamento familiar etc.

Os serviços de alta complexidade estão sendo fechados, como o Abrigo Bom Jesus e o único Abrigo Familiar da Cidade. O abrigo Viva Maria, único equipamento público na rede de Porto Alegre destinado às mulheres vítimas da violência e referenciado na Secretaria da Saúde, quase foi fechado, se não fosse a luta das mulheres. Ou seja, enquanto aumenta a população em situação de rua, a Prefeitura fecha os equipamentos públicos de moradia e trata a questão como caso de polícia.

A política de assistência é bastante vasta: do acompanhamento de famílias de baixa renda em territórios, situação de rua, proteção da criança e adolescente sob tutela do Estado, combate à violência doméstica etc. Mas, tantos anos de precarização e falta de recursos humanos agravam o problema. Com o reordenamento do SUAS, o governo com os trabalhadores e a comunidade pode avançar no referenciamento e atuar nos gargalos de cada região, como por exemplo a insuficiência do atendimento à saúde mental na Restinga, a dificuldade de acesso aos equipamentos na região Extremo Sul, a alta taxa de mortalidade e de gravidez na adolescência entre os jovens negros da região Noroeste etc.

É preciso atuar no Serviço de Acolhimento Institucional que recebe crianças e adolescentes vítimas de violência ou negligência e estão sob tutela do Estado. Dos 68 abrigos e Casas Lares em Porto Alegre, 12 são próprios e 10 conveniados. As 46 Casas Lares são geridas por ONGs. A prefeitura, através da FASC tem que ser pró-ativa na busca da efetivação do Estatuto da Criança e Adolescente. O acolhimento precisa ser transitório e não permanente. Atualmente, Porto Alegre tem 266 crianças aptas a serem adotadas e 507 famílias habilitadas. É preciso uma força-tarefa para garantir o direito a um lar, assim como medidas transitórias, como a “família acolhedora”, pode ajudar a garantir direitos a essas crianças. Além disso, nenhuma criança e adolescente sob tutela do Estado pode estar fora da escola. Como identificado pela Comissão de Direitos Humanos em 2015, metade das crianças não estavam

devidamente matriculadas. Outro problema que precisa ser solucionado é a política para adolescentes de 18 anos que são desligados do abrigo e acabam em situação de rua ao não se ter uma política transversal de emprego e renda. Atualmente, são cerca de 300 jovens nessas condições, segundo o Ministério Público Estadual.

15.1 Conselhos Tutelares

Os Conselhos Tutelares são componentes essenciais da assistência social, no entanto têm experimentado situações caóticas que dificultam a atuação dos conselheiros e o pleno atendimento da população. Em 2010, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da resolução nº 139, recomendou que os municípios mantivessem a proporção de uma unidade de atendimento do Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes. Porto Alegre conta hoje com uma população de quase 1,5 milhões de habitantes, mas apenas 10 conselhos tutelares. Os problemas começam pela insuficiência de unidades de atendimento do Conselho Tutelar, e sua distribuição pelo território, mas se estendem pela falta de estrutura dos prédios que abrigam os conselhos tutelares em cada microrregião. Em muitas sedes, os prédios não têm acessibilidade, não são espaços adequados ao acolhimento das pessoas, e também não contam com ambiente seguro e sigiloso para a oitiva dos relatos que chegam até o atendimento. As condições existentes são muito vulneráveis e expositivas.

Além disso, os recorrentes atrasos no pagamento, por parte da Prefeitura, dos aluguéis elevados dos prédios que sediam os conselhos tutelares provoca um elemento de instabilidade, devido às ameaças frequentes de despejo, o que ocorre ao mesmo tempo em que a Prefeitura dispõe de diversos imóveis próprios, sem utilização ou subutilizados, que poderiam atender às demandas dos conselhos tutelares. As sedes utilizadas hoje carecem também de local adequado para arquivar os documentos físicos, assim como de um programa adequado para digitalização dos processos, o que já provocou prejuízos ao funcionamento do Conselho devido a alagamentos ocorridos em uma das sedes.

Há carência de pessoal responsável pela limpeza e manutenção das sedes e do prédio do plantão centralizado. Faltam também profissionais da Guarda Municipal que ofereçam suporte de segurança ao conselheiro plantonista. Os computadores e aparelhos telefônicos são precários, muitos estão estragados dificultando o atendimento da população de forma mais ágil já que não há disponibilidade de equipamentos para todos os conselheiros, contribuindo ainda mais ao acúmulo de trabalho provocado pela insuficiência no número de conselheiros tutelares. Estes são fatores que pioram ainda mais as situações de violação de direitos. Outro fator complicador, que caracterizou as últimas gestões, foi a falta de veículos automotivos para que os conselheiros possam realizar as saídas, organizar as visitas e fazer as averiguações e notificações de casos. É importante ressaltar que a mudança na estrutura administrativa implementada nas últimas gestões, com subordinação do Conselho Tutelar à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte, fragilizou a autonomia do órgão e sua capacidade de ação. É importante a retomada do trabalho direto com a governança municipal, a garantia de recursos para o pleno funcionamento, com dotação orçamentária específica, e a qualificação permanente dos Conselhos Tutelares para que sejam instrumentos efetivos de garantia de direitos de crianças e adolescentes, e não mera oportunidade de promoção política para os conselheiros.

Propostas:

Criação de Auxílio Emergencial Municipal;

Rede de Restaurantes Populares “Marielle Vive”, por Região do Orçamento Participativo;

Implementação da Lei de Reordenamento da FASC, com a contratação mediante concurso público de assistentes sociais, educadores sociais, psicólogos. Valorização dos trabalhadores na gestão e na definição das políticas da FASC. Garantia das condições de trabalho e fim do assédio moral;

Fortalecer rede de atendimento. Ampliar e melhorar o serviço de atendimento a mulheres, idosos e crianças vítimas de violência doméstica, garantindo que tenham alternativa viável para sair do ciclo de opressão e violência;

Realização de uma Constituinte Municipal da Assistência Social deliberativa, junto com o Conselho Municipal da Assistência Social e com representação dos trabalhadores, usuários e gestão, com vistas à refundação da FASC;

Todo poder ao controle social, implementação das deliberações e resoluções do CMAS E CORAS. Um governo popular tem que promover o controle do povo e pensar em mecanismos de participação sistemática da comunidade de forma auto-organizada nas definições das prioridades territoriais;

Fomentar recursos para construção de mais Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e aumentar o Serviço de Atendimento Familiar nas regiões de maior vulnerabilidade. Equipar os existentes, pois hoje são apenas 22 CRAS e 9 CREAS. A cidade cresceu, a assistência precisa ter equipamentos suficientes para atender a demanda do povo;

Melhorar os equipamentos públicos próprios e **reabrir serviços fundamentais** fechados por Marchezan, como o Abrigo Bom Jesus e o Abrigo Familiar;

Criação de projeto que dê um encaminhamento centralizado para os problemas de moradia, trabalho, saúde e educação dos moradores em situação de rua em geral, e as crianças em situação de rua. Rediscussão do papel social da FASC, esvaziada de suas funções pela política de convênios e terceirizações;

Programa de Acompanhamento Permanente dos espaços de Acolhimento Institucional. Nenhuma criança sem cama e fora da escola sob tutela do Estado. Criação de um Programa para os Egressos do Acolhimento Institucional;

Ampliar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em regiões onde há maior incidência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e em liberdade assistida;

Auditoria e revisão dos contratos com conveniadas;

Regularizar de fato a Lei do SUAS com a Lei Municipal 352 reavaliando o recurso Federal do FNAS, a gestão plena, assim como Fundo Municipal – FMAS enquanto contrapartida;

Fortalecer a rede pública, a FASC e a transparência nas decisões. Auditoria dos contratos e investigação de todos os mal feitos em gestões anteriores. Uma prefeitura transparente não pode jogar a corrupção para debaixo do tapete, como fez Marchezan. Implantar serviços próprios, pelo número da população e do cadastro único (abrigos, albergues, centro pop, refeitórios, casas de acolhimento...);

Fortalecimento dos movimentos de usuários como protagonistas da assistência social respeitando a tradição, cultura, entre outros (moradores em situação de rua, indígenas, catadores/recicladores, imigrantes, pescadores...);

Reavaliar o decreto municipal sobre o MIROSC, atendendo a lei do SUAS;

Fortalecer as conferências Municipais dando ênfase às deliberações. Construir o plano municipal, como prevê a lei do SUAS, com a participação da Sociedade Civil. Fortalecer os espaços de controle e deliberação garantindo a paridade;

Implantar o plano de ação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (antigo SASE) com metas e prazos para a implementação. Quanto mais vulnerável o território, mas políticas de assistência têm que chegar à ponta. Articular com o vínculo SUAS o diagnóstico sócio-assistencial da cidade por região, reorganizando as entidades e serviços;

Programar plano de ações específico para atendimento à violência contra a população LGBTQI+, contra as mulheres, contra a violência racial contra negros e negras e indígenas. As ações têm que ser transversais nas secretarias e também na FASC;

Programar seminários, formação e capacitações para trabalhadores, usuários, entidades e governo de forma periódica;

Executar o **Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (COMIRAT)**. Porto Alegre recebeu haitianos, senegaleses, venezuelanos, que na maioria dos casos têm dificuldades com a documentação, a entrada no mercado de trabalho e a questão da língua. O bairro Santa Rosa tem uma excelente experiência comunitária com o Emancipa Santa Rosa e atividades nas escolas municipais. Envolver a cidadania, o governo, a universidade, os órgãos do judiciário;

Executar **novo diagnóstico da População em Situação de Rua em Parceria com a Universidade na Rua e o MNPR**. Reabertura do Abrigo Bom Jesus, Melhoria do Albergue Municipal, ampliação da rede de abrigos para Moradores de Rua, com espaço adequado para a guarda de seus pertences, melhor tratamento pelas equipes de atendimento e profissionais especializados mais presentes. Buscar reinserção produtiva da população de rua, integrando-os nos programas de trabalho em reciclagem e promovendo cursos de qualificação;

Ampliar a equipe do programa Ação Rua e ampliar seu horário de funcionamento;

Melhorar as condições de **acolhimento de famílias com crianças por meio do aluguel social;**

Criação de protocolos de ação diante de situações de calamidade pública.

Conselho Tutelar:

Garantir maior autonomia de atuação ao Conselho Tutelar, com maior destaque na estrutura administrativa, possibilitando ações coordenadas mais próximas à governança municipal;

Ampliar o número de 10 para pelo menos 13 microrregiões do Conselho Tutelar, atendendo demandas crescentes, principalmente nas regiões Norte e Sul de Porto Alegre. Revisar as áreas de abrangência de cada uma das microrregiões;

Alocar as unidades de atendimento do Conselho Tutelar em imóveis próprios do município. Projetar e reformar as estruturas dos prédios para o melhor atendimento pelo Conselho Tutelar, tornando-os 100% acessíveis, com espaço adequado para acolhimento e oitiva dos casos acompanhados e para organização e arquivamento dos processos físicos;

Garantir meios de dar continuidade ao trabalho do Conselho Tutelar entre as mudanças de gestão, inclusive com a implementação de sistema para digitalização dos processos. Para o fortalecimento do conselho é necessário que se tenha compreensão do histórico dos casos acompanhados pelo Poder Público e pelas medidas adotadas pelo Poder Judiciário;

Investir na capacitação periódica dos conselheiros, conforme determinações do ECA;

Agilizar o atendimento da população, garantindo que haja disposição de computadores e aparelhos telefônicos para cada conselheiro tutelar, e também garantir a oferta de veículos automotivos para verificação, acompanhamento e notificação de casos.

Qualificar os espaços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, dispondo de equipes especializadas e qualificadas.

16. Segurança Pública: por uma cidade sem medo

O Brasil vive hoje uma situação dramática na Segurança Pública. Leis e regulamentações que permitem que as polícias procedam de maneira violenta e o incentivo ao uso de armas por parte da população têm aumentado muito os índices de violência das polícias, principalmente a polícia militar. Somado a isso, temos os altos índices de criminalidade que persistem no atual governo e que assolam as cidades brasileiras, punindo de maneira mais grave os mais pobres. As mobilizações nos EUA contra a violência policial e o racismo reverberam no Brasil justo pela similaridade do tratamento policial às comunidades pobres e negras. Temos uma das polícias que mais mata e também que mais morre do mundo. A lógica militarizada das polícias tem criado um círculo vicioso de violência, humilhação e autoritarismo, que impede a organização sindical dos servidores da segurança pública e funciona permanentemente em uma dinâmica de criminalização da pobreza.

No caso dos municípios, desde a eleição de 2012 ficou clara a necessidade de um maior protagonismo por parte das prefeituras na Segurança Pública. Em 2014 tivemos a promulgação do Estatuto Geral das Guardas Municipais que lhe deu atribuições até então exercidas exclusivamente pelas polícias estaduais. O estatuto das Guardas, na verdade, foi a forma encontrada para legalizar as ações de várias Guardas do país que já exerciam, em seus municípios, papéis até então típicos das polícias estaduais, inclusive a Guarda porto-alegrense. Aliado a isso, temos o advento da pandemia do Coronavírus. Cada vez mais as Guardas estão sendo chamadas pelos prefeitos para dispersar festas e aglomerações, além de, juntamente com os profissionais da saúde, estarem cotidianamente expostos à contaminação pelo vírus.

O quadro exposto acima é preocupante e exige dos futuros prefeitos ações firmes no sentido de equipar o sistema municipal de Segurança Pública para que ele possa enfrentar de maneira satisfatória os imensos desafios que se colocam. É necessário que o município tenha políticas públicas que sejam capazes de reverter o quadro de violência que hoje vivemos. A deputada Fernanda Melchionna, quando vereadora em Porto Alegre, sempre se comprometeu com a Segurança Pública. Como presidente da comissão de Direitos humanos da Câmara Municipal coordenou a elaboração do Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre (2015)²¹. O documento apresenta um quadro aprofundado da situação de violência existente nos diversos setores da sociedade, com destaque para a violência contra as mulheres e grupos LGBTQI+.

Porto Alegre tem uma das Guardas mais respeitadas e bem treinadas do Brasil. Porém, este sistema tem de ser aperfeiçoado, equipando e valorizando a Guarda e o guarda. Por exemplo: as pesquisas mostram que quanto mais próxima da população e comunitária é a polícia, melhores são os índices de violência. Ampliar a aproximação da guarda com a população (não no sentido de fazer trabalho social, mas visando a prevenção do crime e da violência através de uma escuta profissional da população) é um compromisso que queremos assumir. Também queremos assumir o compromisso de abrir um grande debate nacional sobre a necessidade de mudança do artigo 144 e a criação nas capitais, de uma “Polícia Metropolitana” que seja capaz de substituir integralmente a PM e desafogar a Polícia Civil, assumindo a investigação dos crimes de menor monta. Estas e outras propostas que exporemos abaixo fazem parte do compromisso de fazer da cidade de Porto Alegre uma cidade Cidadã, isto é, uma cidade que respeita o direito das pessoas, que valoriza a ciência e a inteligência na prevenção da criminalidade e da violência, em uma relação mais próxima com a população.

Comunicação e integração da Guarda Municipal com a comunidade: O principal recurso para a eficácia da segurança pública é a informação. Para que os órgãos de segurança possam ser efetivos em seu trabalho, é preciso que eles sejam informados constantemente pela população. Os residentes sabem muito a respeito das dinâmicas criminais e violentas da sua região. Entretanto essas

²¹http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapa_seguranca_2015.pdf

informações só serão compartilhadas se a população tiver uma relação de proximidade com os agentes da segurança pública. Daí a importância da abordagem conhecida como Polícia Comunitária. Neste modelo, os agentes prestam serviço em uma região determinada, passando assim a conhecer a realidade local. São também identificados pelos residentes, o que tende a desenvolver relações mútuas de confiança. A GUARDA MUNICIPAL em nosso governo terá este caráter de policiamento de proximidade.

A população tem se organizado por conta própria, através de grupos que utilizam aplicativos como *WhatsApp*, para criar uma rede de comunicação, prevenção, solidariedade e apoio. Essa dinâmica popular precisa ser compreendida pelo Poder Público de tal forma que se viabilize a participação cidadã na construção de soluções comunitárias para a segurança pública. Na ausência dessa política, vemos a multiplicação de empresas privadas de segurança, além de outros negócios que se alimentam do medo e da própria ineficiência do setor público. O modelo de policiamento ostensivo representado pela PM já provou, ao longo do tempo, sua falência em diminuir os índices de violência. Atualmente assistimos a um incentivo por parte do governo federal de ações violentas por parte da polícia. A Guarda não pode repetir esse modelo.

Apoio científico à prevenção da criminalidade: O Estatuto Geral das Guardas Municipais, no seu art. 3º, parágrafo III, estabelece como princípio orientador “o Patrulhamento Preventivo”, o qual não deve ser confundido com trabalho social. A concepção preventiva pressupõe a adoção e a aplicação dos princípios do policiamento comunitário e de proximidade. A identificação dos “agenciamentos” que retroalimentam o crime e a violência nas diferentes regiões da cidade exige que a Guarda se aproprie dos recursos tecnológicos mais modernos em termos de inteligência e georreferenciamento. Logo, o Setor de Inteligência da Guarda deve ser ampliado e remodelado, assim como é fundamental a criação de um Setor de Georreferenciamento do crime e da violência. Assim, a Guarda poderá aprofundar e otimizar suas intervenções, focando sempre na relação com a comunidade.

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal: O déficit de pessoal na GM-POA atualmente está em torno de 240 cargos vagos, de um total de 632. Soma-se a isso o fato de que ao longo de 2021 cerca de 50 servidores reunirão os requisitos para a aposentadoria. O concurso público 542/16 nomeou, em junho/20, apenas 10 servidores, que, para o efetivo exercício das atividades operacionais, necessitam submeterem-se à formação de pelo menos 476 horas/aula, de acordo com a matriz curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para formação de Guarda Municipal. É necessário o chamamento e a capacitação de todos os servidores que passaram no concurso. Se necessário, realizar um novo concurso para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva.

Outro aspecto importante e que exige a pronta intervenção da nova gestão municipal se refere à diversidade do loteamento dos servidores da Guarda Municipal, distribuídos entre a administração centralizada e a descentralizada. Atualmente, existe um significativo número de guardas municipais exercendo atividades profissionais no Departamento Municipal de Água e Esgotos (DEMAE), Departamento de Limpeza Urbana (DMLU) e Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB). Tal situação provoca distorções de várias naturezas, tanto no que tange às atividades propriamente ditas, como no que se refere à remuneração e outros direitos.

Diante disso, nos comprometemos a criar um Grupo de Trabalho a fim de elaborar uma proposta definitiva, com a participação dos servidores, que na nossa compreensão passa pela **unificação efetiva da Guarda, com a aprovação de um plano único de carreira.**

Do ponto de vista da dimensão logística, é possível afirmar que a Guarda Municipal de Porto Alegre atualmente apresenta boa instrumentalização. No entanto, o Estatuto Geral das Guardas confere várias atribuições típicas das polícias à instituição. Nesse contexto, a readequação da logística, dos equipamentos dos servidores se torna imprescindível, assim como a renovação e ampliação da frota de veículos com o objetivo de Patrulhamento .

É preciso **investir e dinamizar a Academia de Guardas para a formação e educação continuada dos servidores**, aproveitando o próprio quadro de servidores para ser os instrutores e professores e tendo como referência a matriz curricular nacional para as guardas da Secretaria Nacional de Segurança Pública– SENASP. Cursos de caráter transdisciplinar, mesclando disciplinas de natureza operacional com disciplinas voltadas à formação em direitos humanos, policiamento comunitário, mediação de conflitos e práticas restaurativas. Também é importante a construção de um estande de tiro para que os servidores e os estudantes possam praticar. Hoje a Guarda aluga estandes da PM. Este fato, além de representar uma economia significativa de recursos, vai aprimorar a capacidade técnica do servidor.

Propomos a criação de um setor na Guarda Municipal de atenção à saúde mental e física dos servidores, que conte com um corpo de profissionais de várias áreas, tais como enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais. Sabemos, que neste momento de pandemia, o estresse gerado pela atividade cotidiana nas ruas com o risco de contaminação pelo coronavírus é grande e grave. É dever do Poder Público zelar pela saúde física e mental daqueles que estão na linha de frente no combate a esta pandemia.

Intervenções territorializadas e articuladas com a comunidade local: O foco territorial é decisivo para a eficácia das políticas preventivas. Sem base territorial definida é impossível contar com diagnósticos qualificados. Sem diagnósticos precisos, não teremos projetos competentes e não será possível que os investimentos multissetoriais confluem e se articulem com a mobilização da própria comunidade, estabelecendo parcerias com as associações de moradores, grêmios estudantis das escolas, sindicatos e outros movimentos sociais e populares.

A Guarda Municipal deverá estabelecer vínculos com a comunidade, ganhando sua confiança e respeito e prestando contas da sua atuação, o que também previne atuações violentas e desrespeitosas, visto que a sua presença naquela área é permanente e não uma contingência derivada de um chamado diante de um crime ou ameaça.

Sabe-se que violência urbana e criminalidade são fenômenos complexos diante dos quais é preciso um extraordinário esforço para que seja possível delinear políticas eficientes. O que não é mais possível é assistir à deterioração da qualidade de vida em Porto Alegre pelo medo repartido todos os dias como uma angústia em cada família.

Parque Seguro: O projeto visa à retomada dos espaços públicos por parte da população. Para tanto, propomos revitalizar tais ambientes através da recuperação dos equipamentos depredados e abandonados e da iluminação, bem como do investimento em novos espaços e equipamentos que atendam não somente demandas de diversidade cultural, que permitam a convivência pacífica, a aproximação e o diálogo entre tribos e grupos distintos.

Mais Segurança nos Bairros: O programa prevê a instalação de alarmes comunitários e a criação de uma rede de comunicação via aplicativo de celular que conecte a comunidade à Guarda Municipal. Para o sucesso do programa, propomos a presença diária de no mínimo um interlocutor por região da cidade, para que se estabeleçam laços de confiança, solidariedade e empatia entre comunidades e agentes públicos municipais.

Apoio ao GGI e ao Observatório de Segurança: Fomentar políticas públicas na área da Segurança Pública é dever do Poder Público Municipal. Organizar e apoiar um Gabinete de Gestão Integrada (GGI) juntamente com o Observatório da segurança para a produção de estatística é uma maneira eficaz de criar políticas públicas eficazes.

Fim da repressão à classe trabalhadora informal. Eliminar a perseguição à população, especialmente aos ambulantes. A guarda municipal não pode ser usada para perseguir trabalhadores informais. A função da GM será combater a violência contra as mulheres, jovens, LGBTT's, negros e negras.

Realizar a conferência municipal de segurança: Promover debates sobre segurança pública e de toda a sociedade, fazendo que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente

Ampliação da iluminação das vias públicas utilizando energia sustentável, possibilitando mais segurança na vida noturna da cidade e preservando o meio ambiente.

16.1 A falência das políticas de encarceramento em massa e o papel do Município

A política de encarceramento em massa adotada pelo Brasil nas últimas décadas não produziu nenhum impacto para a redução dos crescentes índices de violência e criminalidade, ao contrário, se constituiu como um dos principais fatores para o seu incremento. O aprisionamento de amplos setores da população, selecionados pelo sistema de justiça criminal em razão dos inúmeros marcadores sociais de vulnerabilidade (classe, raça, gênero e etário), não apenas contribui para o aprofundamento da desigualdade e da exclusão, como legitima a violência e o arbítrio dos agentes estatais e fortalece os coletivos criminais organizados no interior dos cárceres e com fortes conexões nos territórios das periferias urbanas.

A partir dessa perspectiva, parece evidente que qualquer programa de segurança pública, tanto no âmbito nacional, estadual ou municipal, exige um olhar singular sobre o sistema prisional, especialmente no tocante à construção de políticas voltadas ao desencarceramento e à atenção a pessoas egressas do sistema.

Sendo assim, entendemos que os gestores municipais podem e devem ser atores importantes na indução e promoção de políticas voltadas tanto ao desencarceramento, como ao acesso à rede municipal de saúde e assistência social para aqueles que cumprem penas e medidas alternativas à prisão, assim como às pessoas egressas do sistema prisional.

A localização das unidades prisionais nos territórios acarreta importantes impactos no cotidiano das cidades, a exemplo de Porto Alegre, que atualmente conta com nove unidades prisionais – Instituto Psiquiátrico Forense, Cadeia Pública de Porto Alegre, Centro de Triagem de Porto Alegre, Centro de Custódia Hospital Vila Nova, Patronato Lima Drummond, Penitenciária Estadual de Porto Alegre, Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, Instituto Penal Feminino de Porto Alegre e Instituto Penal Miguel Dario – o que corresponde a mais de cinco mil e quinhentas pessoas em cumprimento de pena, sem falar no número de familiares envolvidos.

O cálculo da população municipal, segundo o IBGE, inclui o contingente de homens e mulheres aprisionados, fato que deixa claro que o acesso aos direitos básicos à saúde e assistência devem ser garantidos pelo poder público para essa população.

Em que pese que tradicionalmente a responsabilidade pelas propostas e intervenções na esfera criminal e penitenciária seja conferida aos estados, nos parece que uma gestão pública municipal, comprometida com a construção de uma agenda democrática e cidadã, deve compreender que a prevenção e o combate à criminalidade exige uma postura capaz de superar as respostas retributivas e punitivas em efetivação de direitos das populações historicamente excluídas. Consideramos que cabe ao município a promoção universal do acesso a direitos, com o objetivo de romper um ciclo de violência de Estado que se inicia com a prisão, mas não se restringe somente à pessoa presa ou condenada, mas a todo o seu entorno social. Para tanto, adotamos como referência as **15 propostas de atuação dos municípios**, retiradas da Agenda Municipal para a Justiça Criminal, elaborada pelo Instituto Terra, Cidadania e Liberdade (2017)²².

Desenvolver políticas de combate à discriminação às pessoas egressas ou com processo criminal em curso. Por exemplo, na cidade de São Paulo, a Lei 7.329/69 proíbe pessoas condenadas criminalmente, não importa há quanto tempo, de exercer a profissão de taxistas.

²² <http://itcc.org.br/itcc-lanca-15-propostas-para-atuacao-dos-municipios-na-justica-criminal/>

Outra situação: recentemente a Prefeitura de São Paulo sancionou a Lei 16.612/17, que cria o Programa de Combate a Pichações e diz que qualquer pessoa presa em flagrante ou identificada como pichadora, mesmo sem processo judicial, fica proibida de ser contratada pela administração municipal direta ou indireta, para sempre.

Eliminar a necessidade de apresentar certidões de antecedentes criminais para participar de Conselhos Municipais e outras situações em que essa exigência tenha efeitos discriminatórios. A população selecionada pelo sistema penal deve participar da construção das políticas públicas relacionadas ou não com a justiça criminal.

Investir na formação dos(as) trabalhadores(as) da rede de serviços municipais sobre o atendimento a pessoas submetidas à justiça criminal, pautando a importância da atuação em rede e da não discriminação.

Fomentar formas e espaços de **solução de conflitos horizontais e comunitárias distintas da justiça criminal tradicional**, como a mediação e a justiça restaurativa, oferecendo inclusive formação em práticas restaurativas para quem trabalha na rede de serviços municipais.

Fomentar o diálogo entre a rede municipal de serviços e as Defensorias Públicas Estaduais e da União, visando à criação de encaminhamento padrão dos casos de pessoas que buscam acesso a esses serviços e têm pendências com a justiça criminal.

Cabe ao Município:

Garantir o direito ao transporte gratuito para cumprimento das medidas cautelares impostas judicialmente, como comparecimento periódico ao fórum, e para acesso aos serviços municipais, como CAPS e casas de acolhida.

Garantir a presença nos estabelecimentos prisionais do município de todos os serviços universais, tais como assistência à saúde e assistência social via SUS e SUAS, permitindo a continuidade do atendimento dentro e fora do cárcere.

Garantir o acesso aos serviços municipais de acolhida tanto aos que estão cumprindo pena como aos egressos do sistema prisional.

Garantir o direito de acesso à informação das pessoas em contato com a justiça criminal, para que conheçam a rede de serviços municipais de forma clara, simples e acessível, incentivando a distribuição de cartilhas informativas sobre os serviços disponíveis.

Criar mecanismos municipais de fiscalização dos estabelecimentos prisionais, monitorando denúncias sobre as condições da população encarcerada da cidade, com um olhar atento a grupos especialmente vulneráveis como mulheres, LGBT, indígenas e migrantes.

Criar condições para que os abrigos para crianças e adolescentes separadas de suas mães e pais presos (as) efetivem o **direito à convivência familiar, levando-as para visitar os estabelecimentos prisionais.**

Disponibilizar nos órgãos municipais vagas para prestadores(as) de serviços à comunidade, inclusive no período noturno e nos finais de semana, de forma a contemplar as pessoas que já possuem trabalhos remunerados no horário comercial ou obrigações domésticas.

Ampliar as políticas para mulheres no âmbito municipal para que incluam a **atenção às mulheres em situação de prisão e egressas.**

Criar programas de trabalho para a contratação de pessoas presas ou com passagem pelo sistema criminal em todos os segmentos profissionais, desenvolvendo políticas específicas para que a população egressa tenha condições mínimas de voltar ao trabalho e aplicando a elas a legislação trabalhista vigente.

No que se refere às pessoas que são encaminhadas pelo sistema de justiça criminal para cumprimento de penas alternativas, o município poderá fiscalizar, em parceria com os equipamentos públicos responsáveis pela **gestão das alternativas penais**, os locais de prestação de serviços à comunidade para evitar práticas discriminatórias;

17. Transporte Público:

Enfrentar a máfia dos transportes, defender os rodoviários e garantir direitos

Há consenso entre os técnicos que estudam o transporte urbano que o sistema de ônibus marcha para o colapso em todo o país. Alguns afirmam que isso vai acontecer em menos de uma década. O cenário da pandemia aprofundou tragicamente a situação. A cada dia a crise da mobilidade urbana se aprofunda em Porto Alegre. A política de estímulo ao uso do automóvel individual provoca longos engarrafamentos, o crescimento dos aplicativos de transporte diminui as viagens curtas em ônibus e os problemas são agravados pelo sucateamento do transporte coletivo e pela ausência de integração dos poucos modais disponíveis. À medida que o país é governado por fanáticos, negacionistas e profascistas, o direito básico ao isolamento social durante a pandemia não foi garantido e o transporte público se tornou um dos principais vetores de contaminação da população trabalhadora.

É preciso enfrentar essas circunstâncias com audácia, criatividade e com vistas a garantir esse direito universal da população, não os lucros dos empresários. Atualmente, temos um círculo vicioso: cai o número de usuários, aumenta a passagem, cai ainda mais o número de usuários. Isso acontece num cenário de elevado desemprego, informalidade crescente e salários congelados. Os investimentos públicos necessários à melhoria do sistema não aumentam, ao contrário, escasseiam. Há vinte anos se fala na implantação do metrô e dos corredores expressos, o *Bus Rapid Transit* (BRT), mas a coisa não saiu do papel. E o pior: não há qualquer perspectiva de se viabilizarem nos próximos anos nesses tempos de arrocho fiscal e autoritarismo do desgoverno Bolsonaro. O Trensurb está na mira das privatizações de Bolsonaro e Guedes e o metrô prometido pelos governos petistas não passou de falsas promessas de campanha eleitoral.

Porto Alegre convive com tarifas abusivas, qualidade precária na frota de ônibus e os mesmos empresários que, ilegalmente, há anos acumularam lucros à custa da população. A ausência de transparência é flagrante. Enquanto os custos para a operação do serviço são de conhecimento público, o lucro obtido pelas concessionárias de ônibus permanece um segredo guardado a sete chaves. De acordo com estudo realizado pelo TCE-RS²³, a Capital dos gaúchos apresenta a segunda tarifa mais cara do estado, ficando atrás apenas de Viamão e Gravataí, que têm uma tarifa de R\$ 4,80. A administração da receita advinda da tarifa é feita pelas empresas, por meio da Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP), com precário controle público sobre os dados do sistema.

De acordo com os dados da ATP e EPTC, em 2019, a média mensal de passageiros equivalentes (pagantes) foi de 13,6 milhões, atendida por uma frota de 1.601 ônibus, distribuída entre 4 consórcios privados e a Carris. O consórcio Mob, que envolve as empresas Nortran, Sopal e Navegantes atende a 130 linhas e realiza em média 4.315 viagens/dia; o consórcio Viva Sul comporta as empresas Trevo, VTC, Belém Novo e Restinga com 173 linhas, uma frota de 461 ônibus e uma média de 5.417 viagens/dia; o consórcio Via Leste envolve as empresas VAP e Presidente Vargas, com 53 linhas, uma frota de 185 ônibus e uma média de 2.415 viagens/dia; o consórcio Mais envolve as empresas Sudeste e Gasômetro, com 69 linhas e uma frota de 185 ônibus e em média 2.330 viagens/dia. A Carris, por sua vez, atende 42 linhas com uma frota de 347 ônibus e uma média de 2.779 viagens/dia.

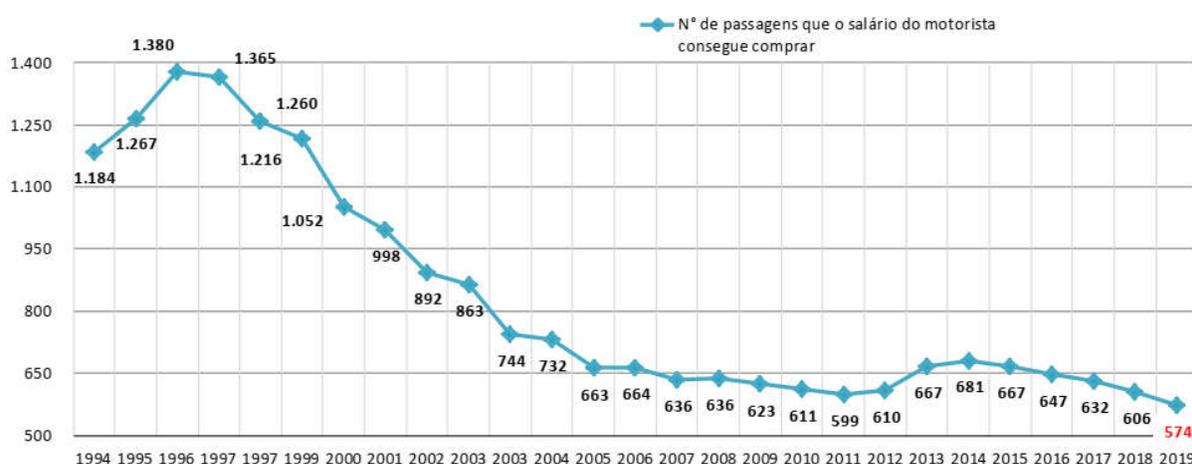
De acordo com a ATP, o sistema em geral oferece 30% de isenções, conta com apenas 38% de ônibus com ar-condicionado (610 veículos), tem 1.304 ônibus com acessibilidade, de um total de 467 linhas que perfazem uma média de 524.879 viagens-mês. O salário dos motoristas em 2019, incluído o Vale Alimentação e Plano de Saúde, ficou em R\$ 2.698,71. O salário dos cobradores em R\$ 1.621,34.

²³ Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS): **Diagnóstico do transporte coletivo urbano por ônibus no estado do Rio Grande do Sul**. Edição 2019.

De acordo com estudo realizado pelo DIEESE²⁴, na série histórica de 1994 a 2019, ano do último reajuste, considerando a tarifa de R\$ 4,70, o valor da tarifa de ônibus de Porto Alegre registra um aumento de 1.170,27%, mais que o dobro da inflação do período, que foi de 455,23%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). Os salários dos motoristas, entretanto, nem de perto acompanharam o ritmo de aumento das tarifas. O reajuste acumulado do piso dos motoristas foi de 516,14%.

Em uma comparação entre o piso do motorista e o valor das passagens nas duas últimas décadas podemos notar que, com a remuneração de hoje, o profissional compra pouco mais da metade do número de passagens (574) que comprava em 1994 (1.184). No gráfico a seguir podemos notar a terrível evolução desta relação:

Nº de passagens que o piso do motorista consegue comprar – 1994 a 2019



Elaboração: DIEESE

Os dados do sistema ônibus de Porto Alegre não deixam qualquer dúvida sobre a crise do atual modelo. De acordo com o TCE, o transporte público de Porto Alegre transportava mensalmente, em 2015, 17,2 milhões de passageiros equivalentes — número que calcula o valor de passagens cheias, ponderando as isenções. Em 2019, esse número caiu para 14,15 milhões. Os cerca de 3,06 milhões de passageiros pagantes que Porto Alegre perdeu por mês significam uma redução de R\$ 14,3 milhões na arrecadação do sistema. A idade média da frota que em 2009 era de apenas 4 anos, hoje é de 8 anos e dois meses, segundo dados da própria Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP)²⁵. A licitação do transporte público da Capital, realizada em 2015, estabelecia a idade máxima de 10 anos por veículo. As empresas não cumpriam essa regra e, em vez da Prefeitura multá-las por descumprirem a lei, decidiu mudar a lei para permitir o uso de ônibus mais velhos. Logo, o número foi elevado para 12 anos (15 para veículos especiais) pelo atual prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB). A parte do lucro relacionada à idade da frota mais do que dobrou com a nova regra, que permitiu às empresas usarem ônibus mais velhos. Em vez de incentivar a melhoria, a Prefeitura premia a falta de qualidade dos serviços.

²⁴ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE): **O desincentivo ao transporte coletivo em Porto Alegre**. Informe DIEESE RS de 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://cutrs.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Transporte-coletivo-Dieese1.pdf>>

²⁵ Disponível em: <<https://www.atppoa.com.br/dados-do-sistema/>>, acesso em 30/08/2020.

Em 2015, sob os efeitos das manifestações populares de junho de 2013, que originalmente tiveram como causa os aumentos de tarifa, foi aprovada a Emenda Constitucional 19/2015, que tornou o transporte urbano gratuito um direito universal do cidadão e colocou na ordem do dia, como obrigação do Estado, a tarifa zero. As pressões políticas geraram novos dispositivos legais que, como se sabe, não estão sendo cumpridos. À época das grandes jornadas de 2013, Porto Alegre foi pioneira em baixar o preço das passagens de ônibus ainda em abril daquele ano, por meio de uma combinação de ação independente do movimento de massas nas ruas e ação jurídico-política da Bancada Municipal do PSOL, naquele ano então representada por Pedro Ruas e Fernanda Melchionna. Enquanto os governos da direita e da esquerda acomodada ao regime responderam às mobilizações com repressão policial, mesmo sem ter a caneta, o PSOL apostou na mobilização e venceu, dando um sinal positivo para a nacionalização das jornadas. Não por acaso, a primeira manifestação realizada em São Paulo tinha à frente uma faixa que dizia "vamos repetir Porto Alegre".

Entretanto, o governo Marchezan caminhou na direção exatamente oposta à garantia deste direito universal conquistado. O primeiro direito retirado pela prefeitura foi a segunda passagem gratuita. Em seguida, em consonância com os interesses dos barões da ATP e à revelia da licitação realizada, Marchezan aumentou a idade mínima para ter o direito dos idosos à isenção na passagem de ônibus. Apenas idosos com mais de 65 anos podem solicitar a isenção, diferente da lei anterior (que vigorava há 30 anos) que tinha como idade mínima 60 anos. Sob a gestão tucana, os ônibus de Porto Alegre voltaram a cobrar passagem dos usuários no 1º de maio, Dia do Trabalhador, após 28 anos ininterruptos de passe-livre, criado em 1989. O benefício era concedido uma vez por mês, preferencialmente em dias de eleições e vacinação infantil, domingos e feriados. O passe livre estava previsto no processo de licitação, assim como a manutenção da meia-passagem para estudantes, que também foi alvo da sanha ultraliberal de Marchezan. Graças à luta dos estudantes, organizados em suas entidades como Grêmios Estudantis, a UMESPA, Diretórios Acadêmicos, o DCE da UFRGS, entre outros, a tentativa de retirar o meio-passe foi barrada. A marca da administração Marchezan foi a retirada de direitos de usuários do sistema de transporte e o arrocho salarial dos trabalhadores rodoviários, incluindo a tentativa de acabar com a profissão dos cobradores, barrada com muita luta da categoria.

Em meio ao descaso com o sistema público de transporte, com o fenômeno da uberização e com um governo de joelhos para a máfia dos transportes, a Capital teve uma redução do índice de passageiros por Km (IPK) de 9,44% entre 2015 e 2019. Somente em 2019, Porto Alegre perdeu cerca de meio milhão de usuários pagantes de ônibus. Com a entrada da pandemia, os números podem ser ainda mais preocupantes.

Por outro lado, de acordo com Representação apresentada ao Ministério Público de Contas, em 4 de agosto de 2020, pela vereadora Karen Santos (PSOL), a então líder do PSOL na Câmara dos Deputados Fernanda Melchionna (PSOL) e o economista André Augustin:

As empresas e consórcios de ônibus que exploram o serviço público de transporte coletivo por ônibus devem aos cofres públicos valor próximo de 60 milhões de reais, contando com a omissão da EPTC e do chefe do Executivo municipal no controle, fiscalização e cobrança tempestiva e eficiente da dívida, o que compromete significativamente o erário e a economia popular.

A Dívida é relativa à taxa de gestão da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). Ela é um somatório desde 2016, portanto não há motivo real para se aventar dificuldades de adimplementos pelos consórcios em decorrência da situação excepcional de pandemia da Covid-19. A Tabela a seguir demonstra a composição da dívida por consórcio:

Consórcio	Dívida atualizada até 30.04.2020 (período 2016- 2019)
MOB - Lote 1	R\$ 1.537.885,75
MOB – lote 2	R\$ 1.702.659,22
Sul – lote 3	R\$ 16.350.478,57
Sul – lote 4	R\$ 14.208.854,17
Via Leste – lote 5	R\$ 11.634.786,38
Mais – lote 6	R\$ 12.149.599,94
Carris	R\$ 2.277.797,74
TOTAL	R\$ 59.862.061,77

Dívida por consórcio relativa à taxa de gestão da CCT no período de 2016 até 2019, atualizada até abril de 2020
Fonte: Representação ao MPC

Com a "bondade" da Administração Municipal frente a dívidas milionárias das empresas, estes valores estão sendo repassados aos usuários do Sistema de Transporte Público de ônibus por meio da cobrança na passagem paga e não repassada à EPTC, o que configura ato lesivo ao Patrimônio Público e omissão na fiscalização pelo Município de Porto Alegre e pela EPTC.

Além disso, frente à proporção da crise do modelo atual, a política do governo Marchezan foi de repassar o prejuízo das empresas privadas para a Carris, precarizando a empresa pública e assumindo as linhas que as empresas consideravam menos lucrativas.

17.1 Combater a Precarização da Carris

De 2009 a 2018 o IPK da Carris caiu de 2,6 para 1,82, uma queda de 30%. Só essa redução do IPK eleva a tarifa em 42%. A Empresa, entre 2009 e 2018, teve uma redução de 32% do número de passageiros equivalentes, ou seja, sua receita bruta diminuiu quase um terço em relação a 2009. Nos últimos anos, a Carris tem apresentado sucessivos déficits em seus balanços, acumulando em sete anos, a preços atualizados, um déficit de R\$334,2 milhões:

Ano	Déficit em R\$	Valores atualizados 2020
2013	30,29 milhões	43,40 milhões
2014	43,5 milhões	58,7 milhões
2015	50,7 milhões	62,7 milhões
2016	74,2 milhões	84,5 milhões

2017	43,2 milhões	47,5 milhões
2018	19,2 milhões	20,4 milhões
2019	16,5 milhões	17,0 milhões
TOTAL	277,59 milhões	334,2 milhões

Balanço da Carris.

17.2 Tarifa Zero

Em 2018 o IBGE divulgou um dado alarmante: pela primeira vez na série histórica de 1975 a 2018, pesquisas que avaliam o orçamento e as despesas familiares (POF/Endef) apontaram que os gastos das famílias com transporte ultrapassaram os gastos com alimentação.

Pelo impacto significativo no orçamento familiar, o alto custo da passagem de transporte público nega direitos a uma parcela da população. Diante do déficit de vagas em escolas públicas próximas dos locais de moradia dos estudantes, combinado a um modelo insustentável de gestão e financiamento do transporte público, o custo do transporte público coletivo é um fator chave para compreendermos as evasões escolares dos estudantes de menor renda. E também para compreendermos as dificuldades de acesso a emprego e renda para moradores de regiões periféricas.

Não há exemplo no mundo de serviço de transporte eficiente sem que sejam aportados subsídios públicos substanciais. Todavia, a situação do transporte público em Porto Alegre não permite colocar simplesmente na ordem do dia a transferência de recursos públicos, que apenas servirão para ampliar ainda mais os lucros das empresas concessionárias do serviço de transporte sem oferecer qualquer contrapartida aos usuários.

Em Porto Alegre, é preciso promover uma reestruturação completa no sistema do transporte público coletivo. É preciso abrir e destrinchar a “caixa preta” das receitas e dos custos de operação do sistema de transporte público, rever o modelo de licitação, corrigir as distorções dos elementos de composição dos custos tarifários, que inclui no valor das passagens, por exemplo, os custos administrativos da EPTC, órgão que tem como função organizar a totalidade do trânsito da cidade e não apenas o sistema de transporte público coletivo. E, principalmente, é preciso combater as irregularidades nas planilhas de prestação de contas do sistema de transporte coletivo.

Para se resolver definitivamente o impasse sobre como e quem deve pagar a conta do transporte público, é fundamental garantir que a transparência, a captação e sistematização dos dados que integram o sistema de transporte público permaneçam sob a tutela da gestão municipal. Observa-se ainda que essa prática aponta para um melhor planejamento do sistema a ser implementado a médio e longo prazos visando a sua sustentabilidade, e a construção de convergências em torno das propostas de subsídio e de novos mecanismos de financiamento.

Apesar do crescente debate sobre o transporte enquanto um direito social que visa à garantia do acesso à cidade, no Brasil e no mundo ainda são poucos os lugares que se dispuseram a encarar a tarifa zero como política pública prioritária. Além disso, as fórmulas adotadas nem sempre podem ser replicadas, podendo significar uma dificuldade extra para a implementação dessa agenda em larga escala. Recentemente, Luxemburgo tornou-se o primeiro país no mundo a instituir a gratuidade em todas as modalidades de transporte público coletivo, todavia sua população é quase 2,5 vezes menor do que a população de Porto Alegre, o que torna possível atender com maior facilidade a demanda por

transporte com um número pequeno de veículos. A cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, também conseguiu implementar a tarifa zero, mas além de contar com uma população numericamente equivalente à população de Luxemburgo, o serviço de transporte na cidade é financiado pelos royalties de petróleo devidos ao município. Além disso, o custo mensal com o transporte público coletivo de Maricá não chega a 2% dos custos apontados pelas empresas concessionárias em Porto Alegre.

Apesar das dificuldades encontradas em uma cidade cujo custo mensal do serviço de transporte coletivo gira em torno dos R\$66 milhões, temos disposição para encontrar a fórmula que fará possível ofertar aos porto-alegrenses, a médio prazo, um serviço público de transporte com qualidade e custo acessível. E progressivamente, a partir de uma diversidade de fontes de recurso, transformar Porto Alegre na capital do passe livre. Para isso, precisaremos refundar junto com a população o sistema de financiamento do transporte público coletivo, simultaneamente associado à necessidade de promover o redesenho da mobilidade urbana da cidade como um todo. E gradativamente, propor mecanismos capazes de retomar o protagonismo da CARRIS, qualificando sua gestão e aprimorando instrumentos de controle social, uma vez que, por ser uma empresa pública, onde a Prefeitura Municipal detém o controle acionário, a Carris sempre estará sujeita a um maior comprometimento com a transparência na gestão e no controle dos recursos públicos.

17.3 Mobilidade urbana

Diariamente, por diversas razões as pessoas realizam deslocamentos pela cidade. A mobilidade urbana, que integra o conceito de direito à cidade, diz respeito não apenas à circulação para o trabalho, mas também para o acesso ao lazer, à cultura, à saúde, à educação, sendo a via de aproximação aos principais direitos constitucionais, na medida em que a segurança e fluidez da circulação significam também a melhoria das condições de vida da população e a garantia de inclusão socioterritorial.

Em Porto Alegre, o serviço de transporte está organizado por ônibus urbanos e metropolitanos, transporte hidroviário e trem metropolitano. A qualidade ofertada pelo serviço de ônibus há anos vem se deteriorando. Segundo a Pesquisa de Origem e destino de Porto Alegre, elaborado pela EPTC com referência no ano de 2003, 43% das viagens diárias dos residentes de Porto Alegre são realizadas com o transporte público coletivo. Enquanto que o principal fator para a não utilização do transporte público coletivo é o trajeto (45,63%), inclusive nos casos em que os trajetos são muito curtos e acabam não justificando a utilização desse modal. E o segundo fator preponderante diz respeito ao conforto (26,58). O fato de não existir pesquisa mais recente sobre as demandas de circulação das pessoas residentes em Porto Alegre diz muito sobre o descaso com a situação da mobilidade urbana na cidade.

Dentro desse horizonte temporal, a frota de veículos automotivos individuais cresceu cerca de 43% no município entre os anos de 2007 e 2020, segundo dados do Detran-RS. Porto Alegre hoje conta com 846.358 veículos, ou o equivalente à 1,75 habitantes por veículo conforme estimativa populacional do IBGE para o ano de 2020. Acrescente-se a esse crescimento vertiginoso o fato de possuímos três de nossos bairros mais populosos localizados na periferia da cidade. Juntos, os bairros Sarandi, Lomba do Pinheiro e Restinga representam cerca de 10% da população do município, e boa parte dela precisa fazer deslocamentos diários para o centro da cidade e também para as cidades da região metropolitana.

Desde 2015 temos visto o ingresso no mercado de transporte de Porto Alegre das operadoras de transporte individual por aplicativo, ampliando ainda mais o tráfego de veículos automotivos nas vias públicas e por consequência, os engarrafamentos. Pelos impactos que geram no trânsito, as empresas de aplicativos de transporte com atuação no município também precisam contribuir com os custos da mobilidade urbana, no entanto ainda não há regramento específico para isso em Porto Alegre. Uma alternativa para corrigir essa distorção seria estabelecer uma taxa diferenciada para circulação nas vias

onde houver disponibilidade e sobreposição com as linhas da rede de ônibus da capital. Esta medida poderia contribuir com a reparação de um sistema de transporte desigual, marcado pelo deslocamento ineficiente e excludente.

O transporte cicloviário é uma alternativa de mobilidade para deslocamentos de menor distância. Mas, atualmente a cidade possui apenas 46km de ciclovias, número bastante inferior aos 495km gravados no Plano Diretor Cicloviário, além disso, a malha existente é bastante desconexa e não oferece condições mínimas de segurança para os usuários, principalmente fora das áreas centrais da cidade, onde estão concentradas as redes de ciclovias já implantadas. Também as ações de educação no trânsito promovidas pela EPTC não têm sido capazes de instituir uma cultura de proteção aos condutores de bicicleta que assegure a distância mínima para os ciclistas nas vias. Em 2019, a EPTC registrou 192 acidentes envolvendo bicicletas. Embora o número de vítimas fatais tenha reduzido em relação ao ano anterior, o número de pessoas feridas registrou crescimento entre 2016 e 2019.

Os passeios públicos para a circulação de pedestres, cuja conservação compete aos proprietários dos lotes, apresentam más condições de utilização e também expressam a falta de cuidado na disposição do mobiliário urbano da cidade, ampliando as barreiras aos deslocamentos a pé e aos deslocamento das pessoas com deficiência.

O transporte público coletivo é o modal estruturador da mobilidade urbana no nosso programa. E ele deverá ser pautado desde o âmbito do planejamento como um todo, e não apenas a partir de um debate que se restrinja à viabilidade da gestão econômico-financeira de um modelo falido de concessão do serviço de transporte, e que sequer atenta para as dinâmicas intermunicipais próprias de uma capital metropolitana. Esta é uma medida fundamental para que possamos tornar o transporte público coletivo mais atrativo frente à tendência de utilização de automóveis individuais para deslocamentos cotidianos justificada por motivos de trajeto, conforto e tarifa.

O conjunto de diferentes modalidades de transportes de Porto Alegre nunca foi planejado como um sistema único, de forma que no campo operacional é importante promover a reestruturação do desenho do sistema, colocando sobre a mesa todos os modais de transporte disponíveis, de forma a evitar as sobreposições de linhas com o mesmo destino, que acabam gerando irracionalidades e congestionamentos em determinadas regiões da cidade e ausência de cobertura em outros pontos do sistema de transporte. Esses problemas podem ser resolvidos com uma maior racionalidade amparada em estudos e pesquisas sobre a origem e destino dos deslocamentos e contagem volumétrica que possibilite a utilização de modelos de frota de veículos mais adequados às demandas pelo transporte público coletivo e seletivo. A partir do sistema eletrônico de bilhetagem já disponível é possível coletar parte dessas informações de forma imediata e dar início a uma força tarefa com comando do quadro técnico e participação popular ativa visando a melhoria do sistema.

Consolidar o caráter de mobilidade multimodal na cidade em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, tal como requerem as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; ampliar a inclusão socioterritorial através do planejamento democrático da integração dos diferentes modais de transporte na cidade, inclusive com atenção à integração metropolitana, desenvolvido com a participação efetiva das comunidades envolvidas, buscando soluções que atendam as necessidades da maioria dos usuários, são os pontos centrais no nosso programa de mobilidade urbana.

17.4 Segurança e direitos para motoristas e entregadores de Apps²⁶

As megaempresas de aplicativos de mobilidade urbana estão operando no Brasil desde maio de 2014. Tais empresas são sempre muito sedutoras na hora de atrair os motoristas, pois prometem a falácia do "empreendedor de si mesmo", porém os motoristas se endividam, não conseguem manter seus veículos e muitas vezes saem das plataformas com prestações a pagar, sem considerar o desgaste físico e emocional acima da média de outras atividades. Para as empresas, entretanto, isso pouco importa, pois seus faturamentos bilionários no mercado financeiro independe do bem-estar de seus trabalhadores. A gestão operacional normalmente faz que o motorista pague sempre a conta e os aplicativos não percam nunca.

As empresas também usam o argumento do livre mercado, para praticarem descontos e reduções de tarifas, com o objetivo de cativar os passageiros. O problema dessa prática de redução é que os motoristas não suportam mais as tarifas abaixo do valor mínimo para sustentarem seus carros e ainda obterem sua remuneração. A consequência é motoristas insatisfeitos e com dificuldades e passageiros também insatisfeitos alimentando um ciclo vicioso, onde os lucros das grandes empresas é mais importante que a qualidade e a segurança de motoristas e usuários.

Para piorar, à medida que as empresas de aplicativos foram se popularizando em todas as cidades do país a violência cresceu contra os motoristas. No cenário atual, o motorista está em constante risco, chegando ao ponto das seguradoras superfaturarem o valor do prêmio pago pelos motoristas de app ou simplesmente negarem o seguro. Há casos de motoristas que foram roubados repetidas vezes. Botões de pânico e câmeras de monitoramento já estão em prática em algumas cidades e obtendo uma redução extremamente significativa na violência contra o motorista. Esta deve ser uma medida emergencial.

Além disso, muitos motoristas reclamam que estão sendo bloqueados e banidos das plataformas sem serem ouvidos, bastando que um passageiro, por vezes mal intencionado, faça uma reclamação. Os trabalhadores são "atendidos" por robôs dotados de inteligência artificial, que analisam palavras e devolvem textos prontos, frios. O sustento de uma família pode ser afetado e não pode ser entregue à fria análise de algoritmos. Ninguém pode ser culpado antes de dar a sua versão dos fatos.

Atrás de cada volante existe um ser humano que inicia seu trabalho sem nenhuma orientação de como proceder em situações adversas, nem mesmo como mexer no aplicativo, e no caso de falha não tem a chance de aprender com seus erros ou se justificar objetivando a melhora de todo o sistema de atendimento ao público. Nenhum treinamento é fornecido, nem antes, nem durante o processo, apenas normas de conduta ditadas pelas empresas, disponíveis em meio eletrônico, que mudam a toda hora ao sabor da concorrência ou da análise dos marqueteiros que determinam as diretrizes e decidem quem pode ou não trabalhar.

Por isso, estamos propondo para o diálogo com os trabalhadores a criação de um **Aplicativo Público Municipal (Baita App)**. Por meio do fortalecimento da Procempa (e contra sua privatização), onde possam se cadastrar motoristas para transportes de passageiros e entregadores para entrega de mercadorias. Para viabilizar a infraestrutura e os recursos humanos, criaremos uma taxa municipal de 5% sobre as corridas e as entregas (que serão destinadas ao Fundo Único Municipal de Transporte), deixando 95% para os trabalhadores e combatendo a precarização que promovem as grandes empresas do setor.

Esta plataforma também estaria aberta para o livre ingresso de taxistas, visto que com a pandemia houve uma queda brutal na demanda por táxis no município. Além disso, também seria possível criar

²⁶ Este ponto foi escrito com base em um projeto público feito pelo motorista Denis Moura da AMPA-RJ, que já conta com o apoio de 16 entidades de motoristas de Aplicativos: AMPA/RJ - AMPAB/RJ - AMASP/SP - AMAPE/PE - ALMA/RS - AMBRASE/RJ - AMOAPLIC/JF.MG - AMPIP/ CE - AMASC/SP - FANMA/MG - ASMAPP/SP - AMAAP/TO - AMAPES/VIT.ES - AMPABA/BA - UNMA/CTBA - AMASUL/CDI.ES

pontos de bicicletas com baús, que poderão ser usadas pelos entregadores, garantindo nesse mesmo ponto da cidade um local de descanso com internet livre e espaços dignos para a espera entre uma entrega e outra. O **Baita App**, além de desonerar os motoristas de ICMS e cobrar uma taxa módica, também garantiria um sistema integrado entre a Procempa e o Centro de Monitoramento da Guarda Municipal que traria muito mais segurança a motoristas e usuários. Podemos com isso estabelecer uma concorrência entre o App Público e os privados, obrigando as empresas a se ajustarem ao padrão de qualidade, segurança e direitos que a Prefeitura oferece.

Baseados nas reivindicações dos trabalhadores, apresentamos uma série de propostas para o debate com a categoria:

Diminuição das taxas de ICMS hoje cobradas dos motoristas de App;

Respeito aos motoristas e diálogo entre a Prefeitura e a categoria;

Tirar do papel a Lei que cria Áreas de Embarque e Desembarque em locais de eventos e locais públicos como Shoppings, Aeroporto etc;

Criação junto às instituições de Segurança Pública de uma ouvidoria de detalhamento dos crimes contra motoristas de app, para que possam ser realizados levantamentos estatísticos que gerem ações e políticas públicas para coibir os crimes contra motoristas de app;

Criação de lei específica para que os aplicativos aumentem a segurança no cadastro dos clientes, incluindo foto, pedindo self, como é feito com o motorista, gerando senha por corrida, além de outras tecnologias já disponíveis, e não permitindo que o cliente se cadastre com apelidos ou outro nome que não seja o seu nome completo, vedando o uso destas informações por parte das empresas;

As corridas para terceiros ficam restritas a pessoas previamente cadastradas no app do cliente. Toda corrida para terceiro deve ser informada via app pelo cliente e fica a critério do motorista aceitar ou não a corrida sem prejuízo da sua taxa de cancelamento;

O aplicativo deve deixar a critério do motorista a escolha de como quer receber o valor da corrida. Como já é feito em alguns aplicativos;

O aplicativo deve dar informações do cliente antes da aceitação da corrida. Tais como nota, número de corridas.

Atualmente os índices são alarmantes, diariamente motoristas são assaltados e infelizmente até mortos. Sabemos que a segurança é uma questão do Estado, contudo as empresas de aplicativos com sua alta tecnologia podem ajudar a aumentar a segurança dos motoristas.

17.5 Programa Transporte Público Bom e Barato

O povo não é sardinha para andar enlatado. Fiscalização rigorosa dos horários e lotação máxima nos ônibus. Exigência de número suficiente de frotas para cumprimento dos horários sem pressão e sobrecarga dos motoristas e cobradores.

Auditoria independente nas empresas privadas de transporte público para corrigir possíveis fraudes, desvios e ineficiências operacionais, reduzindo a necessidade de aumento das tarifas.

Criar Fundo Único Municipal da Mobilidade Urbana centralizando 40% das multas de trânsito da EPTC (cujo total foi cerca de 80 milhões no ano de 2019), a cobrança dos 60 milhões das dívidas (CCT) das empresas de ônibus (2017-2019), o recurso proveniente dos Estacionamentos (R\$1.019.852,00), da cota do município sobre o IPVA (cujos repasses chegaram a mais de R\$211 milhões no ano de 2019), da locação de espaço publicitário nas paradas e corredores de ônibus, da Taxa de Mobilidade Urbana, da Taxa do Aplicativo Público para motoristas e entregadores, com vistas a garantir o Plano Cicloviário

Municipal, o Passe Livre para estudantes, pessoas com mais de 60 anos e para os desempregados por conta da Covid-19 que estejam em busca de emprego, promover as políticas de educação para o trânsito e realizar a manutenção do sistema viário municipal.

Criar Conselho de Usuários do Transporte Público Coletivo. Instância de participação popular com poder deliberativo nos debates sobre a composição e custo tarifário, para avaliar a qualidade dos serviços prestados e fiscalizar as obrigações contratuais das operadoras do serviço.

Controle público sobre os recursos do cartão TRI, recebidos todo mês antecipadamente, controlados pelo poder público e não pelas empresas. Utilização do rendimento destes recursos para baratear a passagem.

Reavaliar a licitação do transporte público coletivo, que apenas serviu para aumentar as tarifas acima da inflação e para “regularizar” as empresas, que lucraram ilegalmente nos últimos anos. Cobrar o cumprimento das determinações de contrato. Avaliar a ampliação do número de lotes/bacias e a criação de sub-bacias, possibilitando a concorrência de empresas menores.

Criação da Taxa de Mobilidade Urbana a ser cobrada de empresas e órgãos públicos federais, estaduais e municipais com sede, filial ou qualquer estabelecimento no Município de Porto Alegre, por cada um de seus funcionários ou servidores, que em substituição ao vale transporte, terão cartão de passe livre nos ônibus de Porto Alegre. Sendo responsável tributário pelo recolhimento o empregador pessoa física ou jurídica. As empresas deixariam de comprar o vale transporte e repassariam o valor correspondente à Prefeitura, garantindo que os trabalhadores possam ter seu transporte assegurado.

Buscar a ampliação da cobertura e as frequências das linhas que atendem os bairros da cidade para evitar que os usuários precisem caminhar quilômetros até encontrar um ponto de ônibus. Avaliar a criação de uma linha direta entre a região da Lomba do Pinheiro e a Zona Norte de Porto Alegre.

Oferecimento de linhas alternativas de ônibus durante o final de semana e à noite, com linhas 24h, dando maior segurança ao evitar que os usuários esperem nas paradas por longos períodos e facilitando o deslocamento para os locais de lazer da cidade.

Ampliação da oferta de linhas diretas e semidiretas nos horários de pico do movimento para os bairros mais distantes do Centro da cidade e buscar a implantação de faixa exclusiva para os ônibus que trafegam pela *freeway* em direção à Zona Norte durante os horários de maior movimento.

Qualificação da frota de veículos do Transporte Público Coletivo. Buscar a acessibilidade universal da frota, a adoção do uso de energias renováveis e substituição gradual dos combustíveis fósseis por outros com menor potencial de emissão de gases de efeito estufa e da poluição atmosférica em geral.

Capacitação permanente de motoristas e cobradores do transporte público coletivo para melhorar os serviços prestados aos passageiros.

Fortalecer a Carris, melhorar a qualidade dos serviços, cortar o excesso de cargos de confiança e ampliar a democracia interna com a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, buscando cada vez mais o controle público do Sistema de transporte.

17.6 Programa Mobilidade Integral

Liderar a criação de órgão para gestão integrada do transporte público metropolitano, composto pelos órgãos e secretarias municipais de mobilidade das cidades da região metropolitana interligadas por transporte público onde haja movimentações pendulares de usuários.

Reorganizar a EPTC e a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana. Avaliar a estrutura organizacional e as competências da Empresa Pública de Transporte e Circulação e da Secretaria de Mobilidade Urbana visando o planejamento integrado das políticas municipais de mobilidade urbana.

Revisão e execução do Plano Diretor Ciclovitário, com a construção de novas ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas em regiões definidas em conjunto com movimentos cicloativistas e garantia de aplicação de 20% da arrecadação das multas de trânsito para a implantação dos projetos.

Rede de vias cicláveis, com ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas. Incentivo ao uso de bicicleta implementando uma rede conexa e contínua para uso de transporte ativo não motorizado, com sinalizações adequadas e normas de circulação, infraestrutura de apoio com pequenas oficinas públicas distribuídas estrategicamente e locais adequados para estacionamento e guarda de bicicletas.

Transporte ciclo amigável, com implantação em larga escala de estrutura para transporte de bicicletas nos ônibus.

Aprimorar o serviço de geolocalização dos ônibus e lotações associado a aplicativo que realmente oriente os passageiros em suas viagens, para acompanhamento, em tempo real, da posição dos veículos, tendo a finalidade de reduzir o tempo de espera dos usuários nos pontos de embarque e desembarque.

Desestimular o trânsito de automóveis individuais em áreas do Centro Histórico, com exceção para veículos de segurança, de emergência, de moradores locais e do transporte público, fomentando a mobilidade ativa e o acesso pela rede de transporte público coletivo.

Abrir novos estacionamentos públicos, junto a pontos de integração com a rede de transporte público coletivo, com preços acessíveis, e estudar a proibição de estacionamento em vias de grande fluxo.

Investir mais na melhoria e manutenção das ruas e avenidas para além das tradicionais “operações tapa-buracos” para aumentar a segurança e o conforto de motoristas, passageiros e pedestres.

Estudar a implantação de uma via rápida para ligar a região do Porto Seco, a avenida Assis Brasil e a Freeway, na Zona Norte da cidade, para facilitar o deslocamento de veículos, inclusive de transporte de cargas.

Melhoria da fiscalização do sistema de táxi, com a criação de um aplicativo da prefeitura que possibilite a avaliação do serviço pelo usuário, a exemplo dos modelos privados que já existem.

Ampliação do sistema de transporte hidroviário para atender a região das Ilhas e a Zonal Sul da cidade. O sistema deve se articular com rotas e demandas de outras cidades para permitir a consolidação de um Sistema de Transporte Público Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso, como prevê o projeto 348/2015, do deputado estadual do PSOL, Pedro Ruas.

Criar zonas de restrição à circulação de transporte de grandes cargas. Desenvolver plano municipal de logística urbana, com criação de miniterminais de carga e descarga, e zonas de controle à circulação dos diferentes portes de veículos de carga, com vistas a minimizar os impactos no trânsito, na infraestrutura viária, e os conflitos entre os diferentes modais de transporte.

Contra a privatização do TRENURB e seguimento da luta pelo metrô em Porto Alegre. Avaliar e revisar a viabilidade de execução do Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana, que prevê a construção de linha de metrô no anel formado pelas avenidas Farrapos, Assis Brasil, Manoel Elias, Bento Gonçalves e Borges de Medeiros. Buscar apoio, inclusive financeiro, tendo como horizonte a implementação do metrô leve.

17.7 Programa Acessibilidade para todas e todos

Estabelecer a educação para o trânsito como uma das prioridades da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), dando ênfase à necessidade de cuidado com pedestres e ciclistas. Realizar campanhas permanentes que abordem os principais elementos de risco para o trânsito, como o desrespeito às sinalizações e aos limites de velocidade estabelecidos, e respeito à Lei Seca.

Caminho Acessível. Ampliar a gestão pública sobre as calçadas e promover melhorias e ampliação da largura de calçadas, principalmente daquelas que não atendam aos padrões de acessibilidade universal, dando garantia de calçadas contínuas e acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida e para carrinhos de bebê e a padronização da pavimentação.

Caminho seguro para a escola. Realizar a melhoria da sinalização e de mecanismos de controle de tráfego e velocidade no entorno das escolas.

Qualificar constantemente os terminais de transbordo de passageiros, com oferta de melhores serviços aos usuários, com percursos acessíveis, com estacionamentos e bicicletários seguros, e maior integração tanto entre as linhas urbanas quanto as intermunicipais.

Incentivo ao aumento de mulheres motoristas de táxi e aplicativos, propiciando mais tranquilidade para as usuárias do sistema.

Ampliação do benefício de passe livre municipal para pacientes oncológicos residentes no município, em tratamento de quimioterapia, radioterapia e cobalterapia.

DADOS DO SISTEMA ÔNIBUS DE PORTO ALEGRE

2009/2018

Número de passageiros/equivalentes em 2009

2009 – 235,3 milhões

IPK 2009 – 2,05

Número de passageiros/equivalentes em 2018

2018 – 170,9 milhões

IPK 2018 – 1,62

O número de passageiros/equivalentes diminuiu no período 27,3% e o IPK diminuiu 21,0%.

LOTAÇÕES

O número de passageiros transportados também diminuiu de 17,7 milhões de passageiros em 2009 para 13,2 milhões em 2018, menos 25,4%

18. MEIO AMBIENTE

Este texto é uma síntese dos debates sobre Meio Ambiente, de onde saíram propostas com as contribuições da setorial ecossocialista do PSOL/RS, do PCB, da UP, do Instituto Ingá, e também, do grupo de discussão (GD) criado nesta pré-campanha para desenvolver o tema acerca da cidade. Tendo como base o acúmulo do programa defendido por Luciana Genro na campanha eleitoral de 2016.

Porto Alegre é reconhecida pela arborização e pelo pioneirismo da luta em defesa do ambiente. A luta ambiental em Porto Alegre, que teve José Lutzenberger, prêmio Nobel alternativo, entre seus líderes, ganhou apoio da população e em 1976 levou à constituição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM), mas infelizmente ela vem sendo sucateada.

Serviços importantes, como a produção de mudas e a poda de árvores, foram terceirizados e desde 1993 não há concurso para contratação de servidores para a área de manejo, responsáveis pela preservação da saúde das árvores.

Pelo menos 25% dos 48 mil hectares que formam o território de Porto Alegre correspondem a áreas naturais e rurais, que desempenham funções ecológicas e econômicas essenciais. Algumas delas são consideradas Áreas Prioritárias para a Biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente.

O município possui ainda 44 arroios, que devido à falta de programas de conservação chegam poluídos ao lago Guaíba e prejudicam a qualidade da água captada para o abastecimento da cidade e a alimentação de diversas espécies de peixes.

Com a implantação do projeto de Megamineração-Mina Guaíba, no leito do Rio Jacuí, tende a se agravar ainda mais a poluição no lago Guaíba, trazendo inúmeras consequências para a vida dos porto-alegrenses. A prefeitura de Porto Alegre deve ser uma trincheira na luta contra a implantação dos projetos das megamineradoras aqui no estado.

Porto Alegre fica no encontro dos biomas Pampa e Mata Atlântica, numa região que reúne mais de 1,2 mil espécies de plantas em matas, campos e banhados, das quais 68 estão ameaçadas de extinção.

Na mesma linha, as unidades de conservação (UCs), como os parques municipais Saint-Hilaire e Morro do Osso, a Reserva Biológica do Lami e o Refúgio da Vida Silvestre do Morro São Pedro, sofrem com a falta de técnicos, guarda-parques e funcionários administrativos. Inclusive, em meio à pandemia, o governo Marchezan exonerou a gestora da reserva biológica do Lami e o chefe das duas unidades de conservação da prefeitura.

Entre as diretrizes para uma política municipal de preservação ambiental, destacamos:

Incentivo a **cinturões agroecológicos** em torno das cidades, tornando essas áreas exclusivas para práticas agrícolas de base ecológica (p. ex. Sistemas Agroflorestais, agricultura Sintrópica ou Biodinâmica, Permacultura e Agroecologia), tornando fácil o acesso da população aos alimentos produzidos no município e estimulando técnicas agrícolas saudáveis ao meio ambiente e à saúde humana.

Apoio total a agricultores agroecológicos, às feiras de orgânicos e agroecológicos, aos Caminhos Rurais, ao turismo rural e ecológico.

Promoção de políticas direcionadas aos produtores rurais que facilitem o licenciamento, transporte e comercialização da produção agrícola do município.

O Projeto Integrado Socioambiental (PISA), embora tenha sido positivo por ampliar o índice de tratamento de esgotos em Porto Alegre, promoveu uma forte concentração do processamento de efluentes no bairro Serraria, na Zona Sul da cidade. Assim, propomos a **criação de uma Área de**

Proteção Ambiental na região, que recebeu a principal estação de tratamento de esgotos do sistema, como forma de garantir a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais locais.

Elaboração de um plano de emergência contra desastres climáticos a partir da implantação de uma rede de equipamentos meteorológicos para previsão de eventos extremos e da criação de um grupo multidisciplinar, composto por diversos órgãos municipais e representantes de instituições de ensino e pesquisa, para elaborar programas de prevenção.

Recuperar e ampliar o sistema de monitoramento da qualidade do ar na cidade e estimular o uso de combustíveis com níveis reduzidos de emissões, em especial na frota própria da Prefeitura e nos ônibus da Carris.

Implantação de um sistema de geoprocessamento para integrar dados de diferentes fontes e permitir uma gestão mais eficiente dos processos de planejamento urbano e licenciamento ambiental.

Ampliar a autonomia e a representação popular no Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como reforçar a participação do colegiado nas discussões a respeito de planejamento urbano e ambiental, a exemplo do Plano Diretor.

Estabelecer critérios socioambientais nas licitações para aquisição de produtos e serviços de terceiros.

Desenvolver campanhas permanentes de educação ambiental nas escolas municipais e nos bairros da cidade, em parceria com organizações comunitárias e associações de moradores.

Determinar que os novos empreendimentos imobiliários incluam sistemas de captação e utilização de água da chuva nos serviços de limpeza e estimular a implantação do modelo nas construções mais antigas.

Utilização de mudas de frutíferas nativas na arborização de vias e praças públicas.

Tombar como patrimônio natural todas as nascentes do município, incluindo as existentes no perímetro urbano e criar um plano de recuperação dessas áreas para um futuro uso das águas para o abastecimento urbano.

Recuperação dos rios, riachos e córregos das áreas urbanas, criando área pública de interação permanente em suas margens.

É fundamental romper com o atual paradigma relativo ao desperdício, gerado pelo modelo de sociedade de consumo, que é estimulado pelos meios de comunicação e pelos governos;

Porto Alegre precisa e merece uma prefeitura responsável, comprometida com a "**política dos 3 erres**": redução, reuso e reciclagem;

A prefeitura deve reverter o processo de sucateamento do DMLU e garantir o controle público sobre a gestão dos resíduos sólidos em Porto Alegre. É preciso fiscalizar as empresas terceirizadas, ter concursos públicos e estimular a prestação de serviço por cooperativas verdadeiras;

Criar gradualmente a Coleta Seletiva Solidária, em parceria com os catadores, implementando um projeto de complementaridade e futura substituição da atual coleta seletiva domiciliar, que hoje é feita por terceirizadas;

Coleta seletiva de resíduos, como óleo de cozinha e garrafas pet;

Educação ambiental permanente e transversal sobre todos os aspectos inerentes ao Meio Ambiente, com campanhas de conscientização permanente;

Elaborar programa de compostagem doméstica em Porto Alegre, cujo principal objetivo é reduzir a quantidade de resíduos enviados aos aterros. Inclusive, com as coletas de resíduos de podas e limpezas urbanas;

Promover ações para o fomento da cadeia produtiva do biogás. Essa medida visa a tornar Porto Alegre uma cidade mais sintonizada com procedimentos sustentáveis ao estimular a captação de biogás (metano) proveniente de resíduos urbanos;

Criação do "Dia do Bota-fora" nas vilas populares de Porto Alegre para o recolhimento mensal em caminhões da Prefeitura, de móveis e eletrodomésticos inservíveis, restos de material de construção e outros objetos que precisam ser descartados pelos moradores;

Retomar em sua integralidade as prerrogativas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS), hoje completamente sucateada.

19. DIREITO DOS ANIMAIS

Uma prefeitura voltada aos interesses da população deve ter em seu programa o cuidado com os animais como uma diretriz básica de governo. As populações mais pobres não conseguem acessar a vacinação e a castração pelo alto custo dos procedimentos, gerando cães e gatos abandonados pelas ruas da cidade, que, além de cruel, pode ser uma fonte de transmissão de doenças à população pela absoluta falta de cuidados a que estão submetidos.

A criação da Secretaria dos Direitos Animais (SEDA), por meio da Lei Municipal 11.101, de 25 de julho de 2011, foi apoiada pelo PSOL. Entretanto, a reforma administrativa de Marchezan acabou com a SEDA, colando o tema em uma Diretoria Geral dos Direitos dos Animais, subordinada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, sem estruturação transversal, com poucos recursos, interrompendo uma inovação importante do município.

Embora mantida a Unidade de Saúde Animal Victoria, localizada na Lomba do Pinheiro, onde está o canil e o centro que realiza atendimentos e esterilizações, sobram relatos da falta de estrutura para atender a demanda, assim como a desinformação da população acerca dos procedimentos ali realizados. O governo Marchezan reduziu drasticamente a capacidade da equipe. Cerca de 50% dos cargos de veterinários foram deslocados para outros setores, das 10 equipes iniciais de fiscalização de situações de maus tratos, apenas 2 estão em funcionamento. A marcação dos procedimentos é realizada pelo telefone 156 e só quem tem direito de utilizar os recursos da Unidade são os beneficiários da Bolsa Família. Além disso, Marchezan tentou de todas as maneiras privatizar a gestão da Unidade.

Defendemos que a gestão pública, no mínimo, deva dobrar a equipe de veterinários e técnicos e buscar realizar um diagnóstico por região da cidade, apoiado pelo trabalho do CRAS e CREAS, visando projetar a demanda e ampliar o escopo de atendimentos. Acreditamos que todos os beneficiários do Cadastro Único devem poder utilizar os serviços da Unidade.

A ampliação do corpo técnico é urgente para ampliar a castração, as condições de atendimento e uma política de internação dos animais com condições sanitárias e técnicas adequadas.

É preciso caminhar no sentido de dotá-la de melhor estrutura, fiscais e técnicos, sendo rigorosa em relação ao abandono e à esterilização de animais e na fiscalização dos locais de comércio ou doação.

O apoio às ONGs, associações e cuidadores que atuam na proteção aos animais também passa pelo fortalecimento da SEDA e pela interlocução direta do governo com esses movimentos. Porto Alegre precisa de um Conselho Municipal de Direitos Animais, um órgão que possa reunir toda a sociedade civil para elaborar políticas públicas, fiscalizar e auxiliar as ações da prefeitura nessa área.

Apresentamos aqui algumas propostas para o debate:

Recriar a Secretaria dos Direitos Animais (SEDA) com estrutura, fiscais e técnicos: Precisamos recriar a Secretaria com o suporte vindo dos servidores de carreira concursados. É preciso ampliar o número de fiscais e garantir um atendimento mais rápido e eficaz às demandas da população;

Rigor na punição ao abandono de animais: É preciso buscar o cumprimento da Lei Complementar nº 694 de 2012, que prevê advertência e multas para situações de abandono e de maus tratos aos animais na cidade e criar uma força tarefa para fiscalização desse tipo de situação. O disque 156 tem que funcionar com celeridade nos casos de denúncia no município;

Fiscalização dos locais de comércio ou doação: A prefeitura, com sua estrutura técnica, precisa se certificar de que as feiras de adoção e os locais de comércio de animais estejam garantindo as condições necessárias de higiene e cuidado estipuladas pela Lei Complementar nº 694 de 2012;

Política de controle populacional dos animais domesticados e de rua: O controle da população de animais não deve ter um viés de higienização da cidade, mas de preservação das boas condições de vida de animais e seres humanos;

Atendimento gratuito nas comunidades de baixa renda: O atendimento veterinário prestado pela Diretoria à população de baixa renda é precário. É preciso descentralizar o atendimento e estudar formas de parcerias nos diversos bairros para assegurar tratamento veterinário de qualidade e próximo das comunidades;

Amplio debate na cidade para instalar Conselho Municipal de Direito dos Animais: É preciso desenvolver um debate sobre o tema na cidade, em articulação com as ONGs, associações e cuidadores e especialistas que culmine na instalação de um Conselho Municipal de Direitos Animais, reunindo a sociedade civil para elaborar políticas públicas para essa área;

Programa de castração e vacinação nos bairros a partir do CASTRAMÓVEL: Voltado a animais de famílias sem condições de custear esses serviços e locomoção com condições sanitárias para realizar os procedimentos. Todo o final de semana o ônibus estará nas comunidades de Porto Alegre, com ampla divulgação, para que a população de baixa renda possa levar seus bichinhos para castrar;

Banco de ração: Incentivo às empresas, indústria e comércio a doarem ração para o Banco de Ração, que cuida da distribuição para alimentar animais em abrigos;

Ampliar a rede de protetores cadastrados: Protetores cadastrados têm atendimento e apoio para castrações, exames, consultas e vacinas;

Estímulo à criação de uma rede solidária para transporte de animais que necessitam de atendimento na SEDA: Em meio a tantas dificuldades encontradas por aqueles que buscam ajudar um animal carente, sejam protetores, ONG'S ou pessoas que se enquadrem nos requisitos exigidos para atendimento veterinário público, destaca-se a falta de transporte devido à distância em que se localiza a sede. Buscar dotar uma estrutura móvel de pronto atendimento para casos pontuais de emergência.

CED - Captura, Esterilização e Devolução: Tão importante quanto a esterilização dos animais tutelados por famílias de baixa renda é a captura e esterilização dos animais abandonados ou nascidos nas ruas, e sua posterior devolução ao local de origem, visando o controle populacional;

Atendimento aos animais tutelados pelos moradores de rua: É preciso atender os animais tutelados pelos moradores de rua de forma sistemática, oferecendo vermífugos, vacinas e castração, além de atendimentos a eventuais problemas de saúde;

Implementação em Porto Alegre da Lei 15.366/2019 de autoria de Luciana Genro que proíbe a utilização de fogos de artifício que violentem os animais;

Fortalecer campanhas para a adoção de animais domésticos;

Capacitação de equipe para o resgate, tratamento e acompanhamento de animais silvestres: É preciso buscar uma política para além dos animais domésticos, tais como a questão das abelhas que está em risco de extinção e é fundamental ao ecossistema.

20. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS E A INCLUSÃO SOCIAL

Porto Alegre foi pioneira na coleta seletiva dos resíduos e na inclusão social de catadoras e catadores de materiais recicláveis, gerando trabalho e renda para as comunidades, principalmente para mulheres - que são 76% da categoria -, construindo galpões com equipamentos, apoiando a formação e a organização, reconhecendo e valorizando este trabalho que hoje é lei. Mas, infelizmente, devido a má gestão, ao sucateamento do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), à privatização dos serviços, à perseguição e à falta de apoio às cooperativas e associações de catadores, além da falta de respeito com a natureza dos últimos governos, nossa cidade vem se tornando exemplo de cidade atrasada e fora de sintonia com o meio ambiente.

Um dos maiores indicadores disso é a péssima gestão dos resíduos sólidos que temos, onde, segundo dados do DMLU, Porto Alegre recicla 6% dos resíduos sólidos urbanos, um número que parece baixo mas é quase o dobro do índice do País (3%). Entretanto, esta informação não se sustenta, já que, a partir dos dados apresentados no *site* do DMLU, Porto Alegre gera um total de cerca de 1.780 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos - 1.151 toneladas de resíduos domiciliares (Coleta Comum/Orgânicos + Coleta Seletiva) e aproximadamente 630 toneladas/dia de resíduos públicos e as cargas recebidas na Estação de Transbordo -, sendo que 56 toneladas/dia são oriundos da Coleta Seletiva. Apresentando um percentual de 40% de rejeito (22,4 toneladas), o total de resíduos reciclados diariamente em Porto Alegre equivale a 33,4 toneladas/dia, o que corresponde ao índice de 1,70 % de reciclagem e não 6% como anunciado pela Prefeitura. Para chegar aos 6% do total de resíduos gerados, anunciados pelo DMLU, a coleta seletiva deveria mais do que triplicar, isto é, deveriam ser coletadas aproximadamente 180 toneladas/dia e ainda com índice de rejeito zero, o que está longe de ser realidade. Ao invés de estar acima do índice nacional, está 35% abaixo, confirmando mais um retrocesso da nossa capital²⁷.

Dos municípios da Região Metropolitana, apenas Cachoeirinha, Alvorada e Porto Alegre não têm coleta seletiva solidária, realizada pelos próprios catadores contratados, mostrando mais uma estagnação da política de reciclagem da cidade. A gestão municipal acabou com a educação ambiental e privatizou a coleta, excluindo as catadoras e catadores da cidade, que passaram a ser apenas triadores.

Nos anos 90, a cidade contava com 12 unidades de triagem, gerando trabalho para mais de 700 catadoras e catadores, os quais tinham uma renda média superior a um salário mínimo/mês (depoimento de Celoi no Jornal Extra Classe de 1998²⁸), atualmente são 16 unidades contratadas, sendo que a maioria não atinge um salário mínimo/mês, onde trabalham apenas 600 catadores, 100 a menos que nos anos 90.

Os resíduos domiciliares, os produtos de capina e poda, além de uma parcela de restos de obra e demolições, são encaminhados sem triagem prévia ao aterro sanitário de Minas do Leão, totalizando muito mais de 1.000 toneladas de resíduos sólidos enviados diariamente ao município, distante 120 quilômetros da capital.

O trabalho dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas da cidade foi praticamente estagnado, com muitos retrocessos, visto que, no ano passado, o Fórum das Unidades de Triagem e o Movimento Nacional dos Catadores ocuparam a Prefeitura e por várias vezes foram à Câmara dos Vereadores para cobrar os repasses do convênio atrasado²⁹ bem como a terem acesso aos

²⁷Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_noticia=999203998&

²⁸Fonte: <https://www.extraclasse.org.br/geral/1998/08/e-lixo-demais/>

²⁹Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/falta-de-verbos-afeta-triagem-e-pode-prejudicar-reciclagem-de-lixo-em-porto-alegre-cjzrqmq4u066p01qmtrr73q0w.html>

resíduos recicláveis³⁰. Ao invés de incluir as catadoras e catadores da cidade, a Prefeitura busca criminalizar os das ruas, inviabilizando aqueles das cooperativas. Atualmente a categoria encontra-se em mobilização contra a Lei Melo - lei de proibição da circulação de carrinhos e carroças dos catadores. A lei já proibiu as carroças em 2016 e, se a lei não for revogada, as catadoras e catadores serão proibidos de trabalhar. Acompanhe o depoimento da catadora Maria Rosa, de 38 anos, sendo 20 de catação, em entrevista ao Jornal Sul21.

“Se tirarem o carrinho de nós e não assinarem nossa carteira, nós vamos ficar muito perdidos. Se proibirem os carrinhos, eu vou ter que pegar meu marido e minhas filhas, colocar um saco nas costas e ir pra rua de Porto Alegre começar a juntar PET e latinha e carregar nas mãos”, afirma. “Eles vão ver que tiraram os nossos carrinhos e seguimos coletando nos braços. Eles vão mandar arrancar meus braços? Vão dizer que eu não posso ir e vir?”, questiona Maria.

A quantidade de resíduos aumentou na cidade, entretanto com o encerramento da educação ambiental e o isolamento das associações e cooperativas, a reciclagem só diminuiu, aumentando a exclusão social, pois atualmente apenas 600 postos de trabalho precários são gerados pela reciclagem, que tem um potencial de gerar mais de 2.000 mil conforme o MNCR.

A coleta de resíduos em Porto Alegre foi objeto de negociatas e fraudes, com escândalos de corrupção que lesaram os cofres públicos. Atualmente a coleta seletiva de Porto Alegre custa mais de 884 mil reais por mês, sendo uma das mais caras e ineficiente do país, não reconhecendo a importância das catadoras e catadores das unidades de triagem que lutam pela coleta seletiva solidária.

Ao mesmo tempo, o contrato de prestação de serviços hoje existente entre DMLU e Associações e Cooperativas têm valor irrisório, não sendo suficiente nem mesmo para custear os serviços, quem dirá valorizar o trabalho realizado por esses trabalhadores. Paralelamente, os índices de rejeito subiram de 30% para quase 50% nestes últimos anos, fazendo que as catadoras e os catadores não conseguissem atingir a renda de um salário mínimo mensal.

Infelizmente, não houve o crescimento necessário das Equipes de Coleta Seletiva e das Unidades de Triagem no município e a coleta, praticamente toda, é terceirizada, sem a triagem dos materiais enviados aos galpões e tampouco campanhas educativas permanentes sobre a separação adequada. O programa *Todos Somos Porto Alegre* gastou volumosos recursos, mas com resultados pífios para os catadores, pois atuou na ótica de não reconhecer o trabalho - importantíssimo - das catadoras e catadores, querendo “incluir” os catadores em empregos que eles não queriam e tampouco estavam habituados. Resultado negativo para o projeto. No contrato, a Prefeitura tinha que ampliar os índices de reciclagem na cidade para receber a última e generosa parcela, em torno de 5 milhões de reais, que seriam investidos nas demandas dos próprios catadores das Associações e Cooperativas. Como o índice não avançou, a cidade e os catadores perderam esses investimentos.

É fundamental romper com o atual paradigma relativo ao desperdício, à privatização e à exclusão social, gerado pelo modelo de sociedade de consumo e altamente concentrada, desde as riquezas até o conhecimento, estimulado pelos meios de comunicação e pelo governo. Temos que romper essas lógicas bem como ampliar a participação, as responsabilidades e principalmente reconhecer e valorizar quem trabalha e constrói a cidade. Precisamos tanto das catadoras e catadores quanto ela precisa de nós.

Conclusão, Apontamentos e Propostas

As catadoras e catadores são trabalhadoras e trabalhadores que não competem pelo emprego formal, sua condição, seja pelo amor ou orgulho pela profissão, ou seja pela exclusão ao qual estão forçadamente imersos, seja por morarem ainda em ocupações, em vilas, não terem tido sucesso nos estudos pelas inúmeras faltas de direitos que ao longo da vida lhes foram negados e lhes tiraram desta

³⁰Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/05/o-lixo-nao-chega-renda-de-recicladores-cai-pela-metade-nos-ultimos-meses-em-porto-alegre-cjhjqt0ea07me01panykzgvn.html>.

competição. A categoria, que é extremamente importante, já que 90% de tudo que é reciclado no país passa pelas mãos delas e deles, se organiza desde 2001 no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), lutando e conquistando o reconhecimento de seu trabalho pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002. Com muito orgulho, esta categoria encontrou nos resíduos um caminho de inclusão social e proteção ambiental.

O MNCR luta pela implantação de sistemas e gerenciamento de resíduos que possam aproveitar ao máximo, chegando até ao Resíduo Zero (quando todo resíduo tem um local adequado, sendo reaproveitado em sua totalidade), gerando trabalho, renda, inclusão social, participação popular, controle social, proteção da natureza e distribuição do conhecimento, do poder e das riquezas.

As catadoras e catadores têm que ser reconhecidos e valorizados, contratados pela prefeitura, recebendo pagamentos pelo seu importante trabalho e desta forma, incluída social e economicamente, ampliam os índices de reciclagem, avançam para a compostagem e geração de energia a partir dos resíduos orgânicos pelo processo de bio-digestão, ampliando o cuidado com o planeta, gerando renda, fazendo a economia girar localmente, gerando mais inclusão para outras trabalhadoras e trabalhadores, contribuindo com a economia municipal. Assim, o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos catadores e catadoras, previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é urgente e precisa ser realizado com base no cálculo real, incluindo custos com tecnologia necessária, a melhoria da eficiência e das condições de trabalho

Os empresários e grandes geradores de resíduos são agentes importantes na cadeia da reciclagem, são os que mais se beneficiam com o trabalho desta categoria, dessa forma, vamos implantar um sistema de logística reversa, observando a PNRS - gerador pagador e protetor recebedor, que terá como principal ator e agente fundamental, as catadoras e catadores de materiais recicláveis, tornando mais uma vez nossa Porto Alegre uma cidade mais ecológica, inclusiva, solidária e sustentável.

Urge a elaboração de projeto e aprovação de legislação, construída de forma participativa, que estabeleça a Responsabilidade Estendida do Produtor (REP), dado que a legislação referente ao Acordo Setorial da Logística Reversa das Embalagens, instrumento de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, não tem responsabilizado as empresas e tampouco trazido resultados efetivos na recuperação dos resíduos pós consumo no Brasil.

Investimento e Reestruturação do Departamento Municipal de Limpeza Urbana

A Prefeitura deve reverter o processo de sucateamento do DMLU e garantir o controle público sobre a gestão dos resíduos sólidos em Porto Alegre. É preciso fiscalizar as empresas terceirizadas e estimular a prestação de serviço por cooperativas verdadeiras.

Deverá ser criada uma Divisão Especial de Reciclagem e Inclusão responsável pelo gerenciamento integrado, a participação popular, a educação ambiental; desenvolvimento de projetos, captação de recursos e mobilização da sociedade civil, garantindo a boa execução dessa política. Para tal, deverá ser formada equipe capacitada para a implementação desses planos, a partir de um novo modelo, articulando as diversas secretarias municipais (SMIC, SMANS, SMED, Gabinete da Prefeita, dentre outras), bem como com outras entidades como a Câmara dos Vereadores, Sindilojas, Associação de Moradores, Organizações Não Governamentais, entidades sociais e organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, para a construção dos processos transversais.

Educação Ambiental permanente e transversal

A educação ambiental será central no governo, em todos os espaços possíveis, confraternizações, feiras, eventos, atividades como shows, carnaval e outras, terá a presença de equipes. Será criada uma linha especial da Carris - chamada de O Caminho Dos Resíduos - onde escolas, universidades, organizações sociais, empresas, poderão agendar e receber formação in loco, visitando cooperativas, transbordo e recebendo formação em educação ambiental.

Campanhas educativas sobre a separação adequada dos resíduos, incluindo recicláveis, orgânicos e rejeitos. As campanhas serão constantes e de forma transversal, realizada por equipe técnica e principalmente por catadoras e catadores, envolvendo escolas, associações de moradores, visitando praças, eventos.

Coleta Seletiva Solidária

Criar gradualmente a Coleta Seletiva Solidária regionalizada na cidade, em parceria e através de contrato de prestação de serviços com as Associações e Cooperativas de catadoras e catadores, implementando um projeto de complementaridade e futura substituição da atual coleta seletiva. Dessa forma, será possível aumentar os dias das coletas nos bairros, gerando mais postos de trabalho, maior reconhecimento e valorização da categoria, melhorando a renda, ampliando os índices de reciclagem e melhorando o serviço prestado à população.

O pagamento por serviços ambientais estará incluído no contrato de prestação de serviços, além do custeio operacional do serviço e seus avanços, o qual buscará gradativamente ir formando, ampliando e incluindo os catadores individuais, com tecnologias eficientes que proporcionem melhoria às condições de trabalho para toda a categoria. As cooperativas contarão com equipes técnicas, (logística, administração, meio ambiente, contabilidade, assessoria de comunicação) para avançarem na excelência na prestação de serviços.

A remuneração dos serviços prestados por catadoras e catadores está prevista no Art. 33, §1º e §7º, Lei Nº 12.305/2010.

Investimento na melhoria das condições de trabalho de catadoras e catadores

Garantir recursos públicos para a aquisição de máquinas, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e infraestrutura adequada para assegurar condições básicas para o trabalho digno das cooperativas e associações de catadores existentes no município. Esse conjunto de elementos é condição indispensável para a ampliação das mesmas e integração dos catadores avulsos.

Central de comercialização e Beneficiamento de recicláveis

O município, em construção com as organizações de catadoras e catadores, organizará projetos com recursos para investir em galpões e equipamentos que possam ser centrais às organizações de catadoras e catadores, visando armazenar volumes, para a futura comercialização diretamente com as fábricas recicladoras, não precisando mais de atravessadores. Buscará também criar uma central de beneficiamento de resíduos, para agregar valor e contribuir no avanço das catadoras e catadores na cadeia produtiva dos recicláveis.

Coleta Especial de Resíduos em Grandes Geradores

Todos os grandes geradores de resíduos - aqueles que têm outra finalidade que não a comercialização de resíduos - deverão se cadastrar no programa e informar onde estão encaminhando seus resíduos recicláveis. Os mesmos deverão prioritariamente encaminhar os resíduos recicláveis ao programa de coleta seletiva solidária da cidade, correndo o risco de não terem suas licenças de operação e ambientais aprovadas. Este programa tem como objetivo ampliar o controle e índice de reciclagem no município (que deve ser encaminhada ao SINIR), distribuir melhor a renda, evitar sonegação ou desvio de atividade do grande gerador, além de ampliar e fortalecer a reciclagem popular da cidade.

Promover ações para o fomento da cadeia produtiva do biogás

Essa medida visa tornar Porto Alegre uma cidade mais sintonizada com procedimentos sustentáveis ao estimular a captação de biogás (metano) proveniente de resíduos urbanos. O aproveitamento de resíduos, além de ecologicamente correto, pois minimiza a emissão de gases estufa, pode gerar receitas futuras ao Município através da produção e comercialização de biogás.

PVOCE - Recicláveis, óleo de cozinha, eletroeletrônicos

O óleo de cozinha saturado é extremamente poluente se descartado inadequadamente, no entanto, se reciclado, contribui para a produção de biocombustível.

Serão criados **Postos de Entrega Voluntário de Resíduos Recicláveis, de Óleo de Cozinha e Eletroeletrônicos (PVOCE)**, equipados e com equipes para receber e orientar a destinação adequada dos resíduos. Serão feitas campanhas de entrega e de coleta especial de óleo de cozinha, rumando para a criação de um Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduos, que gerencia todos os resíduos especiais, atendendo a logística reversa.

Calçadas e espaços públicos limpos

Construir uma ampla campanha de educação e conscientização sobre a necessidade da limpeza e da preservação dos espaços públicos. Ampliar a equipe de apenas 33 fiscais que atuam nessa área.

Coleta seletiva de resíduos de podas e limpeza de jardins

Criar, em conjunto com as comunidades, um sistema de coleta de resíduos de podas e jardinagem, que possam ser reutilizados como lenha e compostagem.

Programa de compostagem para a cidade

Elaborar programa de compostagem para Porto Alegre, regionalizando e apoiando a compostagem doméstica, com hortas comunitárias e composteiras locais, cujo principal objetivo é reaproveitar esses resíduos e reduzir a quantidade de resíduos enviado ao aterro sanitário. Além de diminuir recursos gastos com os aterros, esse programa deve ser pensado como mais uma iniciativa de conscientização para a educação ambiental.

Os governos municipais devem implantar a destinação dos 50% da fração orgânica do total gerado diariamente no país para compostagem e/ou biodigestão, não devendo os resíduos compostáveis ser destinados a aterros sanitários, incineradores, cimenteiras ou outros sistemas de destruição dessa matéria. Lembrando que a utilização desse composto, traz benefícios como: redução dos gastos públicos; promove a agricultura regenerativa; redução da importação de nutrientes agrícolas sintéticos, garantindo alimentos saudáveis; rompimento da cadeia do desperdício de nutrientes em aterros sanitários (destaque para o fósforo, nutriente fundamental e finito); uso do composto em programas de arborização, nas áreas verdes, parques e jardins.

Hortas Comunitárias junto às Cooperativas e Associações de Catadores

Criar e apoiar hortas comunitárias nas unidades de triagem que puderem, bem como iniciar processos de reuso de água da chuva e instalação de placas fotovoltaicas para a captação de energia solar para alimentar as organizações.

Descarte e Reuso de móveis e eletroeletrônicos, eletrodoméstico, computadores

Criação de Ecoponto para descarte de móveis e eletroeletrônicos, eletrodoméstico, computadores a serem reutilizados, recuperados e transformados em arte através da associação com empreendimentos da economia solidária.

Responsabilidade Estendida do Produtor (REP)

A aprovação de uma legislação, construída de forma participativa, que estabeleça a Responsabilidade Estendida do Produtor (REP), dado que a legislação referente ao Acordo Setorial da Logística Reversa das Embalagens, instrumento de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, não tem

responsabilizado as empresas e tampouco trazido resultados efetivos na recuperação dos resíduos pós consumo no Brasil.

Decreto dos grandes eventos

As catadoras e catadores são grandes mobilizadores sociais, e buscando fortalecer a reciclagem popular, a coleta seletiva solidária e a educação ambiental, a cidade adotará a priorização da contratação das organizações de catadores. Estas farão o gerenciamento dos resíduos através de contrato com os organizadores. Deverão ser contratados e pagos tendo como referência os valores do serviço pagos pela prefeitura. Estarão nesse decreto obrigados a priorizarem a contratação dos catadores: Eventos públicos no Anfiteatro Pôr do Sol, Araújo Vianna, Carnaval do Porto Seco, Carnaval da Cidade Baixa, eventos organizados pela prefeitura, shows e jogos de futebol nos estádios Beira Rio e Arena (os clubes devem ser chamados para construir juntos a proposta).

Proibição da incineração em Porto Alegre

Porto Alegre já conta com lei que proíbe a incineração de resíduos sólidos urbanos recicláveis no processo de seu tratamento e destinação final (Lei nº 12.022, de 5 de abril de 2016, proposta pela então vereadora Fernanda Melchionna). No entanto, o fantasma da incineração paira pela cidade, dependendo dos interesses do capital.

Além de tirar o trabalho dos catadores, o processo de incineração polui o ar com as partículas que se liberam da queima; os resíduos que sobram do processo da queima (de 40 a 60%) precisam ser destinados para aterro sanitário; os incineradores não se pagam, as empresas lucram e o custo é do Estado.

A incineração de Resíduos Sólidos Urbanos é um processo de alto custo e demanda rigorosos critérios de segurança para reduzir os riscos ambientais devido ao lançamento na atmosfera de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), geração de cinzas com alto teor de contaminação por metais pesados e emissão de GEE (Gases de Efeito Estufa). Também destrói matérias primas e postos de trabalho. Cabe salientar que os RSS que necessitam de tratamento são na sua maioria compostos de plásticos, e se incinerados também liberam os POPs, principalmente dioxinas e furanos (substâncias altamente cancerígenas), sendo que tecnologias mais amigáveis ao meio ambiente, como tratamento por vapor (autoclavação) são recomendadas pela OMS e também na convenção de Estocolmo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda, em razão da pandemia, que os resíduos sólidos domiciliares e comerciais, aqueles gerados nas residências e empresas em geral, sejam coletados e destinados segundo as práticas usuais, não havendo necessidade de nenhum tratamento adicional, e sim que sejam redobrados os cuidados de higiene e uso de equipamentos de segurança pelos profissionais da coleta. A Organização Mundial da Saúde, assim como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) endossaram métodos de desinfecção à base de vapor ou outros que não incineram devido aos poluentes orgânicos persistentes (POPs) produzidos por incineração. A captura de energia da queima de resíduos é a forma mais poluente e cara de geração de energia.

A maioria dos resíduos urbanos gerados são passíveis de reciclagem e compostagem e seria um verdadeiro absurdo promover a destruição dos mesmos!

O fabricante, importador, distribuidor, comerciante não tendo assumido integralmente sua responsabilidade pelo custeio da remuneração dos catadores pelo serviço de classificação dos materiais, assim como pelo custeio da coleta seletiva da fração reciclável dos resíduos domiciliares, como determina a PNRS de 2010, produziu a situação de absoluta vulnerabilidade dessa categoria nesse contexto de pandemia. Salvo raras exceções, há um processo histórico de omissão, em todos os níveis,

de governos, e também do setor produtivo, quanto às efetivas medidas para estruturação do trabalho das cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, que deve ser superado.

Propostas:

Cumprir a diretriz da PNRS, e garantir a ordem de prioridade na gestão e manejo de resíduos sólidos e não autorizar a destruição de materiais passíveis de reciclagem e compostagem, seja pela via da incineração, cimenteiras (uso de CDR) e outras formas de tratamento térmico.

Estabelecer como meta a coleta seletiva e triagem progressiva dos recicláveis, os quais correspondem entre 30% a 35% do total dos resíduos sólidos domiciliares. E contemplar os 50% dos resíduos compostáveis domiciliares, com mecanismo de fiscalização do cumprimento das metas e controle social.

Exigir do setor produtivo o cumprimento do Plano de Produção e Consumo Sustentável, que promoverá mudanças profundas no padrão de produção dos bens de consumo, tais como: redução da geração de resíduos; garantia da durabilidade dos produtos e sua reciclagem; substituição das embalagens descartáveis por retornáveis; uso de materiais recicláveis, banimento dos plásticos descartáveis; uso de materiais não tóxicos e amigáveis ao meio ambiente.

Ações Emergenciais (Covid-19)

Realizar levantamento dos catadores avulsos e das condições de funcionamento de todas as associações e cooperativas de catadores que atuam no município e que não estejam contempladas de forma estruturada em planos e/ou programas de manejo da coleta seletiva e triagem existentes. Com base nesse levantamento, deverá ser criado apoio emergencial para suprir a perda de receita pela redução ou paralisação das atividades até a retomada do ritmo original.

<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/areas-indigenas>